



Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**DANIEL VITAL DOS SANTOS SILVA**

**A CAPTURA DO PRAZER:  
HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA E SABER MÉDICO NA BAHIA  
DO SÉCULO XIX  
(1850-1900)**

Salvador/Bahia

2015

**DANIEL VITAL DOS SANTOS SILVA**

**A CAPTURA DO PRAZER:  
HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA E SABER MÉDICO NA BAHIA  
DO SÉCULO XIX  
(1850-1890)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lígia Bellini.

Salvador/Bahia

2015

---

S586 Silva, Daniel Vital dos Santos  
A captura do prazer: homossexualidade masculina e saber médico na  
Bahia do Século XIX (1850-1890) Silva, Daniel Vital dos Santos Silva. –  
Salvador, 2015.  
213 f.: il.

Orientadora: Profª Drª Lígia Bellini.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

1. Homem – Masculinidade – Séc. XIX. 2. Homossexualismo masculino.  
3. Identidade de gênero. 4. Medicina legal. 5. Higiene. I. Bellini, Lígia.  
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.

CDD: 306.760981

---



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO Daniel Vital dos Santos Silva		MATRÍCULA 213116122	NÍVEL DO CURSO Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO A captura do prazer: homossexualidade masculina e saber médico na Bahia do século XIX (1850-1900)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Ligia Bellini (Orientadora)		210023120-00	
Alinne de Lima Bonetti (UF do Pampa)		70080798004	
Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA – PPGNEIM)		01369820690	

ATA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Daniel Vital dos Santos Silva do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a Profa. Dra. Ligia Bellini, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela APROVAÇÃO do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca aprova a dissertação com louvor, recomendando sua publicação em forma de livro, e também que ideias não densificadas no trabalho sejam desenvolvidas em artigos acadêmicos. A banca sugerirá, ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, o ingresso imediato do aluno no doutorado para dar prosseguimento à pesquisa, observando-se as possibilidades regimentais.

SSA, 25/11/2015: Assinatura do aluno:

SSA, 25/11/2015: Assinatura da orientadora:

*Em memória de Carmem Maria da Silva (1939-2015)*

## **Agradecimentos**

Quando estava na graduação, havia um professor que aconselhava agradecer a todos os envolvidos de maneira genérica. Isso garantia, segundo ele, que ninguém seria esquecido com a vantagem de poupar o autor a desagradável tarefa de lembrar aqueles que de alguma maneira contribuíram para o trabalho. Com o devido respeito ao mestre, eu prefiro fazer as coisas de maneira nominal, seguindo a tradição dos autores de teses médicas no século XIX. Por isso agradeço, em primeiro lugar, a minha família: minha mãe, Cláudia, meu pai, Milton, meus irmãos Bianca, Gabriel, César, minha tia-avó Lídia, meu avô Antônio. Este trabalho seria mais pobre sem Paulo Penna Duarte, o melhor namorado do mundo, que, armado com paciência, conselhos, habilidades fotográficas e digitais tornou tudo possível. Também agradeço a Renata, a tia Mara, ao tio Douglas, a Vanessa, a Dedé/Rosa, a Lene, a D. Mary e aos outros tios, tias e primos, que toleraram dois anos (e meio!) de ausências. Esse trabalho também é em memória de minhas avós, Carmem Maria da Silva, falecida em 2015, e Lourdezete Vital dos Santos, falecida em 1997.

À minha querida orientadora, professora Lígia Bellini, pela paciência e generosidade sem igual. Os ensinamentos, conselhos e críticas tornaram esse trabalho possível, especialmente numa etapa que a escrita me parecia um desafio insuperável. Agradeço também ao professor Luiz Mott, que generosamente disponibilizou fontes e bibliografia para esse trabalho. As indicações de leitura das professoras Maria de Fátima Novaes Pires, Marina Régis Cavichioli e do professor Marcelo Pereira Lima também foram essenciais. Os integrantes da banca de qualificação e defesa, a professora Alinne Bonetti e o professor Felipe Bruno Fernandes contribuíram além de todas as expectativas com textos e sugestões absolutamente fundamentais para esse trabalho. Também é justo agradecer aos funcionários da biblioteca Gonçalo Moniz, nas figuras de Graça, Irlane e Paulino, pelo desvelo em digitalizar uma parte das teses que utilizei nesse trabalho, bem como pela disposição em buscar a tese perdida de Domingos Firmino Pinheiro. Os funcionários da biblioteca Isaías Alves, especialmente Dilzaná e Carol também foram além de todas as expectativas para me ajudar. Os outros professores do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências humanas, sobretudo Wlamyra Albuquerque, Gabriela Reis Sampaio, e Evergton Sales Sousa, também foram fundamentais. Devo agradecer, também ao CNPQ pelo financiamento durante os primeiros vinte e quatro meses de estudo, bem como aos meus colegas de setor na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, Jô, Pia, Lorena, Gilmar, Tina, Angela, Nair e Amilton pelo apoio constante. A Evely, Vanessa e Mila pela paciência com

meu hábito de só falar da dissertação.

Finalmente, aos amigos e colegas de curso. Vinícius Lins Gesteira, Diogo Petersen, Itan Cruz, Emily Machado, Raíza Canuta, Naira Costa, Ailton Carneiro, Rafael Cruz, Felipe Paixão e Leonardo Coutinho foram muito importantes como incentivadores desse trabalho. Lucas Stasi foi um leitor assíduo, que me ajudou a aparar as arestas da primeira versão do texto, além de chamar a atenção para a história do colégio Salesiano e dos princípios higiênicos que orientaram a escolha do local de construção do Liceu, de suas salas, etc. Tamy/Laura, André/Castle, Carol/Franklin e Psi/Duncan, com o indefectível RPG semanal me ajudaram a espairecer e me puxaram de volta do século XIX, garantindo minha sanidade e o sucesso da Companhia do “se for 20 deixa!”. Agradeço também aos integrantes do Tardes de Cinema: Gésner, Silval, Léo, Djean, Wagner, Aline, Railton, e todos os outros responsáveis por discussões agradáveis e instrutivas aos sábados de quinze em quinze dias.

Por fim, esse trabalho é dedicado aos Tamanduás, Gregórios, Alexis, Ganimedes, Amaros, a todos os efeminados, sodomitas pederastas e androphilistas do século XIX que, ante uma sociedade absolutamente hostil, insistiram em viver seus amores da maneira mais livre possível, para estupor e deleite dos médicos e da sociedade brasileira da época.

*Juntos vamos esquecer  
Tudo que doeu em nós  
Nada vale tanto pra rever  
Tempo que ficamos sós  
Faz a tua luz brilhar  
Pra iluminar a nossa paz*

*O meu coração me diz  
Fundamental é ser feliz  
Meu coração me diz  
Fundamental é ser feliz*

*Juntos vamos acordar o amor  
Carícias, canções  
Deixa entrar o sol da manhã  
A cor do som  
Eu com você sou muito mais  
O princípio do prazer  
Sonho que o tempo não desfaz*

*O meu coração me diz  
Fundamental é ser feliz  
Meu coração me diz  
Fundamental é ser feliz*

## Resumo

SILVA, Daniel Vital dos Santos. **A captura do prazer:** homossexualidade masculina e saber médico na Bahia do século XIX (1850-1900). 2015. 220 fl. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História (UFBA), 2015.

O objetivo deste trabalho é examinar a construção de um discurso sobre a homossexualidade masculina no século XIX, a partir centralmente das teses de final de curso dos estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia. De uma denúncia moral, durante os anos 1850 e 1860, a homossexualidade lentamente transformou-se numa categoria analítica médica que ajudava a criar e/ou nomear certos sujeitos, indignos de integrar plenamente o corpo da nação brasileira. Assim, em temas tão diversos como a higiene das famílias, do casamento, dos colégios, aspectos biológicos do criminoso, degeneração, libertinagem, entre outros, é possível observar o entrelaçamento cada vez mais firme entre prática sexual, padrões de masculinidade e inferioridade biológica como marcadores da (a)normalidade de certos indivíduos. Por fim, no final do século, emerge uma patologia nova para nomear e intervir em velhos sujeitos, empreitada necessária para manter a ordem na sociedade politicamente convulsionada no final do século XIX.

Palavras-Chave: Gênero e masculinidade no Século XIX; Homossexualidade masculina; Medicina; Medicina Legal; Higiene.

## **Abstract**

This study is concerned with the making of a discourse on male homosexuality in the nineteenth century, with focus on the final dissertations of students in the Medical Faculty of Bahia, Brazil. During this period, the conception of homosexuality slowly changed from a moral indictment in the years 1850 and 1860 to a medical analytical category used to create and nominate certain subjects, considered unworthy of being fully integrated in the Brazilian nation. In themes as diverse as family, marriage and school hygiene, biological characteristics of criminals, degeneration and libertinism, among others, it is possible to observe the growing intertwining between sexual practice, masculinity patterns and biological inferiority as references for the normality / abnormality of certain individuals. By the end of the century, there emerges a new pathology to nominate and intervene in old subjects, a process that was considered as necessary to maintain order in the politically convulsed society of the late nineteenth century.

**Keywords:** Gender and masculinity in the nineteenth century; Male homosexuality; Medicine; Legal medicine; Hygiene.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	18
1 A homossexualidade no século XIX: um problema de sexo, um problema de gênero.....	20
2 A homossexualidade no Brasil oitocentista.....	31
3 A Faculdade de Medicina da Bahia na segunda metade do século XIX (1850-1900).....	35
CAPÍTULO 01 – MASCULINIDADE E HOMOSSEXUALIDADE NOS ANOS 1850: TEMOR DE EFEMINAÇÃO E RISCOS DA LIBERTINAGEM.....	51
1 Tematizando a homossexualidade: amor entre rapazes, pederastia, sodomia e efeminação.....	52
2 Do onanismo à sodomia: perigos nos colégios.....	65
3 A homossexualidade no espelho do casamento.....	71
Considerações finais.....	73
CAPÍTULO 02 — O COMBATE AO CELIBATO: ENTRE A TEORIA E A EMPIRIA (1860-1870).....	79
1 O Casamento e o problema do celibato na sociedade oitocentista.....	84
1.1 Definindo o celibato: um hábito propiciador de males.....	89
2 As consequências nefastas do celibato: entre suicidas e criminosos.....	91
Considerações Finais.....	100
CAPÍTULO 03: A DEFESA DA INFÂNCIA (1870-1900).....	104

1 Higiene, educação integral, educação física: de elemento da história ao melhoramento da raça.....	111
2 Disciplina, higiene e práticas de espaço escolar.....	115
3 Higiene nos colégios: a educação moral da sexualidade.....	124
3.1 Vícios do colégio: onanismo e homossexualidade.....	125
Considerações Finais.....	134
CAPÍTULO 04 – Higiene e Medicina legal (1890-1900).....	139
1 A Medicina Legal e a escola de Nina Rodrigues.....	144
1.1 Teorias da degenerescência: Lombroso e o atavismo.....	145
1.2 Mestiços e os estigmas da degeneração.....	147
2 O problema da homossexualidade no final do século XIX.....	150
2.1 Definir homossexualidade: causas e tipologias.....	151
2.1.1 Um método inovador: observações empíricas.....	162
2.1.2 O lugar da herança.....	167
2.1.3 As causas da homossexualidade na província da Bahia.....	171
2.2 Entre tratar e punir.....	175
2.2.1 Tratamentos para a homossexualidade.....	175
2.2.2 O problema da punição.....	178
Considerações finais.....	181
CONCLUSÃO: a emergência de novos discursos para velhos sujeitos.....	184
REFERÊNCIAS.....	191

## Apresentação

Antes de leitura da dissertação, gostaria de contar ao leitor um pouco da história da execução deste trabalho, evidenciando as dificuldades e as estratégias para debelá-las, e, de maneira sumária, as disciplinas e ferramentas conceituais úteis para pensar o tema. Acredito que essa reflexão é importante por permitir salientar alguns obstáculos que os estudos sobre a homossexualidade ainda enfrentam no Brasil. Esta pesquisa nasceu no carnaval de 2012, quando decidi que não desejava prosseguir com o tema que eu vinha desenvolvendo na graduação – experiência religiosa em Portugal a partir de crônicas setecentistas – nos meus estudos futuros. Na época, eu frequentava um grupo de discussão de filmes como temática LGBT, o Núcleo Unissex com cada vez maior interesse. Se era preciso escrever sobre algo na pós-graduação, o meu desejo era tratar de algo que dissesse respeito a mim, que me incomodasse, me comovesse e me mobilizasse. Decidi que queria trabalhar com temas relativos a homossexualidade, mas sem saber bem o período. Foi quando me lembrei que a biblioteca Gonçalo Moniz, onde se localiza o Memorial da Medicina Brasileira havia aberto novamente o seu acervo para consultas. Decidi, então, que gostaria de trabalhar com a homossexualidade no século XIX a partir das teses da Faculdade de Medicina da Bahia.

Na época, eu não tinha noção da enormidade da tarefa. Havia, apenas, uma monografia sobre o tema na Universidade Católica do Salvador, e o autor se concentrava apenas no final do século XIX. Luiz Mott, por sua vez, havia encontrado apenas duas teses que tratavam do tema: A de Marinonio de Freitas Britto, *A libertinagem e seus perigos relativos ao physico e o moral do homem*, de 1853, e a de Domingos Firmino Pinheiro, *O Androphilismo* de 1898 (1994, p. 4 e 8). Entre essas duas datas – e mesmo antes – seria possível pensar que nada havia sido escrito sobre o tema pelos médicos baianos? Uma visita a biblioteca Gonçalo Moniz tampouco foi mais animadora. Era preciso, como os estudantes de saúde, apresentar um projeto antes de ter acesso às preciosas teses. Terminei contornando isso ao deixar um sumário dos objetivos da pesquisa, mas sobreveio uma dificuldade muito mais temível. A maior parte das teses, é óbvio, não trazia nenhum tipo de referência sobre homossexual ou homossexualidade. Outros termos como pederasta e sodomita eram muito raros. Terminei adotando, provisoriamente, a ideia de fotografar e ler todas as teses com referências no título a sexualidade, prostituição, sífilis, etc. Não localizei muitas: apenas nove, nessa altura. Da mais promissora, a de Pinheiro, não havia nenhum sinal. De uma outra, que

Gilberto Freyre citava em *Casa Grande e Senzala*, muito menos. Não adiantou, também, ir em busca de palavras-chave ou de temas no índice digital da Biblioteca. Mesmo a tese de Marinonio de Britto, onde havia referências a pederastia e a sodomia, era indexada sob o termo libertinagem. Para mim, parecia que a homossexualidade não era um tema que mobilizasse arquivos e bibliotecas. Não estou dizendo que havia intenção de esconder o assunto. Mas, sem produzir material ou instrumentos de pesquisa no acervo, com os indexadores apropriados, é como se este tema não existisse.

Ao conversar com minha orientadora, a saída foi ampliar o horizonte. Se eram poucas as fontes, eu não poderia me dar ao luxo de tentar compreender o tema apenas do ponto de vista médico. Investi, portanto, na leitura de jornais, romances e outros corpos documentais para apresentar o projeto intitulado *Práticas e Representações da homossexualidade no século XIX*, trabalho muito mais amplo, no qual todas as formas de construir, pensar, dar a ler a homossexualidade masculina na Bahia, elaboradas quer em periódicos, quer em teses de medicina, bem como em processos crime e na literatura, seriam estudadas. Foi com esse projeto que fui aprovado no Programa de Pós-Graduação em História, e com ele iniciei o percurso na pós-graduação. Alguns meses depois, fiz nova visita à biblioteca para estudar as teses com mais tranquilidade. Comecei então, a observar que o tema não era tão pouco citado como me parecia. Certamente, não havia uma tese inteira sobre o tema nos anos 1850, como eu teria desejado. Mas os médicos não se escusavam de fazer menções diretas aqui e ali – inclusive de uma pessoa que alimentada ideias de mudança de sexo, chamada Mariquinhas, em 1858 – e abusavam de referências indiretas. Cada vez mais, me parecia que, para escrever sobre o tema, era preciso compreender o peso de certas comparações com personagens da antiguidade e do medievo, famosos por seu interesse afetivo por pessoas do mesmo gênero, bem como tentar entender porque uma questão que, a meus olhos, pertencia ao domínio da orientação sexual, para os médicos era uma questão do papel que o homem deveria desempenhar – de gênero, portanto. Lidas nessa chave, as teses, apesar de pequenas, foram pródigas de referências. Meu problema, agora, era outro. Com um projeto tão amplo, percebi que a visita a vários arquivos e a perspectiva de ler em apenas dois anos uma enorme quantidade de fontes era irrealizável, ainda mais com o fechamento do arquivo público para reparos em 2013. Decidi, portanto, retornar à antiga ideia. Em vez de explorar todo o material relativo à homossexualidade, optei por me restringir a fontes médicas baianas e à homossexualidade masculina. Escolhi me manter, novamente, dentro de temas relativos à

sexualidade (libertinagem, masturbação, prostituição, sífilis, homossexualidade), casamento (uniões ilegítimas, celibato religioso), raça (monogenismo *versus* poligenismo), educação (internatos, educação física) e, em menor grau, psicologia (monomanias, histeria no homem, alcoolismo etc) e saúde do homem (saúde do aparelho genital e excretor). Também optei por recorrer aos periódicos da época, especialmente aqueles que, de alguma forma, estavam relacionados aos estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia, bem como outros que circularam no período.

As disciplinas do mestrado e conversas com colegas mais experientes levantaram outros problemas em relação à nova proposta de pesquisa. Em primeiro lugar, a história da medicina enxergava com grandes reservas qualquer referência a normatização na Bahia oitocentista, defendendo vigorosamente que a possibilidade de intervenção destes médicos não existia de fato. Quando muito, eles poderiam discursar de si para si. Mera narrativa, o valor das teses enquanto normatização só poderia ser corretamente dimensionado na medida em que outras fontes o confirmassem, especialmente material oriundo das rotinas médicas, hospitalares ou, pelo menos, policiais. Era como se qualquer tentativa de analisar as fontes de um ponto de vista discursivo configurasse uma fuga da concretude, mero delírio foucaultiano bem pouco embasado nas fontes do período e pouco adequado ao curso de história social. Além disso, havia o problema de interpretar menções as situações onde o erotismo entre homens era uma possibilidade, e aos sujeitos que tinham práticas afetivas com pessoas do mesmo sexo. Existiam, de fato, mas eram breves e/ou escritas dentro de um espírito puritano e repleto de metáforas e beletrismo, o que constituía a barreira da linguagem sofisticada e eufemística, comum aos temas relacionados à sexualidade, mas que demorou a ser superada na etapa de análise das fontes. A solução foi realizar uma leitura mais atenta ao que pareciam pequenos e insignificantes detalhes. Neste sentido, a disciplina de História Social foi importante para apurar o olhar sobre a documentação, e procurar extrair das fontes tudo quanto era possível. Em lugar de tratar como artifício retórico as referências pontuais ao perigo dos excessos libertinos, ao temor de feminização e ao desvalor de homens efeminados, considerados incapacitados do ponto de vista de sua masculinidade, elas se constituíram em entradas para compreender de que maneira a sociedade brasileira de então enquadrava a homossexualidade masculina, construindo, assim, uma verdade sobre ela.

Outra disciplina que aguçou o olhar sobre as fontes e trouxe uma ferramenta conceitual extremamente útil foi a de História e Gênero. Me proponho a utilizar a noção de

gênero para evidenciar os processos de construção das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, dotada de efeitos normativos consagradores de hierarquias e oposições (SCOTT, 1989, p.21-23). Mas com uma inovação: perceber que dentro das formas diversas de masculinidade e feminilidade existem variedades de performance (des)valorizadas de maneira diferente e organizadas de maneira desigual entre sujeitos do mesmo sexo. Daí a necessidade de pensar as referências ao masculino menos como um dado universal, e mais como um processo de construção e imposição de atributos a corpos sexuados. Para encetar esta análise, os estudos de gênero que se ocuparam dos homens, chamados estudos sobre masculinidade, são bastantes inspiradores, e se propõem a questionar as particularidades históricas que compõem, em cada tempo e lugar, a condição masculina. A efeminação, dentro da lógica de análise destes estudos, pode ser compreendida como uma forma subsidiária de masculinidade, e ao efeminado se admitia a possibilidade de relações não naturais, de ordem sexual e afetiva, envolvendo outros homens. Este era um dos hábitos escandalosos, no repertório de excessos que conduziam a doenças e a morte. A sociedade devia impedir a multiplicação de tais homens inadequados, sob pena da corrupção e mesmo da destruição final da civilização. Neste sentido, as reflexões de gênero encontram-se com a bibliografia sobre saber médico no século XIX, e com o lugar que a medicina social de então aspirava: intervir e curar a sociedade por meio dos corpos doentes convertidos à saúde.

Outro ponto determinante no curso foi a disciplina Práticas Sociais e Representações culturais, na qual a leitura de dois autores, Michel Foucault e Michel de Certeau aguçou muito a abordagem proposta inicialmente na pesquisa. Com o trabalho de Certeau, ficou claro que existe uma relação entre o nível institucional (estratégia), marcado por imposições, e o individual (tática) caracterizado por certo grau de liberdade de agir e interpretar os dados institucionais, bem mais sofisticada do que pode parecer a princípio. Em verdade, estes níveis se interpenetram sem se anular (CERTEAU, 1998, p. 93-103). Aplicando este raciocínio à pesquisa, é forçoso concluir que orientações dos médicos quer nas teses de doutoramento, quer nos periódicos médicos com estudo sobre doenças e respectivos tratamentos – inclusive sobre a homossexualidade – são vividas do ponto de vista das práticas com grande autonomia para os sujeitos: pacientes, médicos ou outros. Assim, as possibilidades de normatização do discurso precisam necessariamente dialogar com o contexto no qual elas são praticadas pelos sujeitos, o que não invalida observar os elementos que ditam os limites desta mesma autonomia de vivência.

Foucault, por sua vez, destacou o valor do discurso como uma rede que articula e interliga diferentes enunciados, isso é, coisas ditas dentro de um repertório possível. Necessariamente, o discurso sobre a homossexualidade no século XIX não paira sozinho, mas está interligado a outros enunciados e a um determinado projeto de sociedade, que propôs a taxinomização dos corpos de certos sujeitos, descritos como biologicamente inferiores e, portanto, necessariamente circunscritos a certos lugares sociais hierarquicamente subalternos. Como exemplo disto temos o processo de reconfiguração da homossexualidade na Europa durante os oitocentos, no qual o tratamento do antigo sodomita pelo novo dispositivo da sexualidade transformou um delito que poderia ser cometido por qualquer sujeito em um estigma de uma doença grave, com pouca perspectiva de cura, parte do processo de criação/perseguição das sexualidades periféricas que teria sido encetado pela medicina na época (FOUCAULT, 1974, p. 42-44). Um pressuposto dessa pesquisa é o de que este processo também se verificou no Brasil de então, obedecendo a certas especificidades locais.

Em seu conjunto, as três disciplinas proporcionaram mudanças importantes no trabalho. Meu objetivo, após estas reflexões, é analisar a construção da homossexualidade masculina nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia; seu desenvolvimento ao longo do século XIX como um hábito nocivo e, depois, uma doença; e o processo de transformação do homossexual de um homem de hábitos inadequados, mas perfeitamente “higienizável”/curável, em um sujeito-tipo quase irremediavelmente condenado. A pesquisa, então, passou a se preocupar com a emergência deste discurso sobre a homossexualidade nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia e nas páginas da *Gazeta Médica da Bahia*, entendidos dentro de uma rede de enunciados dispersos que progressivamente se organizam sob as mesmas regras, as quais tentam impor novas configurações normativas de gênero e sexualidade a corpos sexuados, permitindo a emergência e/ou nomeação de novos sujeitos. Certamente esta imposição gerou resistências e adesões apenas parciais, mas ela se diferencia das configurações datadas de épocas anteriores e posteriores ao período tratado.

Alguns recortes precisaram ser realizados no trabalho. Infelizmente, nem todas as entradas puderam ser exploradas em sua totalidade devido ao tempo exíguo que tive, e as dificuldades na etapa de reunião das fontes. O primeiro deles, e, sem dúvida, o mais problemático, diz respeito aos aspectos transversais, que se eram articuladas com a homossexualidade para criar um discurso sobre o tema. Optei por me referir a elas sempre que constituíssem algo fundamental, mas não pude me aprofundar como desejado no assunto. Elas

estão concentradas nos dois últimos capítulos da dissertação, não por acaso os mais extensos. Em outros momentos, tentei dar a ver ao leitor que o tema não se esgotava no texto da dissertação, e abri comentários sobre esses assuntos nas notas de rodapé. Este veio a ser o caso dos estudos que a psicologia e psiquiatria brasileira desenvolveram sobre a homossexualidade, nos quais trato apenas *en passant* na medida em que higiene e medicina legal se apropriam de seus conceitos, perspectivas e métodos. Confio que, para uma dissertação de mestrado, foi a melhor solução.

O segundo problema diz respeito à homossexualidade feminina. Infelizmente, fazer o trabalho dando conta das experiências de homens e mulheres estava fora de cogitação. Isso me entristeceu; outros atores trataram das relações entre raça e homossexualidade masculina no XIX, tomando, sobretudo, *Bom Crioulo* como referência. Mas muito pouco se escreveu sobre homossexualidade feminina no mesmo período. Anoto apenas que o termo “vício lésbio” é utilizado por Britto já em 1853 para denotar este tipo de relação (BRITTO, 1893, p. 15). Muito antes, portanto, do termo homossexual, por exemplo, que vem a lume apenas na década de 1890. Confio que outros historiadores, no futuro, se ocupem do tema.

Por fim, não me aprofundi nos debates sobre o papel da ciência nacional no século XIX, e o quanto de científico, de acordo com os padrões da época, existia nas teses de medicina. Procuro me posicionar no debate sobre normatização *versus* não normatização, mas não possuo conhecimento necessário para explorar/cotejar as afirmações da bibliografia com as fontes. Acredito, contudo, que, para o período, era a ciência possível para aqueles que, dentre os médicos, estavam preocupados com algo mais do que com o diploma como chave para outras carreiras. De qualquer maneira, os médicos baianos da época são menos ingênuos do que parecem. Pelo menos um deles, Ignácio Verçosa Pimentel, refere-se com fina ironia aos que eram adeptos da importação de raças ditas avançadas, lembrando do papel do clima como fator determinante na degeneração das raças e dos indivíduos, razão pela qual pouco adiantava trazer uma raça ditas avançadas sem as correspondentes características mesológicas (PIMENTEL, 1864, p. 18-9 e 26-7). Mas, infelizmente, não pude me aprofundar no assunto como desejaria. Como acima, espero que no futuro essa lacuna seja preenchida.

Espero que o leitor ache o trabalho útil e informativo. Apesar das dificuldades, trata-se de um tema fascinante que, em tempos de debate sobre violência homo-lesbo-transfóbica, de Estatuto da Família, que retira conquistas importantes de minorias, e de polêmicas sobre a cura gay, parece ser mais do que um delírio foucaultiano. Parece ser uma reflexão necessária,

para desconstruir argumentos naturalizados sobre o tema por pessoas ingênuas ou inescrupulosas.

## INTRODUÇÃO

TAMANDUÁ: Tu ainda não sabes a quarta parte da nossa! Óh! Se tu soubesses!

TATU (*agarrando-o e com muito empenho*): Ora, amigo! diz, anda fala; eu quero ouvir-te.

TAMANDUÁ: Não! (*com aspecto impertinente*). Não digo nada. Não te quero te fazer saltar ao teto de júbilo.

TATU: Mau! Ingrato! A gente quer tanto bem a ele; e ele ainda quer ter segredos. Quer ocultar-me cousas que me podem dar prazer.

TAMANDUÁ: Não digo! Não quero (*muito zangado e batendo com as mãos*) Estou com raiva

TATU: Porque meu queridinho? (*afagando-o*) Que te fizeram?

TAMANDUÁ: Ora porque! inda pergunta? Não se lembra que por três vezes quis casar carnalmente e espiritualmente... com seu primo Eustaquinho; e depois (*empurrado-o*) até com você! e que nem ele, nem você tem querido!? Fazendo assim penar esta alma, este coração!... esta cabeça!...

TATU: Ó diabo! Tu estás variando! Quanto ao espírito, nem todos os demônios que habitam por todas as regiões são capazes de nos divorciar, e quanto ao parir... mais devagar; eu sou homem (pondo-lhe a mão no ombro) não sou mulher! E tu hás-de saber que é o vício mais danoso que o homem pode praticar!

TAMANDUÁ: Mas que querer? (*Ainda com aspecto impertinente*) Apaixonar-me por ti de todos os modos! Paixão de alma! Paixão de corpo! E se tu não se quiseses satisfazer esse desejo ou loucura... vou... faço... aconteço... pego... levo... (*atirando-lhe com as mãos*) faço o diabo! (*gritando*)

TATU: Pois já que não se contenta com o nosso casamento espiritual somente, sendo ambos homens! Já que quer o imundo e absurdo casamento carnal, declaro-lhe que não sou mais seu sócio (*empurrando-o*)

TAMANDUÁ: (*empurrando-o também*) Pois eu também não sou mais seu! (*Há uma renhida luta entre eles em que se rompem os chapéus, descalçam-se; rasgam casacos; e findam a comédia saindo aos gritos*) Fiquemos sem chapéu, sem botas sem camisa! Mas estamos divorciados carnalmente e espiritualmente. Não! não! não! (*perto das portas por onde tem de sair; e voltando o rosto para a Cena com os chapéus ou os restos destes levantados*): Viva!... viva! Viva!

(*Deve descer o pano. Estes vivias algum tanto prologados, como indicam os dois pontos; e com especialidade o último em que há numerosos*)<sup>1</sup>

(QORPO SANTO, 1866, p. 247)

Este pequeno texto é o final de uma comédia em três atos, escrita por Qorpo Santo<sup>2</sup> em 1866, intitulada *A separação de dois esposos*. É, possivelmente, uma das primeiras referências do período a dois homens que possuem – mesmo que um deles não confesse – uma paixão um pelo outro. Não apenas amizade ou companheirismo, mas um desejo carnal, evidenciado pelo descontrole do infeliz Tamanduá, que termina sem sócio, sem camisa, sem sapato e sem amante. O destino do casal principal da peça, Esculápio e Farmácia, é pouco melhor. Os dois terminam mortos, dado que não conseguem controlar seus desejos e impulsos, mas, ao menos, permanentemente unidos na morte e no outro mundo. Este destino

<sup>1</sup> Os itálicos dentro dos parêntesis encontram-se no original.

<sup>2</sup> José Joaquim de Campos Leão (1829-1883), jornalista e diretor de teatro paranaense. Para mais detalhes de sua biografia, ver: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8151/qorpo-san>. Vale ressaltar que Qorpo Santo havia sido diagnosticado com monomania nos anos 1860.

servia de aviso aos que tentaram separar os esposos: ao final, os dois estão unidos por laços indeléveis (QORPO SANTO, 1866, p. 244-6; GONÇALVES, 2010, *passim*).

O leitor pode imaginar a hilaridade da cena, que mostra o que era considerado no período como absurdo e/ou grotesco. Pode, inclusive, extrapolar esta conclusão e supor, razoavelmente, algumas das maneiras pelas quais sociedade leu esses prazeres divergentes. Como mera referência literária, fechamento de uma comédia, ficção, sátira social? Como um problema policial, a exemplo da Inglaterra e da França? Como um pecado, fruto de excessos libertinos ou de corrupção moral? Como um problema médico, oriundo de um desejo mal orientado? Um ponto de partida para responder a pergunta são os comentários do diretor da comédia, que orientaram os atores e a imaginação dos leitores a partir de indicações sobre a forma de encenar o texto representado no palco. Assim, Qorpo Santo descreve Tatu e Tamadua como as figuras mais exóticas que se possam imaginar. Falam com tons de voz impertinentes, usam trajes que se rasgam, trocam afagos secretos, dizem palavras duras um para o outro, condenando o casamento entre dois homens, mas revelando o desejo espiritual e carnal um pelo outro. Tamandua, em outro ponto da peça, afirma que tem uma diaba na cabeça. São, em suma, figuras estranhas, e em certo sentido impactantes. Ante este choque, todas as atitudes – briga, desejo secreto, comportamento desvairado – e as leituras possíveis destes atos – escândalo, questão de polícia, comportamento imundo e vicioso, exemplo a ser execrado, etc. – estão presentes e são possíveis quando se procura entender o repertório das referências possíveis à homossexualidade no século XIX. Diferentes sujeitos sociais assumiram, a partir de certos pressupostos, uma atitude marcada pela religião, punição, sarcasmo, ou medicina em relação a esses sujeitos. Com frequência, mais de uma simultaneamente, construindo camadas de significado para o erotismo entre dois homens.

No trabalho que segue, a minha proposta é adentrar nesse emaranhado de discursos, tomando como fio condutor o processo de captura, pelos médicos baianos, do prazer entre homens, mostrando como se constrói de variadas maneiras a forma de dizer e pensar o erotismo e afeto entre homens e de que modos estes se converteram em um problema médico e, mais tarde, em uma doença propriamente estabelecida. Mostrar, em suma, como uma prática social podia ser pensada dentro de um campo do saber da época – o da medicina –, a partir de quais pressupostos e transpassada por certos condicionamentos sociais, como masculinidade, raça, lugar social, etc. Afinal, o casamento de Tatu e Tamandua é descrito, pelos próprios personagens, como um absurdo e uma imundice, mas também como um vício e

uma loucura, campos de atuação que a medicina oitocentista progressivamente foi reclamado para si em concorrência com o Direito e a Religião.

Antes de analisar a arquitetura conceitual dos médicos baianos sobre o tema, convém estabelecer alguns marcos que ajudam a compreender o pensamento dos autores sobre esta forma divergente de erotismo e afeto, e a sua relação com outras. Em primeiro lugar, o termo homossexualidade. Embora nesse trabalho o seu emprego, como veremos abaixo, é uma categoria heurística para nomear uma miríade de termos que remetem ao erotismo e afeto entre homens, ela também é uma terminologia dotada de historicidade própria, e a sua origem localiza-se nos anos setenta do século XIX. Trata-se, portanto, de uma ferramenta conceitual e de uma invenção dos médicos do período para falar do tema que ora estudamos<sup>3</sup>. Em segundo lugar, as referências a sexualidades divergentes quase sempre estão compreendidas no universo de expectativas e performances autorizadas e execradas que os sujeitos sexuais e dotados de gênero podem desempenhar. Portanto, é preciso estabelecer a relação entre masculinidade e homossexualidade, evidenciando como uma constrói a outra como o oposto complementar que precisava ser negado, para colocar em evidência os aspectos positivos da primeira. Por fim, há o contexto. Como era a Bahia, e quais as relações complexas entre a Faculdade de Medicina, seus professores e estudantes com a sociedade e a cidade do Salvador no século XIX? Estabelecidas as linhas gerais dos estudos sobre homossexualidade e gênero, bem como o contexto social brasileiro e soteropolitano desde meados do século, poderemos prosseguir e levar a bom termo esse trabalho.

## **1 A homossexualidade no século XIX: um problema de sexo, um problema de gênero**

A medicina do século XIX moldou o olhar contemporâneo sobre as práticas sexuais divergentes. Na Europa do período, médicos em seus gabinetes, clínicas e hospícios produziram longos tratados a respeito dos riscos representados pela masturbação, pela prostituição, pela histeria e, naturalmente, pela homossexualidade. Esta última, entendida como a relação erótico e/ou afetiva entre dois homens independente do contexto, lugar, e posição social, é filha desse século. Embora esta definição seja muito próxima daquela que John Boswell utilizou para as relações entre homens na Idade Média (2013, p. 43-44), entendo

---

<sup>3</sup> Invenção dos médicos europeus utilizada a partir dos anos 1870. Já no Brasil, era usada numa acepção bem específica por médicos baianos na última década do século XIX e, de maneira generalizada, na medicina brasileira do começo do século XX.

que ela pode e deve ser aplicada ao período tratado. Neste sentido, Regis Revenin, em capítulo intitulado “Homossexualidade e Virilidade”, usa o termo extemporâneo homossexualidade num sentido muito próximo ao de Boswell, como um artifício face à diversidade terminológica para se referir ao erotismo entre dois homens na França e Europa ocidental no século XIX:

Neste capítulo o termo genérico “homossexualidade” deve ser entendido como o conjunto das relações afetivas, amorosas, culturais, sociais e/ou sexuais entre homens, quer eles se definam a si mesmos como homossexuais, e quer se trate de relações determinadas ou não (REVENIN, 2013, p. 462).

Homossexualismo e homossexual são termos que figuram na história europeia desde 1869, quando foram propostos numa carta aberta por Karl Maria Benkert<sup>4</sup>. O autor mostrava-se temeroso das consequências da aplicação geral em todo o Império alemão do parágrafo 143 do código penal prussiano, que punia a relação sexual entre homens – equiparada ao bestialismo para fins médicos e legais<sup>5</sup> (LAURITSEN & THORSTAD, 1970, p. 6-7). Michel Foucault também anotou este procedimento médico de nomear a “vegetação de sexualidade sem propósito”, embora entenda que foi um processo que visava menos reprimir do que controlar e produzir discursos sobre o sexo por meio da construção de corpos doentes/sãos e anormais/normais. Neste sentido, o século XIX teria assistido a uma mudança no tratamento do antigo sodomita, alocado dentro de um novo dispositivo da sexualidade: de um delito que poderia ser cometido por qualquer um, o erotismo entre dois homens se tornou o estigma de uma doença grave, com pouca perspectiva de cura, parte do processo de criação/perseguição das sexualidades periféricas que teria sido encetado pela medicina na época. De figura meramente jurídica, o sodomita se tornou um personagem dotado de um passado e de estigmas morais e corpóreos que o denunciavam (FOUCAULT, 1999, p. 42-44). Tais indivíduos,

---

<sup>4</sup> Benkert, também chamado Károly Maria Kertbeny (1824-1882), jornalista, escritor, advogado e tradutor. Tinha correspondência com Karl Heinrich Ulrichs e, numa carta de 1869, propõe pela primeira vez em os termos homossexual e heterossexual (HERZER, 1990, sem paginação).

<sup>5</sup> Apesar disso, a argumentação de Benkert é uma defesa da vida privada dos cidadãos no plano jurídico e não no médico. A aplicação desta legislação realmente aconteceu como parágrafo 175 do Código Criminal do Reich. Foi revogado apenas em 1994, embora sua aplicação fosse limitada desde 1973 na Alemanha Ocidental. Na Alemanha Oriental foi atenuado em 1968 e abolido em 1988. A medicina, porém, incorporou esse debate a partir de Westphal (1833-1890), médico e psiquiatra alemão, que, em 1870, escreveu sobre desordens e inversões do instinto sexual. Os três autores – Benkert, Ulrichs e Westphal – influenciaram o trabalho de Richard von Krafft-Ebing (1840-1902), que na sua monumental *Psicopathia Sexualis* oferece um conceito de homossexualidade. Esta seria a ausência do sentimento sexual normal, com o concorrente desenvolvimento de uma atração compensatória pelo mesmo sexo (JOHANSSON, 1990, sem paginação). Junto com Havelock Ellis (1859-1939) e Magnus Hirschfeld (1868-1935) constituem os maiores estudiosos da homossexualidade entre o final do século XIX e o começo do século XX. Hirschfeld, especialmente, foi um dos mais destacados ativistas da primeira geração dos direitos civis dos homossexuais.

necessariamente, teriam de passar pela chancela do médico para marcar seu grau de (a)normalidade, seja no consultório do analista, por meio do laudo do legista, seja no hospital, e mesmo em lugares menos evidentes como a alcova de casal ou a escola. Em sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault demonstrou como os corpos desses novos sujeitos se converteram em alvo das tecnologias de poder, que os submetem para que se tornem produtivos – garantindo o máximo de efetividade com o mínimo dispêndio de energia (FOUCAULT, 1998, p. 118). Se em qualquer sociedade existem amarras que foram impostas aos sujeitos, o nível quase molecular e a modalidade de controle a partir das disciplinas são novidades da sociedade ocidental moderna, preocupada com uma anatomia política que dominasse os corpos para que operassem como se quer, de maneira rápida, eficiente e conformada ao seu devido lugar. Afinal, “A disciplina, assim, cria corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 1998, p. 119). Esta noção, evidentemente, precisa ser nuançada. Ela pode dar conta muito bem do nível institucional que tenta capturar o prazer diferente do heterossexual, não dirigido ao casamento, o que levou à produção de um olhar sobre a homossexualidade (e também sobre outras sexualidades divergentes, ou sobre a prostituição, o celibato, o onanismo, etc.) preocupado em organizar aparatos de defesa da sociedade contra estes indivíduos e suas libertinagens e, depois, suas patologias. Se por um lado formou-se, assim, um discurso sobre a homossexualidade, isto é, uma rede de enunciados que tentava regular a maneira pela qual a sociedade poderia dizer e pensar o erotismo entre homens, por outro, nas fímbrias do dito e não-dito se imiscuíam formas de sentir e pensar que eram diferentes e desafiavam regras que aparentemente estavam bem estabelecidas (FOUCAULT, 2014, p. 6-7 e 24). Senão vejamos um exemplo deste processo nos termos propostos por Foucault. O texto da comédia citado no item anterior apresenta um processo de nomeação. O casamento entre Tamanduá e Tatu é considerado como algo imundo, não apenas um vício, mas o pior vício que o homem pode praticar com outros (QORPO SANTO, 1866, p. 247). Ele é construído a partir de um determinado conjunto de pressupostos – como a importância do sacramento do matrimônio, uma lei divina que unia de forma lícita homens e mulheres – que a sociedade brasileira da época mobilizava para aplicar ao caso. Esses pressupostos oferecem um conjunto de relações possíveis, um repertório de maneiras de dizer a verdade sobre esses corpos masculinos que precisam ser docilizados – no caso, deveriam buscar relacionamentos afetivos com mulheres. O fundo moral e religioso é mobilizado para produzir os enunciados, isso é,

aquilo que é dito sobre o erotismo ou afeto sexual entre dois homens – é uma imundice, um pecado.

Com o passar do tempo, esses enunciados se organizam em disciplinas. A medicina, por exemplo, tendo por base certo número de princípios sobre natureza, sexualidade, etc., organiza os enunciados, isso é, as possibilidades de expressar uma verdade sobre esses sujeitos. Assim, na tese de doutoramento do doutor Francisco Júlio de Freitas e Albuquerque, intitulada *A monomania*, encontramos referência a Mariquinhas, louco que alimentava ideias de mudança de sexo. Seguindo a doutrina de Morel, o autor apresenta o caso como um exemplo de erotomania, ou de monomania erótica, doença mental de difícil tratamento na época, fruto do predomínio de uma ideia fixa no espírito dos que padeciam desse mal (1858, p. 1 e 7-8). Um comportamento – a ideia de mudança de sexo – que destoava de uma lei natural – o instinto reprodutivo – só poderia ser um caso de loucura, de monomania. A figura do médico, por sua vez, era a única habilitada do ponto de vista científico para dar um diagnóstico e sugerir um tratamento.

Isso, evidentemente, é uma maneira de ver a questão, a partir das lentes da medicina da época, do direito, ou da religião. Existem outras, mais marginais ou até mais autônomas de proceder a esta leitura. Tamanduá, por exemplo, apesar de falar que está com uma diaba na cabeça em certo ponto da comédia e de reconhecer a estranheza do pedido defende o seu ponto de vista, entendendo que o afeto espiritual e desejo carnal por Tatu era, em algum nível, possível. Tamanduá, inclusive, é reincidente na busca por esses afetos. Afinal, anteriormente, havia querido se casar com Eustaquinho<sup>6</sup>, primo de Tatu (QORPO SANTO, 1866, p. 244-247). Em todo esse universo, há uma tensão entre aquilo que é determinado pela religião, pela moral, pela medicina, etc aquilo que é expectativa, e o que é efetivamente vivido pelas personagens. Não é por acaso que saem rasgados e aos sopapos. Esse descontrole chamava a atenção para a necessidade de regular as desordens produzidas na sociedade por esses sujeitos.

A cartografia das referências à homossexualidade mostrou-a como característica de certos indivíduos que se portavam inadequadamente do ponto de vista da sua performance de gênero, ou dentro de um conjunto de atributos negativos do masculino. Em geral, eram sujeitos que se deixavam feminizar, ou estavam perigosamente próximos do universo feminino devido à aparência física, às formas de vestir, aos hábitos, ao temperamento, ao

---

<sup>6</sup> Cabe notar que o nome está no diminutivo. Essa não é a única referência onde um homem que tinha afeto por outros homens tinha o nome do diminutivo, um apelido pejorativo ou ambos.

comportamento, etc. No final do século XVIII e na maior parte do XIX ocorreu um deslocamento do olhar médico e naturalista sobre os corpos, no qual, em lugar de pensar um sexo único com homem e mulher como graus diferentes de perfectibilidade – sendo o primeiro o mais perfeito – passou-se a um modelo de dois sexos, com a mulher como oposto complementar indispensável ao homem. A existência da relação entre ambos geraria uma harmonia natural, traduzida na vida do casal que se destinava à reprodução da espécie (LAQUEUR apud CORBIN, 2013, p. 17-18 STOLKE, 2006, p 34). A mulher, no século XIX, não é mais o inverso imperfeito, vez que este espaço negativo foi preenchido pelos homossexuais. Isso permitiu articular a dupla negação afirmadora da masculinidade dominante desde então: não ser mulher e não ser homossexual. Qualquer coisa próxima do polo oposto, qualquer fuga de script em direção ao que era impróprio era vista, na melhor das hipóteses como ridículo ou na pior como estranheza ou ameaça. Esta lógica binária influenciou os ideais de masculinidade e feminilidade que podem ser encontrados ao longo do século XIX, os quais marcavam bem os lugares de cada um: para o homem, o dever de ser um bom pai, cidadão exemplar, patriota, ordeiro e dotado do direito de atuar ativamente na esfera pública desde que cumpridos os seus deveres; para as mulheres, o dever de ser boa mãe, subserviente ao marido, passiva e relegada à esfera privada (BELUCHE, 2008, p. 44-6). Desde crianças, meninas e meninos são treinados para exercer o papel que é esperado de cada um e fiscalizar o desempenho de outros. Daí a necessidade de pensar as referências ao masculino menos como um dado universal, e mais como um processo de construção e imposição de atributos a corpos sexuados. Para encetar esta análise, os estudos de gênero que se ocuparam dos homens, chamados estudos sobre masculinidade, são bastantes férteis, já que se propõem a questionar as particularidades históricas que compõem a condição masculina em cada tempo e lugar, o *men as men* (PEROTIN-DUMONT, 2001, p. 2). A definição do *Dicionário Crítico do Feminismo* é útil por aprofundar o sentido de masculinidade, entendida como o conjunto dos atributos culturalmente específicos, baseados numa identidade social relacionada à separação dos seres humanos em metades, dadas pelo dimorfismo sexual, ilidindo situações ambíguas e intermediárias. Nesse nível é que se constitui, culturalmente, a “essência” dos homens, a qual pode ser acessada e aplicada como valorativa dos corpos sexuados, quer pelos sujeitos enquanto elementos identitários, quer pelas instituições enquanto elementos de fiscalização do comportamento adequado, isso é, socialmente aceito. Ela organiza em sistemas de hegemonia *versus* subalternidades as diferentes modalidades de

ser homem, bem como os diferentes prazeres associados, por exemplo, ao que atualmente chamaríamos de orientação sexual (AMARAL & MACEDO, 2005, p. 122-3). Como lembra Miriam Pilar Grossi, existe um atributo que costuma ser associado ao homem ao menos desde o século XIX: a atividade. Socialmente, ele é vivido – incorporado e demonstrado – por meio das ações enérgicas, vigorosas, bravas; sexualmente pela penetração, associada à defesa e vigilância das próprias nádegas, ao abrigo da feminização que estava implicada ao se deixar ser penetrado (GROSSI, 2004, p. 6). Em suma: a natureza do homem é ativa, por oposição à natureza passiva da mulher. Tal relação se revela em todos os aspectos da sociedade, segundo os médicos brasileiros, inclusive baianos. Quando um homem assume uma natureza passiva ou se identifica com tal aspecto, existem problemas que é preciso resolver. Família e escola são duas instituições que atuam nesse particular como cerceadores de comportamentos inadequados. A sátira, o deboche, é uma ferramenta que a sociedade oferece para tentar agredir e moldar esses sujeitos. Em casos muito renitentes, o asilo ou a prisão também são úteis, sempre em paralelo com violências físicas e simbólicas.

As teses da Faculdade de Medicina da Bahia aqui examinadas, em regra, não trazem muitos detalhes sobre questões relativas a etnicidade e raça, em contraste com outras fontes do período, como obras literárias, anúncios de escravos em jornal, legislações da época, etc. Ainda assim, gênero, masculinidade, sexualidade e raça estão imbricados uns com os outros. Para a ciência da época, os negros ofereciam algum tipo de risco de natureza erótica. As mulheres, todas elas, eram governadas pela necessidade de serem mães. No caso da mulher negra, especialmente escrava, os autores oitocentistas defendem que o contexto de fragilidade da escravidão, o padrão moral negativo dos estratos sociais inferiores e as necessidades naturais levavam a excessos de toda ordem e à contaminação de famílias brancas (O ATHENÊO, 1849, p. 31-2). No caso dos homens negros, o lugar de submissão era questionado pela revolta. Ele aspirava, segundo alguns autores da época, possuir as filhas das famílias senhoris, violentá-las, leitura defendida, por exemplo, no conto Simeão, o crioulo do clássico *As Vítimas-Algozes* (MACEDO, 1869, p. 1-36) e/ou fazer o mesmo com os pobres filhos famílias, já perigosamente afetados por mucamas lascivas. Esse temor da sexualidade de pessoas egressas da escravidão ou escravas deu argumentos a um certo abolicionismo conservador, comum na elite brasileira da época. Eles ganharam força em paralelo com o discurso da infantilidade dos negros, da necessidade de uma tutela por parte dos brancos para que esses sujeitos superassem, ao longo de várias gerações, a mácula da escravidão. Esse é o

tom de duas teses que, nos anos 1860, se propõem a refutar o poligenismo. Apesar de consagrarem a igualdade natural da espécie humana, reconhecem que não seria fácil superar o legado do passado colonial marcado pelo trabalho escravo (CALDAS, 1868 p. 25-32; REBELLO, 1869, p. V-VI e 5-13)<sup>7</sup>. Mesmo sem adotar os princípios do racismo científico, que serão parte da corrente principal da ciência médica no Brasil a partir dos anos 1870 (SCHARCOWZ, 2006), estes dois autores consagram uma hierarquia social muito clara entre diferentes sujeitos, justificada por componentes psíquicos (a infantilidade, a incapacidade intelectual) e físicos (sexualidade exuberante e perigosa).

Um aspecto da masculinidade tido como muito importante, especialmente na fase de aprendizado, é a submissão das emoções. É preciso saber sofrer em silêncio, aceitando estoicamente os golpes da vida, inclusive como maneira de estabelecer a diferença entre o universo masculino e o feminino. Como resume Berenice Bento: homem não tece a dor (2013, p. 38). Esta relação dura com a emoção existe desde os oitocentos. Se até o século XVIII era perfeitamente possível a um homem se emocionar e chorar, independente da razão, no século XIX essa manifestação estava reservada apenas a certos momentos (GROSSI, 2004, p. 24). De maneira livre, apenas as mulheres e as crianças poderiam se expressar em lágrimas: “O século XIX viu a exclusão do sentimento do campo das emoções demonstráveis pelos sujeitos masculinos, ou, ao menos, sua subordinação ao autocontrole precisava ser garantida. As lágrimas passaram, sobretudo, a ser dotadas de gênero” (BENTO, 2013, p. 24). Por isso são perigosos os homens passivos, submissos, efeminados, que aceitam desempenhar tarefas e/ou se congratulam com símbolos e elementos do repertório feminino.

---

<sup>7</sup> Essas duas teses mereceriam, por si sós, um estudo longo e detalhado. Primeiro a de Claudemiro de Moraes Caldas, intitulada, *As raças humanas provieram d'uma só origem?*, que se destaca pelo catolicismo militante que o leva a desqualificar Calvino insinuando que o líder protestante teria sido condenado em Genebra por sodomia, e afirma que o poligenismo é uma doutrina ímpia, protestante, que contradiz verdades bíblicas. Eugenio Rebello, que sustentou uma tese com o título *As raças humanas descendem de uma só origem?* no ano seguinte, é mais técnico. Sem duvidar da importância dos evangelhos, o autor busca explicar a diferença das raças humanas pela influência do clima, que conduzia à indolência e à degeneração a partir do desenvolvimento de caracteres negativos que se transmitem por herança. Mas essa situação era subordinada a contingências históricas: se as oportunidades e a educação fossem oferecidas, por exemplo, a negros africanos, eles teriam absolutamente a mesma capacidade de aprendizado dos brancos. A ciência de Gall, a craniometria, é duramente rebatida pelo autor, o que leva a considerar: será que a ciência brasileira no XIX era, em todos os casos, tão obediente a instruções de autores europeus? Em relação à homossexualidade, pelo menos, houve uma aclimação ao contexto brasileiro, e a dilemas como trabalho escravo e participação na vida política do país. Mas veremos isso nos próximos capítulos. Por ora basta mostrar ao leitor que os estudos encetados pelos aspirantes a médico sobre raça são sofisticados e se articulam, por vezes, com a homossexualidade. Mas mesmo quando isso não acontece, a masculinidade hegemônica se estrutura também por meio da subalternização de homens negros ou mestiços, considerados inferiores, por natureza, aptidão ou educação, aos brancos. Esta ancoragem mantinha a coesão de certos laços sociais e de muitos privilégios. Ressalte-se que a leitura de que o clima era uma variável contornável destoava do pessimismo climático que era dominante na formação de uma parte dos médicos europeus (CAPONI, 2012, p. 82) e que influenciou a medicina brasileira de maneira duradoura.

A masculinidade, como categoria relacional, se constrói em tensão com mulheres, mas também com homens que não adotam o conjunto de práticas socialmente associadas ao seu gênero ou as transgridem.

Estas características – autodomínio, firmeza de propósito, coragem, vigor, dignidade – vão ajudar a compor um sistema de normas, representações, comportamentos previstos e valores em torno da virilidade, um dos principais elementos da masculinidade no século XIX. Ela se desenha em contraste com rituais próprios da formação viril, que precisavam ser vividos para, posteriormente, ocorrer a sua negação:

Em todos os meios sociais a formação viril compreende tradicionalmente passagens obrigatórias – brincadeiras lascivas, canções libidinosas, libações, algazaras, etc. É para conjurar esses rituais que os manuais de educação valorizam, contrariamente, a força da alma, a dignidade, a consciência e a pureza dos costumes. Trata-se de fazer triunfar uma outra forma de virilidade a “virilidade cristã”: ser um homem é possuir força moral, aquela *virtus* que torna o *vir*. [...] A virilidade é, primeiramente, a plenitude da vida, a firmeza do homem em seu propósito (JABLONKA, 2013, p. 45).

Da mesma maneira, Pierre Bourdieu, em seu ensaio intitulado *A Dominação Masculina*, usa o termo virilidade para mostrar a existência de relações entre a honra enquanto um atributo moral gerador de expectativas que deveriam ser atendidas e a virilidade física, ligada acima de tudo a potência sexual entre os bérberes de Cabília (2014, p. 25). Mesmo dizendo respeito a outra sociedade, acho que este raciocínio que liga expectativas de comportamentos, firmeza, vigor corporal, honra e progresso social pode ser aplicado aos exemplos aqui considerados. Virilidade, que, no Brasil, tende a se organizar contra certos homens que destoavam em termos estéticos, sexuais e comportamentais deste processo, que se deixavam levar por brincadeiras lascivas com outros homens sem assumir o lugar que estavam habilitados a ocupar (FIGARI, 2007, 234-5). A tal ponto que se tornavam alvo da ojeriza social como sujeitos moralmente perigosos, sugerindo que por trás de toaletes elaboradas havia algo mais sinistro.

Além do conceito de masculinidade, uma noção central para esse estudo é a de masculinidade hegemônica. A referência, nesse caso, são os estudos de Raewyn Conell. A autora oferece quatro concepções de masculinidade – a essencialista, segundo a qual a definição de masculino está na biologia e na posse de um pênis; a normativa, que define padrões comportamentais do que é ser homem em determinado período; a positivista, que define como os homens são, e não o que são ou porque; e a semiótica, que remete o problema aos sistemas simbólicos que colocam o masculino contrastando com o feminino e, assim,

operando definições. Essas perspectivas, segundo a autora, são incompletas e a preocupação de Connel é a de observar como determinadas configurações históricas que esposam cada concepção surgem, e como são utilizadas em cada contexto. Nesse sentido, a masculinidade hegemônica seria aquela que pode se impor a outras, legitimando posições dominantes e garantindo dividendos aos sujeitos masculinos derivados deste *status quo* (CONNEL, 1987, p.247-8; BENTO, 2015, p. 84-8). Para efeitos do presente estudo, é especialmente importante pensar nas teses no sentido normativo, de padrões de comportamentos e atitudes que se deseja padronizar, mas que não são necessariamente seguidos na íntegra ou mesmo parcialmente pelos sujeitos sociais a que se destinam e que delas obtêm vantagens. Apesar disso, elas geram consequências para os que transgridem suas orientações, especialmente quando os atos do sujeito rompem regras tão fundamentais como a expressão de gênero ou a busca de um parceiro sexual adequado. Isso não significa que as outras quatro concepções que a autora apresenta não sirvam para compreender o pensamento dos aspirantes a médicos baianos. O século XIX foi o período no qual se estabeleceu o binarismo antagônico entre homens e mulheres, baseados na natureza, na essência de cada um. Observar de que maneira a sexualidade e, especialmente, a homossexualidade aparecem nas fontes aqui tratadas é uma tarefa que pode ser levada a cabo a partir das noções propostas por Connel.

A masculinidade hegemônica se estabelece em contraste com a feminilidade e com outras configurações possíveis, mas pouco visíveis ou pouco valorizadas, de masculino. É por isso que entendo que o processo de criação de uma masculinidade hegemônica no XIX, encetado nas teses, foi realizada em detrimento de outros atos considerados menos valorizados e, até mesmo, sinônimo de desonra. Nesse sentido, considero útil a chave analítica de Michael Kimmel, para quem a produção de masculinidades hegemônicas e subalternas, além de se suporem entre si, é simultânea (1998, p. 104-107). Afinal, a primeira se delinea em detrimento da segunda, afastando sujeitos, comportamentos, atos e afetos do que é considerado normal, desejável, honrado, positivo. Por exemplo, diversas fontes do XIX, como jornais e romances, emprestam características negativas a certas condutas de sujeitos que assumem ou encarnam uma diversidade de papéis reprováveis. Sua fraqueza de caráter em relação a outros homens, está nas características físicas, no cultivo dos excessos, no comportamento repleto de extravagâncias que, a um olhar treinado, escondem hábitos nocivos, uma herança perigosa e até mesmo doenças. Marinonio de Britto, na tese analisada em detalhe no capítulo 01, é um caso extremo, com sua comparação de condutas sexuais

nocivas atreladas ao comportamento efeminado, comuns na antiguidade, que deveriam ser evitadas (BRITTO, 1853, *passim*). Esse processo, evidentemente, é dinâmico: o discurso do que era belo, desejável, masculino, próprio ou impróprio se revestia de novas roupagens cada vez que um novo desafio na manutenção de privilégios surgia no horizonte. No final do século, por exemplo, começam a se multiplicar caricaturas de mestiços identificados como um empecilho para a viabilidade da nação. Alguns comportamentos, referidos de maneira grotesca, lentamente ingressam na galeria daquilo que servia de exemplo para não se mirar e, se possível, renegar cotidianamente (SCHWARCZ, 2014, p. 15-29).

Como se articulam o sexo e as preferências sexuais, em termos de masculinidade hegemônica e subalterna? Acredito que a resposta está no conceito de estratificação sexual. Há um sistema hierárquico de valor, que começa a se desenhar no século XIX, como lembra Gayle Rubin em *Pensando o sexo*, e que é relevante para pensar no processo de abjeção de formas de sexualidade não reprodutivas (RUBIN, 2014, p. 18; BRAZ, 2009, p. 79). Embora no seu ensaio a autora tenha se referido à sociedade americana num recorte de longa duração (1870-1970), no Brasil as formas de sexualidade não reprodutivas também não gozavam de valorização positiva. Como veremos adiante, houve uma campanha higiênica contra a libertinagem, a sífilis e a prostituição, bem como contra o celibato laico e religioso. Por outro lado, o processo de vigilância dos pequenos homens, com uma sexualidade perigosamente livre, que precisava ser redirecionada para fins reprodutivos, também ocupou os aspirantes a médicos brasileiros e baianos no período. Esse aspecto tanto é uma questão de masculinidade patriótica – reproduzir filhos fortes para a nação brasileira – como de sexualidade – não ser um sodomita, um pederasta, um homossexual. O comportamento efeminado, dado a excessos, poderia levar a formas não-reprodutivas de sexualidade e às doenças daí decorrentes. Ao longo do tempo, a homossexualidade torna-se um risco cada vez mais presente, conforme vão se acumulando diferentes comportamentos sob essa rubrica, até culminar na constituição de uma doença específica, dotada de causas, sintomas, tratamentos, etc., singulares. Certos setores da sociedade começam a encetar ou sistematizar e aprofundar perseguições contra sujeitos que, antes invisíveis, se tornam alvos.

Outra noção importante é a de abjeção. Ela se forma num processo de circunscrever os espaços específicos para os sujeitos divergentes, estabelecendo uma fronteira daquilo que é considerado normal ou anormal. Segundo Camilo Braz, o abjeto na noção de Butler, designa zonas invisíveis e invivíveis:

Abjeto designa, para Butler, aquelas “zonas invisíveis”, “inabitáveis” da vida social “que, sem dúvida, estão densamente povoadas pelos que gozam na hierarquia dos sujeitos, mas cuja condição de viver sob o signo do 'invivível' é necessária para circunscrever a esfera dos sujeitos” (BUTLER, 2002, p. 19-20). A inteligibilidade não deve ser tomada, aqui, como um campo fechado ou um sistema com fronteiras finitas. É um campo aberto. A prática social seria constituída por atos repetidos que se instituem como normatividades hegemônicas quando encobrem seus efeitos. Sendo um campo em aberto, nas margens se encontram os “sujeitos” excluídos. E eles ajudam a entender o que seria a norma. A autora se inspira aqui na leitura que Kristeva faz das idéias de Mary Douglas (DOUGLAS 1976) para a constituição da ideia de abjeção. Os corpos que “não são” tornam-se importantes para se entender as normas que constituem as subjetividades possíveis ou inteligíveis (os corpos que “são”) (BRAZ, 2009, p. 82).

Assim, construindo o abjeto, aquilo que não pode ser, em última análise ocorre a construção daquilo que é, do que pode ser, do que se deseja ser ou se aspira ser, inclusive em termos de lícito e ilícito. Esse é o sentido do deboche e das sátiras, abundantes na época, sobre efeminados, pederastas e sodomitas: marcar o limite de impossibilidade, ou, ao menos, até onde era possível ir mantendo sua masculinidade, honradez, imagem pública, intacta.

Quando se fala de normas, pode aparentar que se trata de uma realidade imóvel, que apenas subsiste nas fontes, pairando acima do cotidiano dos sujeitos. Ou que, ao contrário, as fontes refletem exatamente o mundo tal qual ele é. Mas é preciso renunciar a explicações monistas e perceber que essas normas não antecedem os atos, não preexistem à vivência enquanto práticas. Elas se realizam e se constroem no teatro das relações coletivas, por meio de atos, condutas, jeitos de corpo socialmente valorados e não fora destas práticas sociais. Daí a importância de utilizar o conceito de performatividade de gênero, proposto por Judith Butler para destacar os aspectos mais comportamentais do gênero:

Esses atos, gestos, e atuações entendidos em termos gerais são *performativos* no sentido de que a essência ou identidade que por um lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade (2010, p. 194)<sup>8</sup>.

Em suma: ao empregar o termo masculinidade, pretendo salientar os atributos negativos e positivos do que é próprio do homem, especialmente destacando a maneira pela qual estes terminam funcionando como normas de inculcação e modelos de conduta. Nas fontes, este processo é evidenciado mais claramente por meio de injunção e repressão a determinados comportamentos. Daí porque a vigilância diligente daqueles que tinham o dever de cuidar da forjadura de novos homens era frequentemente invocada: pais e mães

<sup>8</sup> Itálicos presentes no original da obra.

preocupados, diretores dos colégios às voltas com os perigos das más companhias e de livros impróprios, e os médicos oitocentistas que queriam curar uma sociedade doente por meio da adoção de hábitos higiênicos. É necessário ressaltar que essas regras de comportamento não funcionam por meio de proibições em todos os momentos. Em verdade, elas criam condições para nomear o que é visto, de tornar o que é um conjunto disperso de condutas num objeto nomeável e em seguida propor a sua (des)valorização. Gênero e sexualidade, masculinidade e feminilidade estavam assim imbricados no estabelecimento de papéis hierarquicamente situados:

Primeiro veio a reprodução das desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres, justificada pela diferença do sexo. Em seguida o que era efeito tornou-se causa. A diferença dos sexos passou a fundar a diferença de gêneros masculino e feminino que, de fato, historicamente antecederam. O sexo autonomizou-se e ganhou o estatuto de fato originário. Revolucionários, burgueses, filósofos, moralistas, socialistas, sufragistas, e feministas, todos estavam de acordo em especificar as qualidades morais, intelectuais e sociais dos humanos partindo da diferença sexual entre homens e mulheres (LAQUEUR apud COSTA, 1999, p. 120).

Seja como for, tais elementos enfatizam a construção social e moral de uma masculinidade modelar num sentido que aliava cultura e biologia, rejeitando para isto configurações alternativas, que passaram a figurar como excrescências advindas de excessos sexuais ou de uma eventual falta de direcionamento dos instintos biológicos de sujeitos dotados de uma moral duvidosa. Para estes e seus descendentes o destino era a morte, e daí a pluralidade de libertinos, efeminados, maricas, ou mais raramente pederastas e sodomitas que são referidos de maneira negativa e condenatória ao longo do século XIX em variados suportes – manifestamente os de natureza médica.

## **2 A homossexualidade no Brasil oitocentista**

A orientação dos estudos de gênero permite que as referências tão plurais à homossexualidade ganhem uma espécie de unidade de sentido que convém não ignorar. Tal possibilidade foi apontada, para compreender o tema no Brasil, por Peter Fry num dos ensaios de seu famoso livro *Para Inglês Ver*, no qual evidenciou a relação íntima entre a construção de padrões de masculino ao longo de todo o século XIX e referências negativas que estes faziam à homossexualidade, apresentada como uma maneira de categorizar indivíduos divergentes. Num primeiro momento, a forma de se referir a estes sujeitos era apenas jocosa, mas ao longo do século os sujeitos passam a ser destacados como homossexuais em razão de

atributos fixos e bem marcados na biologia (1982, p. 87-115). Já Carlos Figari, em recente estudo sobre o homoerotismo no Rio de Janeiro, intitulado *@s outr@s cariocas*, apontou uma possibilidade instigante para lidar com a dispersão de fontes, que complementa a proposta de Fry. O autor analisou figuras que eram mencionadas de forma negativa em jornais, como os jovens dândis da elite carioca e os atores pobres que tinham em comum a ambiguidade entre o masculino e o feminino no vestir e na maneira de se comportar. Interessa pensar a representação destes sujeitos, que ou eram homossexuais ou aos quais se reconhecia esta possibilidade devido a uma aproximação irregular com o feminino, e assim foram colocados como exemplos da corrupção dos tempos em que se vivia (2007, p. 217-223). Novamente, existe um processo de captura e de enredamento de formas de comportamento que passam a ser ditas de uma determinada forma.

Uma das obras mais importantes para a história da homossexualidade no Brasil é *Além do Carnaval*, de James Naylor Green. O autor, partindo da relação entre a atitude brasileira diante da homossexualidade, que oscila entre a tolerância da ambiguidade com o feminino no período de festas carnavalescas e a intolerância e violência socialmente generalizadas, faz um estudo sobre o tema desde 1898 até os anos 1970. A obra, que se detém essencialmente sobre o Rio de Janeiro e São Paulo, identifica um conjunto de atitudes diante de homens que buscavam erotismo com outros homens que, em verdade, remontam pelo menos à segunda metade do século XIX<sup>9</sup>.

Em primeiro lugar, Green detecta o processo de identificação da efeminação como um tipo de conduta que precisava ser renegado na masculinidade dominante. Ao mesmo tempo, era o elemento mais evidente, tomado como referência e marcador de anormalidade por médicos, policiais, juristas, peritos, etc.:

Desde o final do século XIX, quando médicos, advogados e outros profissionais no Rio de Janeiro começaram a escrever sobre o erotismo entre pessoas do mesmo sexo, a tendência tem sido enfatizar o indicador supostamente mais óbvio de tal comportamento. Homens efeminados que frequentam lugares públicos, vestidos de modo extravagante e adotando maneirismo e vestuário associados à mulher, figuram de modo destacado nessa literatura precoce (GREEN, 1999, p. 30).

Esse processo de identificação do vestuário extravagante e/ou feminino com condutas sexuais impróprias também foi estudado na Bahia por Jocélio Telles Santos, no artigo

---

<sup>9</sup> O período de maior influência do saber produzido por médicos, sanitaristas, advogados e engenheiros foi o século XX. Ainda assim, desde muito antes existia a produção de um discurso sobre sexualidades e afetos divergentes, identificados com um risco social que circulava pela sociedade brasileira, ameaçando o desenvolvimento nacional.

“*Incorrigíveis, afeminados e desenfreiados*”<sup>10</sup>. Neste trabalho, o autor remete o ato de travestir-se pelo menos à segunda metade do século XIX, a partir de periódicos que denunciam a presença desses indivíduos em locais públicos na cidade de Salvador à época, frequentemente pedindo medidas do chefe de polícia contra esses sujeitos (TELLES, 1997, passim). Assim como Kimmel identifica a produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas, onde um tipo necessita excluir de sua normatividade atos que são negativados, cabia aos homens brasileiros renegar toda a relação com o feminino, inclusive a possibilidade do erotismo com outros homens. Esse processo, evidentemente, data de muito antes. Como veremos nos capítulos que seguem, periódicos baianos desde os anos 1850, e mesmo antes, execram homens efeminados como exemplos do que não fazer e tratam esse processo dentro de um enquadramento moral e médico.

Mas as reflexões de Green não se encerram neste trecho. No capítulo que trata da *belle époque* tropical, o autor lembra do papel discricionário que a polícia possuía para punir sujeitos que buscavam relações eróticas e afetivas com outros homens. Desde o Império, ao abrigo do Art. 280 do Código Criminal, os atos homossexuais poderiam ser considerados como uma ofensa à moral e aos bons costumes, cabendo à autoridade policial essa definição do ponto de vista da aplicação. Em 1832, por sua vez, o Código de Processo Criminal reforçava as punições aos que incorriam em crimes de vadiagem, prostituição ou ofensa a moral e aos bons costumes determinando que assinassem, perante o Juiz de Paz<sup>11</sup>, um termo de bem viver.

No período republicano, por sua vez, quatro institutos penais permitiam a perseguição de homossexuais pelos agentes punitivos do Estado brasileiro. Dois deles, relacionados à vadiagem e à travestinidade eram contravenções (Arts. 379 e 399), e sua punição era ligeiramente menor em termos de enclausuramento. Por outro lado, os artigos sobre violência carnal contra um ou outro sexo (Art. 266), e o ultraje público ao rigor (Art. 280) punem com mais dureza, podendo a pena variar de um mês a seis anos o encarceramento. Seja como for, embora sem um tipo penal específico, como foi a sodomia durante colônia, a homossexualidade era questão de polícia, tanto quanto de moral<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Aspas presentes no original.

<sup>11</sup> Vale ressaltar que, até as primeiras décadas do século XX, esse cargo era eletivo e não exigia o bacharelado em Direito. Eram eleitos por distrito, subdividido em quarteirões, e davam julgamento a causas até o valor de cem mil réis, com encarceramento máximo por seis meses, ou contravenções penais definidas nas posturas municipais (CÓDIGO DE PROCESSO CRIMINAL, 1832, sem paginação).

<sup>12</sup> Tradicionalmente no Direito Penal Brasileiro os delitos se dividem em crimes e contravenções. Este segundo

Green compreende que, no último quartel do século XIX e começo do século XX, a homossexualidade foi interpretada dentro de uma rede de discursos religiosos jurídicos e médicos. A recepção negativa generalizada ao romance de Adolfo Caminha, *Bom Crioulo* (1895), por exemplo, seria fruto deste conjunto de representações elaboradas por médicos, juristas, literatos e jornalistas que formavam o repertório disponível para dizer das relações eróticas e afetivas entre homens:

Embora diferentes autores tenham articulado teorias diversas sobre a origem, a natureza e a atitude apropriada do público e do Estado diante dos homens que apreciavam o sexo com outros homens, o efeito global dessas várias abordagens acaba por criar uma imagem negativa daqueles que se envolviam em tais atividades eróticas (GREEN, 2001, p. 77-8).

Neste trabalho, vamos explorar um dos discursos dessa rede, o realizado pelos médicos em relação a sujeitos homossexuais. Ressalvado o fato de que o período de maior influência dessas teorias foi a primeira metade do século XX, as elaborações datam de muito antes. Aliás, é nesse sentido que a afirmação de James Green na obra *Frescos Trópicos*, de que há poucas menções a homossexuais antes de 1870, não é totalmente exata (GREEN & POLITO, 2007, p. 17). Com efeito, a homossexualidade era um tema marginal comparado com outros. Contudo, os poucos registros que possuímos talvez digam mais sobre o número relativamente pequeno de pesquisas, bem como rementem à necessidade de realizar uma leitura criativa das fontes (GREEN, 2001, p. 36).

A história da sexualidade no Brasil também passa pelo desenvolvimento de um interesse cada vez maior por parte dos médicos sobre temas relativos aos homossexuais. O aparecimento do termo aqui é mais tardio que na Europa: apenas nos anos 1890, em círculos restritos de médicos e juristas, figurando a partir de então como uma das diversas expressões possíveis para se referir à prática sexual entre pessoas do mesmo sexo, o que constitui um problema quando se trata de estudos desta temática no século XIX. Afinal, a multiplicidade de referências cifradas, com uma linguagem repleta de eufemismos, é um dos elementos que dificultam a pesquisa sobre o tema no período. Neste sentido, a documentação médica

---

tipo designa, geralmente, um crime de menor potencial ofensivo. Nelson Hungria, eminente penalista da primeira metade do século XX, define a contravenção como um “crime anão” (SILVEIRA, 1977, p. 285). A punição desses tipos penais, durante o período imperial, era justificada na doutrina brasileira como uma maneira de incriminar menos pelos males do ato em si e mais pelos “perigos e males á que podem dar ocasião” e que “punindo-os, a justiça se basêa no dever, que tem de prevenir os crimes mais graves, que delles poderiam provir” (OLEGARIO apud SILVEIRA, 1977, p. 285). Não obstante a aparente brandura que os textos legais e a doutrina jurídica podem sugerir, a contravenção era uma conduta delituosa e os punidos enfrentavam o aparelho penal brasileiro em toda a sua desumanidade.

produzida na Bahia ao longo de todo o século XIX constitui um valioso manancial de informações não apenas sobre a vida social do Brasil urbano daquele período, mas também sobre temas que faziam referências diretas e, sobretudo, indiretas a práticas sexuais divergentes, entre as quais a homossexualidade.

### **3 A Faculdade de Medicina da Bahia na segunda metade do século XIX (1850-1900)**

Antes de adentrar no assunto, acredito que é necessário estabelecer os traços gerais que caracterizam a existência da Faculdade de Medicina da Bahia durante o século XIX, bem como as formas pelas quais seus membros, quer alunos quer professores, integravam-se com o cotidiano da capital baiana. A historiografia sobre o tema debate o papel desta instituição na cidade de Salvador e no Brasil, e com frequência optou por destacar a pouca aplicabilidade das instruções médicas na capital. Para esses historiadores, a faculdade baiana no século XIX não tinha uma produção científica capaz de balizar de forma sistemática e contundente políticas públicas de natureza médica e sanitária. Mesmo trabalhos de maior relevo, como os encetados pela Escola Tropicalista Baiana, esbarravam no pouco interesse que o poder público teria em adotar as normas indicadas pelos médicos para alcançar o progresso em moldes europeus (RIOS, 2001; EDLER, 2002).

Havia, de fato, percalços para os médicos exercerem sua profissão no século XIX. Recorrer aos doutores era sempre a última opção para a maior parte das pessoas. Antes deles, sempre havia a possibilidade de tisanas, chazinhos, mezinhas, e, até mesmo, feiticeiros e médiuns. Os purgativos eram especialmente importantes, e receitados de maneira indiscriminada:

Olhando para a cidade e seus costumes, identificando neles permanências de um passado que insistia em ser presente, Hildegardes Vianna, em sua crônica intitulada *A era dos purgativos*<sup>13</sup>, traz-nos de volta um tempo precioso para as questões que nos ocupamos. Trabalhando com memórias de familiares, ou relatos de outros memorialistas, remete-nos a um cotidiano, que lidava com as doenças e a saúde da família sem que a presença do médico fosse, de fato, a mais importante. Segundo a folclorista, o uso indiscriminado de receitas domésticas de purgativos indica a pouca crença na medicina e nos médicos. Usadas sob qualquer pretexto (constipação, afecções hepáticas etc.) as receitas se multiplicavam: sulfato de sódio ou de magnésio, sene, maná, óleos diversos (RIOS, 2001, p. 34).

Jornais baianos do século XIX, ao lado de reclames de contas atrasadas, de navios que

---

<sup>13</sup> Itálico presente no original da obra.

partem para a Europa, de recompensas pela captura de escravos fugidos, de sapatos de cetim para senhoras anunciavam também “elixires antibiliosos” capazes de curar “todas as moléstias do estomago, baço, fígado, etc” (O CONSTITUCIONAL, 1852, p. 4). No final dos anos 1860, entretanto, a corporação médica começa a recrudescer contra praticantes rivais: em um extenso artigo sobre a punição do português Antonio Herculano Porciuncula pelo Conselho de Salubridade Pública de Portugal em razão crime de vender remédios secretos para o tratamento de moléstias herpéticas, a *Gazeta Médica da Bahia* esbraveja contra os charlatões que, sem ter o título ou frequência na faculdade, exerciam a profissão de médicos. Em pelo menos um caso, o artigo se refere à indicação feita pelo governo imperial de um engenheiro para o posto de oficial-médico da Guarda Nacional, sem que ele tivesse o diploma para exercer esta função. Pior ainda, o indicado, antes da carreira militar teria atuado como curandeiro em Feira de Sant’Anna. Para os editores da gazeta, esse verdadeiro absurdo deveria ser profundamente repudiado pela sociedade, muito embora contasse com impunidade e certa sedução para alguns de espírito fraco (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1868, p. 218). Conforme se aproxima o final do século, os elixires começam a propagandear que foram aprovados pela junta de higiene pública.

Estas disputas em torno do mercado da doença e do direito de exercício da profissão eram, também, disputas sobre quem estava habilitado a dizer a verdade sobre corpos doentes, e os médicos dos meados do século XIX estavam preocupados em demarcar muito claramente as regras e os princípios a partir dos quais era possível dizer algo sobre o tema. Nessa empreitada, ocorriam conflitos do ponto de vista mais interno. A homeopatia, por exemplo, era objeto de depreciação dos médicos baianos pelos menos desde os anos 1840 do século XIX. A tese de concurso do Dr. Joaquim de Sousa Velho, intitulada *Pode-se admitir uma medicina substitutiva?* apresentou uma pesada crítica ao trabalho de Hahnemann<sup>14</sup>, argumentando que, mesmo que o princípio da similitude dos efeitos defendido pelo autor alemão (isso é, que o melhor remédio contra determinada moléstia era uma substância capaz de produzir o mesmos efeitos irritantes da moléstia) fosse aplicável, esbarrava no desconhecimento sobre as causas da maior parte das doenças internas do corpo humano (VELHO, 1845, p. 9-10). Outros médicos, por sua vez, foram ainda mais longe e equipararam a homeopatia ao charlatanismo. Defendiam que, além das dúvidas sobre o princípio da similaridade dos efeitos, a ideia de que uma parte infinitesimal dissolvida em

---

<sup>14</sup> Samuel Hahnemann (1755-1843) médico saxão, considerado pai da homeopatia, autor do *Organon de Hahnemann*.

água pura dezenas de vezes produziria algum efeito curativo era absurda (CHERNOVIZ, 1890 p. 152-154). Além disso, nas décadas seguintes, periódicos ligados aos integrantes da Faculdade de Medicina da Bahia criticavam duramente a homeopatia. Isso não obstou que muitos médicos tivessem se desligado da FAMEB e se tornado homeopatas. Pelo menos um deles alcançou sucesso com um dicionário de homeopatia, fonte que curiosamente faz referência à homossexualidade (MORAES, 1872, p. 405-6).

A desconfiança da população e o espaço para práticas de cura alternativas tinham razão de ser. Para começar, a formação dos médicos era precária: ao longo de todo o século, a Faculdade de Medicina da Bahia recebeu menos recursos que a da Corte, tinha poucos professores, instalações inadequadas, pequena quantidade de instrumentos cirúrgicos, e um gabinete de anatomia apenas razoável dado pelo diretor e professor de física, o britânico Jonathas Abbot (RIBEIRO, 1997, p. 145-154)<sup>15</sup>. A instituição funcionou nos primeiros tempos nas dependências do Hospital da Santa Casa de Misericórdia sob os nomes de Escola de Cirurgia da Bahia até 1813, e de Academia Médico-Cirúrgica até finalmente transferir-se para o Terreiro de Jesus em 1832, finalmente sob o nome de Faculdade de Medicina da Bahia. O funcionamento, contudo, era apenas um pouco melhor, contando com uma biblioteca limitada e instalações que ainda eram pouco adequadas (TEIXEIRA, 1999, p. 116-7).

A reforma de 1854 é o grande marco da metade do século. Nasceu com a manifesta intenção de garantir melhoras no ensino, e de fato proporcionou mudanças nos estatutos, na estrutura do curso e nas instalações. Foi lembrada de maneira elogiosa nas Memórias Históricas da faculdade por ter fixado algumas regras importantes, muito embora os autores reconheçam que não foi integralmente cumprida. Certos equipamentos necessários a uma boa formação dos médicos, como uma biblioteca bem provida, instalações adequadas, horto de plantas etc. foram implementados de maneira lenta, pouco efetiva, ou deixadas de lado sem o envio de recursos para a sua construção ou manutenção (RIBEIRO, 1997, p. 32-4 e 49-50)<sup>16</sup>. Além disso, as aulas eram objeto de críticas generalizadas. Os professores eram pouco preparados na própria profissão, mais preocupados com o que se poderia chamar de discurso

---

<sup>15</sup> O gabinete, porém, era motivo de orgulho para a Faculdade. Para se ter uma ideia, ele surpreendeu tanto o imperador D. Pedro II em sua visita no ano de 1859 que, ao final da viagem, ele concedeu a Jonathas Abbot a prestigiosa comenda da Ordem de Cristo (JACOBINA, 2013, p. 380).

<sup>16</sup> A biblioteca, por exemplo, demorou a ser montada, mas cresceu progressivamente ao longo de todo o século. Muito se perdeu, entretanto, com o incêndio de 1905. O horto de plantas foi criado duas vezes, mas a falta de recursos para sua manutenção tornou efêmeras as duas iniciativas.

beletrista e com o prestígio de ser professor da Faculdade de Medicina<sup>17</sup> do que com o desenvolvimento de melhoras do ensino ou pesquisas empíricas na área. Em grande parte do século – ao menos até os anos 1870 – a instrução era marcadamente teórica, ao extremo da clínica obstetrícia ser ministrada por meio de um manequim, e os médicos saíram recém-formados sem qualquer tipo de experiência prática nesta cadeira (RIBEIRO, 1997, p. 52; RIOS, 2001, p. 102).

Estas peculiaridades do ensino, naturalmente, foram se modificando ao longo do século XIX. Nos anos 1870-80, apesar das críticas que podem ser observadas nas Memórias Históricas da faculdade, houve um melhor aparelhamento em termos de laboratórios, a contratação de novos professores, bem como o movimento de valorização do ensino empírico sobre o teórico. A experiência dos professores e estudantes baianos que haviam combatido na guerra do Paraguai deu fôlego a este movimento de renovação, já que este grupo tinha os maiores entusiastas do ensino mais prático. Além disso, as ideias novas da geração de 1870 também encontraram espaço na única instituição de ensino superior da Bahia, principalmente o positivismo, com a sua chamada a um método experimental de conhecimento, elemento indispensável para o avanço das ciências naturais e, concomitantemente, para o desenvolvimento da sociedade (A EVOLUÇÃO, 1879, p. 83-6).

Apesar das limitações de penetração de suas ideias, a Faculdade de Medicina era uma das principais instituições com a qual o governo provincial dialogava em momentos de necessidade. Na epidemia de cólera em 1855, os estudantes e professores da ajudaram na contenção do flagelo que grassava na capital e no resto da província. Chegou mesmo a ser fechada em agosto do mesmo ano. Segundo Ribeiro,

a FMB [Faculdade de Medicina da Bahia] funcionava como um órgão consultivo do governo provincial em questões médicas e de saúde pública. Durante a grande epidemia de cólera que assolou a Bahia (1855) o governo solicitou à FMB um parecer sobre as medidas sanitárias a serem adotadas para a contenção da epidemia. Os trabalhos da Faculdade foram suspensos por alguns meses, professores e estudantes enviados a postos de combate à doença em Salvador, no interior e mesmo em outras províncias nordestinas (RIBEIRO, 1997, p. 17).

Esta epidemia deixou cicatrizes na província da Bahia, em particular na capital. A partir dela, modificaram-se as atitudes dos baianos diante da morte e o costume rendeu-se às novas regras sobre o bem morrer, agora devidamente higienizado (REIS, 1999, p. 140-141).

---

<sup>17</sup> Kátia Mattoso lembra que, na Bahia durante o século XIX, a carreira das letras trazia muito prestígio aos seus membros (MATTOSO, 1999, p. 165). Dado que a Faculdade de Medicina da Bahia era um dos poucos centros de formação nacional.

Os enterramentos em igrejas foram proibidos desde então, e as legislações dos anos seguintes puniam com multas a realização de rituais fúnebres que estivessem em desacordo com aquilo que era higienicamente apropriado. O Código de Posturas Municipais de 1873, no título III, Higiene Pública, dispõe detalhadamente sobre a proibição do enterramento de igrejas e o intervalo mínimo da abertura de carneiros. O fim era impedir a disseminação de doenças a partir dos miasmas nocivos derivados dos cadáveres em decomposição, caso as tumbas fossem abertas antes do tempo. Esta política pública, bem como outras, eram inspiradas pela Faculdade de Medicina da Bahia (POSTURAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE S. SALVADOR, 1873, p. 45-46). A aplicação da legislação inspirada pela higiene até poderia ser imperfeita, mas o mundo da política e o da sociedade não são totalmente impermeáveis aos debates sobre medicina, corpo e saúde que os acadêmicos desenvolviam. Em outros momentos durante o século XIX, os estudantes e professores foram transformados em agentes do Estado. Serviram, como já foi dito, nos hospitais de sangue durante a guerra do Paraguai entre 1865 e 1870, bem como durante a guerra de canudos em 1897<sup>18</sup>.

Ser médico na Bahia do período também era aspirar à carreira política, vez que as faculdades de Direito e Medicina no Brasil no século XIX constituam os principais centros formadores da elite dirigente imperial. O diploma era praticamente um requisito para poder participar da política – sendo esta expectativa de alguns dos estudantes. Nos bancos da universidade se estabeleciam laços de amizade, aprendia-se a cultura humanística e, mais tarde, científica indispensável ao exercício dos cargos eletivos. Evidentemente, nem sempre a carreira política estava garantida. João Barbosa de Oliveira, pai do jurista Ruy Barbosa, amargou ao longo de toda a vida não ser chamado a compor os governos provinciais e nacionais, dominados entre os anos 1840 até 1860 pelo Partido Conservador. Apesar de eleito para a deputação geral entre 1861 e 1868 não logrou sucesso como político. Vale dizer que a exigência da passagem pelos bancos da Faculdade de Medicina com vistas à política era criticada por certos professores como um desvio da função principal da instituição, que deveria ser garantir uma formação de qualidade e médicos em número suficiente para as necessidades da província. Parecia absurdo que a Bahia formasse tantos médicos e tivesse tantas deficiências neste particular (A UNIÃO, 1854, p. 3-4; O ATHENÊO, 1850, p. 1-2).

---

<sup>18</sup> Vale dizer que o crânio de Antônio Conselheiro foi enviado para Salvador, onde veio a ser estudado por Nina Rodrigues, em seu livro *As colectividades anormaes* obra publicada postumamente em 1939. O autor, entretanto, já havia abordado o assunto em francês, com um artigo intitulado *Edipémie de folie religieuse au Brésil* nos *Annales médico-psychologiques* (BRAZIL-MÉDICO, 1899, p. 1).

Nos anos 1870, a elite imperial se deparou com os dilemas causados pela desordem oriunda da falência da ordem escravocrata (ALENCASTRO, 1999, p. 16-17 e 87-91) e pelas críticas internas de sujeitos influenciados por ideias liberais, positivistas, evolucionistas, social-darwinistas etc. que desejavam emendar o Brasil e guiá-lo rumo à civilização em moldes europeus. Era preciso tentar, de alguma maneira, a conciliação entre os valores da sociedade profundamente agrária e retrógrada, com relações de trabalho baseadas na escravidão e em relações de dependência e paternalismo, com os ideais de progresso, modernidade e civilização que se disseminavam no Brasil da época e explodiram em periódicos, na literatura, na organização de movimentos políticos, etc. A saída era tentar reformar a sociedade e/ou construir um novo regime, desde que garantindo hierarquias sociais arraigadas (SCHWARCZ, 2005, p. 26-7). Esses dilemas de intra-elite da chamada “geração de 70” se acoplaram às profundas comoções sociais que deram espaço para o crescimento do abolicionismo na esteira da Lei do Ventre Livre (1871) e do movimento republicano a partir do manifesto de 3 de dezembro de 1870. Angela Alonso, ao tratar do tema, resume muito bem a conjuntura geral no Brasil daquele período:

Do processo sociopolítico das últimas décadas do Império, três dimensões são relevantes para entender a formação do movimento intelectual da geração de 1870. Primeiro, a configuração de um dilema intra-elite: a percepção da necessidade de reformas essenciais na organização da economia e do sistema político e o temor de abalar as instituições políticas e a ordem social abriram uma crise que desestabilizou o precário equilíbrio entre as facções da elite imperial e enfraqueceu o regime monárquico. Segundo, os recursos materiais, políticos e simbólicos de todos os grupos sociais foram afetados tanto pela crise política quanto por uma modernização conservadora, gerando simultaneamente descontentamentos e possibilidades de expressá-los. Os contornos da população capacitada para a mobilização política se dilatavam: vários grupos sociais marginalizados pelo arranjo político imperial adquiriram condições para expressar publicamente seus dissensos e projetos. Terceiro, a combinação entre mudança social e crise política forçou a explicitação das assunções tácitas do universo cultural do Império no debate público, gerando uma 'clarificação' (ALONSO, 2002, p. 42).

A partir daí se fortaleceu ainda mais a crença dos próprios médicos, engenheiros, advogados, professores, nos poderes da ciência para salvar a sociedade e na vocação dos seus “sacerdotes” para executar este resgate dentro da ordem vigente. Afinal, eles afirmavam possuir o repertório adequado para interpretar as grandes questões brasileiras e propor e aplicar soluções em todos os níveis. Luiz Felipe de Alencastro, em seu artigo “Vida Privada e Ordem Privada no Império”, exemplifica essa relação complexa entre medicina e sociedade brasileira. O lar doméstico, antes sob a autoridade incontestável do pai de família e com relações entre homens e mulheres rigorosamente definidas, viu adentrar em seu recesso o

médico propondo novos arranjos e lugares. Mas, para isso, foi necessário que o médico se inserisse nas redes de relações de clientela do modelo tradicional de família. Alçado à condição de compadre, o médico poderia lentamente modificar as concepções gerais de saúde e educar os hábitos de maneira higiênica (1999, p. 75). Evidentemente, isso não impediu que os sujeitos que deveriam aderir às ideias higiênicas de maneira entusiástica adotassem as orientações de maneira incompleta ou optassem outras possibilidades terapêuticas e, até mesmo, nada fizessem. Afinal, embora a sociedade e o poder público fossem permeáveis aos debates levados a cabo nos centros de saber imperial, a penetração não era completa. Dentro deste dilema, de conciliar modernidade e hábitos arraigados, surgiram as adaptações das doutrinas europeias em função das necessidades brasileiras, tanto nas letras quanto nas ciências. Foi o caso, por exemplo, das teorias sobre a raça no Brasil, que importavam da Europa a noção de que existiam diferenças biológicas que explicavam a inferioridade de largos setores da população, ao lado da crença nos efeitos positivos da miscigenação, em lugar de considerar este fenômeno sob uma ótica negativa (SCHWARCZ, 2005, p. 41). Este processo de dissenso interno de propostas, em contraste com o consenso sobre os lugares apropriados aos sujeitos sociais gerou, por exemplo, o liberalismo brasileiro de cariz notoriamente oligárquico e excludente (ALONSO, 2002).

As Faculdades de Medicina eram espaços de produção e reprodução de saber, ao lado dos Institutos Históricos e Geográficos e das Faculdades de Direito e os projetos de nação eram, senão elaborados, pelo menos discutidos ali. Sua aplicação nem sempre era possível, e os médicos do século XIX, embora invocassem o dever de sanear e higienizar o Brasil, não tinham senão as possibilidades que as circunstâncias ofereciam, marcadas pela precariedade do ensino e do estado sanitário nas províncias. Seu papel, evidentemente, não pode ser exagerado, mas também não é correto cometer o mesmo exagero com os sinais trocados e afirmar que o saber formado naquela instituição era puramente teórico e sem possibilidade de ser aplicado ou, ao menos, difundido na sociedade. Além disso, pelo menos desde os anos 1850 os estudantes e professores da Faculdade de Medicina da Bahia participavam da sociedade e da política, sobretudo na capital, por meio de periódicos repletos de longos artigos sobre escravidão, liberalismo, celibato, libertinagem, educação na Bahia, ao lado de temas mais próximos da doutrina médica como as febres palustres/malária, os miasmas mefíticos, a amamentação por amas de leite escravas e/ou contratadas, os males da sífilis, etc. Os estudantes e professores não se escusavam nem mesmo de enviar poemas, contos e

crônicas sobre a vida cotidiana na província da Bahia. Neste particular, participação na ciência e na cultura se encontram: instituições como a Faculdade de Medicina da Bahia, ao lado do Instituto Literário Baiano, do Instituto Histórico Baiano, dentre outros, funcionaram como aglutinadores e centros da vida literária e cultural da cidade e, assim, parte do saber médico circulava entre os leitores de periódicos da capital. Em certa medida, a inclinação literária e periodista é uma característica geral do século XIX em relação às elites educadas. Até colégios baianos secundaristas possuíam, via de regra, grêmios literários que promoviam serões elegantes chegando mesmo a editar jornais estudantis. Não se deve considerar apressadamente os trabalhos literários dos médicos baianos, tratando-os como um mero divertimento, sem maior significado. Muitos dos integrantes dos organismos de associação estudantil da Faculdade de Medicina da Bahia participaram, por exemplo, de movimentos políticos a exemplo do abolicionista, do positivista e do republicano e usavam estes periódicos como tribunas para a difusão de ideias. A produção literária, pois, era profundamente politizada. Um bom exemplo da amalgama de medicina, política e ideias de modernidade e civilização é a adoção do abolicionismo por membros da Faculdade de Medicina da Bahia. A primeira sociedade abolicionista brasileira, inclusive, foi fundada em 1852, por estudantes desta instituição (BRITO, 1996, p. 20-1). Ao longo do século, a crítica a escravidão era comum nas teses sustentadas pelos estudantes sextanistas, nas quais figurava como um horror e causa de sérios males para o Brasil. Cabia abandonar essa herança negativa da colonização portuguesa, em nome da modernidade e da caminhada da civilização e do progresso:

A escravidão, essa praga social, essa nodoa indelevel de que se manchou uma Nação, que deu leis ao mundo nos descobrimentos, na guerra, nos grandes genios que produzio, tanto nas artes, como nas sciencias, foi o mais amargo dote que nossos Avós podiam legar. Se foi meramente com vistas lucrativas que ambiciosos forão lançar grilhões a gente livre para povoar o Brazil, se foi para cercar os progressos à que este paiz, então collonia, deveria chegar algum dia, que se transportou para elle a escravatura, que não nos propomos a investigar: o que é certo, porém, é, que milhões destes infelizes, longe da patria que os vio nascer, gemem sob o pezado e sempre detestado jugo do captiveiro. Os graves embaraços que, desta assombroza Collonização d'escravos, tem soffrido o Brazil, nas artes, no Commercio e agricultura, são por todas as pessoas philantropicas tão exhuberantemente reconhecidos, que nos dispensão enumeral-os (BARROSO, 1853, p. 5).

Assim, deve-se entender que o meio cultural no qual estes médicos se locomoviam e produziam era diverso e marcado por uma intensa troca de ideias com outros setores do corpo social. A partir desta percepção, pode-se concluir que a Faculdade de Medicina da Bahia não era um mundo isolado. Estava, ao contrário, profundamente integrado à sociedade baiana da

época, dentro dos limites que uma ciência em processo de institucionalização poderia estar. A sociedade baiana, por sua vez, era permeável às discussões que ocorriam na faculdade, dentro dos limites do que poderia ser adotado nos hábitos e valores cotidianos ou do que poderia ser transformado em ideal distante, mas possível.

Senão vejamos um exemplo deste processo. Em uma tese estudada detalhadamente no capítulo 03, o internato escolar é colocado em discussão enquanto um meio propiciador de perigos para a formação dos meninos que ali viviam e estudavam. Sem a atenção dos médicos, pais e professores os internos poderiam adquirir hábitos nocivos, como o onanismo e a sodomia, que levariam a doenças ainda mais graves a exemplo da sífilis e da tuberculose (BARROSO, 1853, p. 8-9). No periódico *O Academico*, ligado aos estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia, encontramos uma série de artigos sobre a instrução pública debatendo não apenas a sua necessidade e as cadeiras que deveriam existir com vistas a uma boa formação dos moços para as carreiras das letras e das ciências, como o papel inegavelmente moralizador e higiênico que a escola deveria promover (O ACADEMICO, 1853, p. 16). A discussão sobre os cuidados higiênicos nas escolas que estas duas fontes evidenciam se acoplava ao debate mais amplo sobre a necessidade de reformas na instrução pública nacional e, assim, dentro das possibilidades da época, havia um universo de discussões comuns entre médicos, estudantes universitários, leitores dos periódicos e políticos brasileiros<sup>19</sup>.

Um dos grandes temas partilhados era a higiene. Esta questão parece tão importante na época que colégios faziam anúncios em jornais do século XIX propagandeando, ao lado de métodos de ensino mais efetivos que o dos concorrentes, o asseio, salubridade e higiene dos edifícios (TAVARES, 2012, p. 132-137). No interior de Pernambuco, o usineiro Sebastião Antônio de Acióli Lins<sup>20</sup>, Barão de Guaicana, apesar de não ter nenhum tipo de instrução formal em medicina – tinha formação jurídica – era um entusiasta da homeopatia, ministrando tinturas e beberagens aos que lhe eram próximos, além de acompanhar de perto a saúde do filho e do irmão (MELLO, 1999, p. 408-437). O costume das mezinhas e chás, nesse caso, encontrava-se com formato de um saber formal, baseado em princípios supostamente efetivos

---

<sup>19</sup> Durante o Império a discussão sobre educação foi tão importante que gerou pelo menos dois pareceres sobre a instrução pública da autoria de Ruy Barbosa, e uma legislação eleitoral excludente: a Lei Saraiva de 1881, que em seu Art 6º § 4º indiretamente proibia o voto aos analfabetos ao exigir que o alistamento eleitoral fosse realizado por escrito pelo eleitor ou por procurador legalmente por ele constituído (LEI SARAIVA, 1881, sem paginação). Vale ressaltar que esta legislação foi incorporada à Constituição de 1891. O voto dos analfabetos apenas foi autorizado a partir de 1985. Em 1988, foi consagrado na Constituição (A LUTA..., 2013).

<sup>20</sup> Antônio Sebastião de Acióli Lins (1829-1891) era um dos principais líderes liberais pernambucanos, além de ser um notório abolicionista.

em devolver a harmonia a fisiologia dos indivíduos (MORAES, 1872, p. 317-9). A *Gazeta Médica da Bahia* tinha, ao longo dos seus primeiros anos, uma seção inteira dedicada à higiene pública. Mesmo depois, raro era o número que não fazia referência aos estudos sobre conservação da saúde física e moral dos homens e mulheres. Livros de divulgação e conselhos médicos destinados ao público mais amplo também ensinavam os hábitos higiênicos, ao lado de beberagens e da definição dos costumes que podiam levar a doenças e das próprias moléstias em si – causas, sintomas, tratamentos, etc. Os editores do *Diccionario de Medicina Popular* do Dr. Chernoviz, talvez a publicação mais popular de vulgarização do saber médico, escrevem no prólogo: “Á medicina e á cirurgia consagramos muitos artigos novos e úteis, principalmente no que diz respeito á pratica. Não olvidamos a hygiene e a salubridade publicas, questões que a todos interessam” (1890, p. V). Adeptos das ideias neo-hipocráticas, os médicos discorriam longamente a respeito do papel nocivo das emanções do solo, dos ares, do clima, das estações do ano, dos regimes de chuva sobre a saúde<sup>21</sup>. O ambiente parado e estagnado da cidade de traços coloniais que era Salvador, com suas ruas apertadas, casas escuras e geminadas era piorado ainda mais pela decomposição de dejetos nas ruas, o consumo e armazenamento inadequado de alimentos, bem como os enterramentos dentro das igrejas<sup>22</sup>. Estas condições multiplicavam as pestes e surtos de febres e marcavam a insalubridade que a capital baiana possuía naquele período aos olhos dos médicos, além de incidir negativamente sobre o aspecto moral dos habitantes.

Em romances como *Casa de Pensão* (1884), que versa sobre a vida desordenada e repleta de hábitos condenáveis que os habitantes de uma república de estudantes na corte levavam, e *O Cortiço* (1890), onde o autor escreve a respeito do cotidiano insalubre da fauna urbana amoral que vivia na estalagem São Romão, Aluísio Azevedo<sup>23</sup> levanta a questão dos efeitos negativos de hábitos ou do espaço não higienizado sobre os indivíduos, quer em setores educados da população, quer em setores subalternos. Não parece equivocado, pois, considerar que a medicina no século XIX estivesse preocupada com as famílias e a formação de novos cidadãos para o jovem país latino-americano que era o Brasil, e que a higiene era o

---

<sup>21</sup> A teoria miasmática era, realmente, muito disseminada em razão da influência francesa nas faculdades brasileiras, e defendia que as doenças eram causadas por emanções nocivas que corrompiam o ar e causavam doenças (COSTA, 2013, p. 53-54)

<sup>22</sup> Vale ressaltar que uma parte significativa das sociabilidades da capital baiana passava pelo espaço das igrejas. Além das missas, ali se fechavam negócios, assistia-se a aulas, realizavam-se debates políticos, ocorria o processo eleitoral imperial; em seus arredores aconteciam quermesses, procissões religiosas, entre outros (REIS, 1999, p. 125).

<sup>23</sup> Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo (1857-1913), escritor, caricaturista e diplomata brasileiro, autor também de *O mulato* (1881).

universo discursivo ao qual se recorria para interpelar o assunto. Mas, se havia um regime higiênico para os corpos dos futuros dirigentes da nação, existia outro adequado para as classes trabalhadoras, escravos, livres pobres e egressos da escravidão. Estes sujeitos, quando deixados sem a observação do Estado se tornariam, progressivamente, sinônimo de problemas e trariam riscos para a moral a ordem pública e para a saúde. Tal era a conclusão a que chegavam os leitores de *O Cortiço*, por exemplo, onde o São Romão serve de metáfora para as mazelas sanitárias e morais comuns nas habitações populares do Rio de Janeiro finissecular. Como diz Sidney Chalhoub, em *Cidade Febril*, paulatinamente aos olhos dos médicos e dos agentes do Estado as classes pobres se tornaram sinônimos de classes perigosas e o contato com estes sujeitos significava risco de contágio. Criou-se uma homologia entre pobreza e corrupção moral, desordem pública e riscos para a saúde, a partir da qual os males do corpo social – e não só de sujeitos específicos – foram interpelados. Neste sentido, os cortiços nos quais os sujeitos desfavorecidos viviam eram alvos preferenciais:

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais [...] E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade (CHALHOUB, 2001, p. 29).

A Bahia passou por um processo semelhante. Em 1889, o jornal *o Diabo* clamava contra os cortiços e habitações populares que pessoas inescrupulosas construía em qualquer quintal, sem autorização da Junta de Higiene e dos órgãos competentes e sem o asseio e salubridade necessários, verdadeiros focos de febre e doenças infecciosas (O DIABO, 1889, p. 1-2). As críticas à salubridade urbana e a referência ao papel de fiscalização, é claro, não terminavam aí. Em *O Jogo da Dissimulação*, Wlamyra Albuquerque demonstra que, além do preconceito generalizado e de desafios de qualificação e inserção social, a população pobre, sobretudo ex-escrava, era constantemente visitada pela polícia sob pretexto de fiscalizar a higiene dos locais de habitação. Esses encontros eram, por certo, muito tensos, e marcados por uma percepção desses indivíduos como perigosos física e moralmente. Em 1881, Crispiniano, por exemplo, foi levado ao delegado de polícia por ter respondido mal aos funcionários da Junta de Higiene que haviam visitado sua casa, na ladeira do Taboão e que, para desacreditá-lo, descrevem-no como um vagabundo e sem modos de vida (2009, p. 156). Há, pois, um fundo racializado nas reformas sanitárias, que visavam conformar a população

pobre (sobretudo ex-escrava) a um lugar de submissão, na melhor hipótese, ou de marginalidade e crime, na pior.

Já citei, acima, a circulação de saber médico e higiênico no ambiente educado e/ou letrado da época. Ela se deu concomitantemente às reformas urbanas iniciadas no século XIX, que se estenderam pelo século XX adentro, e que em Salvador levaram a mudanças a exemplo de novos locais de enterramento em regiões afastadas das cidades, da iluminação urbana, do serviço de abastecimento de água<sup>24</sup>, dos serviços de transportes urbanos, da canalização de rios, etc (PINHEIRO, 2011, p. 192-199). O fato de demarcar a chegada da modernidade a partir de um conjunto de reformas, inclusive urbanas, durante o final do século XIX, não implica uma visão acrítica deste processo, que foi descontínuo e não resolveu totalmente as mazelas da capital baiana. Ao falar que Salvador tenta se modernizar, assumo que este termo não significa apenas transformações urbanas e sanitárias – a exemplo da Rua Chile que J.J. Seabra inaugurou em 1912. Também é sinônimo de bens de consumo importados diretamente da Europa, de uma vida elegante em torno de concertos, teatros, serões, folhetins e livros parisienses, de novas danças e padrões de comportamento, de novas modas e costumes, de novas teorias para interpretar a sociedade e o mundo. Era uma política (não-sistemática) de Estado, com efeito, mas também era um estado de espírito de setores letrados.

Um ponto comum aos que se valiam das ideias médico-higiênicas na época era a representação de tudo o que destoava destes princípios como algo sujo, não-civilizado, que propiciaria o contágio por doenças e/ou criaria sujeitos perigosos – basta pensar nas descrições desabonadoras das habitações de sujeitos negros e pobres referidas acima. Isso servia de justificativa para a necessidade de intervenções nos hábitos e costumes da população, bem como a prescrição de lugares sociais para cada um. Tudo isto, evidentemente, travestido de preocupação com o progresso civilizatório e, mais tarde, racial, do Brasil. Vale ressaltar que a higiene é uma questão que diz respeito ao espaço urbano. O universo da cidade era, por excelência, onde se podia buscar tanto os exemplos negativos da não-aplicação dos ideais da higiene como sinônimo de atraso e corrupção, mas também o lugar onde a intervenção era encorajada e, em certa medida, seguida. Surgiu o ideal de uma cidade sadia, purificada dos miasmas que propiciam doenças, capaz de levar as sociedades para um futuro brilhante (COSTA, 2013, p. 53). Para tal, cabia reorganizar a cidade, o corpo social, os

---

<sup>24</sup> A Companhia do Queimado cuidava do abastecimento de água em Salvador desde os anos 1850. Apesar dos elogios de viajantes como Robert Christian Avé-Lallemant (1812-1884), médico e explorador alemão, a população nem sempre estava satisfeita com o serviço.

espaços domésticos, fazendo com que trabalhassem em favor da caminhada do país rumo a civilização.

Em suma: a higiene não deve ser entendida como um conjunto articulado ou sistematicamente ordenado de ideias coerentes e bem estabelecidas na sociedade, aceitas por todos. Nem é possível afirmar que exista algum tipo de integração entre tudo o que era defendido pelos diferentes sujeitos que se intitulavam higienistas. Sequer na Europa as ideias higiênicas gozavam desta coesão de concepções e/ou de instrumentos de intervenção. Ainda assim, além de inspirar certas reformas, ela gerou um conjunto de deslocamentos de sentido e de valores na sociedade brasileira no século XIX. Primeiro, por proporcionar um conjunto de temas comuns que deveriam ser debatidos com vistas ao progresso e à criação de uma sociedade europeizada nos trópicos, e um repertório para analisar essa realidade complexa. Segundo, por ter gerado uma mudança na percepção social do que era limpeza/sujeira, pureza/impureza, asseio/ imundice e o seu papel em causar doenças que marcou o imaginário do século XIX e XX (RIOS, 2001, p. 28). O destoar das normas de higiene, de atitude pouco conveniente tornou-se um risco significativo para os envolvidos e para a sociedade em geral.

Como exemplo desta reconfiguração de puro/impuro temos os conventos. Se eram entendidos anteriormente como espaços destinados ao sagrado, de pureza física e moral porque retirados das tentações seculares, no XIX passaram a ser enquadrados pelos médicos como focos da disseminação de terríveis males para a saúde – espaços insalubres e pouco moralizados. As mulheres e, mais tarde, os homens que viviam nesses espaços estariam submetidos à possibilidade do desenvolvimento de estados mórbidos, pela submissão dos seus corpos a condições anti-higiênicas (LEMONS, 1851, p. 10-11; MARQUES, 1870, p.10-13). Outro exemplo, este de consequências extremamente importantes, foi o carnaval. Em 1840 o *Jornal no Commercio* elogiava a adoção do carnaval de máscaras em lugar do entrudo, entre outras razões, por ser mais próprio de um povo civilizado e menos nocivo à saúde (ALENCASTRO, 1992, p. 52). Entrudo e carnaval conviveram e se interpenetraram ao longo do século XIX. A progressiva separação entre os dois é marcada pela homologia entre carnaval de bailes elegantes/saúde/ civilização que a disseminação das ideias de higiene apresentou aos sujeitos sociais como paradigma do progresso, da modernidade. O Dois de Julho baiano é um bom exemplo deste processo de separação e embate tenso: convivem a festa civilizada, na qual desfilam os estudantes da Faculdade de Medicina com estandartes, antes de comemorar nos elegantes bailes das sociedades carnavalescas soteropolitanos como

a Euterpe, e a festa desenfreada da população comum (ALBUQUERQUE, 1997, p. 45-50 e 69). Alguns sujeitos aproveitavam o melhor dos dois mundos, mas eles permanecem idealmente em campos diferentes, o da modernidade oposta ao arcaísmo da festividade popular.

O uso dos citados pares – sujo como sinônimo de ignorante e bárbaro, e limpo de civilizado – ultrapassava o sentido higiênico de conservação da saúde para influir no campo político. Era preciso limpar e civilizar a suja, bárbara e colonial capital baiana, garantindo com isso o seu ingresso no concerto dos povos civilizados do mundo. É a partir desta visão ampliada sobre valores relativos à higiene que se interpelam os costumes e as relações sociais, criando a noção de que existem sujeitos normais e anormais, limpos e sujos, civilizados e bárbaros, aos quais devem ser prescritos diferentes lugares sociais. Este processo aconteceu, também, em termos de gênero e sexualidade, como veremos nos capítulos que seguem.

O primeiro capítulo da dissertação analisa a construção da homossexualidade como uma forma de masculinidade marginal, associada a sujeitos efeminados e/ou libertinos, e a certos espaços como os colégios. Esta performance de gênero subalterna, relacionada a certos lugares e/ou práticas sexuais não reprodutivas (a exemplo da sodomia ou da pederastia, mas também do onanismo) era descrita de uma maneira cifrada, quase sempre tomando a antiguidade greco-romana como referência. O conteúdo das teses possui paralelos com o que iria se escrever sobre o tema no final do século, quando a homossexualidade seria tratada como uma patologia os homossexuais seriam tratados como doentes, além de moralmente degenerados. Daí a opção de considerar estas primeiras abordagens como teses precursoras de um determinado pensamento médico sobre a homossexualidade. Seus enunciados ainda não obedecem exatamente às mesmas normas de dispersão (afinal, o sentido médico e religioso ajudam a compor o quadro), muito embora se refiram ao mesmo sujeito e ao mesmo conjunto de práticas: principalmente homens livres, brancos, estudantes e/ou solteiros e matéria-prima da nação brasileira que convinha cuidar. Duas teses serão analisadas nesse capítulo, tendo como temática a libertinagem a masturbação. As duas práticas se comunicam no universo da sexualidade não-reprodutiva, e uma poderia levar a outra.

O segundo capítulo, aborda sujeitos e questões relativas ao combate aos celibatários. Numa sociedade onde a defesa do casamento era avidamente propalada, mesmo que não totalmente seguida, homens solteiros, especialmente brancos, eram objeto de um misto de curiosidade e maledicência. Esses sujeitos eram apresentados pelos médicos como não

totalmente normais. Ou davam-se a práticas libertinas e, assim, levariam doenças para o seio das famílias (e o casamento, portanto, é a solução higiênica e civilizada para um instinto natural), ou eram doentes em si mesmos do ponto de vista da constituição física, moral e, mais tarde, psicológica. Reaparece aqui a figura do efeminado, quer associado à histeria quer ligado a outras patologias que o celibato enquanto forma de masculinidade subsidiária poderia causar ou potencializar. As fontes para este capítulo são as teses sobre celibato entre homens, textos em periódicos que se referem pejorativamente a celibatários e efeminados – especialmente da autoria de estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia – e textos da *Gazeta Médica da Bahia*.

O terceiro capítulo ocupa-se da higiene nos colégios, associada à defesa da infância e da família. No século XIX, este era um dos espaços mais importantes para a formação das futuras classes dirigentes do país. Daí a preocupação de pais, educadores, higienistas e médicos com as condições em que esta educação deveria acontecer tanto do ponto de vista pedagógico como do moral e do médico. Interessa evidenciar grande número de orientações no sentido de vigiar amizades e afetos entre os estudantes, garantindo que a sexualidade, ao despertar, fosse direcionada nem ao excesso nem à falta, mas ao justo meio representado pelo matrimônio. Tanto teses sobre a higiene escolar, como artigos da *Gazeta Médica da Bahia* e outros periódicos que tratam do assunto entre os anos 1870 e 1900 são analisados neste capítulo, destacando que os enunciados em jornais, com referências a bons e maus estabelecimentos e estudantes, e os das teses, propalando a higiene dos corpos e das escolas, estão enredados em um discurso sobre os riscos da homossexualidade. Cabe a este capítulo desvelar o entrelaçamento.

Nos dois capítulos acima, fica evidente que os enunciados começam a se articular em torno de lugares e sujeitos, os quais, se não fossem higienizados, poderiam gerar perigo para si e para outros, em lugar de somente uma denúncia de males morais por meio de referências literárias à antiguidade, como ocorria nos anos 1850. O não dito começa a se tornar dizível com mais facilidade, e sua análise podia ocorrer de maneira útil e correta porque estava assegurada pela objetividade do médico que servia a um bem maior – no caso, assegurar a saúde física e moral das famílias e dos futuros dirigentes da nação.

O quarto capítulo vai trabalhar com os textos mais interessantes de toda a pesquisa. As teses de doutoramento passam a tratar especificamente da homossexualidade, a exemplo de *O Androphilismo* de 1898 ou de *Degenerados Criminosos* do mesmo ano. A ideia de uma rede

de enunciados que se articulam em torno de um discurso coerente também se torna muito mais evidente na última década do século XIX. Os autores das teses, Domingos Firmino Pinheiro e Manoel Bernardo Calmon du Pin e Almeida foram alunos de Nina Rodrigues, e este, em seus trabalhos, associava a degenerescência e crime à raça mas também às sexualidades divergentes, inclusive a homossexualidade. Além desta inovação, os trabalhos do famoso médico e antropólogo trouxeram ainda outra: a homossexualidade saiu do terreno da higiene no casamento ou na escola e passou ao terreno da medicina legal, discussão que estava em pauta na comunidade médica brasileira da época como um todo. Não apenas a *Gazeta Médica da Bahia* tratava do assunto dentro do mesmo enquadramento médico-jurídico, mas a proposta do Primeiro Congresso de Baiano de Medicina e Cirurgia incluiu entre seus artigos a discussão sobre a homossexualidade sob a rubrica de inversão sexual (1895, p. 454). Assim, em certa medida, os anos 1890 representam uma passagem no âmbito das fontes médicas: do combate contra os desviantes para o combate contra o desvio em si. Neste sentido, o discurso médico novamente se relaciona com representações encontradas em periódicos. A dispersão de enunciados nas teses e artigos de jornal começa a se organizar em novas regras de uma disciplina que mostrava como dizer a verdade sobre os desviantes e seus prazeres ilícitos. É o fenômeno que chamo de captura do prazer.

## **CAPÍTULO 01 – MASCULINIDADE E HOMOSSEXUALIDADE NOS ANOS 1850: TEMOR DE EFEMINAÇÃO E RISCOS DA LIBERTINAGEM**

Não se imagine que as caricaturas, são meros entes de imaginação, e que só existem pintados, esculpidos, ou gravados. Por toda parte e em cada canto vemos caricaturas, que fallão, que comem, que bebem, que andão &C. E o que he, senão caricatura, o jovem cazuzinha tão lustroso, tão pentiparado, tão casquilho<sup>25</sup>, e tão estravagante assim em seus trajés, como em suas maneiras? Uma enorme gadelha<sup>26</sup> lhe cahe em chorões de uma banda cabecinha, e lhe põe à bolina em o chapéo orelhudo: barbas de mouro lhe circulão a carinha de tauxia<sup>27</sup>. Um lençol preto de sarja, ou de gorgurão lhe cinge o pescoço e se chama gravata; o artigo colete está eliminado do ritmal do bom gosto: em seu lugar branqueja e rutila a estufada camisa com seus botões brilhantes, e he de regra, que se brucholeie o mosqueado suspensorio de tantas perninhas, como um polvo. As calças estiticas<sup>28</sup>, repuxadas pelos indispensaveis estropes a esta figura o curvar de pernas, o ajoelhar &c. Advirta-se que o Sr. Cazuzinha também traz espartilho, como as senhoras, áfim de atenuar a pansa, que já estufa, e de esbeltar o corpo dando-lhe contornos de yáyá, o que assenta muito bem em um homem! (CORREIO MERCANTIL, 1839, p. 2).

Neste capítulo, irei me deter na produção de um conjunto de enunciados sobre a homossexualidade presente em duas teses de doutoramento sustentadas perante banca nos anos 1850. Meu objetivo é investigar a visão médica sobre os excessos no sexo – entre os quais estava o erotismo entre homens – que, por serem enquadrados como fenômenos que extrapolavam inadequadamente a ordem da natureza, começavam aparecer sob um viés patológico, bem como indicar de que maneira algumas dessas práticas afetivas e sexuais foram associadas a formas negativas de masculinidade. Por fim, pretendo evidenciar que as referências ao desvalor de certos homens do ponto de vista de gênero também articulavam alusões a práticas homossexuais dentro desse viés patologizante.

As teses tratadas aqui são as “inaugurais”, escritas e sustentadas perante banca pelos jovens sextanistas aspirantes ao prestigioso título de Doutor em Medicina com o tema quer definido pelos professores examinadores, quer selecionado pelos alunos. Estes documentos constituem, para os anos 1850, o que chamo de teses precursoras, pois elas antecipam um conjunto de assuntos, a exemplo da efeminação, celibato, colégios, etc., em torno dos quais se concentram as referências cifradas à homossexualidade, e que vieram a se repetir em outros trabalhos posteriores com um tratamento mais complexo. É significativo que esses aspirantes a médicos apresentem um discurso que relacionou habilmente homossexualidade masculina,

<sup>25</sup> Casquilho. s.m. O que usa de excessivo adorno nos vestidos (PINTO, 1832, sem paginação).

<sup>26</sup> Guedelha (Gadelha): s. f. Cabello comprido, crescido. Madeixa (PINTO, 1832, sem paginação).

<sup>27</sup> Atauxia (Tauxiar): s.f. Obra de metaes embutidas em ferro e aço. Fig. Embutido de madeira (PINTO, 1832, sem paginação).

<sup>28</sup> Estítico (T. Med.): o mesmo que adstringente. Adstringir [...] Apertar (PINTO, 1832, sem paginação).

corrupção, corpos sãos/doentes e natureza, num período em que a historiografia nacional costuma anotar poucas referências ao erotismo ou afetividade entre homens. Não se trata de exaltar sua qualidade, ou afirmar que são trabalhos revolucionários ou de penetração excepcional; mas sim destacar que existiu uma produção discursiva sobre a homossexualidade em meados do século XIX com elaborações que em certos aspectos se aproximam daquelas que vão aparecer no final deste século tratando de sexualidades desviantes. Neste momento os alvos do interesse médico foram diagnosticados e escolhidos. Mais tarde, seriam tratados e combatidos.

A arquitetura conceitual desenhada pelos autores das teses de doutoramento ajudou a organizar a percepção socialmente disseminada sobre sexualidades divergentes. A apresentação da libertinagem e da homossexualidade em contraste com o amadurecimento sexual corretamente direcionado ao casamento levou, realmente, ao aparecimento de valores higiênicos sobre o tema, discutidos em jornais, revistas, etc. É o que veremos a seguir.

## **1 Tematizando a homossexualidade: amor entre rapazes, pederastia, sodomia e efeminação**

Sem sombra de dúvida, a tese de Marinonio de Freitas Britto, *A libertinagem e seus perigos referentes aos physico e moral do homem*, editada em 1853 e listada por Luiz Mott em seu estudo sobre as teses acadêmicas sobre a homossexualidade no Brasil (1984, p. 3), foi uma das mais importantes para entender a relação tensa que se construiu entre homossexualidade e masculinidade. A pequena dimensão do estudo (pouco mais de 30 páginas) pode levar o leitor a um engano: ao contrário do que sugere a extensão, a tese apresenta uma forma complexa de relacionar anatomia, degenerescência e práticas sexuais abjetas, que poderia escapar a uma primeira leitura. O próprio título propõe uma associação entre a dimensão biológica do corpo humano, e a moralidade, o conjunto de regras que regem o bem viver, conteúdo social e cultural deste mesmo corpo. Perigo tanto para o físico quanto para a moral, a libertinagem não foi apresentada pelo autor como uma doença ou uma prática nociva de forma abstrata, mas como um nome comum para designar um conjunto de ações muito variado – todas, porém, de alguma forma representando risco para quem as praticasse. Um número razoável destas referências diz respeito a práticas homossexuais. Em razão disso, entendo que é muito importante enumerar e analisar cada maneira pela qual Britto interpelou

o assunto, por duas razões. Em primeiro lugar, embora em nenhum momento a libertinagem seja referida de forma positiva, existia uma diferença qualitativa entre distintas práticas libertinas. Em segundo lugar, a historiografia sobre a homossexualidade no Brasil que eventualmente tratou do século XIX descreveu como “raríssimas” as menções a práticas eróticas entre homens antes dos anos 1870 (GREEN & POLITO, 2004, p. 17). Assim, ao explorar um documento que trata do assunto vinte anos antes do período de maior multiplicação de fontes sobre a homossexualidade, acredito que a análise deve ser tão exaustiva quanto possível, mesmo que sob pena de carregar o texto com um grande número de referências tanto sobre sexualidade ou afeto entre homens quanto sobre indivíduos que eram infamados por aderir a estas práticas.

Vale ressaltar que, no pensamento desses médicos, em concordância com os trabalhos dos grandes naturalistas e médicos do século XVIII e XIX, criou-se um imbricamento entre as determinações do biológico e do moral. Era quase como se a sociedade funcionasse como epifenômeno da anatomia do homem e da mulher. Para o sexo feminino, o grande objetivo era o casamento e a maternidade, e a medicina interpela o corpo da mulher tendo em vista este fim. Já para o sexo masculino o problema é bem outro. Ele estava destinado à iniciativa na esfera pública, pois a sua biologia o habilitava para isto:

As conseqüências psíquicas do quadro morfológico se impõem com evidencia. [...] o homem – à imagem dos seus órgãos genitais – é voltado para o exterior. Sua energia e seu vigor o predispõem ao esforço. Sujeito à imposição de agir, dotado de ambição, possuidor de senso de iniciativa cabe-lhe controlar suas emoções, dominar seus medos, demonstrar coragem e firmeza, seja no trabalho, seja no campo de batalha. Ele precisa encarar desafios. Se necessário, não recusar um duelo. Tudo isso implica o autodomínio. Longe dos caprichos e da decisão efêmera, o homem é destinado à realização de projetos duradouros. Essa temporalidade viril autoriza a dilatação, a expansão do ser. “A mulher é, o homem se torna”. Ele está sujeito a um perpétuo crescimento do eu. O progresso provém do homem viril (CORBIN, 2013, p. 20).

O Homem (com H maiúsculo) era considerado o rei da criação em Britto<sup>29</sup>, e as particularidades da determinação biológica podiam ser verificada pela observação da história da humanidade (na forma de uma grande narrativa, do Egito ao mundo greco-romano-cristão e mais tarde Europeu). Na escrita de Britto, o homem seria dotado de uma essência imutável e a-histórica colocada além de toda a contingência. Sem supor experiências plurais de masculino, Britto mostrou como o homem universal era dotado de constituição física comum

---

<sup>29</sup> A referência ao homem como rei da criação era lugar-comum. Diversos periódicos, não apenas médicos, bem como folhetins partilham desta figura de linguagem, verdadeira concepção sobre hierarquias e lugares determinados para homens e mulheres. Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), um dos mais destacados e influentes naturalistas do século XVIII, utiliza esta fórmula (CORBIN, 2013, p. 15).

a todos e perfeita enquanto modelo, mas não isenta de percalços:

Eis aqui o homem, ainda rei da criação, mais sensível mais amoroso mais susceptível de paixões, mais atrevido em superar as mais invencíveis barreiras, que talvez possam apresentar-se para impedir-o de tocar a meta de seus desejos, mais meigo, mais voluptuoso, mais libertino, sobretudo; pois que abusa dos direitos, que lhe foram outorgados pela mão comum (BRITTO, 1853, p. 8).

Duas características biológicas sobressaem: a capacidade do uso da razão e a excitabilidade dos sentidos. Esta última, entretanto, podia se converter em uma armadilha perigosa, já que existia a possibilidade de o indivíduo buscar a satisfação por meio de sensações venéreas que em excesso seriam muito danosas para o corpo e poderiam levar a um fim terrível. Ao recorrer à história do gênero humano, o autor percebe uma espécie de relação de causa e efeito: quanto mais libertina a sociedade em questão, mais próxima ela estaria de um destino trágico. Na mesma medida em que funciona como uma história da libertinagem, a tese de Britto praticamente cria uma genealogia para as práticas divergentes da norma do “homem universal”. Não por acaso, começa em Sodoma e Gomorra, passando pelos inevitáveis vícios dos césares romanos, bem como por complexas metáforas que descreviam práticas de erotismo entre pessoas do mesmo sexo na Europa moderna, sobretudo na França e na Itália. Com tal passado licencioso, não admira, segundo o autor, que a sífilis seja um mal nativo do velho mundo eurasiático. Em suma: uma história universal (natural e social) para escrever sobre um homem universal que praticou a libertinagem em todas as épocas devido ao seu pendor para a prática de excessos: “Por meio de históricos exemplos, colhidos das antigas nações d’Asia e d’África, procuraremos manifestar as terríveis consequências da libertinagem” (BRITTO, 1853, p. 11). E mais adiante:

Desde antes do decimo terceiro seculo, as republicas da Italia, sobre todas (sic) Veneza e Florença, nadando nas delicias d'abundancia, que o commercio do Oriente tinha amontoado, e a corte de Roma recolhendo o dizimo dos thesouros, que lhe enviava a piedade dos fieis, vio-se ahi multiplicarem-se os vicios da corrupção moral.

Avignon, para onde a sede da Cadeira do Papa foi muitas vezes transferida participou (sic) do mesmo gráo de depravação; era mesmo impossivel que em um lugar, onde havia um grande numero de pessoas condemnadas ao celibato, se não desviassem delle (BRITTO, 1853, p. 22).

A referência à natureza como uma mãe comum remete à ideia de uma ordem natural na qual as práticas sexuais libertinas não tinham lugar, vez que constituiriam excessos que contrariavam a correta disposição do biológico. Do ponto de vista anatômico, o homem transferia a vida, por meio do ato sexual, e, ao fazê-lo, esgotava-se, morria um pouco (CORBIN, 2013, p. 24-26). Assim, parecia aos olhos de Britto um absurdo físico, moral e até

econômico que existisse algum tipo de excesso, corrompendo o trabalho da natureza, e extrapolando o propósito do ato sexual, qual seja, a reprodução, como fim último que era realizado na alcova dos casais. Este é o princípio a partir do qual Britto analisa a história do homem como uma narrativa dos excessos.

A libertinagem é descrita como um caminho perigoso, vestíbulo de males terríveis para a saúde. Persistindo neste caminho, os libertinos logo se exauririam no mundo de prazeres, até alcançarem uma velhice precoce que lhes impediria de propagar a espécie com filhos dignos da missão natural do homem, na expressão do próprio autor. Desonrados, pouco lhes restaria a não ser o ostracismo dos homens de honra, e uma morte dolorosa – quando não uma descendência terrível. Esgotados tanto fisicamente quanto moralmente, sua geração seria de homens fracos e efeminados, capazes de todos os vícios. Necessário ressaltar novamente que a libertinagem corresponde no texto a um comportamento, não sendo uma doença específica nem um sintoma, mas uma conduta propiciadora de perigos para a saúde. Além disso, vale ressaltar que, para o homem libertino, as consequências dos hábitos viciados eram inescapáveis (BRITTO, 1853, p. 4).

No entender do autor, ao abdicar de sua liberdade original, o “velho” corromperia não apenas a sua inteligência, mas seus próprios descendentes, e a uma geração de sujeitos que praticavam uma vida de excessos sucederiam outras caracterizadas com os atributos mais negativos do modelo de masculinidade. Se, como dito acima, a virilidade original do homem supunha um ser com potencial para a nobreza, superioridade ou inclinação para uma vida virtuosa dadas pela natureza, o efeminado era o inverso desvirilizado isto é, sem capacidade, sem força de vontade, sem excelência na formação ou comportamento, sem virtudes. Não habilitado pois para ocupar o lugar de macho no sentido sexual, o de marido/pai provedor social e economicamente, nem de politicamente exercer o papel de cidadão. Assim, ao relacionar libertinagem e efeminação, Britto revelou temer consequências dos efeitos da corrupção física e moral. Efeminação e moleza eram justamente as qualidades negativas que sujeitos históricos em posições de comando, como reis e imperadores mostraram nos momentos de decadência das sociedades. Assim, por trás da preocupação que poderia soar mais individualizada, o autor temia os efeitos enfraquecedores que a libertinagem exerceria sobre as sociedades humanas – inclusive a brasileira, como veremos mais à frente.

A efeminação foi enquadrada como um perigo que palmilhava o caminho para a decadência precoce e/ou para a morte, especialmente pelo contágio da tuberculose ou da

sífilis. A menção ao mal do século como consequência das libertinagens de sujeitos desvirilizados permite compreender a dimensão social dos riscos associados às ações inadequadas desses homens. A sífilis não era uma referência literária, e seu prenúncio não se traduzia em artifício retórico. Ela era uma ameaça palpável, motivo de inquietação na sociedade brasileira de então, já que poderia penetrar insidiosamente em lugares que deveriam ser protegidos. Neste sentido, a efeminação foi apropriada pelos médicos na seguinte chave: era uma performance de gênero inadequada e, como tal, um indício significativo do risco silencioso da sífilis para as famílias. Assim, equipara-se à prostituição como algo que, embora escandaloso, precisava ser compreendido e condenado em lugar de ser simplesmente ocultado pelo decoro (ENGEL, 2004, p. 55-58).

E o que era ser efeminado? Por meio de exemplos, sobretudo de nomes famosos da antiguidade e dos períodos medieval e moderno da história europeia nas ciências e na política – como filósofos, literatos ou soberanos – foi possível apreender que o efeminado era um sujeito incapaz de ações enérgicas, minimamente virtuosas e viris. Apesar do sexo masculino, que encaminharia naturalmente o indivíduo para a ação na esfera pública e uma vida ordeira, o sujeito descrito como efeminado possuiria todas as fragilidades do sexo feminino, mas sem a possibilidade de suas virtudes. Mole, fútil, era um material pouco desejável para servir de matéria prima para as civilizações. Inclusive, a sua existência era sintoma e causa de grandes males, tanto do ponto de vista individual quanto do ponto de vista civilizacional. Era, em suma, um problema moral, que não deveria ser negligenciado (SILVA, 2013, p. 141-45). A tese de Britto opera dentro de uma lógica binária que organiza as referências a homens dividindo-os em exemplos que deveriam ser imitados, como Péricles, Licurgo, Moisés, etc. e outros que são negativos, marcados pela insuficiência e pela fragilidade, elementos inquietantes e próximos do feminino que ameaçavam à tradição severa de uma masculinidade heroica.

O viril não é simplesmente o homem: ele é antes ideal de força e de virtude, segurança e maturidade, certeza e dominação. Daí esta situação tradicional de desafio: buscar o “perfeito”, a excelência, bem como o “autocontrole”. Qualidades numerosas entrecruzadas: ascendência sexual misturada à ascendência psicológica, força física à força moral, coragem e “grandeza” acompanhando a força e vigor. Aquilo que concretiza uma galeria de heróis vulgarizada: os grandes homens de Plutarco, por exemplo, de Alexandre a César, de Teseu a Pompeu. Tradição severa, principalmente onde a perfeição sempre se sente ameaçada por alguma insuficiência: dúvida insidiosamente deslizando por entre as certezas falha dissimulada comprometendo sucessos vislumbrados [...] a perfeição viril expõe inevitavelmente uma exigência: o extremo domínio não pode ignorar a ilusão, a força não pode ignorar a fragilidade. A inquietação plana por esta excelência solicitada (CORBIN, 2013, p. 7).

Em suma: a tradição que exige força, virtude, vontades, ações, excelência também é sinônimo de vigilância constante, sem trégua. Todos os atos, para Britto, precisariam ser colocados sob o escrutínio das recomendações desses modelos, processo que gerava um grau de exigência difícil de ser atingido e uma enorme frustração pelas falhas inevitáveis, inclusive de ordem sexual. Por isso mesmo, precisavam ser dramatizadas e recriminadas.

Além destes elementos, outros se acoplam para compor a relação entre homossexualidade e efeminação, e que permitem compreender, dentro desta última, as referências indiretas ao erotismo e afeto entre homens. Assim, moleza e incapacidade para a vida política eram características daqueles que não poderiam exercer de forma plena sua masculinidade, quer social e politicamente, quer sexualmente, pois se colocavam numa relação de passividade e dependência, o que era oposto, como visto acima, da masculinidade modelar. Neste último sentido é que se pode compreender mais nitidamente as alusões a homens que eram historicamente notórios por preferirem práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo. Daí a importância de procurar maiores detalhes sobre as personagens que foram elencadas por Marinonio de Britto, homens que eram exemplos em negativo, retirados de vários períodos diferentes da história, cuja vida deveria servir para ilustrar os riscos e as consequências terríveis da libertinagem e da homossexualidade. Destarte, encontramos uma menção bem interessante na obra de Britto:

*Aqui damos fim ao nosso trabalho, servindo-nos ainda destes bellos pensamentos do immortal Virey: Nada ha de tão odioso, tão desagradavel, como o dissoluto libertino se revolvendo no lamaçal de suas infamias, acumulado de syphilis, enervado pelos revoltantes prazeres, que elle paga com mui variados soffrimentos, e com uma prematura morte. Elle é vil; porque é fraco; é despresivel, porque perdeu todo o seo espirito toda a sua intelligencia com a perda das forças; elle se furta até ao unico bem, que se não saberia recusar a outros desgraçados, a compaixão das pennas que elle soffre<sup>30</sup>.*

Quem chorará um impuro Tibério? Um effeminado Heliogabalo? (BRITTO, 1853, p. 33).

Neste breve trecho, é possível observar duas questões essenciais. Primeiro, os exemplos não foram colhidos ao acaso, seja por Julien-Joseph Virey<sup>31</sup> ou por Britto. Trata-se da relação entre efeminação e corrupção das sociedades que o segundo havia adiantado logo no começo da tese, ao falar da descendência dos libertinos. Tibério não foi poupado pela pena

<sup>30</sup> O itálico está presente no original da obra.

<sup>31</sup> Julien Joseph Virey (1775-1846), médico e naturalista francês. Talvez o autor mais citado na tese de Marinonio de Freitas Britto, e em muitas teses datadas do mesmo período. Mesmo no final do século XIX, este autor continua como uma referência.

do jovem médico baiano, que chegou a lembrar, na esteira de Suetônio, que foi necessário inventar novas palavras para descrever os vícios deste soberano. Contudo, ele ainda foi descrito de forma menos perniciosa do que Heliogábalo. Este passou à história não só como um péssimo monarca, mas também como andrógino e travesti, famoso por sua intensa atividade sexual com outros homens (JOHASSON, 1990, sem paginação) e este vício levou-o a deixar a gestão dos negócios públicos do império nas mãos de seus desajustados favoritos. Este era o contexto político que a historiografia europeia do século XVIII e XIX reconheceu como propiciador da crise do século III (GIBBON, 1999, p. XX), período sombrio da história romana. A historiografia nacional da época ia na mesma linha, e comparava Heliogabalo com Sardanapalo, rei assírio infamado por ser mais mulher que as próprias mulheres do seu serralho:

Dirigindo-se contra os Parthos, o imperador é assassinado por Macrino, prefeito do pretório. Este pouco gozou do poder, os soldados o mataram para vingar Caracalla e dão o throno a Elegabal ou Heliogabalo, sacerdote do sol, em Emeso, que passava por filho do seu predilecto.

Um Sardanapalo no throno de Roma, mas um Sardanapalo ainda mocinho, eis o que foi Heliogabalo, cuja pavorosa corrupção teve o poder de horrorisar até mesmo a esses Romanos, para quem nada havia de novo ou de insolito em todas as depravações. Os soldados o degolaram, e deram-lhe por successor Alexandre Severo, seu primo (ROCHA, 1860, p. 173).

A homossexualidade de Heliogábalo aparece como um dos elementos integrantes de sua falta de masculinidade/efeminação, ao menos aos olhos de Britto, e com um sentido não apenas social mas também político – afinal, Tibério era impuro, mas não um efeminado. Corpo doente em função dos excessos sexuais, dotado de moral inexistente ou frouxa, soberano de uma sociedade corrupta: eis os atributos que parecem caracterizar este imperador romano. Vale ressaltar que o binarismo de gênero, de fundo biológico que organizava a sociedade brasileira é que orienta as leituras possíveis das atividades afetivas e sexuais de Heliogábalo. Em suma: a homossexualidade é um dos significados embutidos na efeminação e é detectada a partir da passividade do comportamento feminino. Como era um homem, e não poderia ser uma mulher, Heliogábalo tornou-se um monstro, e o prenúncio de uma crise. Evidentemente esta não é a única leitura possível, como veremos mais adiante.

Ao tratar de outros sujeitos que de alguma forma também se afastavam de ideais de masculinidade que eram de se esperar em seus papéis, como foi o caso de soberanos libertinos, papas devassos ou bispos depravados, os mais gravemente referidos foram os

aqueles que mantinham uma relação de ambiguidade com o feminino e/ou práticas sexuais desviantes, especialmente com pessoas do mesmo sexo. Esses comportamentos libertinos concorriam para a interrupção da ordem ou para profundas crises morais e sociais, que Britto entendia como riscos que convinha impedir de acontecer no Brasil, evitando a multiplicação de corpos doentes em função dessas práticas.

O raciocínio que associa homossexualidade e efeminação pode ser verificado em outros momentos da tese. Francisco I da França foi aludido como um monarca adamado. Em seu reinado, os vícios teriam feito sede no reino e na corte, em razão do rei ter chamado para seu círculo mulheres amantes do luxo e das intrigas (BRITTO, 1853, p. 24). A associação entre o feminino e vicioso e/ou intrigante colocou em evidência a oposição construída entre masculino/força/virtude e feminino/fraqueza/vício, e os perigos que poderiam ocorrer quando um indivíduo passasse a agir com uma performance de gênero distinta das expectativas. Entretanto, existiria uma diferença entre este monarca francês e seus descendentes, que reinaram no período mais sombrio da monarquia Valois, época em que, segundo o autor, a juventude dos tempos de Carlos IX e de Henrique III se enfraqueceu pelas práticas de obscenidades herdadas dos italianos, contrariando o prometido porvir de glórias (BRITTO, 1853, p. 24). O segundo, enquanto ainda era Duque de Orleans se notabilizou como um efeminado e pela companhia de jovens rapazes adeptos de jogos de amor com pessoas do mesmo sexo, conhecidos como *mignons*<sup>32</sup>. Muito embora Britto não se refira de forma específica a eles, neste trecho a libertinagem apareceu como um risco para a juventude,

---

<sup>32</sup> Vale a pena retomar este capítulo da história francesa para entender de que maneira a sociedade brasileira fazia uso da história neste tipo de enquadramento de uma prática sexual divergente. Os dois monarcas – Carlos IX (1550-1574) e Henrique III (1551-1589) – eram netos do adamado Francisco I (1515-1547) por sua nora, a italiana Catarina de Medicis (1519-1589). Em 1890, o médico dr. Vitalico Edmundo Leal bradava contra a decisão de não limpar o rio Camurujipe, tomada pelo poder municipal e pelo inspetor de higiene. O curioso para efeito deste artigo, entretanto, é a escolha, também neste caso, de Henrique III e de seus efeminados *mignons* como exemplo de uma gestão negativa dos interesses públicos perante o tribunal da história (LEAL, 1890, p. 3), que julgaria a omissão municipal com os cuidados da higiene pública tão severamente quanto foi o julgamento do monarca que erigiu estátuas de seus companheiros de folguedos sexuais ao lado da de Cristo. É curioso observar, com décadas de diferença a similaridade de enquadramento dada por dois médicos à mesma personagem. Entre as duas abordagens, o *Almanach do Diario de Noticias* em 1882, falando da utilidade das tesouras, lembrou em tom jocoso do papel limitador que este objeto possuía. Assim como Dalila tosquiu Sansão, a duquesa de Montpensier teria cortado os cabelos de Henrique III: "[...] e trouxe por muito tempo ao lado as tesouras que transformariam em monge aquelle monarcha effeminado, abrindo-lhe a corôa unica que deveria usar" (ALMANACH DO DIARIO DE NOTICIAS, 1882, p. 116). Em relação aos reis Valois, isto não é uma exclusividade dos médicos baianos. Artus Thomas, na sua obra satírica intitulada *Ilha dos Hermafroditas* (1607) falava da efeminação típica das cortes, enfraquecendo os aristocratas e gerando hermafroditas. O local em que ele baseou suas observações foi justamente a corte de Henrique III (VIGARELLO, 2013, p. 14). Kimmel, que citamos na introdução, ao tratar da construção simultânea de masculinidades dominantes e subalternas, mostra que os *self-made-men* americanos industriais tinham o aristocrata indolente e efeminado como uma figura satírica a partir da qual podiam se afirmar (KIMMEL, 1998, p. 110-13).

elemento importante no raciocínio do jovem aspirante a médico baiano e para seus seguidores pelo resto do século XIX e, até mesmo, no seguinte.

Um leitor crítico poderia argumentar que efeminado e adamado são sinônimos, e que o tratamento foi o mesmo em todos os casos, qual seja, reprovação. Importava apenas o comportamento destoante da masculinidade, e não a conduta sexual. Mas existem ainda outras referências que podem ser encontradas facilmente em Britto, inclusive no mesmo capítulo, nas quais o autor se referiu a sujeitos homossexuais de maneira indireta com maior severidade em comparação com outros, e que evidencia que existe uma diferença de grau entre os dois termos. Na mesma página em que tratou de Francisco I e seus descendentes, o autor direcionou sua atenção para a libertinagem dos dissolutos escritores italianos do Renascimento, cujos hábitos mais tarde fizeram escola na França:

A corte dos Medicis em Florença, e em Roma, quando reinava Leão 1<sup>33</sup> soube alliar á magnificencia e ao nobre patronato das letras as dissoluções; a sua nomeada destruiu o exame, que se podia faser em suas devassidões: os amores os mais licenciosos, e o mais desordenado sensualismo imperavão em todo o clero Italiano; achar-se-hão exemplos no Cardeal Bembo, e Ange Palitien (BRITTO, 1853, p. 24).

Quais seriam os amores mais licenciosos na ensolarada Itália que se deram com a complacência dos soberanos das cidades peninsulares e do próprio Papa, protagonizados por Ange Palitien? Este último era ninguém menos que Angelo Ambrogini, dito Poliziano<sup>34</sup>, autor de vasta obra em prosa, que estilizava e exaltava os homens exemplares da antiguidade. Foi autor, inclusive, de epigramas em grego celebrando o amor entre homens, bem como de um poema onde Orfeu, após a morte de Eurídice, decidiu não amar nenhuma outra mulher e se entregou ao amor entre rapazes (DALL'ORTO, 1990, sem paginação). Seja como for, presente neste pensamento, sob a fórmula da dissolução, estava uma ênfase nos perigos da desordem sexual. Isso sugere que existia um direcionamento correto e ordenado para a sexualidade e outro fora da ordem natural. A homossexualidade, efetivamente, estava fora do determinado pela natureza.

Mas, voltando ao ponto anterior, a homossexualidade não pareceu um elemento que

---

<sup>33</sup> Trata-se, provavelmente, de Giovanni de Lorenzo de 'Medici (1475-1521), filho de Lourenço, o Magnífico, que reinou com o nome de Leão X. Alguns atribuem a ele atividades homoeróticas. Com efeito, muitos panfletos de adversários políticos faziam menção a suposta atividade sexual e afetiva do Papa com outros homens (DALL'ORTO, 2001, p. 263-4).

<sup>34</sup> Poliziano (1454-1494) frequentou a corte do Medici em Florença, onde chegou a ser tutor das crianças de Lourenço, o Magnífico, inclusive do futuro Papa Leão X. Recentemente, foi atribuído a ele uma coleção de piadas intituladas *Detti piacevoli*, onde algumas figuras da corte florentina são satirizadas, inclusive com brincadeiras com conteúdo homossexual. Já o Cardeal Pietro Bembo (1470-1547) poeta, humanista, estudioso da obra de Petrarca teve pelo menos um filho ilegítimo conhecido, Torquatto.

conste na conta do adorado rei Francisco I. Neste caso, a falta de masculinidade parece mais próxima de uma passividade para que as mulheres saiam de um lugar que lhes seria conformado pela ausência de atuação enérgica, ativa, do monarca. Bem diferentes foram as referências cifradas mas persistentes a Heliogábalo e Henrique III, nos quais a quebra da ordem da natureza e/ou o enfraquecimento da juventude são elementos que ganharam maior evidência porque associados à passividade, e que serviam para anunciar períodos de crise e decadência social. E pouco antes de mencionar estas personagens, Britto relacionou a efeminação com a sífilis, fundo biológico e patológico para um problema moral.

Nestas narrativas sobre o passado, o jovem médico baiano apresentou uma concepção de história na qual esta figura no papel de mestra da vida, fonte de exemplos morais que deveriam ser seguidos ou execrados, e a partir dos quais era possível falar de temas que poderiam causar escândalo. Ao carregar nos adjetivos com os quais descreveu o passado, ele o fez dentro de certas regras que permitiam a caracterização dos sujeitos efeminados (logo, potencialmente dados a excessos sexuais inclusive não reprodutivos, podendo envolver pessoas do mesmo sexo) como próximos de uma condição doente.

Efeminação não foi a única forma pela qual Britto tematizou a homossexualidade. Ele se referiu, por exemplo, à pederastia descrita como um acontecimento ambientado no princípio bíblico da história da humanidade, conforme narrado no Gênesis e no Levítico, e que deu lugar às vicissitudes do mundo clássico greco-romano. Assim, o médico baiano se referiu a história de Lot e das cidades condenadas de Sodoma e de Gomorra, onde homossexualidade é uma espécie de ante-sala da destruição e da impiedade religiosa:

As provas de devassidões inauditas achal-as-hemos impressas como indeleveis padrões da infâmia humana, Sodoma e Gomorra, todas as cidades da Pentapoles na Palestina ficão infectadas de um vicio horroroso; [...] É preciso ao povo Hebreo graves castigos contra a bestialidade contras as infâmias as quaes elle se entrega adiante da estatua do Deos Moloch e contra a pederastia (BRITTO, 1853, p. 11).

Aparecem também referências pontuais ao amor entre rapazes, ou amor masculino, sobretudo quando a tese trata dos gregos e dos romanos. A descrição, entretanto, sempre relaciona a estas práticas ideias de infâmia, ilicitude e doença, mantendo a lógica dos exemplos detalhados acima: muito embora da antiguidade se pudesse retirar exemplos positivos, havia condutas que não deveriam ser repetidas por uma questão de moral e saúde. Assim, a homossexualidade, referida como efeminação, sodomia, pederastia ou por meio da comparação com figuras do passado constitui a tradução institucional, por meio de um conjunto de enunciados, de uma experiência de subalternidade, especialmente se a efeminação

for entendida enquanto uma forma de masculinidade abjeta, marcada pelo estigma do invivível (BRAZ, 2009, p. 82).

Existe, além disto, outro conjunto de menções indiretas que merecem atenção. Elas versam sobre personagens mais subterrâneos, verdadeiros coadjuvantes nas loucuras dos Césares romanos. A primeira citação foi aos *gitons*, chamados por Calígula e Cesônia para um prostíbulo montado no palácio, segundo a leitura indireta que Britto fazia de Suetônio (BRITTO, 1853 p. 17-8). Ora, não existia nenhuma referência a estas personagens na *Vida dos Doze Césares*, principal obra deste historiador que chegou aos nossos dias. Entretanto, uma famosa obra latina do século I tinha um personagem com este nome, o *Satiricon*, de Petrônio. Nele encontramos as desventuras de Gitão, jovem escravo que serviu de parceiro amoroso dos protagonistas Encólpio e Ascilto, e de outros personagens. Gitão é caracterizado como delicado, passivo e submisso à vontade de seus dois senhores – e com uma moral duvidosa, pois era um sedutor que tirava vantagem de tudo e de todos quando podia, mesmo ao custo da sua dignidade (PETRÔNIO, 2008, p.43-109). Era, em suma, uma espécie de tipo consumado da corrupção romana sob os primeiros Césares que havia se multiplicado por toda a sociedade, independente do lugar social dos indivíduos. Este trecho da tese foi uma quase uma transcrição de Julien-Joseph Virey no qual o autor analisa a libertinagem nas suas diferentes formas entre os gregos e romanos: “[...] établit un lieu de prostitution tel, dans son propre palais, qu’on ramassait partout jeunes et vieux en leur fournissant l’argent pour la dépense avec des femmes de contition libre ainsi que des gitons” (VIREY, 1834, p. 353).

Parece ter sido desta obra que o doutor Marinonio de Freitas Britto retirou a maior parte de suas referências a sujeitos desviantes, sobretudo os homossexuais, e na qual se naturaliza a ideia de que o homossexual é próximo do feminino, passivo e incapaz de ações nobres. Dada a influência de Virey e de outros autores franceses entre os médicos baianos e brasileiros da época (RIBEIRO, 1997, p. 96-99), não é exagerado pensar que a percepção da homossexualidade como efeminação era bem conhecida pelos leitores de Virey. Além disso, *giton* tornou-se, no final do século XVIII, sinônimo de jovem homossexual passivo no ambiente cortesão da França iluminista (CROMPTON, 2013 p. 513).

Outra citação feita por Britto da obra deste autor francês intitulada *Histoire naturelle du genre humain*<sup>35</sup> (vol. 4) é ainda mais interessante. Nela, Virey e Britto mencionam certo grupo específico de libertinos na sociedade romana imperial, lembrados por ostentarem

---

<sup>35</sup> Numa tradução livre: *História natural do gênero humano*.

estigmas físicos que traziam a lume deficiências morais destes, em função de práticas sexuais perigosas e degradantes:

Unamo-nos com o sabio Virey e digamos: - *o libertino é um ente degradado, fraco por sua velhice antecipada; elle sente sua impotencia physica e moral; a força nervosa e sensitiva estando absolutamente esgotada pelas voluptuosidades venereas deixa o cerebro incapaz de pensar [...] os musculos se tornão incapazes de fortes movimentos.*<sup>36</sup> Tal era o estado da moleza que os antigos notavão principalmente n'aquelles individuos que subemettião seos corpos á um trafico infame - os *subacti* dos Romanos são um exemplo (BRITTO, 1853, p. 30).

Que tipo de libertinagem era esta, da qual os *subacti* romanos eram um exemplo? Ora, *subactus* era o nome que designava os prostitutos masculinos passivos entre os romanos (VIREY, 1834, p. 307), execrados na literatura antiga especialmente aquela que possuía um fundo moral (WILLIAMS, 2010, p. 303). Na seção intitulada *Considérations sur les causes productives du libertinage, et ses résultats relativemente à la santé et à la vie humaine*<sup>37</sup> da qual Britto retirou a referência aos referidos prostitutos, verifica-se um duplo enquadramento deste fenômeno: primeiro como uma prática libertina que era moralmente reprovável, e com justiça condenada pela sociedade; e, segundo, como um excesso que colocava em risco a saúde dos indivíduos e da sociedade. No caso de Marinonio de Britto, a sífilis seria o destino final para estes indivíduos, depois de uma vida de hábitos detestáveis. Cabia, pois, ao médico combatê-los como medida profilática, usando da educação da mocidade e da vigilância moral pelas famílias e políticos. Mais problemática era a corrupção social que tinha como sintoma a existência e multiplicação desses indivíduos, problema mais próximo da realidade brasileira, que levou este médico baiano a bradar contra livros e estampas perigosas, e contra a relação entre filhos da elite brasileira que eram amamentados ou perdiam a virgindade com escravas licenciosas e levavam o mal do século para o seio das famílias da elite baiana e brasileira da época (BRITTO, 1853, p. 30-1). Apesar disso, cabe notar que os escravos são apresentados mais como vítimas da escravidão do que como ameaças em razão de uma natureza viciosa. Esse lugar cabe aos efeminados. Num contexto onde imperava um modelo de relações de dependência e de trabalho baseado na coerção explícita aliada a proteções e recompensas paternalistas (CHALHOUB, 1999, p. 23-4), os aspirantes a médico podiam se dar ao luxo de denunciar a escravidão como parte da herança negativa dos portugueses, sem propor soluções ou defender um lugar social diferente dos subalternos para escravos e ex-escravos no corpo da

<sup>36</sup> O itálico é um grifo do autor, presente no original da obra.

<sup>37</sup> Numa tradução livre: *Considerações sobre as causas da libertinagem e seus resultados relativamente à saúde e à vida humana*. Curiosamente esse título é bem próximo daquele que Marinonio de Britto deu a sua tese de doutoramento.

nação. Era uma maneira de resolver a tensão entre as ideias europeias que se disseminavam sobre higiene e civilização e as necessidades da sociedade escravocrata brasileira.

Britto não é o único a usar uma estratégia indireta com referências literárias, históricas, religiosas ou mitológicas para falar de performances de gênero inadequadas. Numa tese de 1858, intitulada *A monomania*, Francisco Júlio de Albuquerque usa exemplos da mitologia de maneira semelhante ao uso que Britto faz da história europeia. Entre os exemplos de erotomania registrados estava Hércules, enlouquecido de amor pela rainha da Lidia a ponto de se vestir de mulher para encontrá-la. O autor abre, então uma nota de rodapé muito significativa:

Existe entre nós um louco conhecido vulgarmente pelo epitheto de “Mariquinhas” na qual predominam ideias de mudança de sexo; e o sr. Morel, no seu tratado de molestias mentaes traz um caso notável d’este gênero, que por extenso nos pêsã não poder aqui transcrever (1858, p. 7-8).

Neste caso, sexualidade, doença mental e performance de gênero se enredam no sentido de denunciar o risco dos excessos – afinal, Mariquinhas antes de tudo é enquadrada pelo autor como vitimado de uma fixação mórbida, a erotomania. Seja como for, a referência a Morel<sup>38</sup> indica a proximidade entre sexualidade e a herança como fator determinante do desenvolvimento de aberrações no “instinto genésico” (CORREA, 2006, p. 84). É uma primeira aproximação entre hereditariedade e perversão, mas não será a última. Morel considera que a degeneração era causada por uma associação de elementos diferentes. O clima, ou as variações raciais seriam absolutamente não patológicos em si mesmos. Apenas quando ocorresse a associação de fatores, como o clima inclemente, as emanções mefíticas e eflúvios palúdicos, as intoxicações alimentares, com ingestão de alimentos e bebidas inadequadas, como o álcool, e drogas como o haxixe (são as chamadas causas mórbidas) é que os indivíduos ou os grupos degeneravam e desenvolviam as diferentes patologias, legando uma predisposição a seus descendentes. Com o tempo, traços comportamentais e práticas sexuais também se vincularam a esse quadro, constando como causas sociais e morais da degeneração. Há traços, estigmas corpóreos que se transmitiam hereditariamente e que Morel defende ser possível identificar nas vítimas da degeneração (CAPONI, 2012, p. 83-6). Em paralelo a isso, as hierarquias sociais baseadas na raça começam a se constituir tendo por

---

<sup>38</sup> Benedict Augustin Morel (1809-1873) psiquiatra franco-austriaco. Foi uma das figuras de proa no campo dos estudos sobre degenerescência durante todo o século XIX. Sua obra, o *Traité des dégénérescences Physiques, Intellectuelles et Morales de l’Espèce Humaine* é de 1857. Influenciou, pois, as teses posteriores como a de Albuquerque.

base a herança negativa que os escravos possuíam, e que se tornaria ainda pior pelo ambiente moralmente terrível no qual viviam (STOLKE, 2006, p. 32). As teorias sobre a degenerescência, mais tarde, ajudam a compor esse repertório e a criar mais barreiras de normalidade. Também vale ressaltar que, mesmo antes de Morel e de Albuquerque, Britto já observava a correlação entre características físicas e comportamento passivo, inclusive no sentido sexual – os *subacti* são um bom exemplo –, e traços negativos que se legam aos descendentes, embora de uma maneira mais literária do que médica.

## **2 Do onanismo a sodomia: perigos nos colégios**

A preocupação com as sexualidades desviantes vai se multiplicar nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX. Outros estudantes desenvolveram estudos sobre os excessos do sensualismo na sociedade brasileira. No mesmo ano de 1853 um colega de turma de Britto, Sulpício Geminiano Barroso, apresentou a tese intitulada *Breves considerações sobre o onanismo ou masturbação*. De dimensões e estilo de escrita bastante próximos aos da tese de Britto, alguns elementos nos quais os autores se aproximam podem ajudar a compreender qual a relação entre práticas sexuais tidas como abjetas (como a libertinagem, onanismo e, evidentemente, sodomia e efeminação) e os processos de construção de ideais de masculinidade. Como Britto, Barroso situa o homem no ponto mais alto da ordem da natureza, acima dos animais e, naturalmente, das mulheres. Rei da criação, isto não impediu que o homem estivesse sujeito a riscos dos quais não podia escapar senão com dificuldade e vigilância constante: “[...] o homem, o primor, o Rei da criação parece ter sua conservação em menos preço (sic) pela maneira porque se arrosta à influência de causas excessivamente debilitantes por elle mesmo inventadas” (1853, p 2). Estes excessos debilitantes, para Barroso, estavam associados aos enormes riscos da devassidão que a sociedade apresentava e que não poderiam ser ignorados de nenhuma maneira. Os mais facilmente atingidos por estes males eram justamente os moços, que na fase de maior excitabilidade dos sentidos poderiam desenvolver o gosto por práticas viciosas, com resultados desastrosos não apenas para a fase da juventude, mas também em seu futuro. Esta ênfase na mocidade não foi aleatória. Barroso reconheceu que, durante as mudanças da constituição física que marcam a puberdade, estão situados os maiores desafios para os mancebos. Diferentemente da tese de Britto, Barroso se preocupava com a etiologia, isto é, o

estudo das causas das doenças, e a nosografia, a descrição de estados mórbidos ou patológicos. Tal diferença explica o viés menos literário – ainda que este aspecto não esteja totalmente ausente – do texto:

[...] nem todos os indivíduos chegados a puberdade gozão da plena liberdade para satisfazer a aproximação dos sexos, pela vigilância dos seus Pais, e continuando, entretanto, à subsistir o estímulo venereo cada vez mais urgente pelos progressos da idade: facilmente comprehender-se-ha porque, coagidos alguns a satisfazer uma necessidade por assim dizer tyrannica, daõ-se a pratica d'um vicio que, pela frequencia com que é exercitado, em qualquer parte, á qualquer hora do dia ou da noite produzirá os mais horríveis resultados (BARROSO, 1853, p. 5).

Ente ainda frágil, com um pé no mundo das mulheres, era preciso inculcar na criança e no jovem, por meio das ferramentas mais efetivas, os códigos de masculinidade que lhe permitiriam escapar de sua debilidade primeira e realizar sua missão última, a de ser homem – , casar, procriar, trabalhar, participar da vida política etc. (CORBIN, 2013, p. 27). Enquanto Britto fala de homens que chegavam aos trinta anos ainda virgens e se casavam na plenitude de suas energias (1853, p. 9-10), Barroso é menos ingênuo e reconhece que as tentações eram fortes, causadas pela necessidade tirânica do instinto venéreo. Para evitar isto, deveria existir uma atenção especial dos responsáveis para os perigos que poderiam comprometer o aspecto formativo do jovem e impedir o pleno alcance de suas potencialidades. A categoria vício, que foi empregada pelos dois autores, novamente aparece como evidência dos excessos sexuais que se corporificavam na forma de hábitos debilitantes que comprometeriam a saúde dos jovens, mas poderiam ser debelados pela atuação dos médicos. Caso contrário, o mau direcionamento poderia levar ao onanismo e à homossexualidade. O autor, em seu texto, fala de forma mais detalhada do vício do onanismo, mas não deixa de se deter brevemente em outros, na firme crença de que, além de ser indispensável chamar a atenção dos pais e da sociedade para estes problemas, a prática de um hábito nocivo era o caminho para outros.

Interessante observar que um dos componentes mais significativos para garantir a sexualidade sadia dos mais jovens foi a vigilância. Como foi evidenciado por Jablonka em recente estudo sobre o papel dos colégios como instituições inculcadoras de diretrizes sobre a masculinidade, era necessário inibir os desejos prematuros que poderiam condenar o rapaz a jamais se tornar um homem no sentido pleno da palavra:

Desde então, a palavra de ordem é universal: a vigilância dos adultos não deve descansar um só instante. Há diversas maneiras de fiscalizar o menino atormentado pelas transformações do corpo. Mantê-lo na ignorância não teria outra consequência senão excitar sua curiosidade e levá-lo ao vício, inclusive à libertinagem (JABLONKA, 2013, p. 63).

Daí a utilidade do colégio, especialmente do ponto de vista do seu objetivo eminentemente formativo. Por outro lado, também vinha daí a preocupação com os riscos presentes durante o processo de educação, atitude que não era de maneira alguma um fenômeno exclusivamente europeu. Luiz Mott, em artigo datado do final dos anos 1980, lembrou que ainda no século XVIII a Inquisição em Minas Gerais produziu um sumário de testemunhas contra um jovem professor de 13 anos que teria praticado o delito da sodomia com vários de seus alunos. A pequena cidade de Sete Lagoas fora, então, tomada de comentários dos quais resultou a prisão do mestre por dois anos nos cárceres do Santo Ofício. Mesmo que o processo tenha resultado na soltura do acusado, ficou patente um elemento: o componente de temor que levou à investigação da comunidade sobre as condutas fora do padrão envolvendo mestre e alunos (MOTT, 1989, *passim*)<sup>39</sup>. Evidentemente, os colégios do século XIX eram instituições ao menos idealmente muito diferentes das salas de aula dos séculos anteriores, sobretudo os que funcionavam em regimes de externado ou de internato. Embora os dois tipos de escola compartilhassem uma relativa precariedade, ao longo do século XIX a ênfase na disciplina e em todo um conjunto de ritos e práticas de uso do espaço para debelar o risco do desabrochar uma sexualidade não-heterossexual (FOUCAULT, 2001, p. 93-4) são novidades e, justamente, os objetos que Barroso deseja colocar na análise e propor a adoção de um olhar vigilante da infância. Médico preocupado em realizar a nosografia do onanismo, Barroso reconheceu algumas condições que potencializavam comportamentos em desacordo com as normas:

Todavia alem desta cauza por si só sufficiente para a manifestação deste vicio, pensamos tambem que a Escravatura, os Collegios, certos livros & Estampas, concorrem em grande contingente (sic) para o excitar o appetite venereo, ou para fazel-o pullular prematuramente: é o que passamos à expender brevemente (BARROSO, 1853, p. 5).

Ao falar de “certos livros” o autor estava defendendo a necessidade de coibir leituras que eram descritas como corruptoras da juventude, uma vez que poderiam propagar valores divergentes que incitavam questionamentos da boa ordem social. Este argumento pode parecer frágil ao leitor contemporâneo, mas Barroso não era o único a propor um controle sobre as leituras dos mais jovens no contexto dos colégios. O famoso periódico *Noticiador Catholico*, editado por sacerdotes ligados ao arcebispado da Bahia, por diversas vezes trouxe em seus artigos alertas da mesma natureza. Em um deles, particularmente, a multiplicação de doutrinas equivocadas a exemplo do materialismo e do ateísmo é tida como consequência da

---

<sup>39</sup> A “escola”, como lembra Mott, provavelmente era a sala dianteira da casa do mestre.

leitura de certos autores que tratavam com desprezo valores como o dever, a honra, as virtudes. Alguns inclusive usavam da mais sedutora eloquência para espalhar mentiras e sarcasmos sobre a religião, a exemplo de Voltaire, de quem se dizia “ter sido coroado em Paris quando em Sodoma teria sido expulso” (NOTICIADOR CATHOLICO, 1850, p. 118). A escravatura e as relações licenciosas que poderiam ocorrer entre senhores e escravos constituem outro possível empecilho para a formação dos jovens, como observado de maneira mais detalhada na introdução.

Mas é preciso voltar ao local que demandava atenta vigilância dos envolvidos na educação dos rapazes: os colégios<sup>40</sup> que, ao longo do XIX, ganharam dimensão bastante relevante para a sociedade brasileira, apesar de seu pequeno número. Representavam uma espécie de carta de cidadania parcial, que permitia aspirar à participação na vida política da jovem nação latino-americana que era o Brasil de então. Os internatos, sobretudo, eram a alternativa possível para famílias que viviam longe dos grandes centros, e desejavam enviar seus filhos para serem educados na capital, em lugares supostamente seguros do ponto de vista da saúde e da moral. A tal ponto era desejável, por genitores com alguma posse, que seus filhos frequentassem os colégios preparatórios para a carreira da política, que um periódico fluminense, citando o deputado baiano e médico Dr. José Lino Coutinho<sup>41</sup> lamentava a falta de caixeiros na província da Bahia, atribuindo esta escassez à ambição de ingressar nas carreiras das letras, mesmo quando o futuro bacharel não possuía nenhum talento para as lides intelectuais (O OBSERVADOR, 1831, p. 2-3). Nos anos 1860, outro jornal falava sarcasticamente da multiplicação de doutores que tinham mais talento para ofícios mecânicos, e marceneiros que tinham todo o talento para doutores, mas não podiam arcar com os custos. No nascimento dos filhos, modificou-se a maneira de dar a notícia. Em lugar da parteira anunciar “é um padre” passou a afirmar, para garantir uma boa gorjeta: “Sim senhor, eu bem dizia que havia de ser um doutor muito chick” (BAHIA ILUSTRADA, 1867, p. 256-7).

O colégio também representava um dos espaços de inculcação de certo tipo de virilidade, associada a ideais de masculino que forneciam aos meninos as referências claras

---

<sup>40</sup> Outras teses trataram da higiene dos colégios no século XIX. Um exemplo foi a tese de Fruchoso Pinto da SILVA, citado como Frutuoso por Gilberto Freyre (2005, p. 507). O trabalho deste se intitulou: *Higiene dos Colégios* (1869). Será analisado de modo circunstanciado nos capítulos 2 e 3.

<sup>41</sup> Coincidentemente o deputado geral e Dr. Lino Coutinho veio a ser diretor da Faculdade de Medicina da Bahia nos anos 1830. Morto em 1836, não foi professor de nenhum dos dois médicos aqui enfocados. Contudo, anotamos que, além da obra médica e política, foi autor de um livro sobre educação feminina, dedicado a sua filha, Cora. Não parece exagerado entender, pois, que o médico e deputado estivesse preocupado já na época, com os papéis de gênero próprios para homens e mulheres. Ver: COUTINHO, Lino. **Cartas sobre a Educação de Cora**. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/?p=409>. Acesso dia 10 de mar de 2014.

sobre lugares sociais, condutas próprias e impróprias, códigos de vestimenta, uso da violência física simultaneamente à retórica e ao conhecimento acadêmico mínimo que era predicado para a vida pública:

Para que o pequeno homem se desenvolva na direção certa é preciso conservá-la nos tutores da virilidade lícita - nada de escapadas com colegas charivaris, bailes, amizades de cabaré, mas a régua e o quadro, dito de outra forma, as punições, as atividades supervisionadas, e, para os mais favorecidos, os estudos (JABLONKA, 2013, p. 50).

Por outro lado, embora reconhecendo a importância dessas instituições, Barroso faz um alerta quanto aos riscos, na vida dos colégios, para os jovens, enviados para lá ainda numa idade bastante tenra. Longe da vigilância dos pais, que tipo de perigos encontrariam os meninos e rapazes dentro destas entidades que pareciam tão necessárias para a instrução com o fim de ingresso em carreiras prestigiosas? O autor demonstra outro tipo de experiência, na qual a masculinidade estaria em risco. Pervertidos de sua função original, os colégios ganham contornos de uma escola de vícios em relação aos quais era preciso manter uma vigilância atenta. A lembrança dos tempos de colégios poderia ser dolorosa e violenta. Induzido a uma relação infamante por outros colegas, o jovem teria uma mácula no passado relacionada a homossexualidade, à qual que não era facilmente apagada. Mesmo muito tempo depois, era motivo de vergonha:

Nos Collegios os jovens discipulos encontram na verdade muitos amigos e protectores; mas essas amizades e protecções são insidiosas: promessas, astucias, ameaços (sic) emfim s'empregão ahi para abuzar da virtude dos filhos subtrahidos à vigilância de seus Pais, e para induzil-os à praticas degradantes, por cujo uzo terão de arrepender-se, e de corar de pêjo quando mais tarde a palavra - Collegio - for proferida em sua presença. Não é a sodomia único vicio que lavra os Collegios; o Onanismo tambem ahi se manifesta com uma pratica assustadora, pela reclusão em que vivem os individuos, e pela provação do exemplo: e o que nos induz a exprimir desta forma são alguma cazos que nesta Cidade mesma teem havido de mancebos educados em Collegios que se derão á este pernicioso habito com tal excesso de ser precizo socorros d'um Medico para tratá-os (BARROSO, 1853, p. 9).

Não se trata, aqui, apenas de afirmar que a sodomia grassava ou não nos colégios, ao lado do onanismo. Mas, assim como foi feito com o trabalho de Britto, tentar deslindar os significados mais profundos que emprestam sentido ao temor demonstrado por seu autor. A homossexualidade (sob a rubrica de sodomia) aparece em um contexto no qual impõe um lugar de subalternidade. Assim, a amizade com protetores e protegidos é colocada sob suspeição, pois poderia ocultar relações ilícitas que poriam em risco a saúde do jovem estudante (JABLONKA, 2013, p. 65). No entanto, cabe evidenciar, neste trecho, uma diferença ente Britto e Barroso. O monstro, nesse trecho, não é o efeminado, o polo que tem

um comportamento passivo, mas aquele que impõe a outro esse lugar submisso. A passividade comportamental e a efeminação eram, conforme postulado por Green (2001) a evidência mais óbvia de que havia um problema do ponto de vista do gênero e da sexualidade, mas havia uma diversidade de possibilidades nas relações homossexuais, que este trecho permite observar. A medicina da época não era totalmente ignorante dessa pluralidade de maneiras de amar, e a captura do prazer defendida pelos médicos precisava estar atenta a esse processo.

De qualquer maneira, segue-se aqui a lógica de uma famosa injunção dos estudos de gênero: havia uma falha que levava os adultos a corarem de vergonha anos depois, pois chamados a demonstrar que não eram nem crianças, nem mulheres, nem homossexuais, não poderiam falar com toda a segurança deste último aspecto, antes pelo contrário (BADINTER apud SILVA, 2000, p. 11). Este risco também pode ser entendido, quando relacionados Britto e Barroso, como uma forma de criar homens perigosamente próximos do feminino, desvirilizados quer por terem hábitos sexuais libertinos, quer por terem sido vítimas de colegas mal intencionados. Ameaça adicional para um Estado-nação em processo formativo, que tinha dificuldades em responder propriamente quem eram os cidadãos brasileiros, e qual o lugar designado para cada um deles. Essas hierarquias fundadas em afetos e comportamentos ajudavam a alocar sujeitos em seus devidos espaços respondendo, implicitamente, à qualidade de cada indivíduo. Afinal, se para Britto a efeminação e a homossexualidade constituíam um lugar privilegiado para se olhar a degenerescência das sociedades, especialmente do passado, Barroso parecia preocupado com algo mais concreto: os perigos que certos hábitos perniciosos geradores de uma predisposição para doenças poderiam causar para a futura elite dirigente do Império do Brasil. Vale ressaltar que a atenção à ambiguidade moral, tomada como um fenômeno negativo que poderia ocorrer nos colégios e levar a consequências preocupantes, era compartilhada por outros sujeitos sociais na época, embora sem fazer referências diretas à conduta sexual. O jornal *Noticiador Catholico*, além de propor limitar o acesso dos jovens a alguns autores, defende a importância de uma educação moralmente correta para garantir a ordem e prosperidade nacional, bem como a submissão do povo. Sem este cuidado, a corrupção da infância apenas pioraria com o passar do tempo:

A educação do povo, porém, as suas crenças, os seus hábitos, o seu carácter não formão-no leis coercitivas e penas. Esta grande obra está reservada aos pais, aos educadores, e aos mestres, e sobretudo aos ministros da religião, aos Padres! Porque si eivados dos mesmos vícios, alheios aos sentimentos da religião, carecidos d'aquellas virtudes, que só ella semeia, e faz brotar nos corações, por intermedio dos

seos ministros, que educação darão aos filhos e pupillos senão ante-religiosa - e social - taes mestres, educadores e paes? E corrompida a infancia do povo, q' devese-ha esperar de sua virilidade e velhice? Um Clero moralizado e instruido pois é o mais seguro meio de moralisação, de ordem, e de justa submissão dos povos, e por tanto em grande parte da grandeza e prosperidade nacional (O NOTICIADOR CATHOLICO, 1852, p. 1).

### 3 A homossexualidade no espelho do casamento

Um último elemento precisa ser analisado nas duas teses. Não se deve perder de vista que o processo de crítica das fontes sobre a masculinidade, principalmente no caso de fontes jurídicas e médicas, implica tratar de documentos que definem tanto as prerrogativas – como a participação no processo político – quanto deveres, na forma de escrita sobre corpos masculinos, especialmente os corpos doentes. Retirando de termos como “o homem” seu aspecto de universalidade a-histórica, ficou evidente que houve uma produção discursiva em torno do que era, naquele tempo e lugar, próprio ou impróprio do ser masculino por meio de negações. Transbordante de significados, a masculinidade pode ser percebida em dois sentidos de construção. O primeiro, subsidiário, foi analisado em detalhe nos itens acima. O segundo, que se poderia pensar como um possível modelo em processo de construção, o qual se desejava tornar generalizado, valoriza a sexualidade que se legitimava por meio do casamento e era realizada na alcova do casal – ou seja, as relações reprodutivas estavam no topo da hierarquia do valor sexual (RUBIN, 2014, p. 15-6). Mais técnico, Barroso lembra que:

Em virtude da revolução completa que soffre o organismo na puberdade, o homem adquire aptidão para o acto venereo; as soliciações espontaneas dos órgãos geradores, que então despertão e entrão em orgasmo produzem-lhe um estímulo que o impelle a reprodução da especie. O preenchimento desta função é geral em todos os animaes, que se reproduzem quando a economia inteira se tem preparado para supportar o exercicio d'ella. No homem, entretanto, se notão aberrações taes que, não só exercita elle os órgãos geradores quanto o organismo ainda se acha mal disposto a soffrer seus effeitos, como até se serve destes mesmos órgãos para fins contrarios aos interesses da espécie - *o crescite et multiplicari*<sup>42</sup> - Quando não se quizesse recorrer a perversão dos costumes para explicar este desvio da natureza humana, bastava considerar-se as diferenças de organização entre o homem e outros animaes, nos quaes similhante vicio não tem sido observado (BARROSO, 1853, p. 4).

Sem uma preocupação moralizante tão saliente quanto a de Britto, Barroso correlaciona a puberdade e o amadurecimento sexual à necessidade fundamental da espécie de se propagar. Seria este o objetivo do desenvolvimento e das mudanças físicas, e não os excessos, os quais deveriam ser combatidos. Ele lembra que, se por um lado as condições de

---

<sup>42</sup> Itálico presente no original da obra.

amadurecimento sexual na juventude eram inevitáveis, por outro o homem estava sujeito a condições de perigo decorrentes do excesso e da falta. Tão perigoso quanto o libertino, o sodomita, o pederasta ou o onanista era o eunuco, que, privado dos órgãos sexuais, se tornava um ente situado entre os dois mundos da feminilidade e da masculinidade sem salvação possível, inapelavelmente incompleto. Incapaz de procriar, teria perdido todos os atributos da virilidade e toda capacidade de ações virtuosas – não pelo excesso de ordem venérea, mas pela falta. Sua vida seria despida de maior significado, e muitos terminavam por ceder à melancolia, chegando mesmo ao suicídio (BARROSO, 1853, p. 4). Mesmo a sodomia, na obra de Barroso, teria como uma de suas causas propiciadoras a convivência de vários rapazes em idades diferentes aliados aos estímulos venéreos naturais e à ausência de mulheres (BARROSO, 1853, p.8-9). Daí o reconhecimento de que era necessário algum grau de instrução higiênica sobre o tema para os mais jovens, bem como as preocupações com o celibato entre os homens, presentes em periódicos baianos nas décadas seguintes e nas teses de doutoramento de outros estudantes, como veremos detalhadamente no próximo capítulo.

Por sua vez, Britto foi mais explícito na condenação de tudo o que estivesse fora do casamento, desta vez conciliando impulsos naturais com a tradição matrimonial católica que imperava no Brasil da época:

Uma das leis da igreja nos impõe o casamento, união legal cujo fim é a propagação da espécie, e por meio dele constituímos famílias, que em grande massa forma (sic) a sociedade, para a qual temos de desempenhar sagrados deveres; d'ahi vem o contacto dos sexos, e deste nasce (sic) os praseres do amor, que se umas veses (sic) é baseado nos alicerces do decoro, outras arreda-se completamente d'elle (BRITTO, 1853, p. 10).

O casamento também é tido, na escrita deste autor, como uma forma legítima de resolver apropriadamente impulsos de propagação da espécie que eram dados pela natureza. Em última análise, seria este o objetivo do amadurecimento sexual dos rapazes, em nome do qual se deveria evitar todo e qualquer tipo de libertinagem – a exemplo da homossexualidade – sob pena de causar a degenerescência da espécie e o caos social. As práticas sexuais que se localizavam fora da alcova dos casais foram, pois, transformadas em abjetas, e deveriam ser evitadas a todo o custo por divergirem da norma. Nesta questão, cabe ponderar: este capítulo, até o momento, se referiu a duas teses de doutoramento de jovens médicos baianos no século XIX. Talvez se esteja extrapolando além do razoável a possibilidade de significados que termos como efeminação, pederastia ou sodomia possuiriam naquele período. Contudo, ao longo dos oitocentos encontra-se uma pluralidade de relatos nos quais homens efeminados

foram objeto de intensa reprovação, chacota, e de sugestão de doença (SILVA, 2013, p. 155).

Prática sexual divergente da norma, e, até mesmo, indício da degenerescência das raças e civilizações, a homossexualidade era objeto de ojeriza disseminada em romances, em teses universitárias, em notícias de jornais e na imprensa médica especializada. A rejeição parece compartilhada por diferentes setores da sociedade brasileira no século XIX, e com um sentido que parece correlacionar à homossexualidade enquanto prática sexual abjeta e a efeminação como uma forma de masculinidade marginal. A mesma relação entre práticas sexuais-afetivas entre homens e performances de gênero ocorreu na Europa, sobretudo na França, Alemanha e Inglaterra – nas duas últimas, mais do que uma conduta sexual, a homossexualidade era um crime (REVENIN, 2013, p. 466).

### **Considerações finais**

Recapitulando o que foi tratado até aqui, a produção discursiva sobre a homossexualidade nas duas teses analisadas pode ser apreendida quando entendemos que a construção daquilo que se podia dizer sobre o erotismo entre pessoas do mesmo sexo foi atravessada por construções de gênero. Em termos como efeminação, a prática homossexual aparecia como um dos atributos condenáveis desses sujeitos dotados de uma masculinidade subordinada e indesejável, além de constituírem práticas pouco saudáveis, que amoleciam e desvirtuavam o homem. Esta era uma preocupação partilhada tanto por Virey, na França da primeira metade do século XIX, quanto por Britto em 1853. Por detrás de ambos estava o temor das consequências que a degenerescência poderia trazer para as sociedades, como foi evidenciado acima. E esta não era a única possibilidade. Os sujeitos poderiam ser vítimas de amizades insidiosas que ocultavam desejo sexual e resultavam em relações sodomíticas de outros, especialmente nos colégios, como lembra Barroso.

Assim, talvez seja necessário repensar questionamentos à dimensão de prática médica propriamente dita das teses da Faculdade de Medicina da Bahia. Se Britto deixa de lado o interesse mais técnico para realizar quase uma história da libertinagem, para a qual o autor recorreu a exemplos da antiguidade clássica romana e grega, ou à decadência do reino da França na época moderna, Barroso detectou um problema mais direto, que tematiza em sua tese: o perigo do onanismo e da sodomia, da sexualidade não-reprodutiva, nas reservas políticas e econômicas da nação onde se depositavam os interesses de setores dirigentes da

sociedade brasileira na época (BRITTO, 1853, p. 6-7). Dos vários espaços a respeito dos quais se produziram discursos que intentavam realizar normatizações ao longo dos séculos XIX e XX – a alcova do casal, a casa, a rua, os cemitérios – o colégio constituía o centro de formação dos futuros dirigentes do país. Barroso reconhece o papel central desta instituição enquanto formadora, a qual, não estava totalmente isenta de riscos para seus jovens discípulos. Por isto, argumenta que o colégio deveria ser cuidadosamente observado por pais e médicos. Ainda que muito mais preocupado com a masturbação, não deixa de entender que a homossexualidade era um problema sério, ao argumentar que “grassava” nos colégios.

Neste capítulo, tentei mostrar como estas referências em negativo foram parte do processo de construção da masculinidade ao longo do século XIX, tanto no sentido moral quanto biológico – com os dois sentidos complementares postos sob influência do olhar médico. Talvez para estas primeiras interpelações, datadas das décadas de 1850 até 1870, o raciocínio seja o de uma abordagem do enquadramento dos desviantes enquanto figuras individuais, ou, quando muito, um chamado um tanto vago para combater os excessos que estes praticariam. Mais tarde, a este processo seria acoplado outro: o de combate aos desvios de maneira específica, o que requereria uma visão mais sofisticada das doenças e dos doentes que as sofriam. Atributos que eram parte dos tipos de desvio aqui descritos sofreriam uma transformação. Ao mesmo tempo em que eram motivo de escárnio ou de opróbrio público, tornaram-se estigmas, saindo do espaço pouco visível e cheio de pudores para o lugar de indícios de patologias próprias. A marginalidade, nos dois casos, foi progressivamente reconfigurada como uma inferioridade biológica de corpos que tinham determinada conduta sexual e performance de gênero.

Seja como for, um dos elementos que se tornaram prescrição da masculinidade saudável foi o casamento e tudo que eventualmente contrariasse esta possibilidade ou a afastasse definitivamente é colocado em um lugar negativo. As possibilidades representadas pelas referências à homossexualidade, ocultadas nas menções à efeminação, ao amor de rapazes, à pederastia, à sodomia, aos *subacti*, aos *gitons*, podem ser colocadas dentro da mesma lógica, a da perversão perigosa para a sociedade pois desviava o homem do seu caminho natural e/ou infectava as famílias. Nestes dois trabalhos os autores tentaram mostrar aquilo que o homem não deveria ser, sob as penas mais terríveis para a sua saúde e para seu reino, povo, república, etc. Ora, a preocupação com o efeito degenerador, da homossexualidade, presente nas teses supramencionadas, espelhou um processo que teve

lugar na Europa, ao longo de todo o século XIX. Partindo da França na qual Virey escreveu seus livros, Regis Revenin ensinou que:

[...] numa sociedade cada vez mais centrada em preocupações morais e higiênicas, perturbada pela questão da taxa de natalidade – muito precoce na França (exacerbada pelas rivalidades nacionais diante da Prússia e pela perda da Alsácia e Moselle) – e pelos conflitos entre classes sociais e pelas revoluções de 1830 e de 1848, a anormalidade sexual se tornou apanágio da medicina, que a constituiu como problema social, como fenômeno completamente inédito. O homossexual se torna então a figura paradigmática da perversão masculina a partir de meados do século XIX (REVENIN, 2013, p. 472).

O temor dos efeitos deletérios da perversão para a sociedade brasileira servirá de base para arquitetar o sentimento de apreensão que a homossexualidade veio suscitar no final do século XIX. As modalidades de práticas eróticas entre homens, sob diversas denominações como pederastia, sodomia, uranismo<sup>43</sup>, homossexualismo ou androphilismo progressivamente figurariam na reflexão dos médicos oitocentistas. Não deixariam, entretanto, de ser trespassadas por questões de gênero, pois cada uma dessas referências tinha que ser negada como parte da construção de uma identidade masculina pelos indivíduos. Assim, quando Marcelo Pereira Lima (2013, p. 156-9), na esteira de Joan Walach Scott, lembra que o gênero é uma categoria relacional, isto também é válido para o século XIX tanto em relação ao feminino quanto a masculinidades subsidiárias e até mesmo plenamente renegadas, excluídas do campo da normalidade, marcadas com o estigma do invivível. Isto embasa a conclusão de que a masculinidade se dava tanto pela oposição ao feminino, quanto pela rejeição da homossexualidade. Em certa medida, estas teses funcionam como produtoras de enunciados que levaram à produção de um discurso de proscricção da homossexualidade. Ao longo dos oitocentos existiram reconfigurações de enunciados visando manter esta exclusão.

Aqui, cabe retomar a epígrafe deste capítulo. Ora, a descrição do *Correio Mercantil* é uma caricatura daquilo que o homem não deveria ser de maneira alguma. Dotado de contornos de yayá e com artifícios de vestuário para emular as estratégias de embelezamento das senhoras, é uma criatura digna de ridículo, figura que vai se dispersar pela literatura brasileira e por jornais como objeto de chacota. Até mesmo José de Alencar, em *Diva – perfil de mulher* (1864) escolhe como elemento de grotesco e tradução do impulso decadente da sociedade o Sr. Barbosinha. Referido sempre com tom de ridículo, fazendo a corte mais como palhaço do que como consorte de Diva, chega ao cúmulo de aceitar ser referido como "nós" pela personagem-título:

---

<sup>43</sup> Termo cunhado por Karl Heinrich Ulrichs (1825-1895) para nomear o fenômeno daqueles indivíduos que possuíam um corpo de homem e alma de mulher (LAURITSEN e THORSTAD, 1974, p. 9).

Esta passeava na sala pelo braço de um moço de vinte anos, ridículo arremedo de homem, que a moda transformara num elegante boneco. Emília, na sua fria e incisiva ironia, retratava-o com um monossílabo. Ela dizia por exemplo: — *Nós* somos um perfeito cavalheiro de sala, Sr. Barbosinha. *Nós* trajamos no rigor da moda.

Este *nós* era o pronome da fatuidade e efeminação do moço (ALENCAR, 1864, p. 49)<sup>44</sup>.

Tanto o cazuzinha que se vestia com espartilhos, descrito na epígrafe, quanto o Sr. Barbosinha não passam de arremedos, de tentativas de uma aspiração superior. Apesar dos vinte e cinco anos que separam as duas descrições, o caricaturesco permaneceu como um elemento comum. A masculinidade é imposta como um marcador negativo de gênero nos dois casos bem como nas teses de doutoramento acima apresentadas.

A homossexualidade que, como evidenciado, foi colocada dentro do campo de práticas libertinas torna-se um objeto gerador de medo e é representada como algo que a sociedade precisava temer e combater, mesmo que o remédio fosse bem amargo para os que deveriam passar pelos cuidados dos médicos. Em 1872, um ex-aluno da Faculdade de Medicina da Bahia, Alexandre José de Mello Moraes publicou o *Dicionario de Medicina e Therapeutica Homeopathica*, rompendo assim com a tradição universitária brasileira de hostilidade em relação à medicina alternativa, na qual o autor havia sido educado. Mesmo assim, ao comentar a libertinagem, dentro do espírito de instruções higiênicas para garantir o bem viver, o autor ensina que:

A libertinagem é o abuso dos órgãos da reprodução em sua função natural ou é a perversão da função por um uso contra a natureza. Há abuso: 1º quando as relações sexuaes tornam-se nocivas à saude; 2º quando tem lugar para evitar os casamentos; 3º quando na união conjugal procuram evitar a propagação da especie. Ha perversão quando o homem engana as necessidades da natureza com prazeres solitarios, como masturbação ou o onanismo; ou por actos degradantes como a pederastia ou sodomia e a bestialidade; Por causa das desordens dos perigos da libertinagem os governos têm sido obrigados a autorizar casas de tolerancia onde se reúnem as mulheres que fazem vida da prostituição (MORAES, 1872, p. 405).

Ora, o que temos aqui é o comentário de um livro de divulgação, direcionado tanto para farmácias homeopáticas, já que a primeira parte é dedicada a remédios e suas dosagens, quanto para profissionais da área da medicina e leigos interessados, vez que a segunda parte da obra era formada por conselhos sobre temas como educação, higiene, regime alimentar, etc. O peso e o desembaraço do autor ao falar do tema, dentro do mesmo discurso que as teses da Faculdade de Medicina da Bahia haviam começado a delinear sobre a homossexualidade, indica que este assunto não era uma questão limitada ao Olimpo do ensino superior no século

---

<sup>44</sup> Itálicos presentes no original da obra.

XIX. De qualquer maneira, vale ressaltar neste trecho a ideia de que a pederastia e a sodomia eram questões tão sérias do ponto de vista da medicina e dos costumes que as casas de prostituição poderiam ser adotadas como medida para evitar sua disseminação. Moraes se encontra, portanto, com o trabalho de Barroso, que insinua que anormalidades sexuais como o onanismo e a sodomia têm como causa a dificuldade no convívio ou acesso às mulheres.

Pouco mais à frente é possível perceber de maneira ainda mais nítida o quanto o raciocínio de Moraes e de Britto sobre a homossexualidade seguem a mesma lógica. O trecho do dicionário, neste caso, é quase uma transcrição da tese sobre a libertinagem:

No physico são seccos, pallidos e inguiçados; no moral vegetam na molleza sem alma, sem coração, incapazes de resistir aos males e capazes de todos os vícios. Veem-se succederem umas após as outras, essas gerações produzidas pela libertinagem. São degenerados, stigmatizados pelas escrophulas pela pthistica, pelas impingens e votados a uma morte prematura (MORAES, 1872, p. 406).

Progressivamente as doenças passam a ser percebidas como um denominador comum desses temores por um público mais amplo e interessado em ideias higiênicas. Esses enunciados estão condicionados pelas mesmas regras, relacionadas a performances inadequadas de gênero e homossexualidade como evidência da perversão dos povos, das raças e da corrupção das civilizações.

Uma palavra final diz respeito às críticas severas que alguns estudos têm recebido, ao reafirmarem a importância das ideias higienistas e a existência e penetração de processos de higienização que tiveram lugar no Brasil. No que toca à relação entre este encadeamento de ideias e a homossexualidade talvez nenhum autor tenha sido tão direto quanto João Silvério Trevisan que, em seu clássico *Devassos no Paraíso* fala do papel das elites na construção de um pensamento homofóbico, usando como principal agente o que o autor chama de Estado higiênico burguês profundamente preconceituoso e segregador. Este teria penetrado com ideias e valores no seio das famílias, por meio da atuação do médico em esferas antes tão restritas como o casamento e a criação dos filhos, para realizar a defesa de um lar higienizado, requisito para uma sociedade civilizada. Os doutores alertavam para o perigo dos excessos que aproximavam a sociedade brasileira da imoralidade e da degeneração, dentre os quais, naturalmente, estavam as múltiplas referências à homossexualidade, seja como sodomia, como pederastia, libertinagem, perversão, vício infamante, etc. Especialmente preocupados com melhorar o padrão reprodutivo, os médicos ajudaram a formular novos padrões adequados aos papéis dos homens e das mulheres ao longo daquele período, sobretudo relacionando a figura do pai à esfera pública, e a figura da mãe à esfera privada. Assim, as

eventuais fugas aos padrões representadas por onanistas, celibatários, sodomitas, libertinos, alcoólatras, loucos representavam inadequações em dois registros: nos hábitos detestáveis dos indivíduos que podiam levar a doenças e a morte, bem como na incapacidade de desempenhar o papel mais necessário e imediato do homem, o de pai/cidadão. Corolário destas duas incapacidades, o libertino, sodomita, pederasta, etc. se convertia em um ente inadequado para o desempenho das tarefas públicas. Certamente, existe algum exagero da parte de Trevisan. É necessário reconhecer que a possibilidade de inserção social do pensamento destas teses era limitada. O periódico *O Acadêmico*, editado pelos estudantes sextanistas da Faculdade de Medicina da Bahia, precisamente no começo da década de 1850, faz chacota da produção das teses, demonstrando o quanto era compreendida mais como parte do rito de formação que como uma maneira de impor condutas (1853, p. 74-77). Entretanto, outros corpos documentais ao longo do século, a exemplo de obras literárias, periódicos médicos ou noticiosos serão responsáveis por criar enunciados sobre a homossexualidade, um repertório de referências negativas caso afetos e desejos sexuais bem como performances de gênero fossem destoantes. Assim, a minha proposta neste momento não é tanto a preocupação com o grau de penetração que estes trabalhos possuíam ou não. Mas sim com as particularidades da arquitetura conceitual que estes médicos baianos realizaram, e como apresentaram formulações homólogas com as do final do século XIX, quando a intervenção, se não era uma realidade presente, ao menos tinha um aparato teórico mais bem estabelecido e começava a ser vigorosamente defendida – e aplicada. Mas esta questão será vista em maiores detalhes nos capítulos que seguem. Por ora, é preciso entender estas teses como primeiras interpelações e formulações de uma rede de enunciados na qual passa a figurar a homossexualidade, articulada tantos aos excessos do sexo quanto a performances inadequadas do ponto de vista da masculinidade.

## **CAPÍTULO 02 — O COMBATE AO CELIBATO: ENTRE A TEORIA E A EMPIRIA (1860-1870)**

[...] todos os males imagináveis caem sobre pessoas não casadas, a tal ponto que se poderia dizer que se ainda existem celibatários e viúvos, é unicamente para tornar o facto perfeitamente evidente. Em todo caso, o celibatário deve passar o estado de accidente no mundo civilizado (PARVILLE, 1879, p. 2).

A homossexualidade não era exatamente um tema comum em teses médicas do século XIX. Mas, apesar de problemas, a exemplo da relativa incerteza terminológica e da zona de fronteira indefinida entre as diferentes práticas sexuais e afetivas fora do padrão, que muitas vezes funcionam como um empecilho para separar um comportamento dos outros, havia uma atitude comum aos diversos autores quando escreviam a respeito do tema. Se era preciso falar sobre o erotismo entre dois homens, quer como libertinagem, quer como sodomia, havia que se fazer com a devida postura e com um puritanismo severo. Tratando-se de assuntos inadequados a conversas de salões, cabia ao médico, no papel de campeão da sociedade civilizada e saudável, ocupar-se de problemas tidos como tão desagradáveis (BARROSO, 1853, *passim*; BRITO, 1853, *passim*).

Existem semelhanças e diferenças entre o tratamento encontrado nas teses que versam sobre este tema datadas da década de 1850 e suas congêneres elaboradas entre os anos 1860 e 1870. Em relação às aproximações, a moralidade está presente no pensamento destes autores tanto quanto daqueles que os antecederam. A linguagem, tal como antes, é rebuscada ao extremo, e a homossexualidade persiste como um tema que diz respeito tanto à saúde quanto à moral. Como nas duas teses examinadas no capítulo anterior, segue-se uma lógica em que a ênfase maior está na argumentação livresca que, na maior parte das vezes, se sobrepõe a quaisquer dados empíricos (embora existam nuances que remetem a graus diferentes do uso do binômio empírico-teórico pelos distintos autores<sup>45</sup>). Essas posições refletem as divisões do ensino médico na época, que se apresentava polarizado entre o abordagens livrescas, que apenas repetiam autores europeus consagrados, e o desejo de um ensino prático com laboratórios bem aparelhados, adequadamente supridos de instrumentos, capaz de levar a cabo

---

<sup>45</sup> Nos anos 1850, mesmo Barroso, que possui manifestadamente uma preocupação maior com a taxonomia do que com a história em sua pesquisa sobre o onanismo, não examinou os dados escolares na província da Bahia ou no Império do Brasil, confiando, talvez, nas experiências compartilhadas pelos estudantes que haviam passado por tais instituições. Sua nosografia, pois, é limitada ao universo livresco. Ainda assim, apesar de fazer uso da história como um banco de exemplos a ser seguido e/ou execrado, a ênfase argumentativa é maior na taxonomia e organização das doenças típicas de corpos indóceis do que na história dos vícios do gênero humano.

observações médicas detalhadas e fazer avançar a ciência no Brasil (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1869, p. 277)<sup>46</sup>. Mas para defensores quer das belas-letas quer das observações empíricas, as obras de autores europeus constituíam o cânon, repetido com reverência pelos aspirantes a médicos. Por isto, ainda nos anos 1860 ou 1870, Virey<sup>47</sup>, Lallemand<sup>48</sup>, Bécquerel<sup>49</sup>, Levy<sup>50</sup> e outros e outros são autoridades bem estabelecidas, e suas reflexões que versam sobre a Europa deveriam necessariamente servir para explicar relações de causa e efeito entre hábitos nocivos e doenças no Brasil. A dimensão das teses também é muito parecida, raramente ultrapassando as 20 páginas entre dissertação, proposições, gráficos, etc.

Mas existem diferenças. Os trabalhos se tornaram progressivamente mais detalhados. A resenha histórica, destinada a deplorar o comportamento libertino de sujeitos do passado cede lugar aos tímidos procedimentos de método próprios da ciência médica na época. O corpo desviante do paciente foi colocado no centro da preocupação dos aspirantes a doutores. Há que se examinar de maneira pormenorizada os hábitos, os temperamentos, os caracteres herdados, o peso do clima, para descobrir o real valor de cada um no estado de saúde ou de doença do paciente. Exemplo da importância que estes elementos, sobretudo a herança, passaram a ter para a medicina brasileira a partir da segunda metade do século XIX é a tese de Ignácio Luiz de Verçosa Pimentel, intitulada *Casamentos Illegítimos diante da Higiene* (1864). Nela o autor aborda a higiene do matrimônio tanto em seu sentido moral, com o mesmo tipo de lógica que Britto e Barroso já haviam apresentado anteriormente, quanto num sentido mais propriamente médico, isso é, pretensamente fundado nas características do corpo e das doenças que poderia acometê-lo ou a seus descendentes, uma vez realizado um consórcio inadequado. Daí a segunda parte do trabalho ter sido dedicada a esses casamentos, que se tornaram anti-higiênicos e, portanto, ilegítimos:

É assim que parecendo fundar-se na physiologia e pathologia, condemna por illegítimos os casamentos *prematturos, os tardios, os desproporcionaes, os contrahidos entre consanguineos, entre os individuos atacados de molestias hereditarias, entre os temperamentos e constituições semelhantes, e finalmente em casos de vicios de conformação da bacia*<sup>51</sup> (PIMENTEL, 1864, p. 15).

<sup>46</sup> Os estudantes e professores que combateram na guerra do Paraguai eram os grandes entusiastas do ensino prático.

<sup>47</sup> Julien Joseph Virey (1775-1846), médico e naturalista francês.

<sup>48</sup> Robert Christian Avé-Lallemand (1812-1884) médico e naturalista alemão que em 1836 se radicou no Rio de Janeiro como médico. Participou da expedição Novara ao Brasil em 1857, mas a abandonou.

<sup>49</sup> Louis Alfred Becquerel (1814-1862) médico e higienista francês.

<sup>50</sup> Michel Levy (1809-1872) médico e higienista francês.

<sup>51</sup> Itálico presente no original da obra.

Pimentel é o que se pode chamar de um discípulo leal de Benédicte Morel. Suas considerações sobre os casamentos higiênicos, evidenciado o lugar das famílias e dos grupos na transmissão de males hereditários é possível porque opera com um conceito de degeneração influenciado pelo psiquiatra austro-francês, articulando clima e influências externas mas, sobretudo, influências sociais e hereditárias na composição de sujeitos e grupos degenerados. Pimentel, é claro, aclimata ao Brasil as teses de Morel sobre higiene e degeneração e, em última análise, defende que o casamento seja uma ferramenta a serviço da higiene, e não um fator de degeneração dos costumes, das famílias e das raças. Para o autor cabe ao médico atentar especialmente para as uniões que de alguma forma se ligam à questão da herança, quer recebida ou transmitida.

Para defender esta tese, Pimentel assume que certas características físicas e intelectuais se transmitem em gerações da mesma família, o que chama de herança física, moral e mórbida. Por isso os Hortencios e os Curiões eram reconhecidos como uma linhagem dotada de dons de oratória e os Bórgias, e as famílias dos Papas Xisto IV<sup>52</sup> e Benedito IX<sup>53</sup> eram exemplos de crimes e depravações. Por extensão, estes atributos também seriam transmitidos no seio das raças, levando as últimas consequências a lógica exposta acima (PIMENTEL, 1864, p. 21-22)<sup>54</sup>. Em função disso, são considerados lamentáveis os casamentos entre consanguíneos, fator de degeneração que abastardeia as raças física e moralmente, e que constituem a maior preocupação do autor.

Era preciso anotar, assimilar, descrever e então propor relações e abordagens com o fim de garantir o adequado tratamento dos pacientes, mesmo que teoricamente. A própria doutrina francesa, consultada à exaustão pelos autores, fornecia um conjunto de procedimentos para pensar a questão em termos práticos, embora aclimatados no Brasil como referência teórica. Trocando em miúdos: estatísticas sobre suicídios entre casados e solteiros até poderiam ser fruto da observação de autoridades municipais de cidades europeias, ou de professores universitários preocupados em elaborar manuais sobre a higiene. No Brasil, contudo, passam ao estado de um fato em si mesmo, que não carecia de ser demonstrado.

---

<sup>52</sup> Nome que Francesco Della Rovere (1414-1484) escolheu ao ocupar a cadeira papal. Do seu pontificado, ficaram de referências aos sodomitas que este papa teria acolhido na corte pontifical. Alguns de seus jovens e belos colaboradores teriam chegado ao trono pontifical (DYNES 1990, sem paginação; ALDRICH, 2001, p. 406-7).

<sup>53</sup> Teofilático de Tusculo (1012-1052), também infamado por atividades homossexuais que teria levado a cabo durante seu pontificado, imitando seu antecessor, João XII (DYNES, 1990, sem paginação).

<sup>54</sup> É tentador relacionar, nesse caso, o termo raça com o pensamento racista o qual, mais tarde, vai se converter em regra do pensamento científico brasileiro. Entretanto, a abordagem de Pimentel se concentra mais sobre a inadequação de casamentos desiguais em termos cronológicos do que entre sujeitos de raças diferentes.

Ainda assim, há uma progressiva mudança no tratamento não apenas da homossexualidade, mas das doenças em geral, na forma de um acolhimento de experiências empíricas dentro do espírito médico livresco da época. Os termos da equação ainda parecidos com aqueles já observados: hábitos nocivos do ponto de vista moral e higiênico, dentre os quais relações eróticas e afetivas entre homens, podiam levar a doenças ou a coisa pior. Entretanto, a forma de analisar o corpo doente e de propor tratamentos ou prevenir patologias começava a se diferenciar do passado e, em função disso, os estudantes começam a apontar a necessidade de separar o terreno das convenções sociais daquele que a medicina deveria ocupar. Novamente, para deixar o que foi exposto mais claro, o melhor exemplo é o casamento. Para Britto e Barroso, era um sacramento que expressava, também, uma lei natural. Para os autores posteriores, era uma lei natural antes de tudo, que tinha sua melhor expressão representada pelo sacramento do matrimônio. A lei natural passa a anteceder os ritos civis e religiosos.

Em relação ao tratamento dos corpos doentes em pormenor, por um olhar treinado, um bom exemplo pode ser encontrado na *Gazeta Médica da Bahia*. Este periódico começou a ser editado em 1866, e diferentemente das teses de doutoramento, seus textos eram dotados de uma preocupação empírica muito evidente. As observações são fruto menos da doutrina médica europeia e mais do cotidiano nos hospitais da cidade de Salvador, como o Hospital da Caridade (ligado à Santa Casa de Misericórdia da Bahia), o Hospital Militar e, a partir de 1874, do Asilo S. João de Deus para alienados mentais. Na seção dos registros, casos clínicos interessantes são comentados no formato de pequeninas biografias, detalhando a razão pela qual o paciente buscou apoio médico, a constituição física, o temperamento, os hábitos pregressos, o diagnóstico, os tratamentos adotados, o grau de efetividade de certos medicamentos ou dietas alimentares sobre outras, etc. Mas esta dimensão que pode parecer mais técnica, repleta de uma neutralidade singular, também pode ser entendida como estratégia para colocar corpos indóceis sob observação, justificando posições hierárquicas socialmente dominantes. Assim, temos, por exemplo, uma breve nota de junho de 1867 na qual dá-se notícia dos perigos das máquinas de costura para a moral das mulheres, devido à possibilidade de inadequada excitação venérea pela fricção das coxas (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1867, p. 288). A das costureiras seria justamente a classe de onde provinha o número maior de prostitutas, segundo Mello Moraes (1872, p. 352).

Tal como anteriormente, os estudos de gênero são fundamentais para o processo de construção da homossexualidade como uma forma negativa de masculinidade, mas com

entradas de análise diferentes das já observadas. Embora ainda sejam encontradas algumas referências à libertinagem, à efeminação e ao risco de feminização da sociedade, o peso emprestado por Britto a esses termos não é mais observado nas fontes. A categoria que assume esta caracterização, isso é, por meio do qual o gênero se dá a ver, é a de celibato associado à prática de excessos sexuais, especialmente sodomia e/ou pederastia. Trata-se, entretanto, menos da evidência de algo, e mais de uma questão que precisava ser interrogada. Em outras palavras, o corpo do homem, mesmo quando pederasta ou sodomita, precisava ser analisado pelo médico em detalhes, e não simplesmente condenado; a mera reprovação, que o tom moralizante de Britto colocava no centro da estratégia em 1853 foi reconfigurada como preocupação clínica. Exemplo deste processo de reconfiguração pode ser encontrado num artigo de 1885, escrito por Charcot, sobre a histeria no homem. Embora um pouco tardio, a sua leitura é útil porque usa a categoria “efeminado”, explorada largamente no capítulo anterior, e apresenta alguns dos procedimentos de análise que começam a se desenhar nas teses sobre o celibato – manifestamente a posição de maior neutralidade do médico e a necessidade de ir de encontro a ideias bem estabelecidas na sociedade. Assim, o autor reconhece que o correto diagnóstico do fenômeno da histeria no homem, e o seu tratamento são atrapalhados por dois preconceitos muito disseminados até mesmo entre os médicos: primeiro, o de que os sintomas e causas da histeria em ambos os sexos são diferentes; e segundo, que a histeria até pode ocorrer em homens efeminados de temperamento nervoso, mas não em sujeitos fortes e vigorosos, sem vícios:

Estes erros se referem especialmente a dous preconceitos, muito generalizados, sobre a natureza da molestia. O primeiro é que, se se admite voluntariamente que um homem effeminado, fraco, de temperamento nervoso, possa ser atacado de uma afecção analoga a que se vê tantas vezes na mulher, esta suposição parece pouco verosimil quando se trata de um homem robusto e vigoroso (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1885, p. 312).

Para salvar os doentes era preciso – na verdade era indispensável – afastar da ciência médica o peso de atitudes preconcebidas. Assim, a vontade de saber assumia uma estratégia de se revestir de uma aparente isenção discursiva, dizendo do mundo tal qual ele o é, determinando friamente a verdade sobre os corpos doentes. Denunciar preconceitos morais, apenas para encontrá-los, posteriormente, travestidos de resultado das observações científicas. A tentativa encetada aqui é de impor uma única verdade sobre a sexualidade por meio do controle e, se necessário, da exclusão do que era discordante, isto é, das possibilidades múltiplas em termos de preferências sexuais e afetivas que não necessariamente colocavam o

casamento heterossexual como objetivo de vida.

Neste capítulo, as teses são agrupadas em torno da temática do celibato. Hábito considerado nocivo e contrário às leis naturais, quer praticado entre os homens por libertinagem ou por continência religiosa, era preciso dirimir este comportamento para garantir uma posteridade forte e a prosperidade nacional. Daí a defesa do casamento, identificado com um hábito plenamente higiênico e civilizado.

### **1 O casamento e o problema do celibato na sociedade oitocentista**

Casamento e família são temas complexos na Bahia oitocentista. Segundo Kátia Mattoso, em seu estudo *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*, o casamento era um privilégio para poucos. Muito mais comuns eram as uniões livres, que atingiam o montante de 35% das uniões entre as décadas de 1850 e 1860. Um terço das crianças brancas eram ilegítimas, e esse número era ainda maior, de 4/5, entre os mestiços. Nos escravos a proporção sobrepujava as anteriores, já que os casamentos legítimos eram numericamente muito poucos (MATTOSO, 1987, p. 81-90).

Casar-se era uma das maneiras pelas quais famílias aliadas política e/ou economicamente cimentavam uniões, ou estratégia para salvar velhas linhagens senhoriais empobrecidas com o dinheiro de comerciantes abastados. Poderia, até mesmo, ocultar uma ancestralidade pouco recomendável. Com efeito, Mattoso anota, ao longo da segunda metade do século XIX, o processo de assimilação e, mais tarde, branqueamento que acontecia por meio do matrimônio e da conseqüente formação de laços de solidariedade com uma parentela bem estabelecida socialmente, mas muitas vezes com pouco ou nenhum dinheiro (1987, p. 175-6)<sup>55</sup>.

Como qualquer rito, o casamento tinha certas regras. Primeiro, do ponto de vista do gênero. Para a mulher, era o caminho natural e quase obrigatório. Terríveis penas incidiam sobre elas, sobretudo as da elite, quando não se casavam por qualquer razão; eram vistas com suspeitas, e precisavam garantir a respeitabilidade por meio da submissão à autoridade de um homem, como um pai, um irmão, um cunhado, os filhos, os tios, enfim: alguém do sexo

---

<sup>55</sup> O processo era muito mais lento, e poderia levar duas ou três gerações. Ser liberto era estar no pé da escala social, como lembra a autora, mas o sucesso material permitia aspirar casamentos melhores, especialmente para os descendentes. A autora também lembra que a endogamia e exogamia eram praticadas, mas a segunda era mais comum do que a primeira – inclusive explica o mecanismo de acolhimento de sujeitos novos e bem-sucedidos em termos econômicos (MATTOSO, 1987, p. 176-7 e 188-9).

masculino que assegurasse a dignidade daquelas que eram guardiãs da honra familiar – afinal, eram as mulheres quem podia dispor desta por meio do comportamento adequado ou não (MATTOSO, 1987, p. 154-5; STOLKE, 2006, passim)<sup>56</sup>. Nas palavras de Ignácio Luiz de Verçosa Pimentel, na sua tese *Casamentos Ilegítimos diante da higiene*, o matrimônio era para a mulher uma necessidade análoga à respiração para os seres organizados (1864, p. 34). Por outro lado, para o homem, o casamento, além de assegurar alianças, representava uma caução, um estado que atendia a certas expectativas sociais que cabia ao sujeito atender. Uma vez cumprido o rito, assegurada a família com filhos e filhas, adaptado o comportamento libertino minimamente, ficava o homem seguro para folgar contando com a leniência social. Em um folhetim, encontramos a seguinte referência ao casamento como uma passagem ao cabo da qual ainda se pode ser um pândego e continuar na patuscada mesmo após o matrimônio:

- Ora adeus! Um homem pode ser pandego, gostar de andar sempre na patuscada, um estroina consumado, como dizem os da alta, que afinal vae sempre esbarrar com a faixa de *mairé*<sup>57</sup> e com a sobrepeliz de prior. Nós por lá havemos de passar, amigo Dabourg.
- Parece-te isso, Fochilon?
- Estou convencidissimo
- Pois eu cá digo que precisamos ver...
- Basta que te lembres que o estado celibatario não é uma posição social! O conjugal tem seus encantos! (O MONITOR, 1878, p. 1).

O casamento também era um sacramento religioso, lei divina amplamente valorizada pelos autores do período como uma das heranças mais fundamentais do cristianismo. Mesmo o estroina acima compara o estado conjugal com a austeridade séria dos religiosos, verdadeiro remédio para uma vida de excessos esgotantes. O mesmo dá a entender Fruchoso Pinto da Silva, em suas Proposições, ao comentar a relação do casamento com a religião:

- I. O homem e a mulher, quer por sua organização, quer pelas irresistíveis forças da natureza, que tendem sempre a approximal-os e a amarem-se, estão de tal maneira unidos que a vida de um é necessariamente a conservação do outro.
- II. Para a propagação da especie forão ambos creados
- III. A sua união, pelos laços civis e religiosos, constitue uma das mais bellas e saudaveis instituições, que muito actua sobre a conservação de sua vida e sobre a sua saúde.
- [...]
- IX. O casamento com quanto seja um laço indissoluvél e imponha certa restricção no cumprimento dos deveres, todavia por essa mesma obrigação, preserva aos que a

<sup>56</sup> A exceção, naturalmente, era o celibato religioso. Nesse caso, é lícito pensar que as irmãs mais velhas e as superiores mantinham a respeitabilidade do convento. Ainda assim, o pároco também era um homem que assegurava a correção social das irmãs que viviam no convento.

<sup>57</sup> Itálico no original do periódico.

elle se sujeitão de muitas molestias; além dos carinhos e praseres, que tem consigo a família (PINTO, 1869, p. 23-4).

A percepção, para os médicos, era que o casamento não constituía apenas uma questão privada na qual apenas sacerdotes, cônjuges e pais poderiam intervir. Ele se converteu, em lugar disso, em um dos objetos de discussão e intervenção médica por meio da intersecção de lei natural (reprodução) e lei civil (união legal, por oposição a natural), bem como da arquitetura conceitual que fazia coincidir, no pensamento médico, a vontade divina (matrimônio) com a lei natural, isso é, o sacramento com os instintos de preservação da espécie humana, das raças e das nações. Assim, torna-se questão de saúde pública, que não se deveria colocar no alvitre dos interesses escusos de ordem monetária, religiosa ou política. As normas de higiene que deveriam ser adotadas no casamento eram, por certo, um sacrifício, como evidenciado acima por Silva. Mas tornavam segura a reprodução de um estrato social, vez que moléstias graves atingiriam menos gravemente sujeitos que se casassem no momento apropriado. Não se casar, quer para o homem ou para a mulher, constituía um problema.

O casamento era uma instituição que permeava toda a sociedade imperial. Mesmo os escravos poderiam se casar entre si, com consentimento dos senhores – mas nunca com uma pessoa livre, pois se uniões entre sujeitos de qualidades diferentes não eram muito bem-vistas, ainda pior no caso da união com escravas. Por mais que a sociedade tivesse mecanismos de assimilação, não se trata de uma permissividade para todo e qualquer arranjo matrimonial e, via de regra, esses casamentos não deveriam ocorrer (MATTOSO, 1987, p 176). Quando este tipo de consórcio, entre livres e não livres, resultava em descendentes estes eram ilegítimos que herdavam o estado da mãe – o que se traduziria em sofrimento. Temos o caso de Luiz Gama, famoso rábula e abolicionista da segunda metade do século XIX, como um exemplo: apesar de filho de um homem livre, era escravo por nascer de ventre escravo, e sofreu como tal entre os onze e os dezesseis anos.

Mas até mesmo o casamento só seria efetivo quando inserido em uma lógica higiênica, atenta para as conveniências médicas e sociais do consórcio. Se adotado como o “menor dos males” em lugar de uma escolha racional e higiênica, ele poderia ser um problema futuro até mesmo comprometendo o desenvolvimento de novos cidadãos em lugar de garantir sua reprodução. Como anteriormente proposto por Barroso, era preciso cuidado justamente no período mais frágil da vida dos jovens, no qual o amadurecimento sexual e a sedução pelos excessos pareciam ser sinônimos de riscos para a saúde e o desenvolvimento posterior. Em suma, o caminho para evitar esses estados mórbidos fatais seria o casamento, mas esse

deveria ser corretamente planejado e executado no momento correto. A respeito do conflito entre celibato e casamento, Cristiane Oliveira observa que a medicina social oitocentista:

[...] não vai defender o mero acasalamento como prática reprodutiva. É necessário inseri-la na ordem jurídica do casamento, a fim de preservar a família no cumprimento de sua função de fazer crescer, com saúde e com educação, a população. Era preciso civilizar o Brasil, a partir da lógica médica emergente. Uma inversão importante em relação à moral cristã aparece na tese de Valle<sup>58</sup> em relação ao casamento: agora, tratava-se de afirmar sua superioridade em relação ao celibato, opinião que havia levado muitos às malhas da Inquisição, por contrariar a ideia de que o celibato eclesiástico era o estado eticamente superior ao casamento. O argumento médico estava apoiado pelo ideal de longevidade, não de ascese espiritual (2013, p. 12-3).

O celibato, por sua vez, era objeto de discussões generalizadas mesmo na Europa. Na França, por exemplo, ocorriam debates em torno do inconveniente de medidas restritivas ao casamento de homens, especialmente quando na idade fértil. A lei de conscritos, que obrigava rapazes ao serviço militar e proibia o casamento aos soldados antes dos 27 anos, despertava a indignação dos médicos e higienistas franceses por dar azo aos comportamentos libertinos – e, como vimos acima, libertinagem era uma das maneiras de se referir à homossexualidade tanto quanto ao onanismo ou a prostituição. Esta legislação, tida como incorreta do ponto de vista médico, seria a causa do tímido crescimento populacional, e dos problemas econômicos daí decorrentes (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1867, p. 93-4).

No Brasil, jornais como o *Noticiador Catholico*, ligado à Arquidiocese, faziam uma defesa apaixonada do celibato religioso, tido como o “mais belo esmalte dos ministros da Igreja”, indispensável para o regime eclesiástico (NOTICIADOR CATHOLICO, 1850, p. 377). Por outro lado, em *O Atheneo*, periódico ligado aos estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia, este comportamento era execrado. Numa extensa série de diálogos entre um sábio árabe e um cura católico, encontramos a descrição do celibato como uma aberração, fruto de uma época de poucas luzes, contrário as leis naturais – e divinas – que deveria ser, necessariamente, banido das sociedades civilizadas. Tratado como soma de todos os erros e

---

<sup>58</sup> Luiz Vianna D'Almeida Valle, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A tese se intitula *Mulher e Matrimônio: medicamente considerados* (1847). Não creio que seja possível extrapolar a ideia de uma inversão da moral cristã além da própria tese de Valle. Apesar de críticas como a do autor, a ciência médica oitocentista é profundamente cristã. Talvez se possa falar em um afastamento maior no final do século XIX, mas os propagadores de ideias higiênicas sobre a infância que escreveram no período, quando falam de educação moral, estão pensando numa educação que deveria ser influenciada pelos valores do cristianismo. Em suma: trata-se mais de uma reforma dos sacramentos religiosos do que de um rompimento com as determinações da religião católica. Para os médicos mais religiosos esta questão se resolvia ainda mais facilmente: a fonte da lei natural e da lei religiosa era a mesma, mas a primeira antecedia a segunda porque havia sido determinada nos mandamentos divinos, e não por um concílio realizado nas trevas medievais. Mas veremos isso com detalhes a seguir.

triunfo da superstição, era uma prática que garantia a corrupção da sociedade e o reinado de Satanás (O ATHENEO, 1850, p. 219)<sup>59</sup>. Esta era a típica argumentação dos estudantes da Faculdade de Medicina nos anos 1850, e o tema é encarado a partir de uma apreciação mais literária, ou, quando muito, mais teórica do que empírica. Ainda assim, desde esse momento, entende-se que lei divina, lei natural e saúde deveriam coincidir entre si. Alguns anos depois José de Alencar, no folhetim inacabado *Ex-homem* (1877), apresenta o celibato clerical como empecilho para o pleno desenvolvimento das potencialidades nacionais que deveria ser evitado (SOARES, 2012, p. 79). Nele, um homem que é exemplo da beleza varonil, com uma notável compleição e sinais físicos de inteligência, está impedido de atender aos anseios matrimoniais da heroína em função dos votos de castidade, restando, assim, extinta com sua morte a inteligência superior do mancebo. Estas duas formas de apropriação do celibato, como transgressão das leis naturais pela libertinagem e/ou violência contra o instinto reprodutivo estão presentes nas teses.

Vale ressaltar, porém, que o celibato feminino já era estudado numa perspectiva menos teórica ainda em 1851, na tese de João Pinheiro Lemos intitulada *Breves considerações sobre o celibato professado pelas mulheres*. Neste escrito, o autor aponta os riscos do estado de continência para as religiosas com base nas necessidades físicas dos indivíduos após a puberdade. Não sendo nenhuma parte do corpo da mulher inútil, negligenciar a necessidade do emprego correto do aparelho sexual seria uma violência excepcional que levaria fatalmente ao desenvolvimento de estados mórbidos, como a ninfomania e a histeria. Quanto mais severa era a disciplina dos cárceres que são os conventos, mais comum a existência destas doenças em mulheres professoras, e daí o papel terapêutico e higiênico indispensável do casamento (LEMOS, 1851, p. 10-12). Já o celibato entre os homens foi analisado pelos médicos baianos entre os anos de 1860 e 1870. O número de celibatários, em todas as classes sociais, é significativo: entre 35% e 45% da população livre, estimados por Kátia Mattoso entre as décadas de 1850 e 1860; entre os libertos, o número chegava a 59% (1987, p. 80 e 106). Trata-se, pois, de um fenômeno muito saliente para a sociedade baiana da época, e que foi tomado como um problema digno de figurar como tema de teses da Faculdade de Medicina. O raciocínio seguido por seus autores também apresenta o casamento como estado higiênico e modelar, base da sociedade civilizada e embrião da família. Esta última era o *locus* produtor e

---

<sup>59</sup> Esta questão não ficou sem réplica. No mesmo período, o *Noticiador Catholico* respondeu aos comentários dos estudantes que editavam o *Atheneo*.

formador de novos cidadãos, elemento indispensável para o progresso nacional<sup>60</sup>.

Com efeito, o estado oposto ao casamento não gozava de alta conta mesmo entre homens que não eram médicos. Em 1879, no noticiário das votações realizadas na Corte, um jornal baiano informava que: “Acaba de ser votado na Camara dos Deputados o orçamento, com todos os impostos do projecto. Foi rejeitado o imposto sobre os celibatarios” (O MONITOR, 1879, p. 1). Em que pese um imposto sobre os celibatários ter sido rejeitado, sua simples proposta indica a preocupação social com a prática. Ser celibatário, como diz o Fruchuoso Pinto da Silva em suas proposições, é:

IV. O celibato é o continuado gozo dos prazeres sem limites, e o que é sempre perigoso, não so aos que a elle se entregão como á paz e tranquillidade das famílias.

[...]

VI. nos celibatarios encontrão-se os mais das vezes enraizados os hediondos vicios do Onanismo e da pederastia (1869, p. 23).

Dupla condenação, tanto do excesso quanto da falta e defesa de um justo meio representado pelo casamento legal, que protege a mulher e os filhos. Eis um princípio de análise ao qual é indispensável atentar quando analisamos as teses sobre esta temática no século XIX. Infringir essa regra era correr o risco de praticar o vício do onanismo debilitante, mergulhar no mundo da prostituição e da sífilis, ou adotar práticas homossexuais.

### **1.1 Definindo o celibato: um hábito propiciador de males**

Francisco Borges de Barros, na sua tese *Influencia do Celibato sobre a saude do homem*, descreve-o como algo nocivo desde a antiguidade, um fenômeno que se afastava da lei natural e do estado da graça (já que ambas as condições, para o autor, eram a mesma coisa) e fruto de leis canônicas inadequadamente impostas durante as trevas do período medieval (1869, p. 4). Assim, era a origem fecunda de sérios problemas na sociedade. Devassidão e corrupção constituiriam o dia a dia do celibatário, por oposição à virtude, sabedoria, glória e ao patriotismo do casamento. Ele implicaria, pois, consequências fatais para a família e a coletividade. Este conjunto de enunciados coloca em evidência, de maneira mais direta do que fazem Britto e Barroso, a relação entre uma virilidade lícita, que se expressa pelo casamento, e a cidadania exemplar de que o Estado-nação brasileiro necessitava. Era preciso, no entender

---

<sup>60</sup> Assim, a miríade de uniões construídas à margem, chamadas genericamente por Mattoso de uniões livres, embora comuns, eram absolutamente encaradas como algo que fugia à norma (MATTOSO, 1987, p. 68-91). Havia alguma aceitação, desde que reconhecendo que o ideal, o modelo a ser seguido dentro das possibilidades, a ser aspirado pelos indivíduos, era o casamento.

de Barros, associar o princípio físico do amadurecimento sexual com o casamento por razões biológicas e patrióticas. Fornecer filhos fortes e vigorosos era dever do cidadão, garantindo o equilíbrio social — e neste sentido a tese se encontra com a argumentação, já descrita acima, sobre a importância do casamento na França. Mas o ponto aqui, em lugar de uma questão relacionada ao crescimento numérico e demográfico do número de trabalhadores, é a reprodução de uma elite econômica e social. Ainda assim, o casamento é entendido, nos dois textos, como medida terapêutica necessária para o equilíbrio do corpo humano, e não apenas uma maneira de legitimar legalmente o instinto sexual ou de consorciar famílias com interesse comum:

Os Medicos e os physiologistas não veem simplesmente no casamento o acto sexual; tem eles reconhecido que o casamento não só é indispensavel ao desenvolvimento completo dos órgãos, também que é necessario ao equilibrio das funções organicas. e das faculdades intellectuaes, isto é, a harmonia das relações que deve existir entre o physico e o moral. As molestias que atormentão os celibatarios são tão numerosas, que se póde dizer sem exageração que um terço d'ellas são devidas a uma rigorosa continencia (BARROS, 1869, p. 9).

Sustentada no ano seguinte e com o mesmo título da de Barros, a tese de Ladislao José de Carvalho e Araújo, *Influencia do celibato sobre a saude do homem* guarda diferenças com o trabalho anterior pela própria definição do problema. Embora a quebra de uma lei natural também seja invocada, desta vez o homem solitário é colocado no centro da questão. Ente triste, digno de pena, avesso às vantagens da união conjugal, o celibatário seria um egoísta, e sua inclinação reprodutiva é pervertida por um instinto brutal e não natural. O sexo, portanto, é tratado como uma necessidade física natural, que se resolvia de maneira higiênica por meio do casamento, estado de perfeição moral por excelência. Temos, então, um raciocínio no qual o celibato é um empecilho ao destino inato do homem para o casamento e uma fuga aos preceitos higiênicos (ARAÚJO, 1870, p. 7).

O autor argumenta que o maior prejudicado com o celibato é o próprio homem que adota este comportamento, e não a sociedade ou a nação. Primeiro, pela vida repleta de doenças que eram a consequência do prolongamento dos prazeres por tempo indeterminado. Mesmo que lograsse sobreviver aos estados mórbidos dos quais certamente seria vitimado, o homem celibatário não teria, na velhice, o recurso de uma esposa ou de filhos legítimos que pudessem zelar pela sua integridade num momento frágil. Interessante reflexão, já que reconhece a existência de famílias fora de ordem, e ainda mais peculiar é a estratégia de Araújo para evidenciar a desvantagem deste tipo de consórcio. Sem recorrer a qualquer

elemento de ordem médica, como havia feito no passado Britto ao falar dos libertinos, o autor lembrou que o lugar de concubina nunca era plenamente aceito pela sociedade. Assim, as mulheres que levavam esta existência, mesmo que dotadas de sentimentos de honestidade e virtude, estavam excluídas do mundo social e votadas ao perpétuo desprezo. Neste sentido, o autor criou um marcador de gênero que definia aquilo que é lícito ao homem e à mulher, e a fuga a este padrão gerava uma reprovação social dirigida ao casal que incorria no erro (ARAÚJO, 1870, p. 7-8). Não se trata, aqui, do mesmo raciocínio aplicado aos perigos da prostituição clandestina por oposição à pública, onde a aparência de inocência era fator de atração e do risco do aparecimento de doenças perigosas no seio das famílias (ENGEL, 2011, p. 107). Trata-se de reconhecer que, por mais que a sociedade brasileira da época fosse extremamente leniente com os homens, havia determinado conjunto de orientações sobre como se conduzir na vida privada que se esperava fossem seguidas, sob pena de reprovação na esfera pública. A alusão a impostos no item anterior e ao lugar de concubina sugere que a desaprovação ao celibato era parte do repertório cultural da época que permitia dar significado às práticas sociais.

Por fim, a tese de Saulo Teothonio Marques, com o mesmo título das duas anteriores, também apresenta uma inovação. O autor reconhece que, tal como o casamento, o celibato poderia ser uma medida terapêutica. Nem todos os indivíduos seriam adequados ao matrimônio. Pelo temperamento fraco, o estímulo venéreo poderia se configurar em um risco de vida, ao qual seria inútil submeter sujeitos débeis e preguiçosos. O celibato, pois, poderia ser uma medida médica e uma virtude, embora não daquele que o praticasse. A existência do celibatário fugiria ao normal que é ter uma mulher, e como anormal este seria incapaz de decisões corretas (MARQUES, 1870, p. 7-8). Por isso, era aos homens de ciência que caberia resolver a questão, debatendo e mesmo determinando a (in)conveniência do matrimônio. Neste sentido, o celibato persiste como um desvalor para o sujeito que não se casa, independente de ser a melhor decisão em determinados casos. É quase como se o autor estivesse propondo que, em termos médicos, era melhor que um material de má qualidade não se reproduzisse.

## **2 As consequências nefastas do celibato: entre suicidas e criminosos**

O celibatário parecia viver em perpétuo risco para si mesmo e para outros, o que em

última análise poderia levar ao desenvolvimento de um vício como a pederastia e/ou de uma doença como a tísica pulmonar (BARROS, 1870, p. 12-3). A vida de excessos ou de continência típica desses sujeitos conduziria a um destino de morte certa. Bom exemplo disso é o uso que os autores fazem de estatísticas europeias sobre as desvantagens de permanecer solteiro. Assim, para Barros e Marques, a incidência de homens solteiros entre os suicidas de certa faixa etária seria quase o dobro da de homens casados, o que, por si só, deveria servir de justificativa para que todos aqueles habilitados ao matrimônio ingressassem na união. Em certa medida, o que havia sido meramente sugerido em alusões nas teses anteriores, isto é, que o padrão de masculinidade é construído de forma tensionada com formas negativas de ser homem, as quais são progressivamente excluídas da normalidade (KIMMEL, 2010, p. 105-6), agora se explicita por meio de uma comparação direta entre dois estados. Não se trata, apenas, de uma queixa literária em relação aos celibatários, mas de uma verdade científica, exposta na melhor doutrina da época sobre o tema – a europeia.

**Figura 1**– Estatísticas de Levy, de mortes em cem pessoas

Idades	MORTES EM 100. (*)				*	
	Homens solteiros	Homens casados	Mulheres solteiras	Mulheres casadas	Homens	Mulheres
De 20 a 30 anos	31, 3	2, 8	20, 0	7, 7	28, 5	21, 3
" 30 a 45 "	27, 4	18, 9	19, 3	20, 3	37, 0	19, 3
" 45 a 60 "	18, 7	30, 2	15, 5	22, 6	25, 5	12, 2
" 60 a 70 "	11, 5	20, 9	13, 5	20, 2	16, 1	5, 5
" 70 a 80 "	7, 5	18, 2	11, 9	18, 5	5, 4	1, 9
" 80 a 90 "	3, 0	7, 8	7, 8	8, 0	0, 6	1, 1
" 90 a 100 "	0, 5	0, 9	0, 9	1, 6	0, 2	0, 4

Fonte: Barros (1869, p. 13)

**Figura 2** – Estatísticas do Prevóst de Geneve, de mortes em cem pessoas.

EDADES	MORTALIDADES EM 100			
	HOMENS		MULHERES	
	CELIBATARIOS	CASALOS	CELIBATARIAS	CASADAS
ANOS				
De 25 a . . . . . 30	. . . . 31,3	. . . . 2,8	. . . . 28,0	. . . . 7,7
30 » . . . . . 45	. . . . 27,4	. . . . 18,9	. . . . 19,3	. . . . 20,3
45 » . . . . . 60	. . . . 18,7	. . . . 30,2	. . . . 15,5	. . . . 22,6
60 » . . . . . 70	. . . . 11,4	. . . . 20,9	. . . . 15,5	. . . . 20,2
70 » . . . . . 100	. . . . 11,0	. . . . 26,6	. . . . 23,6	. . . . 28,7

Fonte: Marques (1870, p. 9)

Considerava-se que a loucura poderia acometer o celibatário com enorme facilidade. As estatísticas do Asilo S. João de Deus, publicadas na *Gazeta Médica da Bahia*, defendem esse ponto de vista ao argumentar que, dos 107 internos no ano de 1877, 82 eram solteiros e oito eram viúvos (1877, p. 84). No *Diccionario de Medicina Popular* de Chernoviz, o celibato é alçado a uma condição ainda mais negativa ao figurar diretamente como causa da loucura, da melancolia e de mortes precoces (1890, p. 341 e 391). Mas o ponto mais baixo nesta escala ainda estava por vir: entre os criminosos também haveria um maior número de não-casados, da ordem de 60 em 100, e neste sentido é importante evidenciar que os três autores relacionaram condutas criminosas ao conjunto de práticas sexuais ilícitas que eram creditadas aos celibatários (ARAÚJO, 1870, p. 17; BARROS, 1869, p. 13; MARQUES, 1870, p. 9). Embora os autores, na maior parte das vezes, escrevam apenas sobre vícios sem especificar nenhum, a homossexualidade já havia sido alocada no discurso como um dos comportamentos perigosos. A relação entre sexualidades divergentes e crime se tornou muito mais óbvia no final do século, quando esses sujeitos desviantes deixaram de ser temas da higiene para se tornarem indícios da existência de uma natureza degenerada e potencialmente criminosa, sob o olhar da medicina legal. Ainda assim, as práticas homossexuais figuram ao lado da alienação mental, do crime e do suicídio no repertório de males típico dos sujeitos celibatários. Exemplo dessa relação está na tese de Marques, na qual o grande perigo está nos

crimes que, em função da loucura causada pelo celibato, poderiam acontecer. Esses terríveis D. Juans, que não desejavam se casar senão depois de gozar os prazeres absorviam no processo, nas casas de prostituição, o vírus sifilítico, que iriam disseminar no seio das famílias. Pior, eram perigos para as futuras gerações:

É no geral, entre elles [os celibatários], que se encontra o maior numero de desvirginadores, os mais audaciosos emprehendedores de stupros, quando não cahem no onanismo ou na sodomia. Os sodomistas (sic), sobre-tudo, como possuidos de louco furor, chegam, as vezes, a praticar actos de verdadeiro canibalismo, e a população d'esta capital ainda tem beem viva na memoria a tragi-comedia do celebre Jovino, condemnado a trabalhos forçados por haver matado creança do sexo masculino em acto de stupro [...] Pesai mais as curas de casos desesperados de chlorose, hystheria, loucura, desvios das regras, epilepsia, escrophulas, nymphomania, a extirpação dos vicios como o onanismo e a sodomia, aos argumentos dos que pretendem desculpar o celibato com a timidez, o acanhamento, e a inaptidão dos culpados para a vida de cazados (MARQUES, 1870, p. 10)<sup>61</sup>.

Neste trecho, encontramos mais um conjunto de associações que deve ser salientado. Como já dito, o celibato era considerado um estado que poderia levar a vícios terríveis. A categoria ainda é dada por um sentido moral – vício significava defeito, mau hábito (PINTO, 1832, sem paginação) –, e possui um grau de generalidade amplo, o que permitia aos médicos enquadrar dentro desta moldura quase qualquer tipo de comportamento considerado perigoso ou incorreto, mesmo sem bases muito claramente definidas, e dar a ele um sentido patológico. Há também uma associação mais aprofundada, neste trecho, entre um comportamento típico dos celibatários adeptos de práticas homossexuais e o crime. É necessário observar: não se tratava de algo necessariamente comum a todos os homens que não desejavam o casamento, mas sim a um grupo menor e especialmente perigoso, sodomitas atingidos como por um “louco furor”, dentro do universo mais geral dos não-casados. Certamente, é precipitado associar o raciocínio de Marques com aquele desenvolvido, mais tarde, pela medicina legal. No entanto, existe, efetivamente, é uma primeira indicação da necessidade de estudar o erotismo entre dois homens levando em consideração o aspecto médico e jurídico da questão. Mas o trabalho do autor é bem calcado naquelas instruções higiênicas para o bem viver, e não em considerações médico-legais sobre o tema.

Como já referido acima, nas teses existe um processo de exclusão do celibato do campo dos comportamentos considerados higiênicos. Este processo acopla-se a outro, mais

---

<sup>61</sup> Infelizmente, apesar de definido como “célebre” não encontrei maiores detalhes sobre Jovino nos jornais dos anos 1860. É curiosa, igualmente, a referência ao canibalismo, que não encontra paralelo nas outras fontes.

amplo, referido no item 1 deste capítulo, pelo qual o casamento começou a ser entendido como pré-requisito para manter uma posição social minimamente digna, ainda que fidelidade e/ou felicidade conjugal existissem apenas no plano das aparências e/ou das aspirações. Uma vida desregrada, isto é, fora das expectativas, anti-higiênica, seria o caminho para tornarem-se alvo de zombaria, e os jornais da época não parecem deixar de lado a vida pessoal quando o objetivo era desqualificar um adversário. Na imprensa europeia da época, isso era levado à cabo pela referência à figura do homossexual como um traidor da pátria, parasita na política corrupta e perigo severo para a nação. Na época, os sujeitos que se viam assim representados pela imprensa, pela literatura, pelo direito e pela medicina legal tinham não apenas a constituição e arquivamento de fichas policias que comprovavam suas atividades imorais<sup>62</sup>, mas também o ostracismo e a reprovação pública e familiar que colocavam em jogo a respeitabilidade social (REVENIN, 2013, p. 465 e 490-1). No Brasil, o quadro não era muito diferente. Carlos Figari lembra que a homossexualidade, referida como sodomia ou como efeminação, era uma ofensa comum em pasquins no primeiro reinado e nas regências (2013, p. 175-6). Na Bahia dos anos 1840, o jornal *O Guaycuru* deplora que os membros da Assembleia Provincial sejam imorais e libertinos, contando entre seus membros com “[...] o vil gatuno que furta relógios e abre cartas! até o miserável... o hermaphrodita... o homem meretriz... o devasso Alexis de não menos de cem Coridons<sup>63</sup> o ha sido!!” (1846, p. 3-4). Alguns anos depois, nas páginas de um jornal satírico ligado ao Partido Conservador na Bahia, encontramos uma série de textos nos quais a vida íntima de figuras de relevo do Partido Liberal, ligadas ao grupo de Manoel de Souza Dantas, são satirizadas. Um deles, o doutor Gustavo, é alvo de deboche num poema satírico sobre a grei progressista<sup>64</sup> por ser, na verdade, uma dama:

Gustavinho gentil! Lindo Narciso!  
 Que em vez de Echo, tens tezo frangalho  
 Para que abandonaste o guizo  
 Que nas pombas tangia qual chucalho?

---

<sup>62</sup> A homossexualidade não era crime na França desde os anos 1790. Isto não impediu, porém, o surgimento de um aparato Estatal de vigilância e coerção de comportamentos sexuais desviantes, inclusive homossexuais. Este aparato não era somente penal. A ameaça do escândalo era uma maneira de manter esses sujeitos sob controle (REVENIN, 2013, p. 464-5)

<sup>63</sup> Esta referência é a um dos poemas das Bucólicas de Virgílio, no qual o pastor Córídon se apaixona pelo jovem e belo Alexis, o qual o ignora em favor do mestre do pastor (PERCY, 1990, sem paginação). Sensatamente, Córídon abandona a corte ao jovem.

<sup>64</sup> Dissidência do Partido Liberal, a Liga Progressista chefiou o governo nacional entre 1864-1868. De seus integrantes formou-se o novo Partido Liberal dos anos 1870 e 1880. Entre as suas figuras de relevo na Bahia estava Manuel Pinto de Souza Dantas (1831-1894), chamado no periódico de Maneco Dantas.

De Aspazia tu deixaste o paraizo  
 Para ires do progresso ser bandalho  
 Tenho pena de ti por seres dama  
 Segundo me assevera sua fama (OS DEFUNCTOS, 1869, p. 3).

Nestes exemplos algumas questões ficam evidentes. Primeiro, o papel de referência comparativa que a antiguidade clássica possuía, funcionando ainda nesse período como um banco de exemplos negativos no qual não se devia mirar. Neste caso, temos como figura negativa Narciso, um belo jovem grego que se apaixonou pelo próprio reflexo e que, desde o Renascimento era uma forma de se referir a homossexuais, tal como *gíton* ou hermafrodita (DYNES, 1990, sem paginação). Certamente o Dr. Gustavo tinha grande preocupação com a aparência física, mas há mais. Poder-se-ia pensar, nesse caso, no onanismo como uma prática sexual inadequada, mas no contexto – o nome próprio está no diminutivo, como o Eustaquinho do capítulo anterior (amado pelo desventurado criado Tamanduá), e ele tem a fama de ser uma dama e governar Sodoma – a homossexualidade é uma possibilidade mais real. A essa vida pessoal pouco varonil, correspondia um comportamento político hostilizado pelos editores do periódico – aliança com a Liga Progressista<sup>65</sup>.

Não sabemos se o Alexis de cem Corídon e o doutor Gustavo eram ou não celibatários. Mas, na obra de Araújo, há uma referência indireta, similar àquelas realizadas por Britto, e com um uso muito parecido da história como mestra da vida, que relaciona celibato e homossexualidade. O autor deplora o general tebano Epaminondas, que morria sem deixar qualquer posteridade:

Epaminondas, o grande General Thebano, censurado na hora da morte por não deixar filhos, pode illudir esta exprobação dizendo deixar duas filhas immortaes — as batalhas de Leuctres e Mantinéa — mas além de nem todos poderem legar tão illustre descendencia, mais decoroso ficar-lhe-ia de certo si na ordem physica tivesse procreado, que igualmente lhe perpetuassem a stirpe, como aquelleas que na ordem moral lhe eternisaram a memoria. Si, na phrase de um celebre escriptor, examinarmos a conducta secreta de todos os celibatarios do paganismo, n'ella não encontraremos sinão — vicios tenebrosos, desordens, hypocrisia (ARAÚJO, 1870, p. 3).

A falta de decoro do herói grego era o vício tenebroso da pederastia, já que foi ele um dos organizadores do Batalhão Sagrado de Tebas, a renomada unidade militar de elite formada por 150 pares de amantes e que garantiu a vitória nas referidas batalhas (PERCY, 1990,

<sup>65</sup> O doutor Gustavo era uma espécie de figura cativa nas páginas do jornal. Há outros poemas, onde o doutor Gustavo está de saia tendo na mão um grosso bambu (OS DEFUNCTOS, 1869, p. 2) e textos que se referem a ele, sarcasticamente, como D. Gustavinha, “o tal que deixou de governar Sodoma pra presidir a província” (OS DEFUNCTOS, 1867, p. 2). Como se vê, não é um mero caso de boa aparência ou de preocupação com a toalete e comportamentos considerados como afetados.

paginação irregular). Quando Araújo faz referência aos perigos do celibato em sua tese, a homossexualidade é um dos vícios associados ao homem solteiro voluntário, egoísta, que optava por permanecer fora do estado social em lugar de se casar quando chegou o momento propício para a união. Predicado de uma masculinidade modelar, o casamento era uma garantia de respeitabilidade e de aceitação social do indivíduo, bem como uma maneira de realizar alianças políticas e financeiras, um contrato social entre grupos com interesses próximos (PRIORE, 2006, p. 157-9). Evidentemente, relações ilícitas continuavam ocorrendo com pouca ou nenhuma reprovação social depois que os homens se casavam, envolvendo quer prostitutas quer amantes de ambos os sexos. Mas não se trata do mesmo conjunto de significados, já que o móvel do homem celibatário é a vontade de permanecer neste estado, desdenhando do papel que lhe era exigido. O homem casado que recorria a relacionamentos fora do casamento podia não ser exatamente um modelo de conduta – mas tampouco era considerado uma excrescência do mesmo quilate, ou colocado sob tamanha suspeição médica, cabendo descobrir quais as condutas secretas destes sujeitos. A notoriedade literária de Epaminondas, e a jornalística do dr. Gustavo e do Alexis de cem Corídonos advinha de uma performance de gênero inadequada e que contrariava as expectativas, aliada a preferências sexuais divergentes. Esta percepção de que haviam condutas privadas que eram perigosas, as quais era preciso evitar, não era limitada a um médico baiano. O celibato e a homossexualidade figuravam no universo das práticas inadequadas do ponto de vista das expectativas de gênero, como afirma inclusive João Silvério Trevisan ao tratar do tema, elencando entre os degenerados sexuais tanto o celibatário como o pederasta, além de atestar que o primeiro podia chegar à pederastia caso insistisse em negar sua vocação natural para a paternidade, deixando de exercer seu papel do homem (2011, p. 172-3).

Outra experiência que era colocada dentro da intersecção entre celibato e homossexualidade é a castidade religiosa. Havia abundância de religiosos de ambos os sexos que não correspondiam em nada ao comportamento que se esperava do estado religioso e, além disso, o ambiente dos conventos era considerado insalubre, e concorria com comportamentos inadequados para provocar óbitos (LEMOS, 1851, *passim*). Barros e Araújo pouco falam a respeito destes locais. Pimentel inclusive, chega mesmo a fazer uma ressalva de que não desejava em absoluto debater o tema, preferindo ocupar-se apenas do celibato mundano (PIMENTEL, 1864, p. 12). Marques, por outro lado, tinha interesse em trabalhar com informações oriundas das casas religiosas baianas, mas argumenta que era impossível por

não existirem estatísticas policiais ou do arcebispado sobre os óbitos nos conventos. Entretanto, o autor defende que necessariamente estavam associados a uma vida fora da regra natural do casamento, e justifica esta posição ao afirmar que “(...) estamos, porem, autorizados a declarar que em um d’elles, se conta, dentro do prazo de um anno, alguns vinte (sic) casos de morte por pthysica pulmonar, havendo o dobro de doentes do mesmo mal” (MARQUES, 1870, p. 12). Vale destacar o trecho porque não se trata da estatística de um mosteiro europeu, mas sim do fruto da observação do contexto baiano, ainda que com eventuais exageros da parte do autor e de segunda mão.

Marques não se detém na vida desregrada do clero além desta insinuação brevíssima, mas existe um caso bem relevante que merece ser analisado. Trata-se do famoso poeta romântico Luís José Junqueira Freire, monge beneditino que, no final da vida pediu a secularização, pouco antes de morrer de uma moléstia cardíaca (CASTRO, 1980, p.p. 101-2). Apenas um livro foi editado em vida de seu autor, as *Inspirações do claustro*, de 1855, mesmo ano de sua morte. Os trabalhos posteriores de Freire foram editados por seu amigo e executor testamentário, Franklin Dória, e não se trata de obras completas, mas de poemas escolhidos. Apenas nos anos 1940 a totalidade da obra do poeta baiano foi impressa e publicada, e desde então um dos poemas mais significativos é o homoerótico “a um moçoilo”, citado por Luiz Mott em seu dicionário dos homossexuais da Bahia<sup>66</sup>:

Eu que te amo deveras,  
A quem tu, louro moçoilo  
Me fazes chiar e amolas,  
Qual canivete em rebolo,  
Eu que, qual anjo te adoro,  
Então, menino, eu sou tolo?  
Quem te venera e te serve,  
Te serve de coração,  
Quem a nada mais atende,  
Senão á sua paixão,  
Quem sustém por ti a vida,  
Tolo não pode ser, não.  
Quem te olhando a áurea face,  
Lá se queda enamorado,  
Te olhando os olhos ferventes,  
Permanece endeusado,  
Esse que chame-lo tolo,  
Esse sim, vai enganado.  
Quem tanto por um só perde,  
Que a ninguém quer antepo-lo,  
Que vê-lo só quer num trono,

---

<sup>66</sup> Este não é o único título do poema. Com efeito, no livro *Obra Poética de Junqueira Freire*, o poema tem o nome de “Aqui” (FREIRE, 1970, p. 122-123). Franklin Dória foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e escolheu o amigo e poeta como patrono da cadeira 25.

Num trono só de ouro pô-lo,  
 Esse que tolo xingá-lo,  
 Esse sim, esse é que é tolo.  
 Quem já em ver seu queixinho  
 Bipartido se mantém,  
 Quem embebido em seu todo  
 Horas, dias gasto tem,  
 Quem no cárcere do corpo,  
 A alma por ele sustem.  
 Avanço axioma certo,  
 Que esse não é tolo, não:  
 Que esse ama angelicamente  
 Fora da cogitação,  
 Que esse que tolo xingá-lo,  
 Esse sim, é toleirão.  
 E tu me xingaste tolo,  
 Meu moço, anjinho feliz!  
 Só por que amar-te deveras  
 Meu Deus, minha sina quis.  
 Só porque certo bem maus  
 Dous versos te dei que fiz.  
 Meu anjo me olha e despreza  
 Com mirar tão furibundo!  
 Já não hei mais esperança,  
 De ter serafim jucundo,  
 Que aos céus me leve risonho,  
 Quando me for deste mundo.  
 Mas se tolo é admirá-lo,  
 A todo mundo interpo-lo,  
 Querer lá vê-lo num trono,  
 Num leito dourado e pô-lo,  
 Alfim beijá-lo e gozá-lo,  
 Então sim quero ser tolo! (1999, p. 98).

O monge beneditino era o tipo de sujeito celibatário para quem as reflexões de Marques eram dirigidas, quando este assumia que a vida retirada seria o caminho para outras práticas libertinas, e não para a correção moral e/ou religiosa. Morto ainda muito jovem, aos 23 anos, depois de alguns anos passados no claustro, a vida de Junqueira Freire aparece perfeitamente como o exemplo daquilo que o médico tinha por dever combater com denodo. No *Diccionario de Medicina Popular*, Chernoviz deplora que o celibato apareça como um empecilho para a vida longa, tomando como exemplo o fato de que soberanos, mas também Papas e religiosas morram por vezes muito cedo. O autor até admite que alguns religiosos que conseguem exercitar a disciplina e o estudo sejam longevos, mas sem deixar de associar o celibato a ideia de um excesso que se opõe a moderação necessária para viver por muito tempo (1890, p.329-331). Com o que voltamos a Junqueira Freire: O poeta parece não ter sido vítima apenas do celibato clerical, como o estado de continência o teria levado ao que na época era considerado como um vício muito pior, expresso pela paixão assumida pelo loiro

moçoilo<sup>67</sup>.

### Considerações Finais

Ao tratar do tema do celibato do ponto de vista da medicina social, Cristiane Oliveira lembra que o catolicismo foi objeto de críticas na persistente campanha encetada pelos médicos para obter espaço na regulação da sexualidade lícita e ilícita:

Abrindo fogo contra o celibato eclesiástico professado pelo catolicismo (pondo em dúvida mesmo sua execução entre padres e bispos), o saber médico expressava uma tentativa clara de desestabilização do poder da Igreja na regulação do sexo; o discurso médico se utilizava do argumento de que funções biológicas não utilizadas geravam toda sorte de malefícios à saúde (2013, p. 19).

Embora a seja necessário admitir que o catolicismo persistiu como regulador do sexo durante todo o século XIX e mesmo depois, é importante compreender que houve realmente o processo de reunião dos prazeres periféricos, dentro do campo da higiene, como sinônimo de formas inadequadas de sexualidade. O combate ao celibato se inscreve neste esforço, ao adotar como marcador de uma masculinidade lícita o casamento, mesmo para clérigos, e colocar o matrimônio a serviço da higiene. Neste sentido, era uma das estratégias destinadas a capturar os prazeres divergentes, entre os quais a homossexualidade, dentro de uma abordagem médica que tinha por objetivo manter a saúde dos indivíduos e impedir a proliferação de doenças físicas e morais. Saudável, íntegra e economicamente ativa, a nação brasileira seria assim salvaguardada.

Mas é preciso notar que o execrar do celibato e a defesa da família se articulam com o desejo de proteger a infância. São partes de uma estratégia maior que norteava a construção de um discurso sobre práticas consideradas ilícitas e lícitas na sexualidade masculina. Senão vejamos um exemplo: no *Alabama*, jornal assumidamente satírico, que costumava denunciar os absurdos do cotidiano soteropolitano por meio de diálogos entre o capitão do navio e de seu imediato, encontramos uma conversa onde estes elementos – infância, família e

---

<sup>67</sup> Curiosamente, o poema de Freire e a segunda écloga, onde Virgílio narra o amor de Córídon por Alexis, têm em comum o amor não correspondido de homens mais velhos por rapazes mais novos. Isso indica, por um lado, o papel dos modelos clássicos para pensar a relação entre dois homens, inclusive nas belas-lettras. O estudo da homossexualidade em fontes literárias – não apenas os romances das últimas décadas do XIX, mas de poemas e peças de teatro anteriores – ainda se encontra por fazer. Mas reserva, certamente, muitas surpresas, especialmente fazendo o comparativo com os modelos greco-romanos. Uma delas são associações de loiros, por exemplo, com efeminação, fraqueza ou debilidade, tal como os nomes no diminutivo. Mas esse assunto merece considerações mais cuidadosas.

homossexualidade – aparecem associados:

Agora meu capitão é que tenho visto o quanto está atrasadíssima esta pobre Bahia com a falta de policia. Em breve o cidadão não poderá mais transitar pelas ruas da capital. Devido a quadrilha de ladrões que infesta esta localidade; e nem tão pouco os pobres filhos familias, porque estes serão acuados por aquelles e seduzidos pelos velhos vampiros, descarados, safados e ordinarios, e por este meio vão se desmoralizando os pobres filhos familias, com as suas depravações e immoralidades, levando-os para o máo caminho.

- Mais o que foi que aconteceu immediato?

- Ora meu capitão, lhe conto já? Lá para o largo da Cova sem Onça mora um velho bem conhecido do nosso commercio, e pae de familia, o qual com o maior descarado seduz aos filhos familias, à fins libidinosos sem a nada temer. Este salafrario além de não gostar da imagem de S. Henrique e nem pertencer a confraria de S. José, entende praticar todas essas e outras bandalheiras.

Em um dos dias da semana atrasada, este miseravel convidava um pobre menino, descaradamente ás 6 horas da tarde o qual com certeza havia de ter satisfeito os seus instinctos depravados d'este famigerado que pelos seus crimes devia estar degradado na ilha de S. Fernandes.

No entanto, tem este safado filhos, e consta-nos até ter filhas cazadas e com netos, pratica d'esta e outras acções.

Não podemos portanto, Sr. Capitão, deixar de chamar para esta féra de carne humana a attenção do sr Dr. chefe de policia.

Ficarei sempre na expectativa.

Até a volta (O ALABAMA, 1887, p. 1-2).

O que nos interessa é a percepção da homossexualidade que caracteriza a vida desregrada do velho, apropriada pela sociedade enquanto risco para os filhos-famílias. Assim, quando os editores do jornal fazem esta referência irônica aos dois santos, o seu objetivo é colocar em suspeição a vida privada que não se pauta pelos modelos de conduta que deveria seguir, e que são esperados de um homem mais velho, pai de família, que em lugar disso corrompia a juventude. Nas décadas anteriores, as teses sobre o celibato faziam referências a sujeitos com o mesmo comportamento. Daí a referência aos S.S. José e Henrique, padroeiros respectivamente da paternidade e dos oblatos – leigos que faziam o voto de castidade, portanto dos celibatários – como uma forma de tornar ainda mais óbvio o hábito aviltante do velho vampiro.

Conforme evidenciado até aqui, os enunciados que versam sobre a homossexualidade associada ao celibato tanto vão ao encontro do discurso médico sobre a higiene do casamento, como também organizam as maneiras pelas quais a sociedade brasileira deveria pensar o tema, dizer o que ele é, como se constrói e como deve ser combatido o erotismo envolvendo dois homens. A anormalidade do celibato, pois, é culturalmente construída nestes textos, e socialmente vivida em práticas concretas retiradas do cotidiano do Brasil urbano, como pode ser evidenciado pelas notícias de jornais, sátiras, etc. Esta dinâmica não atua exatamente sobre doentes ou doença da mesma maneira como era feito pelos antigos físicos-mores do começo

do século. Não se trata de curar o doente por meio de uma terapêutica, mas de elevar um hábito ao estatuto de uma doença, e neste sentido indicar que existiam parâmetros para separar aquilo que era normal e/ou anormal. E é também nesse sentido que o casamento assume o lugar de uma medida profilática:

Acerca da instituição casamento, esses letrados também manifestaram as mesmas opiniões — o celibato era sempre descrito por seus diversos prejuízos e a vida em família por suas imensuráveis vantagens. A união pelo matrimônio, assim como a boa educação, representavam, na ótica oitocentista meio profilático na inibição da desordem e dos vícios (VERONA, 2013, p. 112).

Uma vez que o homem casasse, havia uma percepção socialmente disseminada de que a libertinagem e mesmo a prostituição eram riscos, mas de natureza diferente em comparação com os desregramentos do celibato. Muitos aspectos do seu papel social se cumpriam por meio do matrimônio, estabelecendo um caminho sem muitas incertezas que cabia apenas seguir, evitando os desvios na medida do possível. As culpas do adultério passaram a pesar mais sobre a mulher, especialmente aquela que levava o homem ao adultério. Bom exemplo era Rita Baiana que, na obra *O Cortiço*, corrompe Jerônimo, o pedreiro português que, no ambiente insalubre povoado pela fauna urbana de ex-escravos, vagabundos e mulheres libertinas – e com um efeminado – deixa de respeitar os laços conjugais e de ser um trabalhador disciplinado e diligente. Quanto à prostituição, mesmo quando era considerada um mal necessário – a cloaca na qual se ia depositar os dejetos da sociedade, para manter seguras as mulheres de família – era, indubitavelmente, um lugar de marginalidade que beirava o crime (ENGEL, 2011, *passim*). As profissionais do sexo tinham de assinar, junto ao juiz de paz, um termo de bem viver, sob pena de incorrer nas penas contra a moral e os bons costumes (CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO, 1830, sem paginação; CÓDIGO DO PROCESSO CRIMINAL DO IMPÉRIO, 1832, sem paginação).

O casamento, como dito acima, era parte do repertório de saber desses médicos como medida terapêutica. Ao longo do final do século XIX e começo do seguinte houve um deslocamento no papel que ele tinha junto aos médicos: o foco passou a ser, mais do que os membros da elite que não se casavam, que permaneciam na folgança potencializando males, a discussão do casamento como ferramenta ou empecilho para melhoramento e branqueamento da raça nacional, e parte da agenda da eugenia nos anos 1920 (FLORES, 2001, p. 62). Ainda que não se proibisse o casamento inter-racial, a proibição do casamento entre tarados, criminosos, degenerados, visando impedir a multiplicação desses males, dava à medicina o poder de reafirmar novos lugares sociais, e excluir sujeitos oriundos da escravidão do

exercício da cidadania. Parece que, uma vez capturado pelo interesse dos esculápios brasileiros, o casamento ou sua ausência nunca deixou de ser questão médica. Mas essa é outra história.

### CAPÍTULO 03: A DEFESA DA INFÂNCIA (1870-1900)

O instinto da infancia é a resistencia. Uma ovelha má, diz o rifão popular, bota o rebanho a perder. Um só menino pervertido infecciona um internato inteiro. Não é a inteligencia o que mais cumpre desenvolver na primeira infancia, é a moralidade, é a saude, a pureza dos costumes (CORREIO DA BAHIA, 1877, p. 3).

Como visto nos capítulos anteriores, a sociedade compartilhava a noção de que qualquer referência à homossexualidade, sobretudo quando mencionada diretamente por meio de expressões como sodomia e/ou pederastia, era muito negativa. Esta percepção permite compreender o sentido de um documento bem interessante. No *Almanach das Famílias*, há uma divisão do tempo segundo o modelo eclesiástico, o que não é de espantar numa cidade que ainda percebia a passagem das horas pelo sino das Igrejas. Em cada mês, existiam dias aziagos, nos quais se deveria evitar negócios importantes, e a primeira segunda feira de Agosto era tida como especialmente nociva. Era o dia em que se haviam subvertido as cidades de Sodoma e Gomorra (1873, p. 41). A palavra subversão, no período, tinha a acepção de destruição, mas também de perversão ou ruína dos costumes (PINTO, 1832, sem paginação). É claro que se trata de uma imagem marcada pelo enquadramento religioso da homossexualidade, que compartilha certo número de regras com o discurso médico, mas diverge tanto no tocante aos métodos adequados para aboli-la quanto ao direcionamento dado a questão, que é moral, mas não higiênico. Este tipo de referência é importante para não criar a errônea impressão de que apenas a medicina tratava do tema, muito embora os médicos tentassem disseminar a ideia de que somente eles estavam autorizados a falar sobre as questões relativas à sexualidade de maneira útil. Ainda assim, como outras instituições, a medicina e a religião eram o escudo da sociedade contra os anormais, especialmente quando se tratava de distinguir certo modelo de família de performances divergentes de gênero e de sexualidade.

Além destes aspectos, é preciso notar que o almanaque era uma obra de divulgação. Não se destinava a um círculo restrito de universitários ou de sujeitos que desejavam seguir a carreira das letras, mas sim aos fiéis da arquidiocese que podiam ler ou ouvir as informações publicadas, seguros dos princípios da religião católica ali estabelecidos:

O illm. Sr. Dr. Francisco de Macedo Costa communicou-Nos a intenção que tinha de publicar annualmente n'esta nossa Archidiocese um *Almanach das Familias*, que offerecendo as vantagens deste genero de publicação, nada contivesse de contrario aos principios da religião catholica, mas antes pelo contrario servisse para nestes

mesmos princípios confirmar ainda mais os fieis, por meio de artigos convenientemente escolhidos e apropriados com que enriqueceria a sua publicação (1877, fl. 4).

Mas a defesa das famílias, enquanto estratégia, possuía muitas frentes de combate. Até aqui, vimos que o processo de construção das regras que autorizaram a sociedade brasileira a criar um discurso sobre a homossexualidade versou sobre corpos adultos, já formados. No entanto, o processo de captura dos prazeres não foi aplicado apenas aos homens já feitos. Os meninos, os filhos-famílias, também foram objeto de normatização, e os relacionamentos ilícitos que poderiam acontecer no colégio tiveram de ser impedidos por meio de duas estratégias: a vigilância constante para evitar o seu acontecimento, e a punição a comportamentos inadequados realizada dentro da instituição de ensino. Como lembra Michel Foucault, era preciso cuidar dos espaços frequentados pelas crianças, inclusive a escola, para impedir o aparecimento de toda a sexualidade não-heterossexual, de toda conduta erótica fora de norma (2001, p. 42-3 e 46). Daí o papel das campanhas médicas anti-masturbatórias na Europa, bem como a importância dada à educação física e ao controle de leituras inadequadas realizadas por jovens estudantes. A prática de esportes permitiria atingir o devido esgotamento físico e impedir os males da emergência de uma sexualidade prematura. Os livros permitiriam manter sob controle as impressões causadas na imaginação nos jovens discípulos (JABLONKA, 2013, p. 63).

A preocupação com a sexualidade dos filhos-famílias e o risco da corrupção era generalizada na sociedade brasileira e baiana da época. A homossexualidade aparecia dentro de um duplo enquadramento – como um vício típico de rapazes já deturpados que poderiam infectar os colegas e/ou como um perigo nebuloso, despersonalizado, que rondava as fímbrias da existência nos colégios. Opera dentro desta lógica uma referência do jornal *O Alabama*, na qual um estudante da época é ironicamente descrito como efeminado, com os bolsos cheios de pomadas, pó-de-arroz, espelho, escova de dentes, pouco dado aos estudos e que esperava ser aprovado mesmo assim devido a proteção do bambu de um curandeiro (SANTOS, 1997, p. 163-4).

A educação referida nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia é aquela realizada em colégios, quer em regime de internato quer de externato. A extensão dos trabalhos é consideravelmente maior que a do período anterior aos anos 1870, e a linguagem médica começava a apresentar mudanças mais evidentes em relação às antecessoras. Os autores agora se preocupavam de maneira mais direta e evidente com a minúcia, o detalhe. É preciso ir a um

nível ainda mais microscópico nas instruções higiênicas para garantir a saúde e/ou curar corpos doentes, e não meramente interrogá-lo em profundidade, procedimento adotado nas teses anteriores. Era por meio da aplicação destas normas que a escola funcionava como uma fábrica de sujeitos úteis e produtivos para a sociedade (GONDRAc, 2000, p. 105-6).

Para os médicos que formulavam instruções higiênicas, cabia atentar para um conjunto de princípios sobre localização, tipo de solo apropriado, circulação de ar mínima aceitável, idade própria para a frequência escolar, método de instrução dos conteúdos escolares que deviam ser ensinados em cada faixa etária, doenças comuns do ponto de vista físico e moral, as causas diretas ou indiretas destes males, mobília adequada em função da idade e tamanho dos alunos, exercícios e aparelhos ginásticos adequados, etc. (GONDRAb, 2002, fl. 2-3). Em razão disso, entendo que a escola, ao menos em termos de discurso, é o espaço mais permeável às discussões médicas e sociais sobre higiene no século XIX. Nos anos 1870, quer na Corte, quer na Bahia, o número de colégios em regime de internato era significativo. Tratava-se de uma instituição necessária, sobretudo para as famílias que moravam longe dos grandes centros mas queriam garantir a melhor instrução possível para seus filhos. Havia reclames em jornais de grande circulação, e periódicos que estas instituições faziam circular na capital. Em um deles, intitulado *Atheneu Baiano*, as ideias higiênicas são encampadas pela escola a ponto de figurar no nome de uma das disciplinas do curso preparatório, que os alunos deveriam frequentar para ingresso nas faculdades. Correndo as páginas, é possível encontrar enormes elogios ao papel da higiene na educação, ao extremo de enunciações como: “A educação physica é a aplicação á cultura humana das leis da hygiene physica ou hygiene propriamente dita. Hygiene é a arte de conservar e desenvolver a saude e o vigor do corpo” (ATHENEU BAIANO, 1879, p. 8) e, mais a frente que:

A educação moral é a applicação á cultura humana das leis da hygiene moral. Hygiene moral é a arte de formar os caracteres e de desenvolver as faculdades de execução. Na hygiene moral, ha tres cousas fundamentaes a estudar: 1º O desenvolvimento adquirido; 2º a consciencia; 3º a execução do bem (ATHENEU BAIANO, 1878, p. 10).

Higiene moral e física são, em verdade, fruto desta tentativa de inculcar conhecimentos e, sobretudo, condutas próprias nos jovens estudantes. Sob o pretexto de instrução, de garantir a saúde e/ou de curar os doentes, os professores, os pais, os funcionários, os diretores fazem uso de ideias higiênicas para subordinar os mais jovens e garantir que determinados tipos de performance de gênero e de expressões de sexualidade não possam emergir. A escola pode ser entendida como um exemplo de “Casa de Homens”, noção

proposta por Daniel Welzer-Lang para falar de lugares onde se aprende a masculinidade, isso é, nos quais se estrutura o masculino e se inculca nos jovens a ideia de que, para serem verdadeiros homens, eles deviam combater os aspectos que podiam fazê-los associados às mulheres, bem como passar pela iniciação no mundo do masculino. Aprendizado paradoxal, entretanto. Para acessar e galgar degraus dentro deste universo era preciso aceitar a lei dos mais velhos e mais fortes. Como é um lugar monossexuado, há uma pressão vigorosa para que se vivam momentos de erotismo em conjunto e, até mesmo, de afeto mútuo (2001, p. 462; GROSSI, 2004, p. 9). No jornal *O Acadêmico*, em 1853, um dos editores faz uma espirituosa descrição dos tipos de estudantes brasileiros. O parisiense anda de braços dados com uma *grisette*<sup>68</sup>, mas o baiano, este chega aos bancos da universidade já tendo cortejado mais de cem moças. Este despertar aos afetos se faz por meio da rejeição de opções alternativas, de fugas ao *script*. Em 1849, no *Acadêmico*, Sacramento Blake<sup>69</sup> escreveu um conto inacabado onde um calouro se apaixona por um veterano, ao ver a imagem do último em chambre, com a cara redonda e os cabelos penteados para trás, confundindo-o com uma moça. Esse é o mote para que o jovem estudante envie poemas ao outro, que alimenta a situação para aplicar no outro um trote (BLAKE apud SALLES, 1973, p. 115). Chernoviz, no seu *Diccionario de Medicina Popular*, alerta para o risco de uma “educação sexual” obtida em seminários, onde por meio de colegas, criadas e criados poder-se-ia aprender o onanismo bem como outros excessos venéreos, resultando em afecções nervosas, debilidade física, loucura e morte (CHERNOVIZ, 1890, p. 524-5). Vale ressaltar, nesse caso, que trabalhadores de ambos os sexos são referidos como potenciais professores dos excessos venéreos. Seja como for, afeto e sexualidade divergentes nunca estão muito longe da pena dos escritores do período, quer referidas de maneira jocosa, quer como preocupação médica.

Os defensores das ideias da higiene assumem que seu conjunto de saberes pode ser melhor aplicado no ambiente escolar como uma medida cautelar, já que impediria que os sujeitos sob seus cuidados se deixassem abater pelos riscos que existiriam no processo de formação físico e moral (CHERNOVIZ, 1890, p. 403-4). Assim, a higiene, em relação à educação, assume de maneira explícita seu papel como ciência antecipatória e preventiva. Daí porque, por exemplo, entre as condições de admissão no colégio estejam o atestado de vacinação e a ausência de um passado manchado do ponto de vista moral:

---

<sup>68</sup> *Grisette*: expressão francesa para designar mulheres de classes trabalhadoras na França.

<sup>69</sup> Augusto Victorino Sacramento Alves de Sacramento Blake (1827-1903), escritor, poeta e historiador brasileiro, autor de um Dicionário Biográfico.

Art. 12 Para matricula requer-se idade, naturalidade do alumno, nome deste e de seu pae ou tutor.

§ 1º Atestado de ter sido vaccinado.

§ 2º Um correspondente na capital que se responsabilise pela pontualidade dos pagamentos e possa providenciar em qualquer emergencia.

Art. 13. Não se admite a matricula de alumnos que soffram de molestias contagiosas, os escravos e os expulsos de outros collegios por immoralidade e desordem habitual (ATHENEU BAIANO, 1878, p. 6-7).

A higiene não se ocupava apenas dos filhos das elites brasileiras. Os mais pobres também eram objeto de reflexões de educadores e médicos inspiradas por ela. Na Bahia, instituições como o Colégio de Órfãos de São Joaquim policiavam a higiene dos seus discípulos desde o começo do século XIX (MATTA, 1996, p. 120-1). O Asilo de Meninos Expostos também era objeto de reflexão dos escúlianos que escreviam na *Gazeta Médica da Bahia*. Um longo artigo escrito em 1870 pelo doutor Antonio Mariano do Bomfim, médico do asilo, criticava a organização do local, detalhando várias melhorias que deveriam ser levadas a cabo para diminuir a mortandade de meninos. Dentre as principais mudanças, Bomfim fala da necessidade de remunerar propriamente as amas, de examinar detalhadamente o histórico moral e físico das candidatas a este posto e de atentar para a salubridade da casa onde moravam, em nome das regras da higiene que era preciso aplicar para a conservação da saúde dos protegidos (BOMFIM, 1870, p. 241-43). A esse respeito, José Gonçalves Gondra, ao comentar a situação análoga na Corte, oferece uma chave explicativa muito útil:

Representar a mulher como vítima dos “sedutores”, ajuda a construí-la como objeto e não como responsável pela gravidez, caracterização que, por sua vez, justificaria o “perdão” e a proteção da mulher e da criança sob o manto da religião e da medicina, insatisfeitas com os índices de mortalidade infantil, sobretudo junto à população pobre. É com base nestas posições que ele sustenta a necessidade de criação dos “hospícios dos engeitados”, alegando que seria mais vantajoso socorrer os meninos pobres reunidos em uma casa comum, a qual garantiria a moralidade das crianças e das mães, bem como a proteção destas últimas (GONDRA, 2000, p. 104).

Em termos de comparação, os regimes de higiene para os futuros trabalhadores e dirigentes da sociedade eram diferentes, mesmo quando usando da internação como princípio de estratégia. O doutor Antonio Mariano Bomfim faz menção ao aprendizado de ofícios para os asilados naquela instituição a partir dos três anos, muito antes da faixa etária em que a maioria dos médicos escolhia para iniciar o ensino formal dos estudantes de colégios, quer internos ou externos. O desejo dos doutores em relação aos mais pobres era impedir o acesso à liberdade desordenada das ruas, de difícil controle e repleta de possibilidades de escapar ao lugar atribuído a estes indivíduos. Por outro lado, para os filhos-famílias, o ideal era um

acompanhamento mais extenso e detalhado. Sobre estes repousava o futuro das famílias e dos estratos sociais dominantes no Brasil imperial e, mais tarde, republicano.

Para os adeptos das ideias higienistas, havia a busca de um ideal de educação que contemplasse a formação no sentido intelectual, mas também no físico e no moral (GONDRAa, 2004, p. 229). Os estudantes, na maior parte das teses, são os sujeitos passivos do processo educacional, quase tábuas rasas sobre as quais se pode inscrever uma nova história e garantir um futuro simultaneamente saudável e civilizado. Mesmo quando os autores se expressam deplorando esta percepção em frases como esta:

Por elle [pelo método] o ensino em vez de ser uma força viva encarnada no professor consiste apenas n'um processo de moldar rigorosamente a lição do mestre pelo texto do livro, e industrializar nos hábitos de uma reprodução estéril, pela phrase inflexível do compendio e pela palavra e pela palavra servil do preceptor, o espirito do alumno. O menino não é uma alma. É uma taboa que se embute (PATURY, 1898, p. 94).

As práticas educacionais tendiam a considerar os internos como algo a ser modelado física, intelectual e moralmente. Instruir, garantir a saúde/curar eventuais doenças, formar o caráter dos alunos: eis o objeto da higiene nos colégios. Neste sentido, as diferentes práticas de espaço e o cotidiano controlado, mesmo quando se referem apenas à imoralidade de maneira genérica, também se aplicam ao erotismo entre pessoas do mesmo sexo. Mas o processo de higienização e proteção médica da infância começava antes mesmo da escola. Na tese de Fruchoso Pinto da Silva, intitulada *Hygiene nos Collegios*<sup>70</sup> (1869) o autor defende que os médicos se ocupem até mesmo de questões que pareciam inerentes à família, como a idade conveniente para iniciar a educação formal, com o fim de impedir que meninos muito novos adoecessem diante de um ambiente e de conteúdos programáticos que lhes eram inadequados, quiçá até prejudiciais. Muito diferente, como já observado, dos meninos enjeitados. Ponto de inflexão importante: se por um lado o autor reconhece que a família tem a palavra final sobre a idade com que seus filhos deviam ingressar no ensino, por outro a medicina estaria mais bem habilitada a determinar em que estágio de desenvolvimento físico e racional o menino deve ser internado no colégio. Para Silva, era aos sete anos (1869, p. 6-7). Questão aparentemente microscópica, mas a higiene interpela os problemas da sociedade brasileira tanto no plano individual quanto do coletivo, criando um modo médico de interpretar a realidade, profundamente influenciado pelo vocabulário da higiene (GONDRAa,

---

<sup>70</sup> Citado por Freyre em seu clássico *Casa Grande e Senzala*, mas com dois pequenos erros. A data correta da tese é 1869, e não 1864. E o nome do autor é Fruchoso, e não Frutuoso. Esta é uma das teses que pareciam desaparecidas de que falo na apresentação deste trabalho.

2004, p. 49-50; SCHWARCZ, 2005, p. 29). Este esforço também pode servir para compreender o segundo elemento que o autor defende como uma espécie de pré-requisito no colégio. O aluno deveria apresentar um atestado de vacinação, ficando desta maneira sob controle o risco de contágio para os outros habitantes da escola (SILVA, 1869, p. 7-8). O corpo do estudante deveria ser, ao menos idealmente, colocado sob controle da medicina institucionalizada nas Faculdades e/ou sociedades acadêmicas como pré-requisito para o acesso à instrução e ao conjunto de saberes mínimos para perseguir carreiras prestigiosas (MOACYR, 1937, p. 76-120).

No capítulo que segue, será evidenciado como a homossexualidade foi capturada pelos médicos como um dos perigos que os estudantes, especialmente nos internados, tinham a necessidade de debelar com ajuda dos médicos e professores. A escola é, paradoxalmente, o lugar de forjadura dos novos homens na qual se articulam vigilâncias e prescrições de comportamento, e um dos espaços de frequência monossexual e no qual existem pressões para se viver momentos de erotismo mútuo não-reprodutivo e pernicioso. A homossexualidade era tanto um comportamento que deveria ser execrado em nome da formação dos futuros dirigentes da nação, como um risco inerente ao colégio. O esforço dos médicos está em procurar formas de impedir o contágio com esse mal, que vão da disposição do edifício escolar à distância das camas nos dormitórios e à segregação dos estudantes doentes e/ou vadios. Estas várias formas de interpelar o problema que a homossexualidade representava serão detalhadas a seguir. Na primeira parte, analisarei a articulação entre higiene, educação integral e educação física. Na segunda, a disciplina sobre os corpos construída pelas práticas de espaço defendidas pelas teses. Na terceira, a disciplina que era alcançada por meio da aplicação de um código de conduta dentro dos colégios, que punia certos comportamentos em detrimento de outros, inclusive a homossexualidade.

Discursos verbais e não-verbais se articulam na escola para criar determinados sujeitos, dotados de certas características e habilitados para determinada performance de gênero. A escola deve servir de estágio para o aprendizado da masculinidade, trabalhando a partir de princípios de higiene com o fim de formar integralmente os homens que vão guiar a sociedade brasileira para a civilização:

Descrita como sagrado palácio, a escola deveria ser ordenada pelos princípios, métodos e prescrições da higiene, de modo a poder formar sujeitos fortes, saudáveis, inteligentes e moralizados que, com essas características, alicerçariam a nação, constituindo-se em base segura para um futuro idealizado como grandioso (GONDRAc, 2000, p. 112).

## **1 Higiene, educação integral, educação física: de elemento da história ao melhoramento da raça**

O grande objetivo da educação higiênica ministrada nos colégios, segundo as teses analisadas neste capítulo, é garantir uma educação integral dos homens considerados necessários para o avanço da civilização brasileira. Função indispensável, pois as famílias muitas vezes teriam pouca ou nenhuma possibilidade de o fazer de maneira correta. Agnello Geraque Collet, na tese *Hygiene nos Collegios*, expressa esta crença: “Entre nós o professor não deve perder ocasião de educar, porque a população escolar em sua maioria não encontra no lar que o faça” (COLLET, 1885, p. 10). Por educação higiênica, esses autores não tinham em vista apenas a instrução intelectual. Em verdade, a educação é entendida como um sistema articulado de aspectos físicos, intelectuais e morais. Esse conjunto deveria ser colocado em funcionamento para garantir o sucesso do estudante no processo educacional e, até mesmo, em sua vida futura (SILVA, 1869, p. 8; COLLET, 1885, p. 39). Para Umbelino Heraclio Muniz Marques, na sua *Hygiene Pedagogica*, este processo seria levado a cabo numa escola modelo ou “Eschola-higienica”, à qual o autor dedica toda a segunda parte de sua tese (1886, p. 35-42).

José Gonçalves Gondra chama esse modelo de educação completa de “educação integral” – da inteligência, do corpo, da moral. O primeiro elemento é, no mais das vezes, deixado numa posição subsidiária em detrimento da educação física e dos seus efeitos no desenvolvimento do vigor físico e da integridade de caráter (GONDRAa, 2004, p. 225-227). Chernoviz, na última década do século XIX, defende a importância dos exercícios ginásticos porque permitem aumentar a energia moral do estudante e garantir o equilíbrio entre as duas, mantendo assim a saúde, e não por preferir formar atletas e dançarinos (1890, p. 404). Já em 1878, Antônio Pacífico Pereira evoca o efeito da degradação física sobre a virilidade física e, sobretudo, cívica, operando dentro deste modelo (PEREIRA apud PATURY, 1898, p. 36). As teses que seguem também operam tendo de acordo com esta relação.

Corpo e sexualidade estão relacionados. Nos manuais que circulavam nos meios médico e familiar na França do século XIX, país de onde vinha a maior parte doutrina higiênica adotada pelos brasileiros, recomendava-se a adoção de exercícios físicos para fortalecer a musculatura dos meninos, moderar os efeitos de uma imaginação muito fértil, e impedir que ele recorresse ao vício solitário, hábito debilitante que poderia levar ao

desenvolvimento de condições muito piores (JABLONKA, 2013, p.62-67). Chernoviz também aconselha exercícios ginásticos como forma de evitar que os jovens caíssem no vício do onanismo ou em outros excessos venéreos (1890, p. 525-6).

Para justificar seu uso nas escolas brasileiras, a higiene é descrita como uma prática bem fundada na história da humanidade. Tal como em Britto e Barroso, no capítulo 01 desta dissertação, a história é tomada como um banco de exemplos positivos e negativos. Desta vez, entretanto, os autores não utilizam o artifício retórico das vidas dos antigos como exemplos a serem seguidos e/ou execrados. Em lugar disso, tomam como referência as práticas educacionais típicas dos períodos de maior brilho das civilizações modelo grega e romana: a educação física. Assim, para Agnelo Geraque Collet, os gregos e romanos decaíram moralmente e desapareceram das páginas da história quando começou a sua decadência física, questão que teoricamente poderia ser evitada por meio do cultivo dos exercícios ginásticos nas escolas nacionais (COLLET, 1885, p. 39-40). Marques, em sua tese, anota além disso o papel de “jogos gymnasticos e exercicios militares” (1886, p. 2) na educação dos rapazes persas, que teria conduzido esta nação à hegemonia no mundo antigo. Hebreus, chineses e outros povos que apenas tinham educação religiosa teriam terminado por decair ante povos mais habilitados do ponto de vista físico. Para este último autor, os estudos sobre higiene na escola, empreendidos pelos estudiosos modernos em países adiantados nada mais eram do que uma tentativa de se aproximar do modelo antevisto pelos pedagogos da antiguidade (MARQUES, 1886, p. 3). A situação no Brasil não era das melhores. Em 1895, Francisco Candido da Silva Lobo constatou o descuido do assunto:

A falta de educação physica é a causa mais importante da decadencia da geração moderna, e enquanto os governos das nações européas procuram remediar o mal com grandes melhoramentos introduzidos nas escholas para obtel-a a mais perfeita possível, nos continuamos do mesmo modo, porque os nossos ainda não quizeram reconhecer a sua utilidade, e ver n'ella garantia das gerações futuras (LOBO, 1895, p. 3).

Cinco anos depois, em 1900, Carlos Antonio Pitombo, na tese *Apreciações acerca dos exercicios physicos nos internatos e sua importancia prophylactica*, preocupa-se pela primeira vez com o tema da educação física de maneira especializada. O trabalho do autor apresenta uma longa discussão sobre os problemas que os internatos baianos enfrentavam, pela ausência de cuidados dos administradores desses estabelecimentos em relação aos “exercícios higienicos” indispensáveis para a formação dos alunos e complemento necessário da educação intelectual (1900, p. 19-25). A higiene determina, pois, o justo meio, evitando que apareça

uma sociedade como a espartana, excessivamente ligada à cultura física e, portanto, muito rude (PITOMBO, 1900, p. 12). A falta de exercícios físicos, por seu turno, poderia levar ao gosto excessivo do ócio, chegando ao extremo de disseminar uma atitude passiva e conformista, dada a “esperar o pão da beneficência alheia, não podendo assim desempenhar o seu verdadeiro papel de cidadão” (PITOMBO, 1900, p. 15).

A falta do ensino de educação física era, pois, motivo de preocupação pelo descumprimento dos preceitos científicos, mas também pela perda da virilidade física que era requisito para a evolução do país. Conforme se aproxima o final do século XIX, ideias de cariz evolucionista e social-darwinista formam o arcabouço do saber universitário, além de compor o vocabulário dos setores educados da sociedade brasileira (SCHWARCZ, 2014 p. 19-23). Nestes termos se expressa José Lopes Patury, autor da tese intitulada *Hygiene Escholar*. Para começar, a própria epígrafe do trabalho é de Sílvio Romero<sup>71</sup>, um dos adeptos mais destacados do darwinismo social no Brasil da época. Para o médico baiano, educação, inclusive física, seria um dos caminhos para melhorar a raça brasileira e, por conseguinte, o país. Discussão em perfeita consonância com os debates que tiveram lugar na última década do século XIX sobre os lugares de brancos, negros e mestiços no corpo da nação, galvanizados sobretudo a partir da Lei do Ventre Livre (1871) Lei Áurea (1888) e da Proclamação da República (1889). A visão do escravo como um infeliz “*homem-machina*”<sup>72</sup>, citado nos anos 1880 como uma vítima da desumanidade herdada pelos brasileiros dos antepassados (COLLET, 1885, p. 12), transmutou-se em fator de hierarquia social e racial nas teses dos anos 1890 em diante. Existem caminhos diferentes, e, para alcançar um futuro brilhante, é preciso estar atento para essas distinções que governam as raças cultural e fisicamente:

Não basta, portanto, instruir um povo, é necessário ainda conservar, aumentar e melhorar a raça. É, pois, sobre as leis fisiológicas e moraes da cultura das raças que deve repousar a educação, criando heranças uteis, physica e moralmente; assegurando assim o desenvolvimento da raça e conseguintemente o da nacionalidade, o da patria (PATURY, 1898, p. 5).

A preocupação do autor em realizar o diagnóstico dos problemas da geração de brasileiros do final do século XIX e começo do século XX tem o objetivo de evitar uma queda

---

<sup>71</sup> Sílvio Vasconcellos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), ensaísta, folclorista, crítico literário. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda, onde formou com Tobias Barreto a chamada “Escola de Recife”, profundamente influenciada pelo spencerianismo e positivismo.

<sup>72</sup> Itálico presente no original da obra.

vertiginosa, fortalecida pela marcha de vícios terríveis. Este presente desanimador poderia ser impedido pela escola higiênica, moderna, conforme desenvolvida nos países adiantados. O trabalho do autor, pois, se inscreve nos esforços de salvação da sociedade brasileira da decadência, ao lado do cultivo do amor ao dever e ao trabalho, e da busca do aperfeiçoamento da raça (PATURY, 1898, p. 12-3)

O Brasil, para Patury, carecia de iniciativas públicas e, sobretudo, privadas para garantir a educação devida. A exceção seria a escola da vila operária criada por Luís Tarquínio (PATURY, p 38-40), iniciativa plenamente constituída de acordo com as normas higiênicas. O caso desse complexo de vila e fábrica é relevante, porque a “Cidade do Trabalho” era povoada de sujeitos de “raças as mais variadas”, massa heterogênea que se constituía em um grupo organizado pela disciplina de tempo e espaço expressa em um regulamento bastante severo e direcionada acima de tudo ao trabalho (CASTELLUCCI, 2001, p. 37). De resto, em função do descaso público e privado com o tema, nada havia senão o “abismo do desequilíbrio social”, fruto amargo da total falta de organização escolar:

Não podemos resistir ao desejo de repetir aqui as palavras de um patriótico escriptor brasileiro<sup>73</sup>, referindo-se a esta lamentavel situação: “Molle pelo clima, molle pela raça, molle pela precocidade das funcções genesicas, molle pela falta de todo o trabalho, de qualquer actividade, o sangue pobre, o caracter nullo ou irritadiço, e por isso mesmo inconsequente, os sentimentos deflorados e perversitos, amimado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra – eis como começa o jovem brasileiro a vida” (PATURY, 1898, p. 41)

Vale ressaltar que categorias presentes na tese de doutoramento de Marinonio de Freitas Britto, escrita em 1853, aqui se repetem. Existem, entretanto, algumas diferenças no conteúdo das categorias partilhadas entre os dois autores. Tal como nos anos 1850, certos comportamentos geravam a perversão do ponto de vista físico e moral dos jovens brasileiros, mas com uma nova taxonomia dos corpos desviantes devidamente adaptada ao contexto do final do século XIX. Era preciso assegurar hierarquias sociais entre indivíduos oriundos de raças diferentes. Se a grande inovação brasileira do período foi associar a mestiçagem à ideia de viabilidade nacional, isto se fez por meio da exclusão política, econômica e social de setores subalternos, especialmente de egressos da escravidão (SCHWARCZ, 2014, p. 85). As ideias de Spencer e Comte, citadas pelo autor, para justificar a abordagem higiênica da

---

<sup>73</sup> Nesta nota, o autor faz menção a um dos trabalhos de José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), historiador, educador, literato, idealizador da Academia Brasileira de Letras. Seu papel no final do século XIX como um interlocutor do regime republicano em temas relacionados à educação não pode ser ignorado. Ele chegou a protagonizar um longo debate com Benjamin Constant sobre o ensino público. O que nos interessa aqui, além da repetição do “problema da moleza” é a relação íntima entre caracteres biológicos e morais.

educação, devem ser percebidas nesta chave: como possibilitar uma nação tendo em vista essa matéria tão pouco adequada?

## 2 Disciplina, higiene e práticas de espaço escolar

Central para esta análise sobre a higiene nos colégios é a noção de disciplina, isto é, os métodos minuciosos de controle das operações do corpo capazes de realizar a sujeição constante dos sujeitos, direcionada para a docilidade e a utilidade. Michel Foucault apresenta a explicação deste conceito em seu livro *Vigiar e Punir*, onde argumenta que a disciplina deve ser compreendida como:

[...] domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina fabrica assim corpos submissos (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 1998, p. 119).

O colégio, especialmente no modelo de internato, serve para a formação desse homem ideal, fruto de um bom ambiente, adequado ao processo de escolarização. A civilização era considerada a consequência de uma mocidade educada física, intelectual e moralmente nesses espaços, superando a resistência que, como dito na epígrafe, era o instinto natural da infância – sobretudo no Brasil, onde os meninos teriam verdadeiro horror a escola (MARQUES, 1886, p. 17). A inclusão do Brasil entre as nações civilizadas exigia esta sujeição por parte dos educandos. Como diz Gondra, o ingresso no universo escolar era o caminho para o condicionamento dos instintos, gostos, hábitos, performances de gênero para uma direção correta:

O ingresso na escola fazia com que o aluno passasse da liberdade em toda a sua plenitude para uma vida mais concentrada, mais ou menos sedentária, e para aplicação mais acurada de sua inteligência aos primeiros elementos de sua educação. Vê-se portanto que o ingresso no cotidiano escolar, nessa ótica, deveria inaugurar uma ruptura na vida dos meninos e meninas, já que implicava passar do ambiente da liberdade plena ao da disciplina mais ou menos severa (GONDRAa, 2004, p. 175-6).

O ponto central do espaço escolar é a sua vivência enquanto um lugar ordenado. Daí o encontro da pedagogia e a arquitetura com a medicina e a higiene – esta última atuando de maneira efetiva devido ao seu aspecto antecipatório. Diz Marques: “[...] O architecto obra com liberdade de acção no que diz respeito á segurança, ornamentação e elegancia da construcção a seu cargo, no mais obedece aos preceitos hygienicos e pedagogicos”

(MARQUES, 1886, p. 46). Ao impedir que os jovens educandos adoecessem física e moralmente, o futuro da sociedade brasileira estaria assegurado.

Conforme apontado anteriormente, a tese de Fruchoso Pinto da Silva foi citada por Gilberto Freyre em seu clássico *Casa Grande e Senzala*. Segundo o autor, neste que é um dos primeiros estudos sobre sexualidade e moralidade no século XIX, a homossexualidade nos colégios era uma questão que ganhava visibilidade para os propaladores de teses higienistas, especialmente no espaço urbano. A cidade doente, representada quer por Salvador, quer por Recife, quer pelo Rio de Janeiro, precisava oferecer alguma segurança para os meninos que lá iam adquirir a cultura (FREYRE, 2009, p. 506-507) e realizar o aprendizado da masculinidade nas “casas de homens”. Para Fruchoso Pinto da Silva, em nome da manutenção da saúde, medicina e a higiene nada ignoravam, determinando até mesmo a vizinhança inadequada. Os hospitais, por exemplo, deveriam ser evitados pelas emanções que os “milhares de corpos doentes” propiciavam. Já instalações militares eram moralmente perigosas:

Nos quartéis é onde geralmente são proscriptas as leis higienicas; não sei se pela degradação a que se entregam, e estão habituados os que os frequentão, ou se por faltas d'aquelles que os dirigem, ahí encontrão-se as mais funestas causas de devassidão, que n'elles se dão, que não convém ser presenciados pela Mocidade, que deve ser guiada pelas regras de sãa moral e honestidade (SILVA, 1869, p. 8).

Fábricas e mercados, pela infecção dos ares e do solo respectivamente por gases deletérios e/ou matéria putrefata oriunda da decomposição de alimentos também representavam perigos. Por outro lado, rios e pântanos, tampouco eram adequados devido à saturação pela umidade e atmosfera estagnada (SILVA, 1869, p. 8). Em 1885, Agnello Geraque Collet, em sua tese, amplia a percepção do espaço da escola. O autor destina às condições próprias para a construção do edifício toda a primeira parte do trabalho, destacando questões aparentemente tão estranhas ao tema como a salubridade ou não dos diferentes solos. Consoante a doutrina da época, Collet se revela preocupado com estes aspectos devido às influências do solo sobre a atmosfera e as águas. Embora não fale em miasmas, a preocupação do autor é com a elevada mortandade de meninos em espaços construídos sem levar em consideração a higiene (COLLET, 1885, p. 4). Um ano depois, Umbelino Heraclio Muniz Marques realizou um trabalho que justifica os temores de Collet. O autor cita, nominalmente, alguns dos colégios baianos e o seu estado do ponto de vista da salubridade das edificações. O diagnóstico é extremamente negativo. O colégio de primeiras letras da freguesia da Sé estaria, inclusive, abaixo de qualquer crítica. Nenhum prédio havia sido construído, até então, na

província na Bahia, para servir especialmente à função escolar, com a exceção do da Piedade, que mesmo assim não tinha jardim nem pátio. As melhores salas eram ocupadas pelo Internato Normal masculino, mas as “péssimas” do térreo recebiam as aulas das primeiras letras. Pior seriam os estabelecimentos privados, nos quais a preocupação do professor seria antes o preço do prédio para aluguel, e não as condições higiênicas (COLLET, 1885, p. 9-10). As escolas não-higiênicas, sobretudo as construídas em lugares impróprios, estavam sujeitas a emanções miasmáticas e aos males do paludismo (COLLET, 1885, p. 43). Pouco melhor era a situação na corte, mais bem aquinhoadas em termos financeiros do que a Bahia. Como lembra José Gonçalves Gondra, citando a tese de concurso do doutor Vasconsellos (1888), era de se lamentar profundamente o estado dos prédios convertidos em escolas, que em lugar de um estilo funcional e elegante, eram quase continuidades naturais das mansardas e cortiços infectos, de onde o aluno muitas vezes provinha. Curiosa relação entre físico e moral já posta na ordem arquitetônica (GONDRAa, 2004, p. 174-175).

Francisco Candido da Silva Lobo ampliou a discussão ao extremo do detalhe: o prédio ideal deveria ser construído tendo em vista uma área mínima de 1,6m<sup>2</sup> por aluno nas salas de aula, e 4m<sup>2</sup>, no mínimo, nos pátios e jardins, com o número máximo de cinquenta alunos (LOBO, 1895, p. 11-2). Alguns anos depois, José Lopes Patury amplia esse mínimo para dez metros quadrados (1898, p. 49). Acima de tudo, os autores destacam que o colégio devia estar localizado de maneira isolada. De Silva a Patury, o desejo dos autores é que ele funcionasse como algo fechado em si mesmo, quase auto-suficiente, com acessos cuidadosamente controlados e separado do entorno (SILVA 1869, p. 3 e 6; PATURY 1898, p. 48-9).

Michel Foucault ajuda a compreender este conjunto de instruções minuciosas, que também aprofundam reflexões sobre materiais adequados aos colégios, mobílias, etc., que parece um exagero de minúcia aos olhos contemporâneos. Para a higiene e para a medicina da época, físico e moral convergiam para garantir a saúde, e eram moldados pela localização e disposição do edifício. Em *Vigiar e Punir*, entre as ferramentas de controle que a disciplina utiliza, figurava o controle das presenças e ausências por meio da prescrição de um espaço separado onde dava-se o processo de captura dos corpos pelos mecanismos disciplinares. Daí a cerca, elemento invisível da heterogeneidade do colégio em relação aos outros espaços, que enclausura, de maneira insidiosa e eficiente, aqueles que deveriam ser objetos das técnicas de poder (FOUCAULT, 1998, p. 122). Estes aspectos são ainda mais aprofundados nas teses quando se trata do espaço interno, especialmente dos lugares mais perigosos como

enfermarias e dormitórios, os quais, subtraídos à vigilância dos sensores e/ou de outros colegas, poderiam levar ao aparecimento de práticas com consequências muito negativas do ponto de vista físico e, sobretudo, moral.

A disposição interna do colégio era considerada tão importante, senão mais, que a localização. Aqui, é preciso entender que, dentro das possibilidades de cada período, as teses vão propor um espaço marcado pelo quadriculamento. Cada sujeito tinha seu lugar. Mesmo quando os alunos são tratados como um grupo, existe a previsão de uma área mínima, atomizada, na qual os corpos individuais serão conformados. O espaço disciplinado devia, necessariamente, ser divisível em tantas parcelas quanto necessário para levar a bom termo a docilização dos corpos (FOUCAULT, 2005, p. 123). A tentativa encetada pelos autores dos trabalhos era a de impedir todo o movimento, toda a prática de estar no espaço que de alguma maneira contrariasse a formação dos indivíduos fabricados dentro dos ideais higiênicos.

Assim, Fruchuoso Pinto da Silva dispõe longamente sobre a ventilação do edifício e os riscos de uma habitação úmida, ao mesmo tempo em que a quantidade e proporção individual de oxigênio e gás carbônico devia ser mantida constante e frequentemente renovada (PINTO, 1869, p. 10-11). As salas, especialmente as aulas e os dormitórios deveriam ser corretamente iluminadas e asseadas. Isto evitaria o desenvolvimento de miopias, escrófulas, cefaleias, etc. Pequenas pragas domésticas, a exemplo de insetos, também proliferariam quando a limpeza dos espaços não era realizada de maneira cotidiana, e transmitiam doenças. As outras teses, pela disposição de assuntos abordados, também faziam menção ao tema. Entretanto, os trabalhos de Marques e Patury estão incompletos. O primeiro se encerra exatamente no trecho em que o autor falaria sobre os dormitórios e enfermarias, depois de uma longa introdução sobre a luz e a ventilação. Já no trabalho do segundo faltam várias páginas sobre a disposição dos edifícios, e sobre moléstias escolares. O trabalho de Lobo, que se situa entre os dois (1895) é extremamente breve. O autor havia encerrado, poucas semanas antes, uma tese sobre patologia interna quando foi surpreendido pela necessidade de mudar o tema da tese (LOBO, 1895, p. I-III). Seja como for, para este último as relações com o dormitório e a enfermaria se limitavam a asseio e ventilação.

Apesar da lamentável ausência de certas páginas nas fontes, vale notar que, no plano ideal, não existiriam lugares fora da atenção das regras higiênicas, mesmo os que eram íntimos, como os quartos e banheiros. A higiene funciona para inspirar algumas das obras públicas do período em Salvador, mas também atua no nível microscópico. Em 1886,

Umbelino Heraclio Muniz Marques leva a questão da pureza do ar a extremos, já que o autor defende que na escola ideal a proporção de ar puro em cada local deveria variar em função da idade, peso dos estudantes, idade, determinando assim o número máximo de discípulos que deveriam existir em cada sala de aula, segundo o modelo adotado pelo dr. F.S.B. François de Chaumont do Hospital de Medicina Militar de Netley da Inglaterra. Os gráficos que seguem são repetidos pelas teses de Lobo e Patury, na década de 1890:

**Figura 3** – Relação ideal entre peso, idade e quantidade máxima de gás carbônico<sup>74</sup> aceitável em uma sala de aula.

QUADRO N.º 1

IDADES	PESO EM KILOGRAMMAS	ACIDO CARBÔ- NICO EM LITROS
4 annos . . . . .	15,07	5,192
5 . . . . .	16,70	5,779
6 . . . . .	18,04	6,265
7 . . . . .	20,16	6,979
8 . . . . .	22,26	7,702
9 . . . . .	24,09	8,335
10 . . . . .	26,12	9,040
11 . . . . .	27,85	9,640
12 . . . . .	31,00	10,726
13 . . . . .	35,32	12,220
14 . . . . .	40,50	14,013
15 . . . . .	46,41	16,035
16 . . . . .	53,39	18,440
17 . . . . .	57,40	19,880
Adulto . . . . .	68,29	23,628

Fonte: MARQUES, 1886, p. 53

<sup>74</sup> Na época o termo “ácido carbônico” designava um corpo gasoso (CHERNOVIZ, 1890, p. 31-2). Equivale ao uso atual da expressão gás carbônico. Chernoviz, inclusive, usa a expressão composta “gaz ácido carbônico” na sua obra.

**Figura 4** – a relação entre idade, ar puro por hora, volume do ar e número máximo de discípulos.

**QUADRO N.º 2**

IDADES 1	AR PURO A DAR POR HORA EM METROS CUBICOS 2	CUBAGEM DE AR 3	NUMERO DOS DISCIPU- LOS (COM O PRECEPTOR) EM UMA SALA DE 315 METROS CUBICOS 4
4 annos .....	25,960	8,650	33
5 .....	28,890	9,630	30
6 .....	31,320	10,440	28
7 .....	34,890	11,630	25
8 .....	38,510	12,840	23
9 .....	41,670	13,890	21
10 .....	45,200	15,060	19
11 .....	48,200	16,070	18
12 .....	53,630	17,880	16
13 .....	61,100	20,370	14
14 .....	70,060	23,350	12
15 .....	80,170	26,720	11
16 .....	92,200	30,730	9
17 .....	99,440	33,150	9
Adulto .....	118,140	39,380	7

Fonte: MARQUES, 1886, p. 54.

Assim, as queixas sobre havia uma justificativa dada pela ciência para a construção de edifícios especialmente desenhados para o cotidiano escolar. Os gráficos indicam que o ar precisava ser renovado em função da idade, peso, volume de ar armazenado e consumido, a quantidade de ar puro necessário para manter as atividades na sala de aula e o número máximo de estudantes que poderiam estar na sala.

Além disso, Patury preocupava-se minuciosamente com a mobília escolar (1898, p.

79-91). Seus antecessores, especialmente Collet, Marques e Lobo, haviam diagnosticado que uma série de moléstias escolares eram causadas pelos bancos, mesas e cadeiras pouco adaptados às necessidades dos estudantes baianos. O primeiro autor, por exemplo, deplorava que a província, nesse particular, não tivesse avançado nem um pouco. Apesar da Junta de Higiene Pública ter constituído uma comissão de médicos e pedagogos para informar as medidas ideais para mesas, bancos e cadeiras, este relatório foi ignorado. Daí resultou que a mobília encomendada na Alemanha, no ano anterior, tivesse sido inútil (COLLET, 1885, p. 32). Marques, um ano depois, realiza a mesma constatação que Collet, destacando que a mobília americana que serviu de referência para a encomenda e havia sido exposta no liceu provincial era incompleta, mas, pelo menos, mais eficiente em atender algumas das necessidades de certas escolas no interior da província e da capital quando comparada com a mobília antiga (MARQUES, 1886, p. 55-6). Já Patury, dispõe mais detalhadamente sobre o tema em sua tese de 1898, apresentando gráficos sobre as dimensões ideais do mobiliário escolar segundo as pesquisas do engenheiro Cardot, desenvolvidas com mais de três mil crianças, como veremos na imagem da página seguinte:

Figura 5 – Dimensão ideal da mobília escolar segundo Cardot em centímetros quadrados<sup>75</sup>:

QUADRO N. 1

Medidas das partes do corpo das crianças, para servirem de base á construcção da mobilia escolar (em centímetros)

ESCOLA PRIMARIA — CRIANÇAS DE 7 A 12 ANNOS

		Cinco categorias de meninos, pelo seu tamanho											
		PRIMEIRA		SEGUNDA		TERCEIRA			QUARTA			QUINTA	
A		1m ou menos a 1m,05 in-clusive	Mais de 1m,05 a 1m,10 in-clusive	Mais de 1m,10 a 1m,15 in-clusive	Mais de 1m,15 a 1m,20 in-clusive	Mais de 1m,20 a 1m,25 in-clusive	Mais de 1m,25 a 1m,30 in-clusive	Mais de 1m,30 a 1m,35 in-clusive	Mais de 1m,35 a 1m,40 in-clusive	Mais de 1m,40 a 1m,45 in-clusive	Mais de 1m,45 a 1m,50 in-clusive	Mais de 1m,50 a 1m,55 in-clusive	Mais de 1m,55 a 1m,60 in-clusive
B	Altura dos alumnos												
B	Altura do vazio do estomago acima do chão—sentado o alumno, o tronco em angulo recto com as coixas e estas em angulo recto com as pernas.....	45	47	49,5	52,5	55	68	51	63,5	66	68,5	72	78
		46		51		58			66			75	
C	Altura da perna desde o chão até abaixo da articulação do joelho (dobrado este em angulo recto).....	27	29	30	32	33,5	35	36,5	38	40	42	45	47
		28		31		35			40			46	
E	Altura dos rins acima do assento—estando o menino sentado.....	15,5	16,5	17	18	19	20	21	21,5	22	22,5	23	25
		16		17,5		20			22			24	
F	Comprimento do femur.....	34,5	35,5	37	39	40	41,5	43	44	45	47	49	52
		35		38		41,5			45,5			50,5	
G	Espessura do corpo, da frente das costas, medida abaixo do vazio do estomago.....	15	15	15	15	15	15	16	16	16	16,5	17	18
		15		15		15,3			16,2			17,5	
I	Grossura da coixa de diante para tras, á meia altura entre o joelho e a bacia, estando o menino em pé.....	8	8	9	9	10	10,5	11	11,5	12	12	12	12,5
		8		9		10,5			11,8			12,25	
M	Largura do corpo, tomada ao nivel do cotovello, e abrangendo os dois cotovellos unidos ao tronco.....	30	30	30	30	31	32	33	33	34	36	34,5	35,5
		30		30		32			33,5			35	

84

Hygiene Escolar

José Lopes Patury

85

Fonte: PATURY, 1898, p. 84-5

<sup>75</sup> Na primeira linha, a das cinco categorias de meninos, está escrito: **Primeira:** (a) 1 m ou menos a 1m, 05 inclusive; (b) Mais de 1m,05 a 1m,10 inclusive; **Segunda** (a) Mais de 1m,10 a 1m,15 inclusive; (b) Mais de 1m,15 a 1m,20 inclusive; **Terceira:** (a) Mais de 1,20m a 1m,25 inclusive; (b) Mais de 1m,25 a 1m, 30 inclusive; (c) Mais de 1m30 a 1m,35 inclusive ; **Quarta:** (a) mais de 1m,35 a 1m,40 inclusive; (b) 1m,40 a 1m,45 inclusive; (c) 1m,45 a 1m,50 inclusive; **Quinta:** Mais de 1m,50 a 1m,55 inclusive; (b) Mais de 1m,55 a 1m,60 inclusive.

A presença do médico nos colégios, segundo o trabalho de Silva, seria fundamental (1869, p. 12). Vale ressaltar que o autor não indicava, dentro do colégio higiênico, a presença de padres ou de capelas – muito embora um dos poucos internatos tidos como corretamente construídos em termos higiênicos estivesse ligado ao mosteiro de São Bento, como afirma Marques (1886). É por inspiração médica que as punições são repensadas, deixando de lado práticas consolidadas como a cáfua, quartos escuros e úmidos, verdadeiras solitárias que, não raro, eram subterrâneas e causavam danos à saúde (SILVA, 1869, p. 20-21). Franco, um dos internos d'o Ateneu, incorrigível para a disciplina propalada pelos administradores do internato, teria tido a saúde seriamente fragilizada pelas punições neste quarto dos horrores, e morrido em decorrência disso (POMPEIA, 2005, p. 250-2). Acima de tudo, a enfermaria é o local onde o médico ou, ao menos, enfermeiros deveriam estar a postos para garantir a integridade física – e moral, como veremos mais à frente – dos jovens educandos, tanto os saudáveis quanto “as vítimas de alguma molestia aguda, ou de algum fracasso<sup>76</sup> oriundo de sua vadiagem” (PINTO, 1869, p. 16).

A respeito da relação entre sexualidade, higiene e educação escolar, Gondra, tratando da Corte, concorda que o espaço também constrói e/ou captura a sexualidade, citando a reflexão de Foucault sobre o discurso não-verbal do espaço:

Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levam-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam no estado de alerta perpétuo: reafirmado sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas pelo jogo de punições e responsabilidades. O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separação, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição – o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar – articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente (FOUCAULT apud GONDRA, 2004, p. 411).

Apesar de retratar a realidade europeia dos séculos XVIII e XIX, a chave que Foucault utiliza para pensar o assunto pode, também, ser aplicada ao Brasil. Inclusive a distância entre o modelo higienicamente adequado e a inadequada disposição dos espaços escolares no período permite que os problemas relativos à sexualidade infantil aflorem e se tornem riscos, na visão dos moralistas, para o desenvolvimento do país.

---

<sup>76</sup> Fracasso s. m. Queda; estrondo do edificio que se derriba. Assolação. Pancada procedida de queda. *Entre o vulgo*: desgraça (PINTO, 1832, sem paginação, itálico no original da obra).

### 3 Higiene nos colégios: a educação moral da sexualidade

A fala sobre a higiene e a sexualidade nas escolas era marcada pelo tato e a discrição entre sujeitos, como pais e professores. Há uma rarefação dos enunciados sobre o erotismo dos meninos e rapazes, associados agora a ritos próprios, lugares estabelecidos e a habilitação de certos sujeitos para realizar enunciações sobre a sexualidade dos meninos nos colégios. Era preciso administrar o sexo, e não simplesmente proibir. Foi neste sentido que ocorreram, ao longo do século XVIII e, de maneira decrescente no XIX, as campanhas anti-masturbatórias e a correção da linguagem empregada para tratar do assunto. A sexualidade do estudante tornou-se, como assevera Foucault, um problema público, que exigiu uma nova maneira de se falar a respeito:

Não se fala menos de sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista, e para obter outros efeitos. O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discrição exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma maneira rigorosa mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias de conjunto (FOUCAULT, 2001, p. 33).

O esforço dos médicos era tentar fabricar sujeitos higienizados, independentes do império das paixões, controlados pela educação física, intelectual e moral e coagidos pela vigilância, o que permitiria evitar a depravação para a qual a juventude brasileira seria, infelizmente, inclinada (GONDRAa, 2004, p. 389). O colégio, pois, para os meninos, tinha um sentido de cultivo das virtudes cívicas que seriam úteis para a pátria brasileira.

Segundo Gondra (2004, p. 411 e 414-5) a partir do século XIX, no Brasil, nasce uma literatura médica de recomendações, preceitos, observações, advertências, ao lado do estudo de casos clínicos, proposições de modelos escolares, instituições ideais, códigos de conduta interna, etc., que figuram em torno do colegial e de seu sexo. Parte importante das instruções higiênicas que visavam conservar a saúde dos mancebos e da sociedade brasileira pelo controle da sexualidade estava expressa nessas teses, onde o colégio figura como instituição capaz de promover a reforma dos costumes. Como vimos nos itens acima, a produção de Chernoviz no *Diccionario de Medicina Popular* sobre o onanismo e outros excessos venéreos é um bom exemplo desse tipo de escrito.

Joaquim Tavares da Conceição, em sua tese *Internar para educar*, lembra que, de fato, houve a percepção do problema público não só na Europa como no Brasil. Autores cariocas e baianos estavam profundamente preocupados com a insalubridade física e moral do internato, destacando determinadas práticas sexuais como patogênicas e responsáveis pelo depauperamento da saúde dos internos. A percepção da homossexualidade como um risco desta natureza era tão poderosa que chega a um extremo em 1910, na pena do doutor Raul Mendes Castilho:

Toda a razão tinha, distinto cavalheiro, quando respondia da seguinte maneira, as censuras que lhes faziam, por não botar seus filhos no colégio, enquanto eram jovens e era tempo de aproveitar a inteligência, respondia-lhe ele: é justamente por serem jovens que não os boto no colégio agora, quero que eles primeiro aprendam a discernir o bem do mal; quando a aproveitar a inteligência, enquanto jovens, digo-lhes que prefiro burros a homossexuais (CASTILHO apud TAVARES, 2012, p. 92).

Fonte dos maiores dissabores para a infância, o internato seria também um criatório de homossexuais, e, teoricamente, seria preferível não educar os filhos a permitir que eles adquirissem estes hábitos nocivos. Mas, embora no século XX a percepção do médico baiano seja mais crítica ao assunto, no XIX o colégio interno era, como já referido, uma necessidade e o locus de reprodução das elites brasileiras, de seus valores e modelos de sexualidade e de gênero (TAVARES, 2012, p. 16-7). Deveria, portanto, funcionar como uma instituição corretamente higienizada, e, neste sentido, a sexualidade dos mais jovens foi interpelada pelas teses.

Em sua tese de 1869, Fruchoso Pinto da Silva reserva uma sessão inteira para falar do perigo do onanismo. Prática disseminada em todas as classes da sociedade, geradora de efeitos terríveis sobre a saúde, especialmente dos mancebos. Representa, em primeiro lugar, uma derrocada do ponto de vista da robustez do corpo, pois gerava a predisposição do jovem a condições mórbidas. Estigmas corpóreos marcam o onanista, como a palidez excessiva, a falta de apetite, preguiça intelectual e inaptidão para o trabalho (SILVA, 1869, p. 21-2). O mesmo enquadramento pode ser encontrado na Corte imperial naquele período, quando o onanismo era um fator de enfraquecimento, especialmente por ser um hábito, uma prática reiterada e fora de controle que rapazes podiam aprender em colégios com outros colegas (GONDRAa, 2004, p. 416-17). Mello Moraes, três anos depois, lançou o seu *Diccionario de medicina e therapeutica homopathica*, no qual oferece uma sessão inteira destinada a reconhecer em termos fisionômicos o libertino e o onanista. Para o primeiro, destaca-se sobretudo o “andar audacioso, e provocante olhar lubrico, côr lívida chumbada ou arroxeadada,

de bocca sardônica halito infecto, maneiras livres e caráter indecente” (MORAES, 1872, p. 359). Já o onanista possuiria uma inteligência fraca, seria dado ao ócio e à fraqueza, pouco inclinada aos jogos. Os dois servem como exemplos no verbete sobre a libertinagem, que caberia ao médico debelar (MORAES, 1872, p. 360 e p. 406).

Silva e Moraes argumentam que a melhor maneira de evitar a adoção dessas práticas era por meio da vigilância estrita. Não permitir o isolamento nem os ajuntamentos sem a presença do que o autor chama de “censor moralizado”. Evitar, igualmente, o contato com livros e quadros voluptuosos, que poderiam fazer despertar o desejo venéreo precocemente. Limitar a presença de rapazes com mais de dezesseis anos de idade também parece uma medida salutar, ao lado de conselhos que esclarecessem para o jovem os temíveis efeitos do mal (MORAES, 1872, p. 386-8). Curioso que a punição, neste trecho da tese, não se aplicava senão na forma extrema de entregar o jovem resistente à família, para que o tratasse por meio de viagens ou da recorrência ao médico (SILVA, 1869, p. 22) – uma expulsão, portanto, nos termos do regulamento do Atheneu Baiano que vimos acima. Mas o diagnóstico sobre a pederastia é bem mais negativo, e a punição mais severa:

A pederastia parece ir com passos surrateiros (sic) fazendo suas perniciosas conquistas no meio da Mocidade dos collegios, por isso a maior attenção e perspicacia deve haver por parte dos directores em pesquisar se ha algum individuo que a ella se habitue e, n'esse caso empregar os meios capazes de extinguir esse pernicioso vicio, que degrada e avilta ao ultimo ponto a infeliz creatura que se deixa vencer pelos indignos pretextos da amisade e da conveniencia, e no caso de não o poder, não ter consideração á fortuna nem á familia, e expellir de seu seio o monstro perverso e falto de sentimentos, que reduz seus semelhantes á triste condição de uma sordida prostituição, e o torna incapaz de entrar na sociedade, que em seu juizo inexoravel abomina-o assim como ao que o traz em sua prejudicial companhia (SILVA, 1869, p. 22).

A captura do prazer homossexual, neste caso, obedece a uma lógica com alguns pontos de contato com o onanismo. Primeiro, a atitude dos responsáveis envolve o processo de espreitar no caso da mínima desconfiança de comportamentos dissonantes. A higiene moral, que norteia o desenvolvimento da sexualidade correta do estudante, aqui se torna mais rígida (GONDRAa, 2004, p. 446). A expulsão, que, para o mancebo acometido do onanismo seria o caminho para a cura, agora era uma maneira de defender os outros estudantes do contágio, da prostituição que necessariamente acompanhava a presença dos monstros perversos que eram os pederastas nos colégios. Além disso, como já havia sido estatuído por Barroso em 1853, a homossexualidade é apresentada como uma imposição que monstros que habitam nos internatos praticariam contra os seus semelhantes. Enquanto o vício solitário causava males

apenas ao estudante, os amores entre os estudantes eram entendidos como um perigo muito mais danoso.

O raciocínio de que a fala generalista dos médicos sobre os “vícios morais” dos colégios oculta referências sobre a homossexualidade pode ser aplicado para entender as interpelações de Agnello Geraque Collet em sua tese, escrita em 1885. Para ele, a questão da sexualidade poderia ser resolvida pela vigilância e correta disposição do espaço dos dormitórios. Se plenamente higienizados, isso é, organizados segundo certo número de regras, os riscos de comportamentos sexuais perigosos seriam consideravelmente menores:

Os commodos destinados para dormitorios, as camas, os colxões (sic), lençoes, etc. podem concorrer para fazer crear aos meninos certos habitos nocivos e certas molestias. Os dormitorios não devem comportar mais de 30 leitos, e devem ser convenientemente arejados, para o que exige-se que o compartimento tenha janellas de dous lados oppostos, afim de que haja facil circulação do ar. Entre as camas deve haver um espaço de um metro pelo menos. Os colxões (sic) serão um pouco resistentes, elles, sendo muito macios, tem uma acção muito nociva sobre o systema nervoso. (...) Não é preciso lembrar que a hygiene e a moral exigem uma fiscalisação muito severa em um dormitorio. Os habitos solitarios e os actos de immoralidade que são frequentes, quando a vigilancia enfraquece, são não só objectos, e degradantes em face da moral, como tem sobre o organismo o poder de radicalmente minal-o (COLLET, 1885, p. 33).

Apesar de não se referir diretamente à homossexualidade por nenhum termo direto – como efeminação, sodomia, pederastia etc. – nem por meio de uma estratégia comparativa com a antiguidade, a insinuação sobre imoralidades e atos abjetos pode servir como referência indireta a práticas homossexuais, situação perigosa para a moral que poderia acontecer nos colégios. Não figura, entretanto, no mesmo campo de moléstias como cefaleias, desvios da coluna, bócio ou miopia (COLLET, 1885, p. 58-60). Não havia uma terapêutica na forma de medicamentos a que recorrer nesse caso. Existiam medidas preventivas que conjurariam o mal. Collet recomendava os exercícios ginásticos, que tanto fortaleciam o corpo como tinha efeitos nos hábitos dos estudantes: “As alterações organicas que se apresentam seguem-se outras de ordem moral” (COLLET, 1885, p. 39 e 43-44). Corpo são, mente sã.

Em 1900, Carlos Antonio Pitombo, em concordância com Silva décadas antes, propõe a adoção de exercícios higiênicos no internato como forma de evitar o adoecimento dos discípulos, especialmente pela tuberculose. Eles atuariam sobre os fatores de predisposição, impedindo que aconteçam ou minorando seus efeitos. Entre os fatores propiciadores não é de espantar que figure a homossexualidade:

Em internatos são principais causas predisponentes á tuberculose a alimentação má, os exercicios insufficientes, á dormida em aposentos em que o ar difficilmente se renova, o onanismo, a pederastia activa, a insufficiente de aceio e os contagios.

Os exercicios hygienicos, dando maior volume e peso ao pulmão, desenvolvendo-o, augmentam o coefficiente dos gazes trocados pela inspiração e pela expirração entre a atmospherá e o organismo (PITOMBO, 1900, p. 16)<sup>77</sup>.

Infelizmente, as teses de Umbelino Heraclio Muniz Marques (1886) e de José Lopes Patury (1898), por estarem incompletas, não oferecem muitas entradas a respeito do entrelaçamento entre moralidade e sexualidade. O caso do primeiro é mais negativo, pois toda a segunda parte da obra não está disponível. No caso do segundo, é possível assumir que o autor faz referência ao assunto dentro de uma lógica indireta, tal como Collet. Ele eleva a educação em preocupação central do Estado, a quem caberia determinar propriamente a aplicação das normas higiênicas com o fim de banir as práticas desregradas que poderiam ter lugar nos colégios:

Ao Estado compete, finalmente, mais do que a todos, concorrer efficazmente, com o que elle tiver de melhor e mais precioso para a obra gigantesca da educação, de accordo com os estudos modernos da sciencia, apoiadas sobre os alicerces inabalaveis da hygiene; espalhando a luz, a força, o sentimento do dever e da honra, da dignidade e da probidade, da justiça, da generosidade e do patriotismo; eliminando o vicio, a ociosidade, a ignorancia, a perversidade e o crime; evitando as depravações da estupides, as miserias de um corpo sem hygiene, as agonias da indigencia, a velhice precoce, a fatalidade de uma morte prematura. (PATURY, 1898, p. 20)

Dos autores que tratam do tema, Patury foi o que recorreu ao arcabouço teórico do racismo e da evolução para identificar alguns dos males da sociedade brasileira e os principais alvos da educação higiênica. Se por um lado a cor já era identificada com um elemento indicador de uma moralidade negativa antes desse período – a descrição feita por Mello Morais serve de exemplo, pois indicava como sinais de prática sexual inadequada de libertinos a cor lívida e chumbado ou arroxeadá – por outro Patury transformou a questão em fator de (in)viabilidade social. Como visto acima, o jovem brasileiro seria mole pela raça, pela herança, pela precocidade genital, e caberia ao médico garantir o desenvolvimento nacional debelando essas inclinações nocivas. Não admira, pois, que a herança seja um tema importante para o autor, que, nas proposições finais da tese, identifica que, no ato de concepção, o indivíduo recebe o plasma germinativo tanto dos pais como dos antepassados mais distantes. Neste sentido, tanto características negativas quanto positivas podiam ser adquiridas pelo sujeito, reduzido a produto dos atributos coletivos das famílias e raças

---

<sup>77</sup> É curioso que o autor não fale absolutamente nada sobre a pederastia passiva na sua tese, e inconcebível que ela não fosse um problema. Acredito que se trata, talvez, de um erro de redação do autor, que quis dizer, talvez, a prática ativa, reiterada, da pederastia.

(PATURY, 1898, p. 112). A mudança de perspectiva de comparada com o pensamento de alguns autores já tratados, é significativa. Eugenio Rebello, na sua tese *As raças humanas descendem de uma só origem* (1869), defendia, como já vimos, que as oportunidades e a boa educação contavam muito mais do que as raças e o clima na formação dos indivíduos. Para Patury, o fenômeno é praticamente o contrário.

A relação entre educação, sexualidade e herança é importante porque outra tese do final do século XIX se refere ao assunto detalhadamente. Trata-se do trabalho *O Androphilismo*, de Domingos Firmino Pinheiro. O objeto deste trabalho é o “amor morbido do homem pelo homem” (1898, p.8) mas, para delimitar o assunto, o autor faz a separação do pedaphilismo – amor da criança pela criança – e da pedandrorastia – o amor do homem adulto pela criança (PINHEIRO, 1898, p.28). Os meninos e jovens adeptos desta forma de amor mórbido, especialmente quando encontrados nos internatos, são tidos como extremamente nocivos:

Na atmosphaera abafadiça dos educandarios de crianças qual devastadora praga nos campos floreados de mysticas rosas que imploram piedade bracejando para o firmamento azul, socava as ultimas particulas da innocencia do pequeno cidadão por forma a corromper-lhe o espirito e a materia o pedaphilismo; cujos meios prophylaticos quanto antes devem ser postos em circulação, para que a essencia angelical da moral pratica absorva as vibrações contaminosas dessa endemia pedaphilica que reprime asphyxiando a alegria e a felicidade do lar, da sociedade, da patria. Assim, procedendo de accordo com meios hygienicos, estreitamos as vias de propagação do mal e vivemos segundo os dictames de nossa razão que não deve ser accessivel ao [?], sobretudo em assumptos deste quilate, procurando comprehender o intimo das cousas e dilacerar os veos que obscurecem a vista da inteligencia (PINHEIRO, 1898, p. 28-9).

Vale ressaltar, neste trecho, a associação da homossexualidade com a ideia de um mal que deveria ser corrigido por meio das regras higiênicas, em concordância com os autores que o antecederam para salvar o “pequeno cidadão”. Aliás, esta referência ao estudante como um cidadão é relevante porque a alfabetização era considerada o caminho para a participação na política nos termos da constituição de 1891, à qual em seu artigo 70, proibia o alistamento eleitoral de mendigos, religiosos, praças de pré<sup>78</sup>, e analfabetos (CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891, sem paginação). Portanto, novamente, a homossexualidade é capturada pela medicina como um risco para a reprodução da elite nacional que participava da política e tinha seus projetos de nação profundamente excludentes. Mas existem outros aspectos dignos de análise na tese de Pinheiro:

Nas crianças o pedaphilismo e o onanismo constituem duas fontes fecundas de

---

<sup>78</sup> Praça de pré: soldado (Pinto, 1832, sem paginação).

degeneração psychica e os internatos são logares onde assustadoramente se espande essa degeneração. Agravado pelo communismo unisexual, pelo sedentarismo, pela crise perigosa dos primeiros signaes prodromicos da evolução dos órgãos sexuas o amor entre crianças firmado precisamente em factos de observação que podemos reunir em numero de trinta, deve constituir uma modalidade de aberração genital a par do androphilismo, do qual destingue-se pelo character dominante nesta phase da vida, em que avista-se a fronteira indecisa entre amizade e o amor.

Mãe da depravação – a promiscuidade, favorecendo nos collegios, lyceus, pensões, etc., o desenvolvimento de fócios de infecção e de contagio do Pedaphilismo e da Cheiromania solitaria ou mutua - a promiscuidade é um dos principais factores de degeneração social [...] (PINHEIRO, 1898, p. 29-30)

O autor qualifica, aqui, a homossexualidade como um fator de degeneração social extremamente perigoso pelo poder de propagação. É uma doença transmissível hereditariamente, congênita, que emerge quando potencializada por condições como a convivência de um único sexo no seio dos colégios, amizades insidiosas, sedentarismo, etc. Mas que também se poderia adquirir por imoralidade, pela busca de excessos sexuais. Características que as casas de homem efetivamente possuiriam, como já referido acima, onde paradoxalmente se aprendia com outros rapazes a sexualidade, e se abomina a possibilidade do erotismo e do afeto entre eles (WELZER-LANG, 2001, p. 462-3). A profilaxia do androphilismo e do pedaphilismo – da homossexualidade – nos colégios seria a mesma. Em primeiro lugar, a adoção de exercícios físicos intensos, que levariam ao cansaço muscular de maneira a deslocar a atenção das vítimas (PINHEIRO, 1898, p. 176-7). Igualmente, evitar ou vigiar cuidadosamente os ambientes propiciadores, como os quartéis, os seminários e os internatos. Leituras pornográficas também deveriam ser evitadas (PINHEIRO, 1898, p. 180-187). Mas o melhor tratamento era um só: impedir que estes sujeitos se reproduzissem (PINHEIRO, 1898, p. 178).

Mal do internato, horror que era encontrado na vida dos colégios, a homossexualidade deveria ser impedida de florescer a qualquer custo. Os médicos eram os mais habilitados a impedir esta propagação. Mas uma pergunta precisa, ainda, ser feita. Como eram vividas essas regras limitadoras por parte dos estudantes, das vítimas do processo de captura do prazer? Um romance que pode oferecer caminhos para dar resposta a ela. É *O Ateneu*, obra magna de Raul Pompeia, escrito em 1888. O livro retrata o cotidiano de Sérgio, jovem estudante que vai estudar no internato homônimo e “encontra o mundo” naquilo que há de mais belo e horrendo, nas palavras do autor (POMPEIA, 2005, p. 39-40).

É preciso ressaltar que as relações homossexuais pululam na vida dos internos do Ateneu. O decoro pessoal era objeto até de negociação – em troca dele se obtinham selos para coleção, cigarros, doces, e mesmo outras benesses (POMPEIA, 2005, p. 173). As relações

entre os mancebos eram vividas dentro de normas de gênero. Os meninos eram divididos entre protetores, dotados de atributos masculinos, inclusive do ponto de vista da aparência física, e os protegidos, femininos, passivos, com uma natureza inconstante (POMPEIA, 2005, p. 81; TAVARES, 2012, p. 92-93). Essas relações afetivas, vividas do ponto de vista de uma organização binária da sexualidade e dos papéis atribuídos a cada um dos parceiros fica bem expressa em dois casos retratados com mais detalhes na obra. Primeiro, quando Aristarco, o dono e diretor do Ateneu, encontra uma carta de amor de dois estudantes, realiza uma espécie de processo micropenal público, humilhando Cândido/D. Candida, rapaz loiro e com modos de mulher, e quase obrigando-o a se retirar da escola (POMPEIA, 2014, p. 207-217)<sup>79</sup>.

Da mesma maneira, Sérgio e Bento Alves desenvolvem uma relação afetiva extremamente intensa, que é organizada pelo autor em termos de gênero. Sérgio, menor, mais jovem e fraco ocupa o polo feminino – e passivo – da relação. Bento Alves, maior, mais velho, forte, bravo, ocupa o polo masculino. O repertório mobilizado para dar significado ao relacionamento era o mesmo das relações heterossexuais, no qual Sérgio está numa posição hierarquicamente inferior em comparação com o outro, dominado, submisso (WELZER-LANG, 2001, p. 465). Como exemplos desse repertório de gênero, temos a corte que Bento Alves realiza para conquistar Sérgio, a qual remete a atos que um cavalheiro deveria levar á cabo para conquistar uma dama. A certa altura, Sérgio refere a si mesmo como “namorada” de Alves, ao perguntar como deveria reagir uma diante de flores recebidas (POMPEIA, 2005, p. 167 e 209). Eis aqui, no comportamento “efeminado” de Sérgio, aquele universo de práticas alternativas que a construção da masculinidade em termos institucionais e sociais tenta ilidir, mas que terminam por acontecer em função das próprias condições em que essa forjadura ocorre – um universo monossexual no qual o despertar do desejo está acontecendo. Pompeia se refere à relação entre o protagonista e o estudante gaúcho como uma amizade, talvez para tentar uma saída em que se pudesse conciliar os imperativos de uma masculinidade hegemônica, que busca se impor sobre configurações alternativas, e o incontestável desejo de Sérgio:

A amizade do Bento Alves por mim e a que nutri por ele me fez pensar que, mesmo sem o caráter de abatimento que sempre indignava ao Rabelo, certa efeminação pode existir como um período de constituição moral. Estimei-o femininamente porque era

---

<sup>79</sup> Mas a expulsão não ocorre. Afinal, Aristarco é acima de tudo um homem de negócios, sempre ponderando que o número de estudantes que se formam é maior que os recém-chegados, o que causava problemas no fluxo de receitas (POMPEIA, 2005, p. 214). Esse é um ponto significativo: o temor da punição. A encenação ritualizada do processo talvez seja ainda mais efetiva no inculcamento de condutas apropriadas do que a punição. Por certo, para Aristarco, era o caminho mais lucrativo.

grande, forte, bravo; porque me podia valer; porque me respeitava, quase tímido, como se não tivesse ânimo de ser amigo (POMPEIA, 2014, p. 149).

Esse trecho revela algo do desejo que Sérgio ocultava a em relação à virilidade corpórea de Bento Alves, bem como a defesa desses namoros entre alunos como etapa da formação pela qual era preciso passar. Não era uma fórmula palatável para o público da época, como o autor do livro veio a comprovar. Em 1890, o Estado de S. Paulo se referia a ele como “esquisito novelista do Ateneu” (MISKOLCI E BALIEIRO, 2011, p. 82). Raul Pompeia morreu cedo, aos trinta e dois anos, de suicídio. No mês anterior a sua morte, havia sofrido um bombardeio severo na imprensa, no qual a sua sexualidade havia sido colocada em jogo. Na carta de despedida, declara ao jornal difamador que era um homem de honra. Pompeia era, também objeto de escárnio no grupo de amigos que frequentava. A razão das zombarias era o fato de nunca ter se envolvido com mulheres (MISKOLCI & BALIEIRO, 2011, p. 43-4 e 84-5).

Ora, essas informações servem para pensar o quanto a crônica de saudades que era o Ateneu retratava as lembranças dolorosas ou, ao menos, os amores desviantes que poderiam ter lugar no internato. Por ter vivido isto, o Sérgio de Raul Pompeia paga um preço muito alto. Por exemplo, quando acontece o afastamento brusco de Bento Alves, sem explicação prévia mas, provavelmente, devido ao processo do outro casal, que havia alarmado seriamente o estudante gaúcho e seu amado devido à possibilidade de expulsão:

Durante os primeiros dias do ano, poucos alunos chegados, ficávamos horas inteiras em companhia. Trouxera-me um presente de livros, com dedicatória a cores de bela caligrafia, inscrita em rosas entrelaçadas de cromo. Recordo-me também de um dulcíssimo cofre dourado de partilhas e outras ridicularias de amabilidade que me oferecia, passado de vergonha pela insignificância do obséquio. Confusamente ocorria-me a lembrança do meu papelzinho de namorada faz-de-conta, e eu levava a seriedade cênica a ponto de galanteá-lo, ocupando-me com o laço da gravata dele, com a mecha de cabelo que lhe fazia cócega aos olhos; soprava-lhe ao ouvido segredos indistintos para vê-lo rir, desesperado de não perceber. Uma das irmãs casara no Rio Grande; ele mostrou-me o retrato do noivo, um par de bigodes negros descaídos, com a noiva, um rosto oval correto e paro, o turbilhão nevoento dos véus. Deu-me um botão de flor de laranjeira que tinham remetido. Andavam assim as coisas, em pé de serenidade, quando ocorreu a mais espantosa mudança. Não sei que diabo de expressão notei-lhe no semblante, de ordinário tão bom. Desvairamento completo. Apenas me reconheceu, atirou-se como fizera Rômulo e igualmente brutal. Rolamos ao fundo escuro do vão da escada. Derrubado, contundido, espancado, não descurei da defesa. Entrevi na meia obscuridade do recanto um grande sapato embolorado. Lutando na poeira, sob o joelho esmagador do assaltante, ataquei-lhe a cabeça, a cara, a boca, a formidáveis golpes de tacão, apurando a energia de sola ferrada com a onipotência dos extremos. Bento Alves deixou-me bruscamente (POMPEIA, 2005, p. 209).

Em seu próximo interesse afetivo, Sérgio não foi a parte passiva da relação, mas sim

ativa, inclusive desempenhando um papel de protetor de Egbert. Na obra, essa mudança antecede por pouco a passagem do protagonista ao chalé dos rapazes mais velhos – onde ainda seria referido como Sérgio do Alves – e o desenvolvimento do interesse afetivo (platônico!) pela esposa do diretor (2005, p. 218-9, 226-7 e 237). Em certa medida, isso cumpre as etapas de Sérgio em direção a construção da masculinidade: submetido aos mais velhos e mais fortes – Sanches, Bento Alves – e, depois, conjurando o medo e a questionamentos de afetos desviantes por assumir o polo ativo, mais honrado em relação ao anterior – Egbert – até, por fim, desenvolver o sentimento natural para um homem – D. Ema (WELZER-LANG, 2001, p. 464)

Raul Pompeia era ex-aluno de um internato, o Colégio Abílio da Corte, instituição criada pelo Barão de Macaúbas, médico, político, pedagogo e aristocrata<sup>80</sup>. Este último também havia fundado, vários anos antes, na Bahia, o Ginásio Baiano, pelo qual passaram no século XIX figuras como Ruy Barbosa e Castro Alves. Ora, as práticas higiênicas do ponto de vista moral, propostas por Aristarco e vividas por Sérgio, ecoam as medidas propostas pelos médicos brasileiros e adotadas pelos pedagogos da época na medida das possibilidades. Provavelmente, eram aplicadas nas duas instituições do Barão de Macaúbas. Dentro desta chave, para os sujeitos desviantes ou não, os amores entre pessoas do mesmo sexo eram uma possibilidade tangível. Quer vivessem ou não estas relações, rejeitar ou aceitar estes afetos eram parte do aprendizado da masculinidade pelos estudantes e futuros cidadãos.

Há um lado profundamente trágico nessas casas de homens, já que ali também se aprendia a conter a emoção e as lágrimas (WEZLER-LANG, 2001, p. 463). Os condicionamentos criam os silêncios eloquentes, marcados pela solidão e pela disputa amarga com outros homens, gerando dores severas em sentido físico e psicológico, que não podem ser compartilhadas facilmente ou demonstradas impunemente; apenas práticas viris, que correspondem ao modelo, são compartilháveis no colégio. A manifestação da dor não é viril, mas sim feminil e vivida no isolamento, confessada por Sérgio ao leitor, aos mortos – a uma prima falecida, que havia dado a ele uma imagem de St<sup>a</sup> Rosália, e ao falecido amigo endiabrado Franco – e a Deus, no cromo da santa que o protagonista vivia enfeitando com flores do jardim. O mais incorre em penas terríveis. O próprio Sérgio expressa, em um determinado ponto da obra, o ressentimento, pesar e hipocrisia que este excesso de vigilância e as ferramentas para driblá-lo terminavam causando naqueles que deveria cuidar:

---

<sup>80</sup> Abílio César Borges (1824-1891), primeiro e único Barão de Macaúbas, médico, político e pedagogo baiano.

Vestia-se ali de pureza a malícia corruptora, a ambição grosseira, a intriga, a bajulação, a covardia, a inveja, a sensualidade brejeira das caricaturas eróticas, a desconfiança selvagem da incapacidade, a emulação deprimida do despeito, a impotência, o colégio, barbaria de humanidade incipiente, sob o fetichismo do Mestre, confederação de instintos em evidência, paixões, fraquezas, vergonhas, que a sociedade exagera e complica em proporção de escala, respeitando o tipo embrionário, caracterizando a hora presente, tão desagradável para nós, que só vemos azul o passado, porque é ilusão e distância (POMPEIA, 2014, p. 189-190).

Para aqueles que viviam estas relações, as normas de higiene e os processos de punições representadas pela disposição do edifício, pelos censores da moralidade, pela vigilância dos colegas, pela dramatização destas práticas como excrescências, etc., eram muito piores do que os relacionamentos em si mesmos. Elas constituíam as demandas da virilidade, que tanto teriam influenciado na própria morte de Raul Pompeia (MISKOLCI e BALIEIRO, 2011, p. 81), e no sofrimento de muitos outros sujeitos ao longo do século XIX. Mas isto será explorado em detalhe no próximo capítulo.

Vale ressaltar, por fim, que não estou afirmando que essas relações, quer homossexuais quer de outra natureza, eram sempre estabelecidas com base no consentimento e afeto mútuo. Sérgio, que estava perfeitamente feliz com o relacionamento com Bento Alves e ainda mais com Egbert, é iniciado neste universo de maneira violenta pouco antes, com o Sanches, que o ameaçou de afogar e, rompida a relação de afeto, o agrediu por diversas vezes (POMPEIA, 2005, p. 81-2 e 88-9). Esse caráter de violência na imposição de uma relação homoerótica e na derrocada da resistência também era parte do processo de afirmação da masculinidade. Como lembra Miriam Pillar Grossi, o ingresso no grêmio dos homens era repleto de ritos próprios, baseados na violência e na capacidade de suportar o sofrimento daí advindo, inclusive conjurando o mal, no futuro, pela imposição da mesma situação de passividade e dependência a outros – a sexualidade masculina, predadora, podia se permitir essa extrapolção desde que objetificando o polo passivo e feminino ou efeminado da relação (GROSSI, 2005, p. 7 e 9). No caso de Sérgio, temos a relação de amizade com o jovem e loiro Egbert, relação na qual o protagonista adota um papel másculo e dominador (POMPEIA, 2005, p. 217-227). Em suma: Homem não tece dor (BENTO, 2015, p. 108-9) – mas desconta nos outros as dores passadas.

### **Considerações Finais**

Até que ponto estas instruções higiênicas eram aplicadas em relação a sexualidade dos

colegiais? Não seria, com efeito, um exagero, e a escola higiênica uma realidade meramente encontrada nas teses médicas das duas universidades brasileiras, nos romances do período, nos dicionários de medicina popular, nos jornais? Em pelo menos um caso que teve lugar na Bahia, desde 1900, estas instruções foram parcialmente seguidas. Neste ano foi fundado o Liceu Salesiano do Salvador no bairro de Nazaré, depois de uma mobilização da sociedade baiana capitaneada por figuras de prestígio, como Amélia Rodrigues. A localização do colégio era, do ponto de vista dos autores tratados acima, ideal: um bairro alto, relativamente próximo das freguesias mais centrais da capital, mas distante de emanções miasmáticas, uma chácara bem arborizada com árvores frutíferas e longe de águas estagnadas. A reforma e instalação dos primeiros padres demorou, e houve interrupções longas da reforma das instalações do colégio. Os primeiros internos são cinco vítimas da guerra de Canudos que, uma vez na capital, ficariam sob proteção dos Salesianos para aprenderem um ofício. Já em 1901 seu número chegou a setenta matriculados (LICEU SALESIANO DO SALVADOR, 2000, p.11-17 e 37-8).

**Figura 7** – Casarão adquirido para o Liceu Salesiano no bairro de Nazaré. Afastado do centro, numa chácara com muitos jardins, árvores frutíferas.



A princípio, foi uma escola em regime de internato para meninos desvalidos, que recebiam, ao lado do ensino regular, educação profissionalizante. As fotos, nesse sentido, são reveladoras. Em 1920, a maioria dos alunos numa sala de costura é negra. O local tinha alguns elementos sugeridos pelas teses supracitadas, como iluminação e mobília individual. Mas a sala é apertada (LICEU SALESIANO DO SALVADOR, 2000, p. 32-40). O casarão original foi reformado, e no começo do século XX já obedecia às normas atinentes à higiene própria de uma escola, sobretudo de um internato. Ainda nessa década, o Salesiano vai se converter em um dos colégios frequentados por setores abastados da Bahia e até mesmo de outros estados. Dentro das possibilidades, as regras de higiene foram aplicadas ali.

**Figura 8** – Sala de costura do Liceu na década de 1920.



Fonte: LICEU SALESIANO DO SALVADOR, 2000, p. 40.

A figura 08 está datada de um período posterior ao tratado na dissertação. Porém, ela pode ser útil para o estudo aqui realizado porque guarda indícios de uma concepção de escola proposta durante o século XIX e analisada nas páginas anteriores. Como o olhar dos meninos para a câmera evidencia, trata-se de uma foto posada. Representa-se, com ela, um ideal de disciplina e de ordem direcionadas ao trabalho. Eles estão devidamente uniformizados e provavelmente silenciosos. Há que se ter concentração, desempenhar o gesto útil, ordeiro, que é cuidadosamente vigiado. O padre que permanece em pé exerce o papel de censor dos comportamentos. Nada deveria escapar, idealmente, ao seu controle; até mesmo o trabalho dos professores – um deles se inclina diante de um dos discípulos – deveria ser fiscalizado, pois essa relação também poderia tornar-se nociva para o ensino.

Nesse retrato austero, não parece haver lugar para a alegria e os folguedos que, nos dias atuais, parecem tão próprios da infância. Os meninos parecem sérios, compenetrados – pelo trabalho ou pela pose, não o sabemos. Alguns parecem, até mesmo, amedrontados. Nesse retrato da infância disciplinada, a ética do trabalho e da educação estão associadas, para criar sujeitos plenamente higienizados, úteis, docilizados. Ainda que os atingidos por esse processo tenham sido poucos, é possível, a partir deste retrato, discernir o imaginário de ordem que a sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX aspirava poder aplicar para sanar os males oriundos do ócio, da ausência de instruções morais, do passado escravo e colonial que era preciso abandonar em nome de um novo projeto de nação.

Ora, esses riscos também afetavam, diretamente, a sexualidade. Formar um desejo sexual sadio era parte do objetivo da escola. A homossexualidade, o onanismo, as leituras inadequadas eram objetos da reflexão da higiene escolar bem estabelecidos. Havia, é claro, nuances nesse tratamento. O raciocínio desses médicos estaria especialmente atento quando os riscos para a formação dos pequenos cidadãos, dos filhos-famílias, eram mais evidentes. Aqueles destinados a funções subalternas da sociedade passavam por outro conjunto de pressupostos, mais relacionado ao campo médico-criminal. Afinal, as práticas eróticas com pessoas do mesmo sexo também eram objeto de preocupação social fora deste espaço ordenado e seguro que o colégio higiênico deveria ser; em verdade, as duas maneiras de conhecer a sexualidade estavam articuladas:

Redescrita como atentado à biologia e à moral, a homossexualidade deveria ser absolutamente controlada no interior do colégio e fora dele. No exterior, sob o signo da repressão, posto que os praticantes eram representados na condição de

delinquentes. No interior, sob o signo da prevenção, que se daria por intermédio de uma vigilância cuidadosa e continuada, de modo a bem formar moralmente os indivíduos, ajustando-os à ordem biológica (GONDRA, 2004, p. 447).

Para os homossexuais, especialmente os das classes subalternas, a reflexão deveria ser desenvolvida no terreno da medicina legal, quando os “debochados” que falavam sem pudor de suas práticas sexuais desviantes (PINHEIRO, 1898, p. 165 e 208) seriam punidos com a força da lei e estudados como degenerados congênitos além de toda a salvação. Mas esta é outra história.

## CAPÍTULO 04 – Higiene e Medicina legal: 1890-1900

O Traviata tinha o andar típico dos uranistas, tal como o encontramos descripto nos especialistas: requebra-se todo nas cadeiras, caminhava derreado, com as nadeças estufadas para traz (sic): de vez em quando dava uns saltinhos que elle fazia preceder de alguns passos mais curtos, em que os joelhos ficavam exageradamente curvados semelhando assim perfeitamente o caminhar da mulher (PIRES DE ALMEIDA, 1902, p. 361).

O final do século XIX foi um período de intensa discussão a respeito de lugares para sujeitos de diferentes raças, gêneros e classes no corpo da nação. Os textos literários e políticos do período vão encampar, sobretudo, ideais racistas como caminho para o desenvolvimento nacional em moldes europeus, modelo que teria um lugar de proa reservado para as elites intelectuais e políticas do país. Se havia algum dissenso do ponto de vista dos projetos mais efetivos para alcançar aquele objetivo, imperava um consenso sobre quem deveria usufruir da maior parte das benesses oriundas dessas mudanças, e quem deveria trabalhar para garanti-las.

A consagração da diferença em detrimento da desigualdade foi o primeiro passo dessa estratégia de manutenção de privilégios. Os dois termos podem parecer sinônimos, mas não são. A desigualdade pressupõe uma unidade fundamental da humanidade e variações do ponto de vista da cultura, sobretudo da cultura material de diferentes povos e nações (NINA RODRIGUES, 1894, p. 30-32; SCHWARCZ, 2014). É uma percepção iluminista, expressa nos códigos burgueses do começo do século XIX, profundamente influenciados pelas ideias de Rousseau e de Locke a respeito do contratualismo. Por outro lado:

Já o conceito de diferença levaria à sugestão de que existiriam espécies humanas ontologicamente diversas, as quais não compartilhariam de uma única linha de desenvolvimento. As diferenças observadas na humanidade seriam, portanto, definitivas e irreparáveis, transformando-se a igualdade em um problema ilusório (SCHWARCZ, 2014, p. 81).

Nas teses já tratadas, esse movimento pode ser percebido no trabalho de José Lopes Patury. Marinonio de Freitas Britto acreditava na unidade fundamental do gênero humano, fazendo da libertinagem um hábito negativo compartilhado por civilizações corruptas, inclusive europeias. Não é demais lembrar que as duas teses que se propuseram a refutar o poligenismo na Faculdade de Medicina da Bahia, a de Claudemiro Caldas, *As raças humanas provieram d'uma só origem?* (1868) e Eugenio Rebello, *As raças humana descendem de uma só origem?* (1869) também assumem a unidade fundamental do gênero humano, tal como as teses sobre educação que foram sustentadas nos anos 1880, estudadas no capítulo anterior.

Patury assume uma posição diferente. O aperfeiçoamento das raças é o mote deste autor para garantir a viabilidade da nação brasileira, e a educação deveria ser parte desse método. Sendo a sociedade formada por organismos heterogêneos, a instrução pública seria o que permitiria a colagem dos diferentes sujeitos, conquanto baseada nas “leys physiologicas e moraes da cultura das raças” (PATURY, 1898, p. 5). Logo, ela deveria ser diferente conforme a raça do sujeito.

Os teóricos brasileiros beberam das teorias racistas adaptando-as às necessidades nacionais. Se por um lado foi consagrada uma percepção de que haviam raças diferentes, biologicamente mais habilitadas ou não para a adaptação social, bem como para o exercício de certas funções na sociedade e/ou para participar ou não do processo político (NINA RODRIGUES, 1894, p. 34), por outro lado a mestiçagem, para uma parte dos teóricos brasileiros no começo do século XX, foi elevada à condição de salvamento e melhora da raça. Ao lado do fundo biológico e quase determinista das diferenças hierárquicas das raças, eles incorporam um sentido evolucionista do darwinismo que viabilizaria uma nação miscigenada (SCHWARCZ, 2014, p. 84-86).

A medicina legal foi um dos campos mais permeáveis a discussões sobre raça, cidadania e biologia. Para os médicos baianos da época, por exemplo, o cruzamento de raças explicava a relação entre criminalidade e degeneração (SCHWARCZ, 2014, p. 249). A população pobre se tornou, pois, laboratório humano para a análise dos médicos baianos, suas mazelas e condições de vida considerados sintomas de uma inferioridade física e moral e indícios de problemas futuros para o Brasil:

Era por meio da medicina legal e do saber médico que se comprovava a especificidade da situação ou as possibilidades de “uma sciencia brasileira” que se detivesse nos casos de degeneração racial. Os exemplos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade, passando a comprovar os modelos darwinistas sociais em sua condenação do cruzamento em seu alerta à “imperfeições de hereditariedade mista” que levava ao enfraquecimento da raça – sinistra originalidade nacional” (FLORES, 2001, p. 63).

O método da medicina legal se assemelhava ao da higiene pelo cuidado, pelo detalhamento. A mínima cicatriz, o mínimo jeito de corpo pode expressar o estigma da degenerescência – verdadeira “marca de Caim” que separaria os normais dos anormais (COSTA, 1997, p. 28-31). Assim, era preciso atentar mais para o criminoso do que para o crime, para a sua psicologia e sua biologia, fatores que a higiene considerava importantes, mas não tanto quanto a medicina legal (SCHWARCZ, 2014, p. 274). As duas possuem um

princípio de ação antecipatório que, no plano ideal, formaria a defesa da sociedade contra os anormais. Mas os campos de ação são diferentes. A higiene, como vimos nos capítulos anteriores, tinha penetração junto às famílias e aos colégios. Já os médicos especialistas em medicina legal atuavam principalmente como peritos junto aos tribunais. As instituições punitivas, policiais e expurgadoras eram permeáveis aos estudos antropológicos, médicos e jurídicos desses especialistas.

Até este momento, era sobretudo a higiene que havia se ocupado de práticas sexuais divergentes, inclusive homossexuais, ao lado de referências em teses sobre saúde mental. Mas deste período em diante a medicina legal vai se constituir como campo privilegiado para articular um discurso sobre os homossexuais. É claro que este processo não se organiza com um campo se constituindo em detrimento do outro. A higiene, mesmo depois do começo do século XX vai continuar se ocupando desta temática (TAVARES, 2012, *passim*), e a medicina legal vai se ocupar e, mesmo, privilegiar outros corpos desviantes, que por uma constituição biológica inferior estariam predispostos a condutas criminosas:

Em que pese o viés racial permanecer como o fio dessa escrita, não nos esqueçamos que o tecido social é inconsútil, o que impele a não perder de vista outras especificidades, não raro iluminadoras deste saber e prática médico-legais: a geografia criminal, a abordagem diferenciada quanto ao gênero, o discurso em tomo dos marginalizados (menores, homossexuais, toxicômanos e loucos). Nesta parte final, movemo-nos mais do que nunca em campos de tensões: entre os médicos e os juristas, cujos espaços de atuação se interpenetram continuamente; entre os peritos e o Estado, quanto à (nem sempre pacífica) definição do destino dos réus; enfim, entre o aparato jurídico-repressor e a realidade social, cuja equação não se resolve com meras fórmulas de responsabilidade penal ou degeneração (COSTA, 1997, p. 16).

É a partir daí que a homossexualidade, do ponto de vista médico, começa a se dissociar do campo frouxo das “práticas viciosas” para se articular enquanto uma doença provida de características específicas. O homossexual será dotado de um passado, de estigmas corpóreos que o denunciam como tal, de uma história e de um destino (FOUCAULT, 2001, p. 44). Para os peritos médico-legais, trata-se de usar um critério biológico para emitir um parecer sobre a responsabilidade dos envolvidos em determinados crimes, inclusive elegendo como prática viciosa o erotismo entre homens (COSTA, 1997, p. 14). Criou-se, para isso, um novo tipo de exame do corpo e da psicologia dos desviantes, adequado aos objetivos da medicina legal de interrogar o criminoso a todo o custo, estabelecendo a verdade que se expressava por meio de tantos estigmas (COSTA, 1997, p. 15-6). A homossexualidade foi apropriada em certos momentos como marca de uma anormalidade que separava os desviantes dos outros seres humanos, demandando sua punição ou internação, e em outros

como uma nódoa que sinalizava a tendência do indivíduo à criminalidade. Consequentemente, artigos, ensaios e conferências foram dedicadas a debater o papel pernicioso das “inversões sexuais” e os procedimentos para lidar com esse mal, em paralelo com trabalhos que identificavam a pederastia como um dos indícios do comportamento dos criminosos, um estigma de degeneração (NINA RODRIGUES, 1894, p. 200).

O nível de detalhamento das teses que serão analisadas em seguida pode ser percebido por meio de outro trabalho, datado dos anos 1880. Trata-se da obra intitulada *Corpos estranhos no recto e seu tratamento*, da autoria de Manoel Frederico Affonso de Carvalho (1882), na qual é possível encontrar uma orientação sobre o interrogatório a ser conduzido pelo esculápio para obter o correto diagnóstico. O procedimento tinha como elemento fundamental a desconfiança que o médico deveria ter em relação ao paciente para chegar ao âmago da verdade. Mas vamos analisar mais vagarosamente a tese para compreender esse processo. A obra tem dimensões típicas dos trabalhos da época, contando com pouco mais de quarenta páginas. Entretanto, diferentemente dos autores sobre libertinagem e celibato, o grau de preocupação com detalhes anatômicos (não com fatores ambientais ou estatísticos) que o autor apresenta é notável. Ganham destaque as dimensões, peso, relação com outros órgãos e os problemas patológicos específicos de cada porção do reto e procedimentos para saná-los, embora sem perder a tonalidade moralizante; afinal seu autor lembra que: “[...] a causa dos corpos estranhos propriamente ditos é variável; é assim que são observados casos em que os corpos estranhos são introduzidos á força, com o fim de vingança, por supplicio e por depravação” (CARVALHO, 1882, p. 21). Mas a parte mais significativa da tese para este trabalho é a listagem de episódios notáveis envolvendo este hábito negativo, organizada em dois grupos. O primeiro, que sofre o uso de corpos estranhos como forma de tortura e o segundo, que usa desta prática como maneira de obter prazer sexual. Carvalho lembrou o suplício do rei inglês Eduardo II, que teve um ferro em brasa introduzido no ânus, como exemplo do primeiro grupo – muito embora ele próprio fosse um sodomita notório (HAMILTON, 1990, sem paginação). Nos outros casos, o autor lamentava que a frequência em orgias e/ou uma rotina de hábitos ignóbeis poderia gerar inflamações e até mesmo condições físicas que impediriam a retirada de objetos mesmo quando o médico era chamado a tempo para poder atender à necessidade dos pacientes. Vale ressaltar, dentre os casos citados pelo autor, um deles em especial: o de certo indivíduo dado a práticas da pederastia passiva, que foi levado ao médico por duas vezes devido à dificuldade em retirar objetos inseridos no

ânus. Da segunda vez, devido ao rompimento do silíaco, o médico nada pôde fazer e o paciente morreu. Estes dois casos, do rei sodomita Eduardo II e do pederasta passivo reincidente são os únicos que teriam resultado em morte, entre os vários mencionados na tese.

Ao longo do trabalho, a grande diferença entre Carvalho e os autores de dois trabalhos com a mesma temática – o de C. G. Deheney, *Fissuras no anus ou ulceras dolorosas no recto*, datado de 1864, e o de Domingos Alves Requião, *Objectos estranhos no recto e no anus*, também de 1882 –, está na atenção em relação ao pederasta enquanto sujeito das práticas desviantes que comprometiam a saúde de forma específica. Carvalho desenvolve uma estratégia de interpelação do problema, calcada na atitude de desconfiança durante o interrogatório (note-se, não é uma consulta, é uma inquirição), para saber o contexto no qual teria ocorrido a inserção do objeto. Caberia ao médico assumir uma espécie de presunção de culpa ao questionar o paciente, inclusive disfarçando eventuais suspeitas de hábitos torpes que o doente poderia ter contraído: “Quando fazemos o interrogatorio devemos dissimular todas as desconfianças que tivermos sobre os habitos torpes do individuo, para d'este modo chegarmos ao conhecimento exacto da natureza e do modo porque foi o corpo estranho introduzido” (CARVALHO, 1882, p. 28).

Eis um novo procedimento para obter a aproximação com a verdade que a medicina da época começava a esboçar, marcando claramente a postura que o médico deveria adotar no processo de escuta do paciente, destinada mais a saber a verdade sobre aqueles hábitos torpes e menos a curar — dado que o exame clínico longamente explicitado por Carvalho forneceria maiores detalhes do que qualquer eventual resposta recebida no interrogatório. Em certa medida, acredito que o objetivo desta vontade de verdade contida na fórmula citada era criar as condições nas quais o prazer ilícito entre dois homens podia ser absorvido pela sociedade. Para tal é preciso quase trair a eventual confiança do paciente em seu médico por meio de um segundo olhar, moralizante e desconfiado diante de uma prática aberrante e perigosa, que poderia levar à morte. A fala do paciente sobre os seus prazeres não é autônoma nem sequer pode ser percebida ou acolhida sem a cortina do olhar médico. Tal como Foucault apontou ao tratar da escuta e normatização do louco pela psiquiatria no século XIX, trata-se de perceber que, longe de ser livre, a prestação de ouvido do médico era realizada com o objetivo manifesto de manter a cesura entre normalidade e anormalidade, garantindo, assim, a defesa da sociedade contra os anormais (FOUCAULT, 2013, p. 13). Este raciocínio pode ser aplicado também para compreender a organização e captura dos enunciados sobre a homossexualidade,

datados do século XIX, sobretudo para o período mais nebuloso quando o erotismo entre homens era mais uma conduta anti-higiênica do que uma doença bem estabelecida, dotada de causas, sintomas, terapêutica, etc. Assim, o procedimento de escuta desconfiada na etapa do diagnóstico, aliado ao exame minucioso, tem uma função de manter um discurso no qual a homossexualidade é uma prática anti-higiênica a qual era indispensável combater. Por outro lado, ela também será apropriada pela medicina legal como parte da estratégia dos peritos para afirmar se os sujeitos eram, realmente, homossexuais, como veremos abaixo. A tese de Domingos Firmino Pinheiro, intitulada *O Androphilismo*, é o melhor exemplo desta atitude: Como era difícil fazer os androphilistas falarem de seus desejos e afetos desviantes, era preciso que o médico mantivesse uma postura grave e sem afetação, além de declarar, se necessário, a inocência do doente, ele também vítima de um estado mórbido perfeitamente curável (PINHEIRO, 1898, p. 165-6). Como veremos abaixo, a questão não era tão simples assim.

No capítulo que segue, intento evidenciar como a homossexualidade, sob a égide da medicina legal, vai se constituir como uma patologia própria. Para isso, esboçarei muito brevemente, um quadro da medicina legal na Bahia do século XIX, destacando a figura de Raymundo Nina Rodrigues. Lente catedrático da cadeira de Medicina Legal até sua morte, em 1906, ele foi professor dos médicos que serão estudados abaixo e forneceu parte dos conceitos e métodos que foram usados nos trabalhos para interrogar o corpo dos homossexuais com vistas a estabelecer uma verdade sobre eles. Em seguida, analisarei dois estudos sobre a homossexualidade que propõem terminologias para as relações erótico-afetivas entre homens, tipologias, tratamentos médicos-legais e terapêuticas. Por fim, vou analisar o processo de punição médico-legal dos homossexuais, os casos em que poderia ou não ser aplicada e segundo que princípios de discurso médicos e jurídicos ela poderia ocorrer.

## **1 A Medicina Legal e a escola de Nina Rodrigues**

Nina Rodrigues é considerado figura de proa para a medicina brasileira e, sobretudo, baiana. Sua influência foi duradoura, e aparecia como um interlocutor privilegiado para interpretar a sociedade brasileira dentro e fora do país. Professor da Faculdade de Medicina da Bahia desde 1889, assumiu em 1891 a cadeira de Medicina Legal, primeiro como substituto e depois, em 1895, como proprietário devido a aposentadoria de Virgílio Clímaco Damásio.

Formou Afrânio Peixoto e Juliano Moreira, dois dos mais influentes médicos da primeira metade do século XX, respectivamente nos campos da medicina legal e psiquiatria.

Nina Rodrigues foi, também, um dos docentes mais polêmicos da instituição. Sua Memória Histórica, escrita em 1897, foi rejeitada pela congregação em função das pesadas críticas que dirigiu ao ensino médico na época, especialmente às condições da instituição na qual lecionava. Publicou artigos na *Gazeta Médica da Bahia*, no *Brazil-Médico*, e mesmo em periódicos estrangeiros. Desde o começo da década de 1890, pelo menos, o médico maranhense usou o termo raça como uma categoria útil para análise científica da realidade nacional. Num artigo onde estuda as diferentes predisposições para o glaucoma de indivíduos brancos, negros e índios, mestiços, etc., Rodrigues defende a necessidade de um quadro morfológico que pudesse relacionar os mestiços às linhagens raciais a que pertenciam. Apenas assim seria possível estabelecer em termos científicos e técnicos a verdade da predisposição natural dos descendentes de negros para o glaucoma (NINA RODRIGUES, 1890, p. 401-7). Também foi nesse artigo que Nina Rodrigues refere-se a dois conceitos que serão centrais para seus trabalhos futuros, e que revelam uma das suas principais filiações teóricas: herança e atavismo, formulados por Cesare Lombroso nos anos 1870 para pensar o contexto de uma Itália em processo de unificação.

Lilia Moritz Schwarcz propõe uma chave extremamente significativa para compreender o papel do médico maranhense: um leitor e tradutor do seu tempo, debatendo sobre a (in)viabilidade da nação brasileira (2006, p. 49-50). Pessimista sobre o Brasil numa época em que havia um ceticismo generalizado sobre a possibilidade de uma nação mestiça e com tamanho número de ex-escravos, Nina Rodrigues e seus continuadores estabeleceram alguns dos princípios de atuação dos peritos do Estado e das polícias seguidos até os dias de hoje, que têm como alvos os sujeitos desviantes da norma, sobretudo mestiços e/ou egressos da escravidão – mas, também, homossexuais, mulheres, vadios, etc. Os conceitos e métodos propostos por este autor para a interpelação dos sujeitos anormais, portanto, são significativos para o estudo da homossexualidade capturada pela medicina no final do século XIX.

### **1.1 Teorias da degenerescência: Lombroso e o atavismo**

Lombroso foi extremamente influente entre acadêmicos brasileiros, especialmente os baianos. Mesmo num período em que o campo da medicina legal europeia colocava esse autor

numa posição de isolamento e descrédito, no Brasil a escola de criminologia italiana era uma referência teórica fundamental. Como lembra Iraneidson dos Santos Costa, no final do século XIX, autores italianos e alemães ganharam uma enorme popularidade entre pensadores nacionais porque a construção da unidade nacional pontuava os debates nos dois países (COSTA, 1997, p. 48-9). Para Cesare Lombroso<sup>81</sup>, médico graduado no norte industrial da Itália em 1858, a questão era fazer emergir uma nação do cadinho de povos da península, especialmente em razão do estado de atraso político, antropológico e social do sul agrário. Fascinado pelas condições étnicas e antropológicas das populações da Calábria, onde morou entre 1862 e 1863, e pelos problemas de higiene e criminalidade, o autor desenvolveu estudos em torno de uma tipologia que explicaria o crime como fruto da hereditariedade (COSTA, 1997, p. 51-3). Nesse sentido, apesar de não se referir diretamente a raça em seu trabalho salvo de maneira pontual e/ou analógica, Lombroso oferecia uma metodologia útil para resolver questões muito próprias do Brasil no pós-abolição:

Vistos sob este prisma, o Nordeste brasileiro do pós abolição e a Itália meridional do pós unificação começam lentamente a se aparentar: aqui, a perda da centralidade político administrativa (fazia mais de cem anos), aliada ao esvaziamento econômico progressivo, condenariam uma legião imensa de negros e mulatos, recém-libertos ou não, ao desemprego, ao ócio, à marginalidade; do outro lado do imenso oceano, o monopólio das decisões e a drenagem de recursos para o que viria a ser, dentro em pouco, um Norte industrializado e rico, oferecia poucas alternativas aos meridionais (COSTA, 1997, p.53-4).

Um dos conceitos mais importantes para Lombroso era o de criminoso nato. Fruto de suas observações de doentes e criminosos no sul da Itália, consistia numa espécie diferente dentro do gênero humano, para quem o delito estava ligado a um substrato orgânico. Assim, desde o nascimento o indivíduo possuiria uma tendência ao crime, e haveria elementos anatômicos, psicológicos, enfim, uma biologia que o distinguiria do resto da humanidade (COSTA, 1997, p. 62-3). O segundo conceito central no pensamento de Lombroso é o de atavismo, a reaparição de características de um ancestral inferior na escala da evolução, identificável por estigmas da degeneração – aspectos anômalos, sobretudo de ordem anatômica (COSTA, 1997, p. 64). O indivíduo, nesse caso, é quase uma decorrência dos atavismos e dos caracteres físicos e psíquicos de seus grupos de origem, aspecto que, como veremos, foi especialmente valorizado pelos autores brasileiros (SCHWARCZ, 2006, p. 49).

A produção de Nina Rodrigues foi profundamente influenciada pela de Lombroso, ao

---

<sup>81</sup> Cesare Lombroso (1835-1906), nascido em Verona e doutor pela Universidade de Pavia, Itália. Sua principal obra, *O homem delinquente* é de 1876, e conheceu muitas reedições até o final do século e mesmo depois

menos na década final do século XIX. Nos anos finais e no começo do século seguinte o médico maranhense iria se dedicar a uma abordagem mais atenta à psicologia como fonte de explicações úteis do que a caracteres antropométricos recomendada pela antropologia criminal do médico veronense (COSTA, 1997, p. 44-7). Entretanto, esse arcabouço teórico, ao lado dos trabalhos de Enrico Ferri<sup>82</sup> e Raffaele Garófalo<sup>83</sup> serviriam de instrumentos para levar a cabo a “missão salvadora” dos médicos no século XIX. Se na Capital Federal a atenção dos autores ainda se concentrava na doença, na Bahia o problema eram os doentes. Ou melhor: os doentes-criminosos.

## 1.2 Mestiços e os estigmas da degeneração

Ainda assim, outro conceito partilhado pelos dois autores é fundamental, e embasaria o pensamento dos médicos baianos e dos estudos de Nina Rodrigues. Trata-se da degenerescência, que atingiria tanto negros quanto mestiços e, evidentemente, homossexuais. O principal trabalho para compreender a relação entre mestiçagem e degeneração, e desta última com a homossexualidade é o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, da autoria de Nina Rodrigues e dedicado a Lombroso e Lacassagne<sup>84</sup>. Editado pela primeira vez em 1894, várias de suas conferências foram reproduzidas na *Gazeta Médica da Bahia* e no *Brazil-Médico*, os dois principais periódicos profissionais da época no Brasil. O livro surge como um conjunto de críticas ao *Código Penal* de 1890 (reformado e ampliado em 1894) e aos apoiadores de uma visão evolucionista mais positiva da sociedade brasileira, como os membros da Escola de Recife.

A respeito do código penal, Rodrigues defende que se tratava de um texto inspirado pelo jusnaturalismo consagrador de uma percepção unitária do gênero humano. Ainda que bem-intencionada, do ponto de vista prático este tipo de legislação seria eivado de falhas, visto que a evolução das raças diferentes seria lenta e desigual. Não se poderia alterar a marcha do desenvolvimento natural por meio de decretos legislativos inspirados por uma filosofia metafísica adepta do livre-arbítrio, anteriores ao desenvolvimento científico das

---

<sup>82</sup> Enrico Ferri (1856-1929), criminologista e político socialista italiano.

<sup>83</sup> Raffaele Garófalo (1851-1934) jurista e criminologista italiano.

<sup>84</sup> Alexandre Lacassagne (1843-1924), médico e criminologista francês. A Escola Sociológica francesa se opunha a Escola Positivista Italiana de Lombroso enfatizando como causa do crime e do criminoso os fatores exógenos e não endógenos (COSTA, 1997, p. 27).

escolas criminológicas modernas (NINA RODRIGUES, 1938). Na leitura realizada por Nina Rodrigues, fica evidente que a liberdade para certos sujeitos é uma impossibilidade, uma ilusão perigosa quando não leva em consideração as diferenças que pautam o estágio evolutivo de cada raça. O comportamento do criminoso seria moldado pela coletividade a que ele pertencia, e apenas investigando esses caracteres seria possível chegar a um estudo penal útil para a sociedade brasileira (SCHWARCZ, 2006, p. 48). Portanto, o médico teria muito mais a dizer sobre o tema de forma construtiva do que o bacharel em direito. Nesse sentido, o maranhense endereça a Tobias Barreto pesadas críticas, já que, apesar da notável obra legal, preferiu recuar, vendo livre-arbítrio onde apenas se podia constatar “tão somente a resultante da organização psicofisiológica do indivíduo” (NINA RODRIGUES, 1938, p. 59).

A responsabilidade penal era o grande tema por trás da discussão sobre o livre-arbítrio que Nina Rodrigues encetou com os membros da Escola de Recife. Aos olhos do médico maranhense, indivíduos oriundos de raças diferentes deveriam ser responsabilizados de maneira diferente. A imputabilidade plena ou atenuada dos tipos “puros” seria relativamente simples de estabelecer: aos brancos, uma responsabilidade penal plena; aos negros e índios, responsabilidades atenuadas. O problema maior era com os mestiços. O cruzamento de raças distintas tenderia a gerar produtos degenerados, herdeiros das características negativas das raças que lhes deram origem. Não em todos, é certo: o mestiço superior, mais próximo do branco, poderia ser responsabilizado da mesma forma que o branco “puro” (SCHWARCZ, 2006, p. 50). O mestiço comum, por sua vez, tinha uma responsabilidade atenuada. Realmente problemático era o mestiço evidentemente degenerado:

[...] Segundo, o dos mestiços evidentemente degenerados, que, em virtude de “anomalias de sua organização física, bem como de suas faculdades intelectuais e morais”, devem ser considerados, na frase de Morel, “tristes representantes de variedades doentias da espécie”. Estes, como já afirmava o eminente psiquiatra, “não podem ser considerados como casos dessas moléstias ordinárias que tem a sua panaceia nas oficinas farmacêuticas, nem como a expressão de uma dessas tendências perversas cujo castigo se acha fixado nas disposições penais de nossos códigos judiciários”. Dentre eles, uns devem ser total, outros parcialmente irresponsáveis (NINA RODRIGUES, 1938, p. 216-7).

Ao recorrer a Morel para falar da degeneração, Rodrigues está remetendo a discussão simultaneamente para o campo penal e psiquiátrico, reafirmando o papel do perito em determinar os casos em que se poderia falar da imputabilidade ou não do réu (NINA RODRIGUES, 1938, p. 228). A degenerescência, conforme exposta pelo primeiro no seu *Traité des Dégénérescences Physiques* são desvios do tipo normal da humanidade, que se

transmitiriam hereditariamente. Contra esses degenerados era preciso aparelhar a sociedade, apartando-os e, quando possível, municiando esses sujeitos antes que retornassem ao convívio social. É a partir de estigmas degenerativos, característicos de certas famílias ou grupos, inscritos na anatomia, que os médicos brasileiros operarão ao longo desta última década do século XIX (PORTOCARRERO, 2002, p. 47; CAPONI, 2012, p. 92)<sup>85</sup>. Apesar da autocrítica que Juliano Moreira e Afrânio Peixoto fariam no século seguinte, endereçada àqueles que em tudo viam estigmas degenerativos, mesmo em “simples disposições anatômicas” (PORTOCARRERO, 2002, p. 48), efetivamente essa abordagem que vê degeneração em tudo foi fundamental no período.

Entre os estigmas da degeneração estavam as práticas eróticas, inclusive homossexuais (SCHWARCZ, 2006, p. 51; NINA RODRIGUES, 1938, p. 247). No ambiente da casa de prisão da Bahia, certamente inadequado para a correção de quem quer que fosse, Nina Rodrigues procedeu algumas observações sobre os criminosos, executando o exame físico e psicológico dos indivíduos sob sua tutela. Em pelo menos dois deles, a pederastia passiva era uma das práticas que integravam a perversidade congênita dos sujeitos criminosos, equiparada, assim, ao alcoolismo e à jogatina. Os indivíduos analisados são mestiços, um com estigmas anatômicos de degeneração, e outro sem esses detalhes, tão caros aos doutores de inspiração lombrosiana (NINA RODRIGUES, 1938, p. 260-3)<sup>86</sup>. O terceiro é mestiço, filho de negros escravos, bem-comportado e razoável sapateiro. Na igualdade de condições dada pela instituição penal, foi quem se saiu melhor, no entender do médico maranhense. Seria dotado, por certo, dos vícios da condição escrava, herdados dos pais, mas sem a condição degenerada de seus companheiros de prisão celular.

Percebida dentro dessa lógica, a homossexualidade entrava no regime da medicina legal como um comportamento que podia ser penalizado nos casos de atentado ao pudor, ou como estigma da degenerescência, da inferioridade de certos sujeitos. Com outros autores, notadamente com alunos de Nina Rodrigues na Faculdade de Medicina da Bahia, ela vai

---

<sup>85</sup> Vale ressaltar que Pierre Paul Broca (1824-1880) e Valetin Magnan (1835-1916) são referências citadas pelos três autores, e operam com o conceito de degeneração de Morel. Broca era influenciado pela frenologia de Gall que Eugenio Rebello, em 1869, denunciava como uma falsa ciência. Magnan, por sua vez, foi o principal discípulo de Morel na França, e, no final do século XIX, liderou os estudos sobre a degeneração na França, criando um programa de pesquisas muito importante e influente em várias partes do mundo, inclusive no trabalho de figuras como Lombroso e Nina Rodrigues (CAPONI, 2012, p. 100).

<sup>86</sup> Ironicamente, a aplicação dos métodos de inspiração lombrosiana por Nina Rodrigues muitas vezes chegava a conclusões discordantes dos princípios de análise. O crânio de Lucas de Feira, célebre escravo e salteador morto em 1848, não possuía as anomalias que marcavam os criminosos natos. A saída do autor é afirmar a necessidade de complementar o exame craniométrico com o psicológico, reconhecendo, implicitamente, as limitações das análises baseadas na escola italiana de criminologia (COSTA, 1997, p. 60-75).

passar ao estatuto de uma doença com propriedades, profilaxia, vítima, etc. específicas. Mas antes de proceder a esta análise, um ponto merece ser ressaltado na intercessão entre homossexualidade e medicina legal e psiquiatria. No projeto do primeiro congresso baiano de medicina e cirurgia, assinado pelo Dr. Juliano Moreira, um dos discípulos e continuadores da obra de Nina Rodrigues, encontramos na sessão de Medicina Pública a seguinte relação de temas de debate: “8. Attentados ao pudor no Brazil, frequencia e formas clinicas; fatores ethnicos e sociaes. 9. Inversão sexual no Brazil, e particularmente na Bahia; causas, frequencia e formas clinicas, relações com o casamento” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1895, p. 454). A homossexualidade, pois, foi capturada duplamente. Pela medicina legal, figurando como um crime dentro do título dos atentados ao pudor e/ou como estigma de degeneração; e pela psiquiatria, figurando como uma desordem de origem neuronal e/ou psicológica, sendo, nesse caso, a penalização um erro notável. Mas veremos isso com maiores detalhes a seguir.

## **2 O problema da homossexualidade no final do século XIX**

No começo deste trabalho, optei por utilizar homossexualidade como categoria de análise, objetivando com ela me referir a toda relação erótica entre homens, independente do lugar social dos envolvidos, do contexto de uma instituição punitiva e/ou asiladora, etc. Uma ferramenta ampla, para abarcar uma diversidade terminológica e estratégica para se referir a um tema espinhoso. Na introdução, já fazia a ressalva de que é no final do século XIX na Bahia e no começo do século XX no Rio de Janeiro, que as Faculdades de Medicina começam a tratar do tema e tentar recortar, do plano das condutas, a prática erótica entre homens para transformá-la em uma doença. Pires de Almeida lançou seu livro *Homossexualismo* em 1906. Desde 1902 existem estudos deste autor sobre o assunto no *Brazil-Médico*, com descrições pitorescas dos homossexuais do começo do século, a exemplo do Traviata, citado na epígrafe deste capítulo. Mais interessante para nós é a obra de Viveiros de Castro, *Attentados ao Pudor*, cuja primeira edição é de 1895, citada tanto por Nina Rodrigues como por Domingos Firmino Pinheiro e Manuel Calmon du Pin e Almeida. Para Viveiros de Castro, o problema das aberrações do instinto sexual precisava ser resolvido para garantir a defesa da sociedade contra os invertidos (VIVEIROS DE CASTRO, 1932, p. V). Mas a categoria analítica que o autor escolheu para falar das várias modalidades de amor “mórbido” do homem pelo homem

é a de inversão sexual, e não homossexualismo ou homossexual. Pederastia também foi utilizada, sobretudo para inscrever o fenômeno no processo histórico.

Nina Rodrigues, Viveiros de Castro e Domingos Firmino Pinheiro compartilham uma concepção de história que, se não é evolucionista, é profundamente influenciada por este paradigma. O médico maranhense, por exemplo, para questionar a noção de uma unidade humana, justificada por uma universalidade histórica de concepções de bem e mal, mostra que a definição de uma conduta criminosa variava conforme determinada sociedade e a sua evolução sociológica:

Passando de uma civilização a outra, ou percorrendo as fases sucessivas de uma mesma civilização, afirma ele [Jean Gabriel Tarde<sup>87</sup>] na *Philosophie pénale*, vemos certos fatos cair da categoria dos grandes crimes na dos delitos mais pequenos e tornar-se por fim lícitos senão louváveis; por exemplo, da idade média até hoje, o livre pensamento religioso, a blasfêmia, a vagabundagem, o furto de caça, o contrabando, o adultério, a sodomia: ou o inverso, de lícitos, de louváveis que eram, passar a ligeiramente delituosos e depois a criminosos; por exemplo, da antiguidade à idade média, o aborto, o infanticídio, a pederastia, a fornicação” (NINA RODRIGUES, 1938, p. 58)<sup>88</sup>.

Já Viveiros de Castro, em seu *Attentados ao Pudor*, apesar de estudar mais detalhadamente a homossexualidade no Rio de Janeiro, recorre à história para mostrar que sua origem se perdia na noite dos tempos, e que já fora sancionada socialmente (VIVEIROS DE CASTRO, 1932, p. 211). Prossegue argumentando que mais recentemente, “felizmente”, havia procedimentos a serem tomados contra esses indivíduos. Pinheiro, por sua vez, denuncia a homossexualidade como uma epidemia evolutiva e universal a ameaçar o carro do progresso, já lento e repleto de solavancos (PINHEIRO, 1898, p. 63).

## 2.1 Definir homossexualidade: tipologias e causas

Para Viveiros de Castro, a homossexualidade tem causas difíceis de estabelecer com precisão. Certamente se tratava de um fenômeno contra a natureza, com uma dimensão hereditária e outra adquirido, dada pelo meio. Mas saber precisamente as causas que conduziam a este hábito era um problema muito mais complexo. Para resolvê-lo, o autor encampa as teses contidas nos trabalhos de Chevalier<sup>89</sup> e Moll<sup>90</sup>. O primeiro oferece uma

<sup>87</sup> Jean-Gabriel Tarde, filósofo e criminologista francês. O texto citado por Rodrigues, *Philosophie Pénale* é de 1890.

<sup>88</sup> Aspas no original do texto.

<sup>89</sup> Julien Chevalier, médico francês, autor do livro *L'inversion sexuelle: psycho-physiologie, sociologie, tératologie, aliénation mentale, psychologie morbide, anthropologie, médecine judiciaire* (1893).

tipologia dos invertidos sexuais que diferencia as modalidades de inversão. A causada pela loucura, por exemplo, era uma enfermidade temporária, e a indiferença com o sexo oposto era momentânea. Trata-se de um mal muito comum entre os asilados (VIVEIROS DE CASTRO, 1932, p. 223). Como as vítimas já se encontravam expurgadas da sociedade, trancadas em asilos ou na marginalidade da mendicância – solução mais comum durante o século XIX (PORTOCARRERO, 2002, p. 23) – Viveiros de Castro nada propõe para solucionar a questão. Os problemas maiores estão nos dois casos seguintes. O viciamento sexual tinha lugar na puberdade, quando o bom desenvolvimento se tornava estacionário, em função do sedentarismo e do ambiente fisicamente inadequado e moralmente pernicioso das cidades – este seria o caso do Traviata. Era o infantilismo, e os estigmas da inversão por ele causada estavam no corpo, que era similar ao de Ganimedes<sup>91</sup>: nádegas pronunciadas, saco escrotal atrofiado, membro sexual pequeno, bacia de proporções femininas e formas corpóreas arredondadas. Raramente chegavam aos trinta anos, e além disso de suas fileiras saíam os tipos mais comuns de *petit-jesus*, prostitutas que tinham predisposição ao crime. O outro tipo tido como perigoso era o dos viciosos, que esgotavam os prazeres voluptuosos com as mulheres tornando-se entediados com as sensações venéreas oriundas do sexo oposto. Buscavam novidades em libertinagens contra a natureza, até que esgotassem totalmente sua virilidade nesses prazeres devassos (VIVEIROS DE CASTRO, 1932, p. 223-5).

O quarto tipo era a inversão congênita psíquica, estudada por Ulrich e Westphal. Esses infelizes eram vítimas do hermafroditismo moral, para o primeiro causado por um erro divino ou da natureza; para o segundo, “a sexualidade contrária é uma perversão instintiva das sensações sexuais no sentido de que uma mulher é fisicamente mulher mas psicologicamente homem e que um homem é fisicamente homem e psicologicamente mulher” (VIVEIROS DE CASTRO, 1932, p. 217). Seres pacatos, sedentários, mais próximos dos gozos femininos desde a infância, esses uranistas seriam vítimas de um horror pelas mulheres tão poderoso contra o qual nada podiam. Frequentemente, tinham consciência do aspecto anti-natural dos seus desejos. Apesar de ceder ao onanismo mútuo e/ou buscar a visão

---

<sup>90</sup> Albert Moll (1863-1939), psiquiatra alemão.

<sup>91</sup> Na mitologia grega, Ganimedes era um pastor frígio de rara beleza, por quem Zeus desenvolveu uma paixão arrebatadora, a ponto de o sequestrar. No Olimpo, Ganimedes foi imortalizado e se tornou copeiro dos deuses, em substituição a Hebe, a deusa da juventude, e para a insatisfação da deusa Hera, consorte de Zeus. No século XVII, especialmente na França, era o jargão para se referir a homossexuais passivos muito jovens (DYNES, 1990, sem paginação). Curiosa sobreposição de homossexuais efeminados: *gíttons* nos anos 1850, Narcisos em 1870, loiros moçoilos, Alexis de cem Corydons em 1870 e 1880, e Ganimedes e *petit-jesus* nesta última década do século XIX.

da nudez masculina em estátuas e museus, raramente cediam à sodomia, isto é, ao sexo anal, pois teriam ojeriza a este tipo de relação venérea (VIVEIROS DE CASTRO, 1932, p. 229-230).

Para Domingos Firmino Pinheiro, em sua obra o *Androphilismo*, de 1898, a tipologia de Chevalier haveria de ser suplantada pela sua própria, inspirada em Krafft-Ebing<sup>92</sup>. Apesar de fazer referência a outros autores, como Moll, a terminologia de Krafft-Ebing, no entender de Pinheiro, era a mais precisa. Androphilismo era o termo mais correto por demarcar que se tratava do amor mórbido do homem pelo homem. A origem deste termo é obscura, e o autor não oferece nenhuma indicação a respeito de sua origem. Não me parecia lícito, entretanto, julgar que se tratava de uma mera invenção de Domingos Firmino Pinheiro. Consultando a *Encyclopedia of homosexuality*, constatei que o termo era usado em língua inglesa, ainda que raramente, para indicar a relação sexual entre adultos (DYNES, 1990, sem paginação). Em francês, o termo parece ter sido utilizado para se referir a relações homossexuais, a exemplo daquelas mantidas entre Zeus e Ganimedes, Apolo e Jacinto (BULLÉTIN DE L'ACADEMIE D'HIPPONE, 1869; 1870, p. 5; p. 50-1). Nesta acepção mais próxima do modelo educacional ateniense da pederastia<sup>93</sup>, contudo, ela perde parte do sentido que Domingos Firmino Pinheiro dá ao termo, que é diferente, como vimos no capítulo anterior, do pedaphilismo e da

---

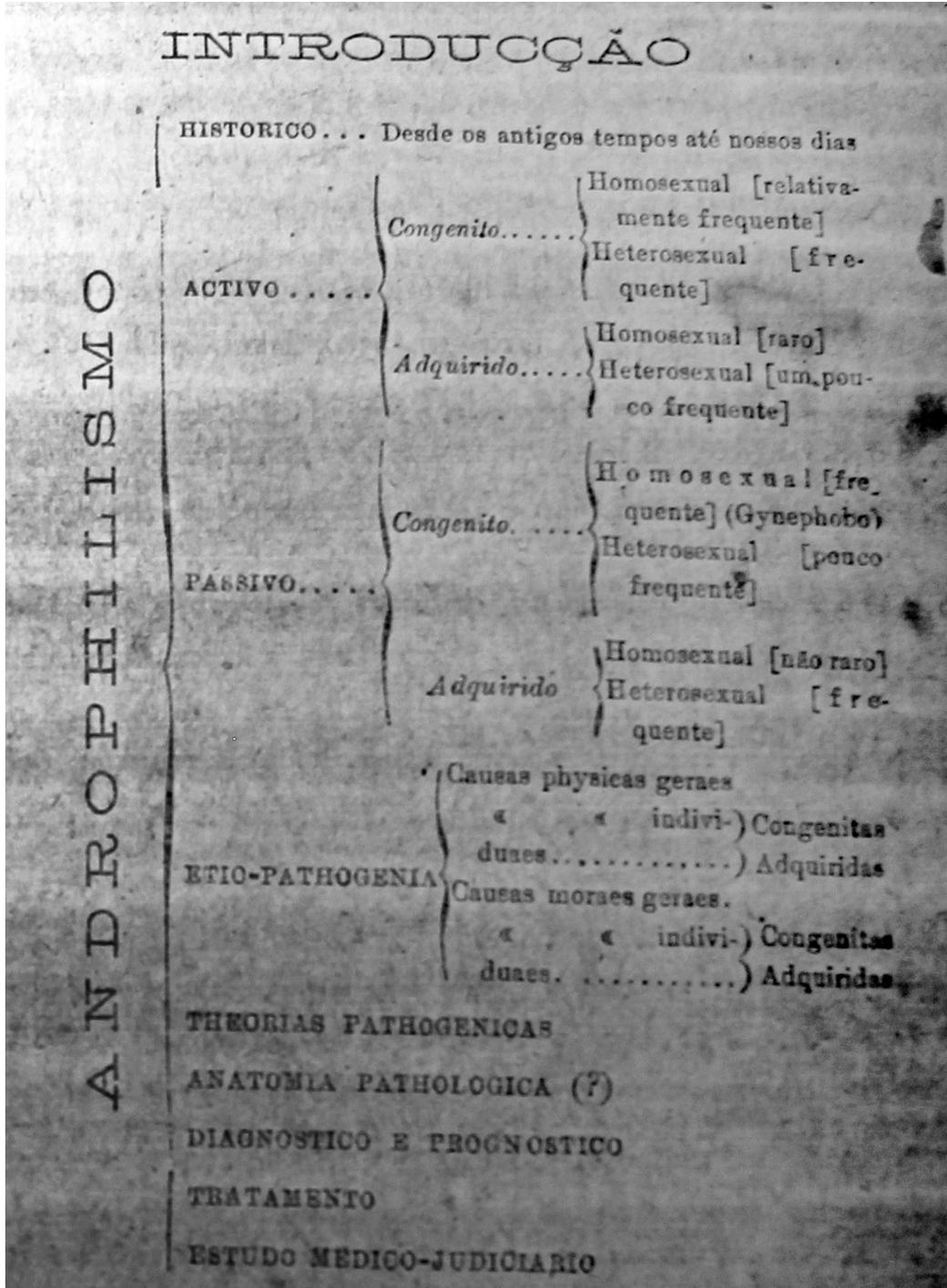
<sup>92</sup> Richard von Krafft-Ebing (1840-1902), médico e psiquiatra alemão, autor da monumental obra *Psicopathologia Sexualis* (1886). Junto com Magnus Hirschfeld e Albert Moll (1869-1939) integra os fundadores da escola alemã moderna sexologia. O já citado Havelock Ellis, embora fundamental, era britânico. É importante notar uma questão aqui. Na sua obra de 1886, Krafft-Ebing analisou quatro subgrupos, um dos quais chama de *homosexual*. É razoável supor que o termo tenha chegado ao Brasil a partir das edições da obra deste autor, que foi lido por Viveiros de Castro e Pinheiro. Vale ressaltar, por fim, que Krafft-Ebing, em seus anos finais, teria modificado a percepção de que a homossexualidade era a manifestação de uma degeneração, mas as edições posteriores de seu trabalho ainda mantiveram essa terminologia (JOHANSSON, 1990, sem paginação). O trabalho de Krafft-Ebing influenciou o autor tratado, mas também outros estudantes da Faculdade de Medicina, como Elias da Rocha Barros que, no seu *Estygmata da Degeneração Psychica* trata do tema sob o olhar da psiquiatria (SACERDOTE, 2010, p. 20-1). Como neste trabalho a minha proposta é trabalhar com a medicina legal, anoto apenas a referência a esse autor que, entre outras particularidades, já se refere aos homossexuais.

<sup>93</sup> A pederastia era, antes de tudo, um modelo de formação masculina, comum em certas regiões da Grécia clássica, como Atenas. Era caracterizado pelo relacionamento afetivo e sexual entre um parceiro mais velho (Erastes, amante) e outro mais novo (Eremenos, amado), que recebia a corte do mais velho, a quem passava a dever respeito e obediência, e por quem era instruído por ele na cidadania e nas virtudes masculinas, com o fim de ser um bom pai, cidadão, soldado e homem de Estado. Deveria findar quando o rapaz desenvolvesse a barba, sinal físico de que havia ingressado na idade adulta (JOHANSSON, 1990, sem paginação). Relações que se prolongassem além desse momento eram vistas com desagrado, pois implicava na submissão de um cidadão a outro. Vale ressaltar que este não era o único modelo possível de relacionamento entre homens na época. Em Corinto, por exemplo, havia o Batalhão sagrado, unidade de elite chefiada pelo general Epaminondas e formada por 150 pares de amantes. No século XIX, foi utilizada como um nome genérico para se referir a relação afetiva entre homens com um sentido muito pejorativo. Vale ressaltar que em nenhuma das teses estudadas pederastia funciona como uma categoria analítica, a exemplo do androphilismo para Pinheiro, ou de inversão sexual para Viveiros de Castro.

pedandodrastia (PINHEIRO, 1898, p. 8 e 28). Curiosamente, Magnus Hirschfeld, o sexologista que fundou em 1897 o Comitê Científico Humanitário, frente política que pedia a revisão do parágrafo 175 do Código Criminal do Reich (LAURITSEN & THORSTAD, 1874, p.9-12) e que é considerado um dos mais importantes ativistas pelos direitos dos homossexuais, lésbicas e transexuais do final do século XIX e começo do século XX, possuía uma classificação tripartida da homossexualidade: efebofilia, para os que tinham preferências sexuais por rapazes jovens; a gerontophilia, para os que se interessavam sexualmente por homens mais velhos; e a androphilia, que compreendia aqueles que amavam homens entre os vinte os cinquenta anos de idade (DYNES, 1990, sem paginação). Teria Domingos Firmino Pinheiro tido algum contato com a obra de Hirschfeld, ou com boletins e anais de encontros de sexologistas europeus onde se fazia menção ao termo? Seja como for, isso indica que Pinheiro estava atento aos estudos mais recentes sobre o tema.

No plano das causas, Pinheiro prefere dividir o fenômeno em congênito e adquirido, ativo e passivo. Apesar de terem elaborado diferentes tipologias do mal, Viveiros de Castro e Pinheiro assumem que aspectos da hereditariedade são importantes para explicar o aparecimento da doença nas vítimas. De acordo com Pinheiro, uma ascendência degenerada, um trauma psicológico, defeitos de conformação no pênis, uma vida libertina, entre outros, podiam constituir condições favoráveis para o aparecimento do amor mórbido do homem pelo homem. Mais importante: as vítimas do hermafroditismo de alma, para Viveiros de Castro, são dignas de pena porque não sentem prazer nem desejam a relação sexual contra a natureza; já para Pinheiro, a forma de obter prazer, o grau de efeminação, o comportamento escandaloso e criminoso do indivíduo são critérios importantes para estabelecer a gravidade do androphilismo. No quadro que segue, Pinheiro sistematiza o itinerário que tentou seguir, nem sempre com total sucesso, para analisar o tema:

Figura 9 – Divisão do Androphilismo segundo Domingos Firmino Pinheiro.



Fonte: PINHEIRO, 1898, sem paginação.

As partes mais confusas da tese de Pinheiro são as em que o autor discute as causas patogênicas do androphilismo. Embora elencando vários fatores, ele não parece optar por um elemento preponderante, que atuaria de maneira *sine qua non* para que a doença viesse a se manifestar. Em lugar disso, Pinheiro parece mais interessado em informar ao leitor as concepções de vários autores europeus, destacando os pontos úteis de cada doutrina. E defende essa atitude, quase uma imprecisão, ao argumentar que as pesquisas sobre o tema, embora ricas em observações, apresentam conclusões pouco precisas (PINHEIRO, 1898, p. 90 e 139). Também, segundo ele, tratava-se de um assunto de abordagem difícil, e os suspeitos costumavam dissimular sua atitude, deixando um observador menos arguto bastante perdido (PINHEIRO, 1898, p. 9 e 166-7). Não pretendo, aqui, descrever a apropriação que Pinheiro faz de cada autor lido, mas sim esboçar os traços gerais do pensamento do autor sobre o tema.

Pinheiro organizou as causas do androphilismo em três variedades. Poderia ser sintomático ou secundário, quando atuava como sintoma de outros estados mórbidos que conduziriam seus doentes a excessos sexuais, inclusive ao amor do homem pelo homem (PINHEIRO, 1898, p. 89). Nesse sentido, o autor se aproxima da concepção de outros médicos sobre o tema. Em 1887, em artigo da Gazeta Médica da Bahia intitulado “Estudo sobre a Coca e a cocaina e suas aplicações therapeuticas”, o doutor Rego Filho ilustrou essa mesma concepção quando exemplificou que as vítimas de lepra eram, por vezes, tomadas por uma libido insaciável que os levava a querer entregar-se ao onanismo e à pederastia (REGO FILHO, 1888, p. 495). Vale ressaltar, nessa análise, a noção compartilhada de que o desejo sexual entre homens tinha lugar em situações de adoecimento e degradação do corpo. O pensamento de Marinonio de Freiras Britto, na sua tese *A libertinagem e seus perigos referentes ao physico e o moral do homem*, quando fazia considerações sobre os efeitos deletérios de práticas sexuais aberrantes, deve ser recordado aqui: os *subacti* romanos, por praticarem excessos sexuais, seriam, portanto, fracos, efeminados, prostituídos, signo da corrupção romana sobre os césaes (BRITTO, 1853, p. 30). Pinheiro assume que essa relação existia, se bem que o faz invertendo a ordem das coisas: para esse autor, no androphilismo sintomático, é a doença que causa o desejo por outros homens.

O autor também enfatiza, na modalidade sintomática, o papel das doenças mentais. A melancolia, as manias – fixações mórbidas em algo ou alguém, vistas no capítulo 01 – podiam levar o paciente à prática de excessos sexuais fisicamente esgotantes e perigosos para o a

mente (PINHEIRO, 1898, p. 89). Nessa perspectiva, a discreta referência do autor à neurastenia é muito importante. Popularizado pelo psiquiatra norte-americano George Beard<sup>94</sup>, foi um diagnóstico que alcançou grande sucesso no Brasil, mas com cores dadas pelo contexto local. Originalmente, era explicado como um esgotamento nervoso associado à ansiedade, dores de cabeça, impotência, fruto do excesso de energias mentais mobilizadas para lidar com as demandas da vida civilizada. No Brasil, excessos sexuais e a sobrecarga de trabalho seriam as causas mais comuns deste mal (ZORZANELLI, 2010, p. 436-7 e 442), mas, também, a mistura entre raças. Euclides da Cunha recorreu a esse arsenal conceitual para caracterizar as populações baianas, que no litoral eram formadas por “mestiços neurasthênicos” vítimas do “raquitismo exausto”, inferiores aos sertanejos que, abandonados por três séculos, teriam evitado os efeitos deletérios da miscigenação (CUNHA, 1902, p. 114). Pinheiro considera a neurastenia como um mal hereditário, produtor de constituições fracas de nervos e que poderiam levar a novos males, como o androphilismo. Ou seja: o filho de um neurastênico não era, necessariamente, acometido do mesmo mal, mas possuiria uma constituição fraca e predisposta ao desenvolvimento dessa e de outras patologias.

Na forma adquirida, também chamada de relativa ou heterossexual, haveria a libertinagem ou um desejo mal direcionado do instinto sexual em função de um contexto desfavorável como o celibato, o convívio de muitos jovens numa instituição fechada, deformidades físicas no pênis, entre outros (PINHEIRO, 1898, p. 30-1 105 e 113). Tal como na variedade sintomática, existe uma continuidade entre Pinheiro e os autores anteriores. Nos capítulos 02 e 03 vimos esse mesmo pensamento dentro do enquadramento higiênico da homossexualidade, que alertava sobre os ricos da pederastia/sodomia para o desabrochar de uma sexualidade sadia, direcionada para o matrimônio e a reprodução. Em suma: haveria jogos de amor que comprometiam um certo ideal de homem. Ainda assim, havia esperanças maiores de cura para essa variedade do androphilismo, como veremos mais à frente, mesmo que o autor alertasse que alguma predisposição mórbida poderia ser transmitida a seus descendentes (PINHEIRO, 1898, p. 110).

As inovações se intensificam quando o autor ocupa-se da variedade congênita do mal. Também chamada de *homossexual* ou absoluta, seria caracterizada pela impossibilidade de outra libido que não a contra natural. Haveria uma disposição latente nos indivíduos para o desenvolvimento do amor mórbido do homem pelo homem, frequentemente além de qualquer

---

<sup>94</sup> George Beard (1839-1883), médico, psiquiatra e neurologista americano, que foi responsável por vulgarizar a expressão neurastenia (ZORZANELLI, 2010).

possibilidade de controle por parte do doente (PINHEIRO, 1898, p. 89). Era quase como se, para Pinheiro, o desejo individual estivesse na natureza, isso é, na essência do indivíduo, mas em contraste gritante com as leis naturais gerais que governavam a espécie humana e, por extensão, a sociedade. Nesse sentido existe uma aproximação entre Domingos Firmino Pinheiro e Viveiros de Castro, já que ambos parecem entender que vários desses indivíduos não eram adeptos do amor mórbido do homem pelo homem por mera libertinagem, mas sim porque seriam vítimas de um mal que afetava de maneira irreversível seu caráter, aparência, libido, maneirismos, enfim, tudo. Tratava-se de algo íntimo, intrínseco, oculto que se trai a cada instante, algo que se dava a ver por muito que se tentasse esconder (FOUCAULT, 1999, p. 43-4). Este seria o caso de um indivíduo conhecido por Pinheiro, androfilista passivo que, quando criança, havia recebido uma vergastada no sulco que separa as nádegas durante uma brincadeira com um amigo. Desde então, havia sentido prazer estranho ao rememorar a “dôr gostosa” e a imagem mental do companheiro. O autor deduz que o doente seria um androfilista congênito, pois uma variabilidade na constituição do indivíduo (tal como um deslocamento do centro de prazer para a região anal, uma má condição física herdada, entre outros) comprometeria a harmonia do ser de maneira tão intensa que bastaria uma causa exterior banal para despertar o desejo dos doentes (PINHEIRO, 1898, p. 112-3).

Além dessas divisões, mais panorâmicas, existem outras que são importantes para este estudo. Poderia ser ativo ou passivo. A segunda forma seria, evidentemente, a mais grave e de difícil tratamento. Era, além disso, degradante, pois configurava, no entendimento do autor, uma aproximação perigosa com o gênero feminino. Reaparece aqui a figura do efeminado e o autor toma o comportamento, os trajes, o regozijo com coisas femininas, como um indício de práticas sexuais aberrantes. Parece, pois, apropriada a reflexão de Miriam Pilar Grosssi, para quem a masculinidade brasileira, ao longo do tempo, se construiu tendo por base o papel simbólico de dominador associado ao controle das nádegas, que rechaçava qualquer sugestão de penetração como algo desonroso, que poderia levar o homem a infâmia (2005, p. 6 e 9). Havia um perigo muito grande nesses sujeitos que, apesar de serem homens, seriam demasiado femininos para o gosto de Pinheiro. Novamente, cabe anotar a aproximação com os autores já estudados. A efeminação daqueles sujeitos, especialmente quando associada a práticas sexuais com outros homens, era algo demasiado perigoso para escapar às tentativas de compreensão e controle por parte dos médicos. Saltava aos olhos e alimentava dúvidas sobre o progresso e o futuro da nação. O ativo, por outro lado, não padecia desse peso. Ele

poderia ser salvo do mal, especialmente tomando-se algumas preocupações, como colocá-lo próximo a mulheres. Nada mais natural: era preciso ensinar o lugar de dominador e praticar a sexualidade predatória da maneira correta (GROSSI, 2005, p. 8-9).

Pinheiro faz um vasto estudo sobre as causas físicas, especialmente os traumas corpóreos que poderiam causar o androphilismo. Assim, a fimose é o exemplo mais claro, já que a anatomia imperfeita do pênis seria causadora de dores durante o coito normal num dos pacientes que o autor examinou. Para Pinheiro, se este tivesse se submetido a cirurgia no tempo correto, teria desenvolvido a libido natural e não habituado seu corpo a essa fonte de prazer da qual, lamentavelmente, era difícil de se afastar (PINHEIRO, 1898, p. 114). Além disso, eventuais traumas nos órgãos que influenciam os centros erógenos poderiam levar ao desenvolvimento do amor mórbido do homem pelo homem. Caso de J., de 22 anos, que veio a cair de um cajueiro e sofrer uma pancada forte na região dorso-lombar. Nesta região do corpo se localiza a medula lombar, e danos nessa região frequentemente levavam a modificações nos órgãos de geração ou delírios eróticos (PINHEIRO, 1898, p. 118).

Os fatores morais vêm a seguir, e Pinheiro se refere à depravação de espírito e dos costumes, típica de certas épocas da humanidade, que permitia a multiplicação do androphilismo em função da imitação, como na Roma dos Césares, onde a sociedade imitava os vícios de sua classe governante. Da mesma maneira, leituras inadequadas e paixões arrebatadoras não-correspondidas poderiam levar os indivíduos à prática do androphilismo. Instituições fechadas como conventos, exército, marinha, etc. poderiam levar ao desenvolvimento do amor mórbido do homem pelo homem (PINHEIRO, 1898, p. 130-1). Há uma referência na *Gazeta Médica da Bahia* quanto aos vícios adquiridos pelas guarnições militares, e a pederastia é citada ao lado do alcoolismo e no mesmo patamar que as moléstias de fundo sifilítico, as escrúfulas, etc. (1898, p. 325), o que parece sugerir que a análise de Pinheiro coincidia com preocupações de outros médicos sobre o tema, especialmente quando impactava uma das instituições do Estado.

As causas individuais, por sua vez, se tornariam especialmente importantes quando o terreno para o desenvolvimento do androphilismo fosse fértil. As impressões de crianças e rapazes sem qualquer orientação moral por parte da família seriam um viveiro perigoso do deboche e da lascívia:

As crianças e jovens particularmente aqueles cujos pais desprezaram exercer a sua influencia, lançam-se em todas as extravagancias; não conhecem regras de acção; ignoram as razões de uma conduta moral; as suas idéas não tem fundamento sobre

que possam repousar; a deshumanidade, a lascívia, o *deboche*<sup>95</sup> são as suas únicas ocupações; e dado o caso de não serem severamente disciplinados pelo mundo, constituem-se membros extremamente perigosos da sociedade.

Nesses infelizes certas impressões moraes sendo inevitavelmente determinadas pelo tratamento social que experimentam, e sendo este tratamento um mixto continuo de seducções e de ameaças, de caricias e de reprehensões, de bons conselhos e de severidade, de reverencia e de brutalidade, origina-se necessariamente no seu cerebro um conflito de idéas sobre o caracter individual (PINHEIRO, 1898, p. 133).

A argumentação de Pinheiro, neste caso, coincide perfeitamente com as instruções para a educação higiênicas da infância e da juventude – de uma fase da vida desordenada, com uma sexualidade vibrante e, portanto, perigosa – estudadas no capítulo anterior. A grande inovação do autor, desta vez, é apresentar a homossexualidade como fruto de uma moral inadequada gerando um desvio contra-natural na libido e no desejo. Este mal, a degeneração, podia ser resolvido pelo desenvolvimento de “um longa coação junto a juventude” (GONDRAa, 2004, p. 389), representada, em Pinheiro, pelo médico ou pelos aparelhos punitivos da sociedade, como veremos abaixo. A preocupação amorosa também poderia gerar o androphilismo. O maior exemplo desse processo, para o autor, era o exagero de certas paixões, que, pela intensidade, estavam mais próximas de uma obsessão. No caso citado pelo autor, a impossibilidade de se casar com a mulher amada teria gerado no indivíduo a masturbação e, mais tarde, o amor androphilico (PINHEIRO, 1898, p. 134-5).

A constituição e o temperamento também são elementos que podem ser causas gerais do androphilismo. A má constituição é indicadora de desarmonias metabólicas que poderiam levar ao amor mórbido do homem pelo homem. Da mesma forma, os temperamentos genitais, mais ardorosos (sanguíneo-bilioso, bilioso-nervoso) poderiam causar o androphilismo (PINHEIRO, 1899, p. 94-5). Os temperamentos sanguíneo e bilioso romperiam o equilíbrio da libido natural pelo excesso ou pela falta: os primeiros pela energia dos órgãos genitais, que no androphilismo estão desequilibrados; e os segundos, pela falta e concorrente desenvolvimento imperfeito dos desejos (CAPONI, 2012, p. 68-70). Tal como em Cabanis<sup>96</sup>, no começo do século XIX, é como se os temperamentos ajudassem a explicar a natureza dos indivíduos, seu corpo, sua personalidade, sua predisposição para doenças, principalmente

---

95 Itálico no original da obra.

96 Pierre-Jean-Georges Cabanis (1757-1808), médico francês. A teoria dos temperamentos de Cabanis tinha por base as noções hipocráticas dos quatro humores que preponderavam nos indivíduos em função do clima – e da hereditariedade (bilioso, sanguíneo, fleumático e melancólico) (CAPONI, 2012, p. 71). Vale ressaltar que a base não são os fluídos, mas o mal funcionamento de um ou outro órgão que gerava a preponderância – tese que parece encampada por Pinheiro. Também é preciso recordar uma coisa. Cabanis utiliza a degeneração como fruto desse mal funcionamento, mas reconhece que existe a possibilidade de, aplicando sabiamente medidas higiênicas, alterar as características negativas dos indivíduos e dos grupos (CAPONI, p.78). Essa extrapolação de Cabanis não foi acolhida por Domingos Firmino Pinheiro, o que não surpreende.

nervosas e, para Pinheiro, sua sexualidade.

### 2.1.1 Um método inovador: observações empíricas

Tal como Nina Rodrigues e Manuel Bernardo Calmon du pin Almeida, Domingos Firmino Pinheiro apoia suas conclusões na observação de casos, em geral feita diretamente por ele. A história ocupa um lugar importante no seu estudo, mas as considerações empíricas são muito mais significativas para a análise do androphilismo. As observações da tese de Pinheiro estão, na maior parte, em dois grandes universos: casos de pedandrorastia e casos de androphilismo. No começo da tese, o autor afirma que, apesar da importância da pedandrorastia, não iria se dedicar a ela, mas sim se concentrar na análise do androphilismo. Acompanhando o raciocínio do autor, pretendo examinar apenas os estudos de caso sobre o amor mórbido do homem pelo homem. Antes, contudo, cabe destacar que existe um terceiro universo de casos práticos do autor, disperso pela tese, quando o caso clínico serve de exemplo da inadequação de determinada doutrina europeia, da degeneração hereditária causada pelo androphilismo, e/ou da efetividade de certos tratamentos. Além disso, é interessante reproduzir as observações de Domingos Firmino Pinheiro porque são inovadoras ao detalhar a atividade sexual dos androphilistas, inclusive indicando qual posição sexual proporcionaria mais prazer a cada doente, chegando a se referir aos “transportes místicos” que um deles, A.A., experimentava quando se relacionava com outros homens. Mas tal assunto devia ser considerado incômodo de alguma maneira, já que o autor abusa de terminologia latina para amortecer o impacto da crueza de certas descrições:

Os transportes ao mundo da volupia são incomparavelmente superiores, neste indivíduo, aos paroxismos do coito *per vaginam*; e é tal o grão de sua obsessão lubrica que muito lhe apraz discorrer sobre a duração do mystico transporte que é sempre proporcional ao tempo gasto na permanencia do *virile membrum in anum* (PINHEIRO, 1898, p. 78-9).

Krafft-Ebing, na sua *Psicopathia Sexualis*, usa a mesma estratégia para se referir aos momentos mais íntimos das relações entre homens (1894, p. 196-8, 250-1, 262). Felizmente, no livro *Homossexuais da Bahia: dicionário biográfico* Luiz Mott apresenta a tradução acurada dos termos latinos, o que permite interpretar a fonte com seu significado correto.

**Figura 10** – Observações de Domingos Firmino Pinheiro

Número da Observação	Inicial	Idade	Estado civil	Cor/raça	Profissão	Constituição	Temperamento	Herança	Posição sexual	Educação /Intelecto	Performance de gênero	Outras observações
1	P.V.	25	Solteiro	Branco	... (prostituto?)	Boa	Nervoso	?	Passivo	Inteligência pouco cultivada	Efeminado	Leitor de romances amorosos e pornografia. Horror de mulheres
2	A.U.	18	?	(?) Mulato?	Moço recados Lloyd brasileiro (marinha)	?	Linfático/nervoso	Normais	Passivo	Inteligência rudimentar	Insinuante	Olhos de quebranto. Horror às mulheres.
3	B.D.	58	?	?	Alta patente na marinha	Forte	Nervoso/bilioso	Normais	Passivo	Grande cultura	?	Pedandrorastia na forma ativa e passiva.
4	J.B.	46	Casado	Branco	Política	Boa	Sanguíneo/neurastênico	Normais	Ativo	Inteligência sólida. Erudição vastíssima	Efeminado	Ativo. Prefere parceiros musculosos. Possivelmente passivo oculto. Relevo na política. Afeção da uretra teria causada a libido contra natural.
5	J.R.	40	Casado	Branco	Política	Forte	Sanguíneo/nervoso	Irritáveis/neurastênicos	Ativo	Eminente no mundo literário	?	Personalidade eminente na política. Rejeita ex-amantes que já possuiu
6	O.N.	29	Solteiro	Mulato	Marceneiro	Boa	Genital	?	Passivo	Intelecto rudimentar	Efeminado	Indiferente às mulheres
7	M.N.	60	Solteiro (Clero)	Pardo	Clero (posição mediocre)	Debil	Nervoso	?	Ativo	Alguma cultura intelectual	?	O acolito é parceiro passivo.
8	O.S.	30	Solteiro	Pardo	... (prostituto?)	Regular	?	?	Passivo	Sem cultura intelectual	Efeminado (excesso)	Estimado pelos vizinhos, apesar da libertinagem
9	R.O.	50	Casado	Branco	Jurisconsulto	Forte	Nervoso	?	Passivo	Faculdades intelectuais bem cultivadas	?	Ótimo funcionário público, gentil e tratável, com caráter honrado
10	A.A.	24	Solteiro	Branco	Soldado	Boa	Nervoso	Normais	Passivo	Alfabetizado	Efeminação mórbida	Desertor da guerra de canudos. Tem o maior despudor ao falar de seus amores. Carta do amante.
11	S.	29	Solteiro	Preto	Sacristão	Boa	Nervoso irritável melancólico	Normais	Passivo	Muito pouco cultivada	Efeminado	Gera boataria nos outros religiosos. E pilhérias por sua efeminação Asmático

Continua...

**Figura 10** – Observações de Domingos Firmino Pinheiro

12	L.O.	20	?	Branco	... (prostituto?)	Boa	Nervoso	?	Passivo	Alfabetizado	?	Beleza fora do comum. Muita procura no circuito da volúpia homosexual
13	O.X.	22	Solteiro	Branco	Empregado no comércio	Boa	Sanguíneo	Pai alcoólatra	Interfe-moral	Ligeira cultura	?	Indiferente a mais bela ragazza
14	T.O.	?	Solteiro	Branco	Glória do clero brasileiro (Monge beneditino)	?	Normal	Neuras-thenico, irritável, impulsivo	?	Grande erudição intelectual	?	Idoso, suas atividades androphilistas remontam a guerra do Paraguai. Vive de glórias passadas que não voltam
15	H.O.	26	Solteiro	Pardo	Empregado do comércio	Boa	Nervoso	Pai Alcoólatra e jogador Mãe religiosa	Ativo	Alguma cultura	?	Leitura de romances pornográficos.
16	M.X.	23	Solteiro	Branco	Estudante	Regular	Bilioso nervoso	Pai nervoso	Ativo	Inteligência bem desenvolvida.	?	Atração por mulheres. Natureza melancólica e solitária
17	A.V.	35	Solteiro	Pardo	Cozinheiro	Fraca	Nervoso	Pai cirrose Mãe africana	Passivo	Sem cultura intelectual	?	Submisso a humilhação servil
18	B.J.	23	Solteiro	Mulato	Criado casa de F.	Regular	Nervoso	Normal	Passivo	Rudimentar		Horror às mulheres
19	B.V.	35	Solteiro e depois Casado	Branco	Negociante	Boa	Nervoso genital	Pai alcoólatra mãe religiosa fanática	Passivo	Pouca cultura intelectual	Efeminado	Leitor de romances pornográficos.

Fonte: Pinheiro, 1898, p.70-88

Os dados constantes nesse quadro, por mim construído a partir das informações da tese de Pinheiro, precisam ser analisados com cuidado. Apesar de prolixo em explicar a atividade sexual dos indivíduos, Pinheiro é extremamente lacônico sobre o método de obtenção destes dados. Admite, porém, que alguns haviam sido colhidos de segunda mão, inclusive fruto da indiscrição de terceiros, que o próprio autor chamou de “abelhudos” (PINHEIRO, 1898, p. 76). O autor da tese extrai deles apenas duas conclusões: que o androphilismo estava disseminado por todas as classes sociais (PINHEIRO, 1898, p. 71), destoando, portanto, da conclusão de Ferraz Macedo, para quem esse vício era mais comum nas classes desfavorecidas (GREEN, 2001, p. 84) e que as causas do androphilismo eram múltiplas, podendo ir da loucura até meros excessos intelectuais e/ou físicos.

Ainda assim, pode-se chegar a algumas concepções que parecem indiretamente esposadas pelo autor. Em primeiro lugar, existiriam condições propiciadoras, como o celibato.

Das dezenove observações, quinze trazem o estado civil de maneira clara e, dessas, doze envolvem solteiros, entre os quais encontram-se três religiosos. A efeminação do indivíduo ainda é a marca mais clara de uma atividade sexual inadequada e marginal. Nesse sentido, as conclusões de James Green (GREEN, 2001, p. 77) sobre a consideração, por parte dos médicos, do comportamento feminino como sintoma mais evidente da homossexualidade é bem adequada. Permanência, evidentemente, da miríade de efeminados que desde Marinonio de Britto preocupavam os médicos baianos. Mas Pinheiro inova em outro ponto: os efeminados seriam, segundo ele, necessariamente os parceiros passivos da relação – portanto seriam os mais facilmente identificados, os doentes, de tratamento mais difícil. A observação 04, que trata de um jurista e funcionário público que sempre havia declarado optar pelo papel de ativo na relação sexual é objeto de suspeição do médico por conta de seu comportamento efeminado: “Não duvidamos, todavia, na passividade do amor androphílico deste indivíduo que, contra vontade da negação formal de suas inclinações passivas, occulta os estigmas da effeminação que confirmam-na cabalmente” (PINHEIRO, 1898, p. 75). Outro elemento importante em relação a esses efeminados seria a prostituição. As observações 01, 08 e 12 não trazem a profissão, mas sim três pontos em lugar dessa informação. Contextualmente, porém, a melhor explicação seria esta: P.V. (01), o primeiro, tem muitos amantes e descreve sua perícia na arte erótica, que supera a de seus camaradas; o segundo, O.S. (08), efeminado em excesso, usa roupas e camisas femininas, esperando por um sinal impudico nos domingos e dias santos para procurar um parceiro sexual; o terceiro, L.O. (12) seria o caso mais evidente: segundo o autor, tinha muita procura no circuito da volúpia *homossexual* (PINHEIRO, 1898, p. 71-2, 77e 80-82).

Por fim, um último elemento de importância é a questão da cor/raça. Afinal, o autor afirma, na introdução, que as influências degenerativas das aberrações sexuais, inclusive do androphilismo: “podem alongar-se até as últimas ramificações de uma famílias e estender-se até a própria raça, alimentandas pelas condições ethnicas, mesologicas e sociaes, [e] constitue, no nosso entender, um problema de suma importancia medica ” (PINHEIRO, 1898, p. 7). Contudo, há uma visível diferença no grau de importância que a raça possuía no trabalho do autor e no de Almeida, por exemplo. Para Pinheiro, ela concorreria com outros fatores para gerar sujeitos androphilistas, mas não é um fator determinante para gerar doenças, como veremos mais adiante. Ainda assim, mesmo que em grau menor, ela desempenharia um papel deletério, como as observações não indicam, ao reiterar ideias como a de que a inteligência de

sujeitos não-brancos seria de alguma maneira prejudicada em comparação com brancos, tese defendida por Nina Rodrigues em seus estudos sobre a responsabilidade penal, baseados nas diferenças evolutivas e intelectivas entre as raças e mestiços brasileiros (SCHWARCZ, 2006, p. 49). Apenas dois dos homens pardos são referidos como mediamente ligados às letras, M.N. (07), um clérigo de posição medíocre que, embora possua alguma cultura isso não reverte numa posição melhor; e H.O. (15), empregado do comércio, que ocupava-se da leitura de romances pornográficos. Os demais, os mulatos A.U. (01) e B.J. (18), possuiriam inteligência rudimentar, ao lado dos pardos O.S. (08) e A.V. (15), que não possuíam cultura intelectual. Já o preto S., sacristão, teria muito pouca cultura, sendo objeto das pilhérias dos outros sacerdotes e de olhares de reprovação pelo seu comportamento efeminado (PINHEIRO, p. 76-7, 83-4, 70-1, 86-7).

Vale observar que, segundo Pinheiro, todos os aspectos da vida dos androphilistas são governados por sua sexualidade. Nada escapa a essa libido contra-naturalis, como fica evidente na observação 09, quando o autor revela estranheza ao constatar que existem casos em que os androphilistas são perigosamente próximos do normal, honrados, bem quistos, entre outros. É como se a perversão especificasse o indivíduo, como defende Foucault na história da sexualidade ao tratar da individualização das perversões:

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma vida. também é morfologia, com uma anatomia indiscreta, e talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo, já que é um segredo que se trai sempre (FOUCAULT, 1999, p. 43).

### **2.1.2 O lugar da herança**

A herança é o elemento fundamental para Domingos Firmino Pinheiro, inclusive mais profundamente do que para Viveiros de Castro. Afinal, as influências degenerativas do androphilismo tinham efeitos terríveis, que se prolongavam no tempo, como vimos quando o autor fala das ramificações do mal na família e na perpetuidade das raças. Não é de espantar, pois, que as dezenove observações feitas pelo autor mostram preocupação com os ascendentes dos androphilistas e com seus hábitos e temperamento, na mesma medida em que ele se interessa pelo temperamento dos próprios doentes. Donde se pode concluir que, para Pinheiro, o androphilismo era uma doença que podia ter como causa elementos negativos da

hereditariedade, e essa seria a causa mais saliente do androphilismo congênito (PINHEIRO, 1898, p. 93 e 104).

A condição mórbida dos genitores, seu temperamento, moralidade e raça são componentes importantes em parte dos estudos de caso encetados por Pinheiro. O alcoolismo, inclusive, é duramente criticado pelo esculápio baiano como um fator que poderia criar uma predisposição para o androphilismo (PINHEIRO, 1898, p. 124-127). Um ancestral sifilítico, ou ascendência oriunda de um casamento consanguíneo e/ou moralmente reprovável também concorreria para levar o sujeito a desenvolver o amor mórbido por homens:

Nos genitores as perturbações consoantes com a alienação mental ou simplesmente as excentricidades, as extravagancias; a brandura ou a indocilidade, perseverança ou inconstancia; a paixão sexual, as inclinações para as artes e para as sciencias; ou pelo contrario, a indole para os vicios de todo o gênero passam por herança aos filhos, os quaes naturalmente assemelhando-se aos paes não só pelos caracteres morphologicos como tambem pelas aptidões funcçionaes physicas e psychicas [que se] perpetuam em todos os descendentes podendo chegar até a raça, as anomalias physicas e moraes dos seus ascendentes, as suas molestias ou predisposição morbidas (PINHEIRO, 1898, p. 124-5).

No seu estudo, Pinheiro utiliza a concepção de degeneração conforme proposta por Morel<sup>97</sup>, a saber, que era o resultado de uma influência mórbida de ordem física, moral ou mista que, como regra, se transmitia hereditariamente (CAPONI, 2012, p. 85-8). Pinheiro justifica usando exemplos históricos de caracteres negativos que se transmitiriam de uma geração para a outra e ao longo da história. O autor relata duas observações empíricas que envolvem famílias. Em uma delas, três irmãos, descendentes de genitores que possuíam taras psicopáticas (o pai era androphilista passivo; a mãe sofria de furor uterino – a ninfomania), eram androphilistas; um deles apenas tinha a predisposição, mas os outros dois tinham franco e evidente amor mórbido por homens na sua vertente passiva (PINHEIRO, 1898, p. 127). O

---

<sup>97</sup> Domingos Pinheiro não chega a citar Morel como uma das referências teóricas mais importantes em sua tese. Ainda assim, acredito que ele recebe essa influência por meio de Krafft-Ebing, o qual opera com o conceito de degeneração formulado pelo autor do *Traité des dégénérescences* em 1857. Alguns sinais indicam essa possibilidade: Morel dedicou boa parte do tratado para analisar os efeitos deletérios do alcoolismo sobre os indivíduos (CAPONI, 2012, p. 84). Pinheiro encampa essa tese quando elenca entre as possíveis causas do androphilismo adquirido a intoxicação alcoólica, afirmando categoricamente que: “facto importante relativamente á intoxicação vem a ser que, em regra geral, todo alcoolatra é um perverso sexual, provavelmente predisposto por causas de ordem moral como havemos de mostrar quando no occuparmos desta ordem de causas” (PINHEIRO, 1898 p. 110), além de remeter o leitor aos trabalhos de Krafft-Ebing e de Valentin Magnan como exemplos de sua argumentação. Outros autores relacionam a degeneração, hereditariedade e o desenvolvimento de vícios como a homossexualidade. Alguns leprosos, por exemplo, no estado terminal da doença, desenvolveriam um desejo sexual insaciável e chegariam a querer entregar-se ao onanismo e à pederastia (1888, p. 495). Vale ressaltar que o autor, o doutor Rego Filho, arrola o temperamento linfático e a transmissão de males hereditariamente ou pelas mães como condições propiciadoras do mal.

mais instável dos três constitui um objeto de análise bem curioso para o autor:

P.. (o mais desequilibrado dos três) com 28 anos de idade, pardo, solteiro, de constituição regular, temperamento nervoso-genital tem inclinações femininas bem manifestas procura imitar mulheres na falla, no canto, na marcha, etc.; mas tem horrorosa aversão para unir-se sexualmente com ella. Apraz-se em ver o penis o homem e sente-se bem, entretanto, em manter com elle amorosa conversação. Frequenta mictorios publicos afim de contemplar o órgão sexual dos homens, para o qual reserva todo o seu amor, toda a sua ansiedade lubrica (PINHEIRO, 1898, p. 127).

Neste caso, tal como os ganimedes e *petit-jesus* citados por Viveiros de Castro, como em “P..”, e no Traviata citado na epígrafe, a feminilidade é, simultaneamente, uma evidência de uma performance de gênero inadequada que sinalizaria práticas sexuais aberrantes, e uma doença ou uma degeneração, um desvio do tipo humano normal que se transmitia hereditariamente. A princípio apenas a predisposição ao desenvolvimento de moléstias nervosas seria transmitida. Mas quando concorriam condições ambientais, mesmo as indiretas, o surgimento e evolução de um apetite sexual normal ficaria comprometido, o que, por fim, resultaria no androphilismo (PINHEIRO, 1898, p. 129). Daí a preocupação do autor, já citada longamente no capítulo anterior, com a educação, leituras, esgotamento nervoso, etc. Esta arquitetura conceitual permite observar como o discurso sobre a homossexualidade veio a se modificar ao longo do século XIX. A denúncia moral dos anos 1850, posteriormente reconfigurada como hábito anti-higiênico pelos médicos higienistas preocupados com celibatários e escolares, tornou-se, no final do século, o resultado do acúmulo de condições anormais transmitidas aos descendentes ao longo de várias gerações na forma de uma marca visível por meio de estigmas claros que o médico poderia ler com alguma facilidade depois de treinar seu olho, entre os quais a efeminação (PINHEIRO, 1898, p. 75).

Existia, é claro, a vertente adquirida do androphilismo. Esta seria bem mais rara do que o androphilismo congênito, e via de regra teria como causa uma impossibilidade em satisfazer o sentimento sexual normal com o conseqüente aumento do sentimento homossexual. Seria um fenômeno muito comum em algumas instituições:

Em doze casos que minuciosamente conhecemos [e] estudamos podemos garantir a existencia de androphilismo adquerido e estamos certos que immenso abunda em as communidades religiosas, a bordo dos navios, na marinha, no exercito, nos collegios e seminarios, em verdade, perfeitos viveiros do amor morbidos [?] estudamos (PINHEIRO, 1898, p. 108).

Ainda assim, uma vez que um ancestral se tornasse um androphilista, alcoólatra, neurasthenico, louco, viciado em jogos ou em morfina, a predisposição para o

desenvolvimento de moléstias seria transmitida aos descendentes, e o androphilismo se tornaria congênito, isso é, a manifestação de um mal herdado. O acúmulo de comportamentos moralmente reprováveis a cada geração potencializaria o seu aparecimento, aliado com à má conformação constitutiva do aparelho genital. Em suma: a hereditariedade criaria uma predisposição mórbida ao androphilismo, que viria a aflorar caso encontrasse um ambiente fértil (PINHEIRO, 1898, p. 113).

A homossexualidade também é analisada por Miguel Calmon du Pin e Almeida em sua tese intitulada *Degenerados Criminosos*. Em comparação com Pinheiro, este trabalho é bem mais próximo de Nina Rodrigues, quer na metodologia quer no papel dado à mestiçagem como fenômeno digno de preocupações dos médicos. Almeida e Pinheiro compartilham o problema de chegar a um denominador comum na diversidade de teorias sobre a causa da degenerescência do ponto de vista físico e psicológico. Seguindo o itinerário confuso do autor, parece que a degeneração para Almeida parte do conceito amplo de Morel, de que se trata de um desvio do tipo normal humano (ALMEIDA, 1898, p. 10). Os problemas começam na detecção deste desvio. Embora muito importantes para os médicos, nem sempre os estigmas físicos corresponderiam à degeneração. Por vezes, seriam apenas evidências de uma inferioridade orgânica qualquer (ALMEIDA, 1898, p. 11-14). Tal incerteza se repete no que tange ao aspecto psíquico. Para resolver essa questão, o autor propõe como sinais os comportamentos impulsivo e obsessivo, inclusive os homossexuais. Aqui a herança de Nina Rodrigues é mais nítida, já que remetia a questão ao debate sobre a vontade livre. Almeida é um cético a respeito dessa concepção. De acordo com ele, até poderia existir alguma autonomia diante do impulso, mas a obsessão é bem mais difícil de superar. Ela ocuparia um lugar específico no espírito dos degenerados, e contra ela, nada podem fazer. A resistência não era, de maneira alguma, algo possível nesses casos (ALMEIDA, p. 22-6). Para Almeida, herança e homossexualidade estão relacionadas nesse particular. A hereditariedade comprometida poderia levar ao desenvolvimento de toda a sorte de estados mórbidos. Quando atingia o instinto genésico, poderia levar ao desenvolvimento de diversos tipos de perversão, inclusive o desejo impulsivo ou obsessivo, mas sempre impetuoso por homens (ALMEIDA, 1898, p. 41). A função genital anormal seria um reflexo do desequilíbrio cerebral que vitimava o degenerado. O autor defende que esse amor mórbido era muito comum nas prisões baianas, onde seus prosélitos assumiam uma performance de gênero diferente da masculina:

Estes indivíduos simulam ou fingem, bem ou mal, o papel que desejam representar na sociedade, são verdadeiras mulheres na voz, no andar, nos ademanes<sup>98</sup> e em todas ocasiões que podem mostrar o seu corpo delgado, fino, suas mamas um pouco salientes, a falta de barba, o fetichismo que tem, tudo isso caracteriza a sua psicopatia sexual (ALMEIDA, 1898, p. 42).

Ora, o que temos aqui é o gênero servindo de indicativo de uma falha de caráter e sintoma de uma severa degeneração. Afinal, são estes “transviados”<sup>99</sup> os tipos mais anormais dentre aqueles que ostentavam uma sexualidade anormal (ALMEIDA, 1898, p. 43). A performance contrária à expectativa social, aliada ao erotismo entre homens, precisava de algum tipo de explicação médica para domar aqueles corpos desviantes, que insistiam em não se submeter ao que era socialmente determinado do ponto de vista do gênero e da sexualidade normal. Não se trata de dizer que este processo de feminização, nas prisões, era despido de um componente de violência ou de submissão. Mas sim de insistir em apontar a transformação do comportamento feminino num elemento de alarme que deleitava o olhar vigilante da medicina legal e da psiquiatria naquele período:

[...] o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fêz-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribuiu-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias (FOUCAULT, 1999, p. 100).

Fazia-se de algo não nomeável uma coisa que podia ser alocada no campo do saber médico e, uma vez nele, sofrer um processo de incitação – afinal, aquilo que era mero indicativo de um comportamento negativo agora se tornou uma patologia, fruto de uma obsessão contra a qual nada pode o androfilista senão falar a respeito ao médico, para que esse transforme a fala desordenada dos pacientes em algo útil – e de moldagem, pois tais anomalias precisavam ser corrigidas de alguma maneira.

### 2.1.3 As causas da homossexualidade na província da Bahia

Outro ponto importante no trabalho de Almeida diz respeito à Bahia. Haveria uma predisposição maior da população do Estado para a degeneração? Para este autor, a resposta é positiva, especialmente no que toca à degeneração hereditária – ou seja, não adquirida por um meio negativo, mas herdada dos ascendentes. O cruzamento de raças que teve lugar no Estado

<sup>98</sup> Adamanes: s. m. plur. Acções com as mãos. Gestos (PINTO, 1832, sem paginação)

<sup>99</sup> Transviar (v. t.): Extraviar, desencaminhar. Fig. seduzir, desviar do dever. Tornar vagabundo, erradio (FIGUEIREDO, 1913, p. 1984).

criava uma coletividade potencialmente atingida pela degeneração ou a ela suscetível. De ordinário o mestiço baiano herdava o pior de seus ancestrais. Quando voltados ao trabalho e colocados numa posição de submissão, ainda se tornavam permeáveis ao progresso social. Mas isso significava uma fraca normalidade, que não impedia uma predisposição a degeneração à menor instigação: “O mestiço é um degenerado por defeito de uma união híbrida entre o branco, o negro e o índio. Compreende-se que da união que se dá, hão de muito naturalmente predominar os elementos mais propensos a inferioridade” (ALMEIDA, 1898, p. 70). A relação entre anormalidade, mestiçagem e acesso limitado à cidadania, que Lília Schwarcz via em Nina Rodrigues (2006, p. 59 e 52) também se repete nesse autor. Afinal, existem implicações políticas determinadas pelas condições da coletividade a que pertencem os degenerados: “Ella [a degradação] não cessou com a abolição da escravatura; os libertos de 88 terão de supportar ainda a pesada trave e por muito tempo os seus filhos trarão vestígios do mal de Morel [...]” (ALMEIDA, 1898, p. 72). Necessário atentar para a figura que Almeida escolhe, nesse caso, para tratar do tema. É uma trave, algo que impede o desenvolvimento natural.

Os fatores climatológicos, dietéticos e ambientais são os mais relevantes para Pinheiro como causas físicas gerais do androphilismo. Quando encontrasse o terreno fértil do ponto de vista da herança, o resultado tendia a ser ainda mais negativo. Nem mesmo o clima de Salvador escapou de ser apontado como causa do androphilismo: de agosto a abril os adeptos deste “culto clandestino” teriam um maior número de “prosélitos ativos e passivos”, o que se provava devido ao aumento de crimes de atentados ao pudor envolvendo homens (PINHEIRO, 1898, p. 98-102).

Almeida argumenta, ainda, que o “fetichismo” dos candomblés e das formas de culto católico influenciados por culturas africanas, criaria um ambiente moralmente propício para o surgimento de indivíduos degenerados (1898, p. 73-4). Pinheiro não relaciona androphilismo e religiões de matriz africana. Prefere deplorar os excessos ascéticos do cristianismo e as epidemias de possessão em conventos e hospitais, as quais criariam um ambiente propício para a sua multiplicação (PINHEIRO 1989, p. 96 e 136). Vale ressaltar, nesse caso, a aproximação entre o autor e Napoleão Chernoviz que, em seu *Diccionario de Medicina Popular*, qualifica as epidemias de demoníacos da Idade Média como pura histeria coletiva (CHERNOVIZ, 1890, p. 187). Mais importante para o Pinheiro eram as condições de miséria em que viviam famílias pobres, propiciadoras de um ambiente a um só tempo insalubre e

promíscuo. As crianças educadas nesses espaços estariam inclinadas a aprender costumes viciados e correr o risco de contrair o androphilismo. Na sua própria formulação,

De facto a miseria, em que adormecem certas famílias obrigando os seus membros a que vivam em completo desalinho e promiscuidade e á ,mercê de suas idéas e sentimentos modificados a cada dia com as scenas deshonestas que constituem o apanagio e o pão quotidiano dessas habitações, concorre poderosamente para o desrespeito ao pudor e á moral, conseguintemente predispondo as suas victimas aos crimes de amor illicito.

As crianças vêem e ouvem os mais revoltantes [?] de imoralidade, perdurando na imaginação destas miseraveis creaturas in extremo aptas á imitação principalmente de actos impúdicos, vão subornando pouco a pouco o territorio das faculdades superiores , agora esboçado e mais tarde invalidamente desenvolvido, por modo a constituir-se psychose, cujo principal symptoma é a perversão do instinto sexual nassuas multiplas e variadas formas.

Conta o androphilismo numerosos admiradores nas habitações da miseria – *habita* do opprobrio e da ignominia; como no palacio da opulencia – *pabulum* das bachanaes, da avareza e da desumanidade (PINHEIRO, 1898, p. 102-3).

Miséria, doença e homossexualidade estão conectados no pensamento deste autor. Sidney Chalhoub, em *Cidade Febril*, também argumentou que o imaginário do século XIX estabelece a associação entre pobreza e doença com o fim de reorganizar o mundo do trabalho no contexto do fim do trabalho escravo, necessidade que se agudizou especialmente na última década dos oitocentos. O ócio passou a ser relacionado com o perigo, a criminalidade, mas também com a ausência de disposição para o trabalho. Os ociosos, que não cultivam a virtude do labor, se tornariam por isso pobres e potencialmente danosos. Formam as classes perigosas, próximas do crime e dignas de suspeição enquanto coletividade doente no sentido físico e moral, especialmente aqueles que são maculados pelo trabalho escravo, condição que desvirtuaria os que sofrem dessa submissão e justificam intervenções de ordem higiênica (ALBUQUERQUE, 2009, p. 155-6; CHALHOUB, 2001, p. 21-5). Classes que apresentam risco de contágio, no pensamento higienista do período, acessado por médicos e agentes do Estado:

Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX e através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais.

Por outro lado, os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo. Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempos de inflação: analisavam a “realidade”, faziam diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos (CHALHOUB, 2001, p. 29).

As moradias desses sujeitos, os cortiços e habitações compartilhadas passam a ser vistos como antros de miasmas e doenças. Seus habitantes ofereciam risco de propagação do mal, além de serem moralmente reprováveis. Para evitar o contágio, era preciso empreender a higienização dos espaços. Destruir cortiços, deslocar os pobres para longe do centro, garantir novas formas de organizar o mundo do trabalho e os lugares sociais daqueles que, de alguma maneira, insistiam em desconhecer o seu devido lugar. Desde a tese de Ferraz Macedo, *Da prostituição em geral e em particular em relação ao Rio de Janeiro*, em 1872, relacionava-se condutas sexuais impróprias com a pobreza, defendendo que as condições adversas criariam um ambiente apropriado para a imoralidade. O grande problema desse autor, em comparação com os que analiso, era a exclusividade, já que esse comportamento seria típico dos mais pobres (GREEN, 1999, p. 84). Já para Pinheiro, esse mal poderia ter lugar nos palácios da opulência, bastando para isso que a família não cumprisse o seu papel moralizador. Ainda assim, ele se ocupou mais detidamente dos androphilistas mais pobres – já que seriam, para o autor, os menos preocupados em ocultar suas preferências sexuais e afetivas – e em seu trabalho caracterizou mais detalhadamente o papel da miséria como causa do que o da opulência. Assim, embora não seja um exclusivista, como Ferraz Macedo, Pinheiro oferece maiores entradas para enquadrar a pobreza dentro de sua análise do que uma eventual imoralidade das classes abastadas. Não se pode deixar de pensar que a maior parte da população de trabalhadores pobres no Brasil da época era formada por egressos da escravidão e, portando, nesse sentido, Pinheiro está relacionando pobreza e raça com a homossexualidade. Esse é um tema que Almeida desenvolveu de maneira mais direta. Afinal, elenca entre as causas da degeneração sexual o infantilismo, fenômeno que brecava o desenvolvimento de meninos mestiços e negros. Permaneceriam sempre numa quase infância, incapazes de compreender realmente os direitos e deveres exigidos pela sociedade. Essa característica criaria uma predisposição à degeneração (ALMEIDA, 1898, p. 64). Também Viveiros de Castro, já em 1895, fazia menção à miséria como uma condição arriscada para que a infância fosse corrompida, ao mesmo tempo que alertava para os que se tornavam pederastas em função de um freio no desenvolvimento normal do ser humano, devido à herança ou ao meio negativo.

## **2.2 Entre tratar e punir**

Se o problema das causas gerava intensos debates nos autores, o da terapêutica do androphilismo e/ou da degeneração homossexual pode ser dividido em dois “domínios”. O primeiro diz respeito a um tratamento que não envolvesse a detenção dos sujeitos envolvidos. A princípio, a tese de Pinheiro representa esta perspectiva. O segundo tinha uma proposta que envolvia algum tipo de isolamento do sujeito do resto da sociedade, e a tese de Almeida segue esta compreensão. Mas esses são, digamos, os dois extremos do tratamento da questão. As propostas dos autores flertam com várias posições dentro deste panorama em função do ambiente em que o indivíduo vivia, bem como do seu comportamento aberrante e mesmo de sua raça, como observado no item anterior. Mas vejamos isto com mais detalhes a seguir.

### **2.2.1 Tratamentos para a homossexualidade**

O trabalho de Pinheiro desperta um grande interesse pelo número de observações por ele feitas e também coletadas em outros estudos, as quais são analisadas de uma maneira ordenada. Treze dizem respeito à pedandrorastia, e outras 19 ao androphilismo propriamente dito. Nenhuma destas, entretanto, contém tratamentos. Estes figuram em outra parte da tese, e seu número é minguaado: apenas uma, na qual o autor apresenta o diagnóstico, o tratamento prescrito e a sua efetividade. Em outros momentos, ao se referir a métodos terapêuticos que poderiam ser adotados, Pinheiro faz referência à efetividade em um ou outro paciente, mas ou se trata de excertos da doutrina europeia, ou ele apenas cita o procedimento recomendado, sem determinar se o doente estava ou não curado.

O tratamento começava por meio do diagnóstico correto. Era indispensável saber logo se o paciente era androphilista passivo ou ativo. O primeiro tipo era identificado com os efeminados que tinham ojeriza a hábitos masculinos e Pinheiro é extremamente pessimista sobre a possibilidade de sua cura. O ativo, por outro lado, poderia chegar a vencer o amor mórbido do homem pelo homem (PINHEIRO, 1898, p. 173-4); de fato, o paciente cujo caso é referido por Pinheiro era um destes casos.

O tratamento se dividia em físico, moral e experimental, nesta ordem de importância. Exercícios atléticos, para o autor, permitiam impedir a excitação dos órgãos sexuais – sabia-se com certeza da frieza em relação ao sexo dos homens robustos, que costumavam fazer intenso

esforço muscular. Para o autor, “não há conselho moral ou religioso que valha um bom exercício quotidiano” (PINHEIRO, 1898, p. 177). Mas Pinheiro não despreza inteiramente o valor dos conselhos morais. Defende, inclusive, que existia uma maneira de torná-los mais eficientes: quando o médico, pessoalmente, ministra o aconselhamento. A palavra destes profissionais obraria verdadeiros milagres em função da profunda impressão que causavam no espírito dos androphilistas (PINHEIRO, 1898, p. 184). O experimental tinha alguns méritos. A hipnose, por exemplo, poderia gerar em um androphilista que não tinha interesse sexual pelas mulheres o desejo de praticar o coito normal. As sugestões no sono hipnótico, entretanto, possuíam limitações. Os androphilistas congênitos eram resistentes a este tipo de tratamento, bem como os passivos. A estes, na verdade, a melhor profilaxia era evitar que se reproduzissem (PINHEIRO, 1898, p. 178). A mesma tese é encampada por Viveiros de Castro (1932, p. 232-3), seguindo muito de perto as instruções de Krafft-Ebing sobre o assunto. A única forma de impedir que uma condição mórbida severa fosse transmitida – em Pinheiro e Viveiros de Castro uma patologia, em Almeida uma modalidade de degeneração – era impedir que estes sujeitos procriassem. Ou, o que era igualmente possível, impedir que estes sujeitos corrompessem outros, especialmente os predispostos mas ainda não desvirtuados. Mas voltemos ao tratamento bem-sucedido de Pinheiro: ele aconselha o desesperançoso paciente a abster-se de toda a literatura pornográfica, de bebidas muito fortes e de companhias inadequadas; banhos frios, prolongados, às cinco horas da manhã por quinze minutos, seguidos de uma rotina de exercícios físicos; e, para ser usada quando acontecessem impulsões sexuais anormais, uma mistura de brometo de kalium com cânfora durante cinco ou seis dias (PINHEIRO, 1898, p. 175-176 e 186-187). Por fim, pediu ao paciente que não se furtasse da companhia de mulheres. Despertar o desejo sexual normal era meio caminho para conseguir a cura, ou a amenização dos efeitos do androphilismo. É preciso lembrar que, ao menos desde os anos 1870, com o *Diccionario de Medicina e Therapeutica Homeopatica* de Mello Moares, a prostituição era justificada por certos governos como uma necessidade para evitar que os homens se dessem as práticas libertinas mais perigosas, como a sodomia e a pederastia (MORAES, 1872, p. 405).

Compreender a questão do tratamento em Almeida não é tarefa das mais fáceis. Operando com o conceito de degeneração dentro das instituições prisionais baianas e colocando a homossexualidade no rol das modalidades possíveis de degeneração que se encontravam entre os criminosos e alienados ali fechados, o encarceramento era uma

realidade que afetava o olhar do autor ao estudar estes corpos desviantes. Ele próprio admite que o ambiente penitenciário não é nem de longe o ideal para encetar estas pesquisas nem para tratar dos sujeitos ali internados. Apenas um terço do total de apenados trabalhava (1898, p. 95) muito embora este fosse considerado o primeiro passo para a restauração daqueles que podiam ser curados ou suficientemente tratados de sua degeneração para retomar o convívio social. Curiosa relação entre crime, trabalho e recuperação que já observamos anteriormente na tese de Patury, ao elogiar longamente a vila operária de Luiz Tarquínio como uma possível resposta aos dilemas sócio-raciais do país e seu potencial para o caos (1898, p. 39-40). O problema seguinte eram as condições da prisão celular. Sem algo que lhe ocupasse o corpo e espírito, o degenerado criminoso rapidamente ficaria remoendo ódios e paixões, e terminaria por não lucrar nada com o apenamento, senão a intensificação de seu estado mórbido. Pior: quando acontecia a ocupação de uma cela por três ou quatro indivíduos, tornar-se-ia o ambiente ideal para a promiscuidade onde a homossexualidade se propagava: “A pederastia, as relações homo-sexuais são, e nem podem deixar de ser mais frequentes, em virtude de sua inatividade quotidiana” (ALMEIDA, 1898, p. 98-9). Para evitar isto, seria necessário, segundo o autor, adotar um novo conjunto de práticas que teriam em vista a ressocialização. Primeiro separando a prisão do asilo de alienados<sup>100</sup>. Para os criminosos degenerados era uma questão de municiá-los de uma boa educação física e moral ao lado de um trabalho que os habilitasse ao convívio com a coletividade. Isolado numa célula, a salvo da promiscuidade, bem alimentado, exercitado e voltado para o trabalho: eis o caminho para a cura desses sujeitos, sobretudo dos degenerados não-congênicos (ALMEIDA, 1898, p. 105-7).

Este conjunto de instruções lembra, curiosamente, a prisão ideal que Foucault estuda em seu *Vigiar e Punir*, onde o tempo do condenado era minuciosamente controlado, suas presenças e ausências determinadas, sua conformação a um espaço mínimo bem demarcadas no regulamento:

“Instituições completas e austeras” diz Baltard. A prisão deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais do que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização é "onidisciplinar". Além disso a prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. Enfim, ela dá quase um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e castigo: disciplina despótica. Leva a mais forte intensidade todos os processos que encontramos nos outros dispositivos de disciplina (FOUCAULT, 1998, p. 198-9).

---

<sup>100</sup> O autor não trata dos alienados na tese, mas apenas dos degenerados criminosos.

Discurso utópico de um médico baiano, que certamente não tinha as ferramentas discriminadas por Foucault à disposição. Mas reflexão útil pois demonstra como o caminho do tratamento dos degenerados criminosos era extremamente difícil de se levar a cabo sem uma mudança completa nas instituições punitivas brasileiras no estado em que se encontravam. Ao remeter a cura ao plano da utopia, em última análise Almeida concorda com o diagnóstico de Pinheiro de que a terapêutica da homossexualidade era extremamente difícil. Senão pelas condições individuais dos sujeitos ou da coletividade à qual pertencia, pelas condições onde esses degenerados se encontravam à disposição da tutela do médico. Pois a prisão ideal de Almeida possui um médico e é ele quem opera a cesura entre aqueles que podem ser ressocializados e aqueles que são inapelavelmente alienados (ALMEIDA, 1898, p. 105). Seu papel naquela instituição era fundamental: cabia a ele vigiar cuidadosamente o aprisionamento daqueles sujeitos que, retirados finalmente a um livre-arbítrio meramente fictício que jamais haviam possuído, poderiam tornar-se úteis para a sociedade (ALMEIDA, 1898, p. 109).

### **2.2.2 O problema da punição**

Deveria a homossexualidade ser punida criminalmente? Eis uma pergunta de difícil resposta para os autores aqui tratados. Este tema foi, certamente, objeto de discussões apaixonadas. Dos até agora estudados, Almeida é o único que defende a inconveniência total da punição dos degenerados num modelo que não os asile ou ressocialize. Eles poderiam, inclusive, adquirir a homossexualidade nesses espaços e transmitir o mal hereditariamente, uma vez contraída (ALMEIDA, 1898, p. 42). Neste ponto, Almeida está totalmente de acordo com Nina Rodrigues quanto ao problema da responsabilidade penal daqueles que tinham os estigmas da degenerescência – o que não significava impedir totalmente a sua imputabilidade penal, mas sim criar outro regime jurídico para esses sujeitos, o qual certamente iria punir comportamentos homossexuais (ALMEIDA, 1898. p. 87; RODRIGUES, 1938, p. 214-15). Um regime penal diferente era, da mesma maneira, a tradução de um acesso diferenciado para a cidadania (SCHWARCZ, 2008, p.49).

Para Pinheiro o problema era de solução mais difícil. O capítulo final da tese é dedicado inteiramente a este tema, e deveria ser consultado por peritos para determinar, por trás de um aparente equilíbrio, hombridade, probidade de caráter, se os réus eram vítimas do

amor mórbido do homem pelo homem, evitando, assim, proclamar a inocência de quem não era exatamente culpado – mas tampouco era inocente (PINHEIRO, 1898, p. 189). O autor reconhece a importante herança dos códigos de inspiração napoleônica, que haviam resgatado os androphilistas dos bárbaros suplícios. Mas não haveria de se deixar estes sujeitos sem algum tipo de tutela jurisdicional: “A missão da justiça não é condenar a torto e a direito; e sim punir criminosos, absolver inocentes e hospitalizar alienados” (PINHEIRO, 1898, p. 197). Realizado o exame antropológico-clínico, era possível descobrir se tratava-se de um androphilista que, tomado pelo impulso irresistível causado pela doença, havia cometido um ato delituoso e, a partir daí, podia-se pedir a dirimição da criminalidade. Esta tese também é encampada por Viveiros de Castro, e a sua reflexão foi, inclusive, citada por Pinheiro. Mas para o jurista carioca a questão restava resolvida no próprio código penal. Ele punia a pederastia nos artigos que tratavam destes delitos sexuais sob a ótica da proteção das famílias e da moral pública:

Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencias ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:

Pena: de prisão cellullar por um a seis annos.

Paragrapho unico. Na mesma pena incorrerá aquelle que corromper pessoa de menor idade, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem.

Art. 282. Offender os bons costumes com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em logar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem offensa á honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalisam a sociedade:

Pena: de prisão cellullar por um a seis mezes (CÓDIGO PENAL, 1890, sem paginação).

Neste sentido, apesar de assumir uma perspectiva crítica das punições bárbaras do androphilismo, Pinheiro encampou uma tese perversa que teve implicações duradouras. A homossexualidade não vai se constituir enquanto conduta criminosa em si mesma. Ela vai ser capturada, em lugar disso, sob a bandeira da defesa da sociedade contra os desviantes, especialmente para aqueles que, como o Traviata, como Mariquinhas em 1858, como o androphilista P..., decidissem fazer de seus amores e performances de gênero uma questão pública. A esses, corresponderia a pecha de debochados, e contra eles Pinheiro afirma em suas proposições – sem a cobertura da doutrina europeia e a máscara de um cuidado para com os pobres doentes: “III O fundamento da pena nos debochados deve se fazer sentir na proporção e na contextura psychica, de seu perigo, de sua temebildade” (PINHEIRO 1898, p. 109). Os debochados eram perigosos em demasia para deixá-los de lado impunemente. Mesmo levando em consideração as condições psíquicas do indivíduo, o perigo de viver esses amores

livremente era demasiado para a sociedade brasileira. Em última análise, para Domingos Firmino Pinheiro, os homossexuais nunca eram totalmente inocentes.

Na *Gazeta Médica da Bahia* de 1893 encontramos um longo artigo do doutor Costa Dória. A pergunta que dá título ao trabalho é se o código penal deveria ser revisado a luz das novas descobertas científicas – e para isso o autor estuda cuidadosamente o texto legal. Com efeito, o código penal foi revisado em 1894, sem incorporar as reflexões intentadas por Nina Rodrigues e seus epígonos quanto a variabilidade racial das penas (SCHWARCZ, 2008, p. 49-50). Em relação a homossexualidade o autor argumenta que algumas emendas eram necessárias:

É decente e razoável não trazer para a barra dos tribunais crimes como o da pederastia de profissão; a sociedade nada lucraria com o escândalo do processo; quando porém se trata de ferimentos devido a união carnal contra a natureza, com um ou outro sexo por meio de violência, ameaça ou sedução, a lei deve punir o crime com mais severidade, para o que deve ter artigo especial (DORIA, 1893, p. 150).

A legislação penal deveria, portanto, trazer dividendos para a sociedade na hora de capturar os prazeres divergentes da norma. Muitas vezes não bastava ignorar: era preciso trazer a barra dos tribunais os sujeitos que cometiam este tipo de delito, especialmente os violentos e os sedutores. A acreditar em Viveiros de Castro, não eram poucos os processos por pederastia que ocorriam na capital do país. Muitos homossexuais, que neste ponto do livro o autor chama de pederastas e de gregórios<sup>101</sup>, eram levados a justiça, quer por meio dos instrumentos acima referidos, quer por meio de outros. Afinal, o livro das contravenções penais do código de 1890 punia também o travestimento:

CAPITULO VII  
DO USO DE NOME SUPPOSTO, TITULOS INDEVIDOS E OUTROS  
DISFARCES  
Art. 379. Usar de nome supposto, trocado ou mudado, de titulo, distintivo, uniforme ou condecoração que não tenha;  
Usurpar titulo de nobreza, ou brazão de armas que não tenha;  
Disfarçar o sexo, tomando trajos improprios do seu, e trazel-os publicamente para enganar:  
Pena: de prisão cellular por quinze a sessenta dias.  
Paragrapho unico. Em igual pena incorrerá a mulher que, condemnada em acção de divorcio, continuar a usar do nome do marido (CÓDIGO PENAL, 1890, sem paginação).

---

<sup>101</sup> Gregório foi um androphilista ativo no Rio de Janeiro que foi processado por corromper menores, aproximando-se deles sob o pretexto de ensinar jogos de bilhar aos moços. Por conta disto, na gíria popular da época, os androphilistas ativos são chamados de gregórios (PINHEIRO, 1898, p 70).

Nesse fim de século, em que era preciso determinar muito bem os lugares de cada um no corpo da nação, até o vestir passava a figurar como preocupação penal. Não era, por certo, um crime da mesma estatura do atentado ao pudor envolvendo homens, tão comuns em Salvador de agosto a abril, segundo Domingos Pinheiro. Mas, mesmo assim, vestir-se destoando das expectativas do gênero era assumir uma performance criminalizável. Não se trata, aqui, de enquadrar como homossexuais pessoas que eventualmente poderiam ter sido o que hoje chamamos de transexuais, travestis e/ou transgêneras. Trata-se, isso sim, de compreender que o uso de roupas femininas e/ou a adoção de um comportamento efeminado era parte do quadro que estes médicos estavam montando para entender o que era a homossexualidade. Tal como nos anos 1850, quando o libertino, especialmente efeminado, era culpado do abastardamento das raças e da queda das civilizações (BRITTO, 1853), a relação ambígua com o feminino era o sinal distintivo mais saliente para os médicos da existência de algo errado do ponto de vista patológico na sexualidade destes sujeitos. Androphilistas passivos e congênitos, degenerados, pederastas, homens com almas de mulher, *petit-jesus*, Traviatas e Gregórios, todos colocavam em risco de contágio a sociedade brasileira – e por isso o seu prazer deveria ser capturado e incessantemente interrogado pelos médicos, quando não levado a barra das prisões.

### **Considerações finais:**

A homossexualidade, como podemos ver até aqui, passou por um longo processo de transformação: da denúncia moral dos primeiros tempos, expressa nas teses de Britto e Barroso, para o regime da higiene que normatizava famílias e estudantes. Este apresentava os adeptos de práticas homossexuais como vítimas de um sem-número de estados mórbidos e patologias em função de práticas sexuais e afetivas divergentes, e não de uma doença em particular. Evidentemente, há uma relação entre sexualidade fora de controle e desvirilização. Emasculado, gasto, o efeminado e pederasta legaria uma fraqueza constitutiva aos seus descendentes, o que comprometia o futuro da nação. Era preciso, portanto, impedir que os sujeitos adotassem esses hábitos sexualmente negativos, impróprios também do ponto de vista do gênero.

Conforme se avizinha o final do século, toda a sorte de práticas sexuais, performances

de gênero e estigmas corpóreos que fugiam a um determinado modelo de sexualidade considerado normal dentro da masculinidade foram transformados em uma doença, sinal de uma anormalidade essencial e indício de condutas patológicas e/ou criminosas. Não é uma luta contra monstros insidiosos, indivíduos pouco visíveis, ou por um futuro distante, abstrato. É um processo de proteção da sociedade brasileira contra uma classe de indivíduos que representavam uma ameaça real. O androphilista é o fruto de uma anatomia ou psicologia doente, e, como tal, inabilitado para a cidadania. Na melhor das hipóteses, era um homem incompleto e degenerado que, com ajuda do médico, poderia viver em sociedade. Na pior era um risco para si, para seus descendentes e para a coletividade.

Evidentemente, essas duas maneiras de nomear e caracterizar os homossexuais estavam presentes na mentalidade do período. Era um tema compartilhado por medicina legal e higiene, utilizado para impedir que práticas sexuais despontassem ou, a posteriori, para estigmatizar definitivamente determinados sujeitos colocados sob análise de um perito.

Além disso, diante das transformações que a sociedade brasileira passava nos últimos anos do século XIX, era preciso manter o *status quo* de certos setores. As elites que haviam capitaneado a mudança de regime não desejavam que as hierarquias sociais consolidadas se modificassem. Assim, a raça torna-se categoria analítica para interpretar a realidade discutindo ao mesmo tempo a viabilidade nacional e as dificuldades sociais que só poderiam ser solucionadas pelo branqueamento e pela tutela benevolente que médicos, juristas, teóricos da educação etc., defendiam ser necessária. A homossexualidade se desenvolve como doença em paralelo ao uso da raça como categoria analítica, e as duas muitas vezes vieram a se conectar. Nina Rodrigues, por exemplo, entendia que a homossexualidade era um dos sinais da degeneração de certos sujeitos. Manuel Calmon du Pin e Almeida é mais direto: a homossexualidade constituía uma das modalidades de degeneração, e a sociedade baiana, como era mestiça, estava predisposta a degenerar. Em Pinheiro, a relação com a raça é mais sutil, mas não menos significativa. O autor identifica cor da pele e inteligência, termina por transformar a etnicidade numa das causas possíveis do androphilismo ao se referir a uma hereditariedade negativa. Mais: a miséria e a conseqüente dissolução dos costumes naqueles que viviam em condições inadequadas criaria um ambiente fértil para o contágio e desenvolvimento, tal como defende também Viveiros de Castro. As classes pobres, que viviam na miséria material e moral, gerariam aqueles homossexuais mais visíveis, que incorreriam, por exemplo, no crime de sedução, e que deveriam sofrer as penas da lei.

Justamente o mesmo grupo que, desde a segunda metade do século XIX, sofria intervenções higiênicas no seu cotidiano.

Nesta questão em particular, relacionada ao diagnóstico, está um dos incômodos que o leitor da tese de Pinheiro mantém ao longo de todo o texto. Apesar de citar vastíssima biografia, de buscar precedentes históricos, de tentar justificar suas posições com base em observações, de assumir, enfim, um lugar de suposto saber para interrogar todo aquele que o autor julga suspeito de ter contraído o androphilismo, a verdade é que a homossexualidade e todo o aparelho punitivo a ela associado está no olho de quem vê. Interrogar a hereditariedade, observar a constituição, atentar para eventuais costumes dissolutos, para o comportamento efeminado, para os olhares dos pacientes em direção ao sexo de outros homens, todos esses elementos estão subordinados a um “não sei o que” que decide seguramente o diagnóstico do androphilismo (PINHEIRO, 1898, p. 166'. Ao fim e ao cabo, a homossexualidade/androphilismo é, realmente, uma invenção do olho treinado de Pinheiro (e dos outros médicos), uma captura que deleita o pensamento do autor quando valoriza o “olho experiente” como principal ferramenta de combate contra uma multidão com afetos, performances de gênero e de sexualidade que parecem totalmente fora de lugar.

Discretamente divididos pelos doutores entre os curáveis, vítimas do amor mórbido, a quem seria injusto punir, e os debochados que viviam e celebravam o amor entre homens, que lugar deveria ser dado a esses sujeitos no corpo da nação brasileira? Mais: como construir uma nação viável com uma matéria-prima tão inadequada do ponto de vista médico? A resposta, ao cabo, parece ser a exclusão do corpo social na forma da violência policial e do asilamento em instituições corretivas e penais, ou uma (in)tolerância relativa que, de forma autoritária, marcava esses sujeitos com o estigma da ojeriza social por meio de charges, sátiras jornalísticas, pilhérias e comentários indiscretos.

### **Conclusão: a emergência de novos discursos para velhos sujeitos**

Há uma nota muito curiosa no trabalho de Viveiros de Castro e outra no de Manoel Bernardo Calmon du Pin e Almeida. As duas se referem a obras literárias datados da última década do século XIX. A primeira obra é o romance português *Barão de Lavos*, da autoria de Abel Botelho, em que um aristocrata decadente se apaixona por um rapaz ao qual termina por idolatrar loucamente. Nem família nem moral nem fortuna impedem o barão de Lavos de se dedicar ao seu amado Eugênio, até que termine por esgotar toda a sua virilidade, fortuna, respeitabilidade social e deixe de ser homem (VIVEIROS DE CASTRO, 1938, p. 210). Seu destino final é a prostituição passiva, uma *tia*<sup>102</sup> qualquer perdida pelas ruas de Lisboa, a desafiar as leis da moral e compor o elenco das vítimas dos males da sociedade de fins do século XIX. O título da coleção, *Patologias Sociais*, que foi inaugurada com o livro de Botelho, reforça esse pensamento. Tal como o estudo de Marinonio de Britto, em 1850, e as teses médicas sobre o celibato e infância nos anos 1870 e 1880, literatos e médicos no final do século XIX estavam preocupados com um fenômeno: como impedir que certas doenças e doentes escapassem do espaço bem-conformado de suas patologias e amores mórbidos para infectar a sociedade? E como construir uma nação moderna a partir de tal material, eivado de doenças? Como, em suma, retirar o insidioso do seu campo secreto, que os médicos moralistas e higienistas a princípio desconheciam, para depois se preocuparem seriamente com a presença destes sujeitos de tão difícil classificação?

Este problema só poderia ser resolvido, para esses médicos, por meio de um processo de conhecimento. Como diz Foucault em *A vontade de saber*, tratava-se de realizar um processo de rarefação, de controle e limitação de quem está autorizado a falar a respeito do domínio da sexualidade. A fala sobre o sexo, sobre a sexualidade, sobre os desvios sexuais com um fim útil devia ser feita por um especialista (FOUCAULT, 2001, p. 98-108). Processo que, nos anos 1850, elege alguns alvos preferenciais da intervenção médica, os quais ou são loucos monomaniacos, ou, pela prática de uma sexualidade desequilibrada pelo excesso ou pela falta, poderiam prejudicar a sociedade brasileira. Em 1870, começa a associar equilíbrio, sexualidade sadia e casamento – o celibato passa a figurar como o refúgio dos devassos que escapavam da lei natural do matrimônio. Pior: casavam-se tarde, levando para as famílias as doenças adquiridas em seus excessos lúbricos. Processo que visa, em suma, produzir um

---

<sup>102</sup> Tia era o apelido dado aos homossexuais mais velhos, que viviam da prostituição, sobretudo passiva, e do roubo. É um *petit-jesus* crescido (VIVEIROS DE CASTRO, 1932, p. 223).

discurso verbal e não verbal sobre o sexo, expresso na escola-modelo eloquentemente defendendo a construção de um corpo sexualmente saudável inclusive pelo tamanho da mobília escolar e pela quantidade mínima de ar para cada aluno. Negando, em cada uma dessas operações, a possibilidade daquilo que era vivenciado no cotidiano pelos estudantes: afetos que fugiam a norma do relacionamento homem-mulher, e sobre os quais os responsáveis vão desenvolver quase uma histeria coletiva. Aristarco, no seu pesado discurso sobre a Pentapolis, convoca uma farsa de justiça no Ateneu apenas para fixar, no espírito de Sérgio, a existência desse repertório de ações adequadas e inadequadas. O médico barão de Macaúbas que se oculta na figura jupiteriana do diretor do Ateneu pondera a perda financeira que as expulsões podem lhe causar, e termina escolhendo como saída defender o valor de educar “pelo exemplo”, e não pela punição; expulsar não é educar, pensa Aristarco, antes de permitir que Cândido/D. Cândida permaneça no colégio (POMPEIA, 2005, p. 205-216). Educar é transformar o sujeito num membro aproveitável da sociedade, usando para isso coerções, mas também a instrução, a educação física e moral, a alimentação, etc. É preciso se moldar ao que é considerado útil, modelar, belo e digno do homem: eis a lição que Sérgio, Bento Alves e Cândido/D. Cândida pareciam tão renitentes em aceitar! Embora Cândido/D. Cândida tenha continuado no Ateneu, embora Sérgio, nas suas memórias, pondere sobre a ineficiência da escola em coibir atos e afetos, a verdade é que a ameaça da punição e o medo daí decorrentes são mais eficientes na criação dos sujeitos higienizados do que o justicamento de Cândido. A instituição, nesse caso, cria o repertório sob o qual Sérgio, Bento, Sanches e os outros podem se autonomizar e criar alternativas – mas não escapar totalmente, pois é necessário por vezes negar a efeminação, por vezes aceitar a submissão de protegido para sobreviver.

E que sociedade doente esses sujeitos haviam ajudado a criar, segundo os médicos? A multidão de Sérgios, Bentos, a referência ao barão de Lavos, indicam uma pista. A menção que Viveiros de Castro faz a um aristocrata do império do Brasil que vivia cercado de amantes e admiradores indica outra. Este não discursava na tribuna porque era gago, mas essa não foi a razão pela qual nunca foi feito senador (embora ele tenha sido nomeado Presidente de Província, tal como o Dr. Gustavo segundo o satírico *Os Defunctos*). Sua notória inversão sexual é que o havia desclassificado aos olhos de Sua Majestade Imperial, mesmo quando concorrera com homens que eram nulidades completas (VIVEIROS DE CASTRO, 1938, p. 220-1). Sociedade decadente, também povoada pelos objetos de estudo de Domingos Firmino

Pinheiro, onde figuram famosos homens de letras, políticos e “glórias do clero brasileiro” (1898, p. 72-3 e 83). Para proteger a sociedade era preciso entender o que esses sujeitos sofriam e, se possível, ajudá-los. Quando eram colocados na posição de pacientes, tinham acesso a algum tipo de tratamento na forma de internamento e/ou de dietas, exercícios físicos, viagens, etc. (PINHEIRO, 1898, p. 171-187). Não quero, com isso, sugerir que se tratava de uma posição fácil. Havia grande sofrimento psicológico e físico da parte desses sujeitos retratados com grande maledicência pelos médicos e o jurista supracitados que, a despeito de ajudar os enfermos, na maioria das vezes, queriam era puni-los e/ou asilá-los. Afinal, o tratamento ocorria em lugar da prisão, mas sob uma condição muito dura: não poderiam procurar seus afetos desviantes. Era preciso aceitar o lugar de doente/anormal sem poder expressar e buscar o seu prazer perigoso. Viveiros de Castro justifica isso ao lembrar que os uranistas são seres pacatos, tranquilos, que na verdade possuíam verdadeiro horror às relações homossexuais (VIVEIROS DE CASTRO, 1932, p. 229-30). Não buscavam, portanto, consórcios infames, nem eram eles passíveis de punição, ao contrário das *tias* e *ganimedes*, dados a excessos e à prostituição. Pinheiro defende, na prática, a mesma atitude ao propor a punição dos debochados e o tratamento (quando possível) dos androphilistas estigmatizados e dos que a ele se davam por loucura (PINHEIRO, 1898, p. 208-9). Daniel Welzer-Lang formulou, em seus trabalhos, o conceito de tolerância opressiva para explicar o surgimento de uma posição social que, sem abandonar o heterocentrismo, admite a concessão de alguns direitos aos homossexuais (WELZER-LANG, 2001, p. 468). Apesar de tratar de questões históricas das últimas décadas do século XX, acho que esta fórmula permite explicar a experiência dos homossexuais que, não pertencentes as classes pobres, podiam construir para si um incômodo (e frágil) lugar de sobrevivência na sociedade brasileira de então, incessantemente buscados pelos médicos da época.

Pode-se argumentar que os homossexuais da elite brasileira, ou que se pautavam pelos hábitos, comportamentos e valores dessa classe social podiam contar com uma relativa discricção de seus pares e ampla margem de ação. Algumas vezes, ocupavam cargos de destaque e tiravam vantagens de posição de poder, como o general que sodomizava seus cadetinhos (PIRES DE ALMEIDA, 1903, p. 360). Mas a realidade é que, na maior parte das vezes, passavam por algum constrangimento social, como foi o caso do político do Império citado por Viveiros de Castro e das observações de Pinheiro. Esses sujeitos retratados com alguma maledicência pelos médicos e o jurista supracitados viviam numa posição bastante

complicada. Frequentemente, tinham que arriscar viver um prazer que a sociedade descrevia como mórbido, que a qualquer momento poderia se converter em objeto de interrogação, em algumas hipóteses, de chantagem e, em outras, de punição criminal (VIVEIROS DE CASTRO, 1898, p. 277). Viver, em suma, sob um perpétuo medo do escândalo e da descoberta, no entesouramento e defesa da honra – caminho que, em seu extremo, poderia levar a atitudes sem volta. O exemplo, aqui, é Raul Pompeia, que se suicidou em razão das insinuações sobre a sua sexualidade indiscretamente disseminadas em alguns periódicos para desqualificar a militância política pró-florianista do autor do *Ateneu*. Por trás da propalada esquisitice de Pompeia, a pergunta é a seguinte: poderia um homossexual, um esquisito desonrado, participar dos debates políticos brasileiros? Para os jornais e para o próprio Pompeia a resposta parecia ser negativa. Faltava a componente fundamental de ser um homem de honra, a respeito de quem não pesasse qualquer dúvida, por menor que fosse (MISKOLCI e BALIEIRO, 2011, p. 81-5). Na melhor das hipóteses este sujeito era digno da piedade social, desde que conformado aos estreitos limites de um doente, de um homem com alma de mulher, para quem todas as incursões na esfera pública eram dignas de preocupação e escárnio social. Barreira do tolerável expressa no Código Penal por meio da proibição do desenvolvimento de afetos ou da procura por eles em locais públicos – poderiam figurar, no juízo, como sedução que atentava ao pudor ou ofensa aos bons costumes – sem contar o escândalo oriundo daí. O escândalo, aliás, era uma possibilidade que rondava todo aquele que ousava fugir aos padrões de masculinidade, nos seus amores, mas também em questões aparentemente tão pequenas como a maneira de se vestir. Afinal, este período também é caracterizado pela sátira generalizada contra os bem-vestidos dândis tropicais. Preocupar-se excessivamente com a toailete é pouco masculino, e indica a possibilidade de amores inadequados – não eram todos os androphilistas congênitos passivos de Pinheiro efeminados terríveis, em busca de tráfico infames? Daí os comentários jocosos na imprensa a respeito do rei de todos os dândis, João do Rio, que tanto dificultaram sua carreira – Machado de Assis e José Veríssimo teriam feito campanhas contra sua indicação para a Academia Brasileira de Letras em razão de sua torpeza moral (GREEN, 2001, p. 99-100). Daí, no extremo, o artigo do Código Penal de 1890 que punia o travestimento (CÓDIGO PENAL, 1890, sem paginação).

Surge, pois, uma nova forma de nomear certas personagens da fauna urbana. Portadores de uma sexualidade insidiosa e de uma performance de gênero inquietante, que

destoava das normas vigentes. Sujeitos ameaçadores, em suma, que não vão cessar de aparecer no catálogo dos doentes, de passar por terapias ou por processos de vigilância e punição social ao longo da segunda metade do século XIX e de grande parte do século XX. Sujeitos execrados e perigosos, porque seus amores questionavam a masculinidade de todos os outros que os cercavam. A afirmação da masculinidade era algo para ser realizado em público, e a presença desses sujeitos precisava ser conjurada por meio de uma afirmação pública. Expressa no traje próprio do homem, no seu jeito de corpo, nos seus afetos, no seu ponto mais íntimo da psique. Tudo para evitar se ver na pele das caricaturas de homens, que vimos no capítulo 2, ou na iminência de se converter em um efeminado. Amor pelas mulheres, comportamento viril, desprezo pelo efeminado androphilista: equilíbrio por vezes difícil de manter.

Mas ao lado dessa figura dos salões da *belle époque* brasileira havia outras, mais perigosas, e o Código Penal estava especialmente preocupado com esses indivíduos. Seu espaço de manobra era ainda mais difícil de controlar nesse final de século XIX. Viviam nos cortiços, como o afeminado Albino, que trabalhava ao lado das lavadeiras, “cor de aspargo cozido” com seu “pescoço molle e fino”, e que saía do São Romão apenas no Carnaval, vestido de baiana. Quando se aventurou fora do seu habitat natural e fora da época festiva, foi espancado por estudantes de uma república (AZEVEDO, 2014, *passim*). Viveiros de Castro indica a sua existência ao falar de um julgamento de que participou em 1891: “Eu ja accusei no jury um capoeira que em 1891 na travessa da barra tentou assassinar um cocheiro por este ter seduzido o seu ephebo” (VIVEIROS DE CASTRO, 1838, p. 222). Pinheiro, igualmente, anota muitos casos de ciúmes e expressões apaixonadas e violentas do amor mórbido em setores subalternos. Uma delas, especialmente longa e tórrida envolve dois marinheiros:

A.U. mancebo de 18 annos de idade [mulato?] de temperamento lynphatico-nervoso, constituição [?] debil, typo insinuante de maroto, olhos castanhos quebrantados, intelligencia rudimentar, moço de recados de um dos paquetes do Lloyd Brasileiro ignorantemente cevava a bulimia sexual que devorava a T. despenseiro no mesmo navio.

O ciume de T. pelo jovem era extraordinario.

Um bello dia, achando-se o paquete surto no porto da capital da Republica, AU. Pede licença ao seu chefe para dar um passeio na cidade com o fim de provavelmente esparecer-se dos vicios bordelescos e das increpações ciumentas do amante.

Foi bastante para que este o encontrasse em uma das ruas do Rio de Janeiro com uma mulher em amistosso colloquio para sacar de um canivete, ferindo o infeliz moço em parte que, não sendo mortal, fel-o enfermo por alguns dias.

Victima, pois, da obsessão do amor foi <sup>a</sup> U. pelo próprio amante conduzido á casa de um amigo que, estimando também o amor entre os homens, procurou ocultar o delicto.

No principio da catechese do libido morbido A. U. só consentia *coitus inter-femora*;

mais tarde, porem, pedia para *penem in anum arrigere* e logo depois *ejaculatio, in os*<sup>103</sup>. Seus paes a avós nada soffrem (PINHEIRO, 1898, p. 72-3).

Salvo o lugar, não se trata quase do resumo da história de Aleixo e de Amaro, até mesmo nos papéis sexuais que cada um deles desempenhava na relação? Talvez a leitura do romance a esta altura seja útil. *Bom Crioulo* é a história de Amaro, escravo fugido que se torna um marinheiro exemplar – até o dia em que conhece e desenvolve uma paixão enlouquecida por Aleixo, o loiro e delicado grumete do navio. Os dois terminam por se envolver afetivamente, ao extremo de levar uma vida matrimonial em uma pensão na periferia do Rio de Janeiro. Mas o casamento dos dois tem um fim trágico: Amaro desconfia das ausências do esposo quando passam a trabalhar em embarcações diferentes. Um dia, vai clandestino ao Rio de Janeiro e não encontra Aleixo em casa, nem consegue se comunicar com ele – na verdade, o grumete havia se envolvido com dona Carolina, a dona da pensão. Amaro se entrega a bebida, é preso na capital e, depois, remetido ao navio onde é duramente castigado. Termina hospitalizado em terra, mas foge e encontra Aleixo e D. Carolina na multidão. Louco de ciúmes, mata o jovem grumete (CAMINHA, 2014).

Para Amaro/T, com seu amor mórbido, violento e aberrante por Aleixo/A.U. nada que não o cárcere e o laboratório dos peritos legais. Encontrados os estigmas corpóreos de sua degeneração, ao lado do que Almeida chamaria de obsessão por homens, fruto da degenerescência, e Pinheiro de androphilismo – nesse caso sem saber se congênito ou adquirido – resta a atitude de Viveiros de Castro: que seja punido, pois trata-se de uma fração perigosa do corpo social, a exemplo do capoeira que acusou no júri. Partes de um problema racial e patológico Amaro e Aleixo, isto é, os androphilistas pobres, potencialmente perigosos, violentos, contagiosos precisavam ser silenciados de alguma maneira. Não admira que o segundo morra pela navalha do primeiro já que, em última análise, essa era a terapêutica que Pinheiro e Viveiros de Castro propõem em suas duas obras para afinal resolver o problema da homossexualidade: estes sujeitos marcados por perversões, era melhor que não se reproduzissem.

Nesse caso, romances e teses partilham o mesmo conjunto de enunciados que se relacionam e confirmam, um novo discurso para velhos sujeitos da vida urbana brasileira. Estes sujeitos que amam morbidamente outros homens são tidos como libertinos e/ou doentes, e desta forma precisavam ser tratados. A sua judicialização era desejável, especialmente

---

<sup>103</sup> *Penem in anum arrigere*: excitar o pênis no ânus; *ejaculatio, in os*: ejacular na boca (MOTT, 1999, sem paginação).

quando fugiam aos limites da moral e dos bons costumes. Eram um indício da degenerescência da sociedade brasileira do final dos oitocentos e começo dos novecentos, e, portanto, era preciso recorrer aos saberes da medicina para salvar e sanear a sociedade ameaçada por esses doentes. Ou, ao menos, para indicar os alvos preferenciais de forças punitivas da nação. Esse discurso médico sobre a homossexualidade, compartilhado por outros setores da sociedade, em conjunto com discursos sobre libertinagem, decadência, raça e o perigo de contágio dos pobres por vezes era vivido em dois regimes de captura do prazer: um para os homens da elite, que se educavam em colégios e reproduziam os setores dirigentes da sociedade, produtor de um conjunto de práticas discursivas de corpo, gênero e sexualidade que rejeitavam e temiam qualquer ambiguidade na masculinidade dos indivíduos, execrando a feminização e exaltando virtudes como virilidade e honra; e outro para os que deveriam se conformar ao trabalho, sustentar a estrutura sócio-cultural hierárquica e violenta, vigente no país, para os debochados que, como o Amaro, Albino, Aleixo, viviam em perpétuo desafio de normas hierárquicas de classe, gênero e raça ao mesmo tempo que desejavam amores desviantes.

## Referências:

### Teses Inaugurais:

ALBUQUERQUE, Francisco Julio de Freitas e. **A monomania**. 1858. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia de Carlos Poggetti, 1858. 32 p.

ALMEIDA, Manuel Bernardo Calmon du Pin e. **Degenerados Criminosos**. 1898. Tese (Doutorado) - Bahia: Lytho-tipografia de e encadernação V. Oliveira & C, 1898. 130 p.

ARAÚJO, Ladislau José de Carvalho e. **Influencia do celibato sobre a saude do homem**. 1870. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia de Camillo Lellis Masson & C., 1870. 27 p.

BARROS, Francisco Borges de. **Influência do Celibato sobre a saúde do homem**. 1869. Tese (doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia do Diario, 1869. 20p.

BARROSO, Sulpício Geminiano. **Breves considerações acerca do onanismo ou masturbação**. 1853. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia de Luiz Olegario Alves, 1853. 20p.

BRITTO, Marinonio de Freitas. **A libertinagem e seos perigos relativamente ao physico e moral do homem**. 1853. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Tipografia de Vasco Carneiro D'Oliveira Chaves, 1853. 34 p.

CALDAS, Claudemiro de Moraes e. **As raças humanas provieram d'uma só origem?** 1868. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia de Camillo de Lellis Massons & C, 1868. 38 p.

CARVALHO, Manoel Frederico Affonso de. **Corpos estranhos no recto e seu tratamento**. 1882 Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia do diario daa Bahia, 1882. 46 p.

COLLET, Agnello Geraque. **Hygiene Escholar.** 1885. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia de Hermenegildo Olavo de França Guerra, 1885. 66 p.

DENNEHY, C. G. **Fissuras no anus ou ulcera dolorosa do rectum.** 1864. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia de Camillo de Lellis Massom & C, 1864. 7 p.

LEMOS, João Pinheiro. **Breves considerações acerca do celibato professado pelas mulheres.** 1851 Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia - Typografia de Carlos Poggetti, 1851. 20 p.

LOBO, Francisco Candido da Silva. **Apontamentos para o estudo da Hygiene Escholar.** 1895. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina e Pharmacia da Bahia. Bahia: Imprensa popular, 1895. 52 p.

MARQUES, Saulo Theotonio. **Influencia do celibato sobre a saude do homem.** 1870. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia do Diario, 1870. 19p.

MARQUES, Umbelino Heraclio Muniz. **Hygiene Pedagogica.** 1886. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Imprensa Econômica, 1886. 56 p.

PIMENTEL, Ignacio Luiz de Verçosa. **Casamentos illegitimmos diante da Higiene.** 1864. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia Poggetti de Tourinho.

PINHEIRO, Domingos Firmino. **O androphilismo.** 1898. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina e Pharmacia da Bahia. Bahia: Imprensa Economica. 215 p.

REBELLO, Eugenio Guimarães. **As raças humanas descendem de uma só origem?** 1869. Tese (doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia do Diario, 1869 22 p.

REQUIÃO, Domingos Alves. **Objectos Estranhos no recto e no anus.** (1882). Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Lytro-typografia de João Gonçalves

Tourinho, 1882.34 p.

PATURY, José Lopes. **Hygiene Escolar**. 1898. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina e Pharmacia da Bahia. 118 p.

PITOMBO, Carlos Antonio. **Apreciações acerca dos exercicios phisicos nos internatos e sua importancia prophylactica**. 1900. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina e Pharmacia. Bahia: Lytho-Typografia e Encadernação (?) & C. 59 p.

SILVA, Fruchoso Pinto da. **Hygiene dos Collegios**. 1869. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia de F. Felix Bahia, 1869. 28 p.

VELHO, Joaquim de Sousa. **Pode-se admitir uma medicina substitutiva?** 1845. Tese (Concurso à cadeira de Materia Medica, Therapeutica e Arte de Formular). Bahia: Typografia de Epifanio Pedroza, 1845. 16 p.

#### **Obras de referência:**

NINA RODRIGUES, Raimundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. 272 p.

PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. **Homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro)**: estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital. Rio de Janeiro: Laemert, 1906.

ROCHA, Justiniano José da. **Compendio de Historia Universal**. Historia Antiga. Rio de Janeiro: Typografia do Regeneador, 1860. 193 p. vol. 1.

VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. **Attentados ao pudor**. Estudo sobre as aberrações do instinto sexual. 3d ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.

## Dicionários

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias**. 6. ed. consideravelmente aumentada, posta a par da ciência. Paris : A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 v.

FIGUEIREDO, Cândido. **Novo Diccionario da língua portuguesa**. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899. 2 v. 899 p.

\_\_\_\_\_. Novo Diccionario da Língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>> . Acesso dia 10 de out. de 2015.

MORAES, Alexandre José Mello. **Diccionario de Medicina e Therapeutica homoeopathica ou a homoeopathia posta ao alcance de todos**. Rio de Janeiro: Typographia nacional, 1872. 578 p.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia de Silva, 1832. Sem paginação.

## Legislação:

BRASIL. Carta da Lei de 25 de Março de 1824. **Constituição Política do Império do Brazil**. Diponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso dia 12 de dez de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei de 16 de Dezembro de 1830. **Código Criminal do Império do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso dia 21 de mar de 2013.

\_\_\_\_\_. Lei de 29 de Novembro de 1832. **Código de Processo Criminal do Império do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm)>. Acesso dia 12 de jun de 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 828, de 29 de setembro de 1851. **Manda Executar o regulamento da Junta de Higiene Publica.** In: <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>>>. Acesso dia 10 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.029 de 9 de janeiro de 1881. **Reforma a legislação eleitoral.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>>. Acesso dia 02 de nov. de 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 847. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1890.** Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso dia 12 de mai de 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de Fevereiro de 1891.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso dia 12 de mar de 2015.

SALVADOR. Posturas da Camara Municipal da Cidade de S. Salvador Capital da Provincia da Bahia. Bahia: Typografia Constitucional, 1973

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. **Consolidação das Leis Civis.** 3 Edição. Rio de Janeiro: Garnier, 1876.

### **Doutrina Estrangeira:**

KRAFFT-EBING, Richard Freiherr von. **Psicopathia Sexualis.** with special reference to Contrary Sexual Instinct. Philadelphia: The F. A. Davis Company, publishers, 1894. 436 p.

VIREY, Julien Joseph. **De la femme, sous ses rapports physiologique, moral et littéraire.** Paris: Chez Crochard, Librairie, 1825. 424 p.

\_\_\_\_\_. **Histoire naturelle du genre humain.** La Haye: Chez G. Vervolet, Librairie. 1834. 360 p. Vol. 4

### **Literatura:**

ALENCAR, José de. **Diva—perfil de mulher.** Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864. 164 p.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço.** Cotia: Ateliê Editorial, 2012. 384 p.

\_\_\_\_\_. **Casa de pensão.** 6.ed. São Paulo, SP: Ática, 1991. 192 p.

CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo.** Cotia: Ateliê Editorial, 2014. 226 p.

FREIRE, Junqueira. **Contradições poéticas e inéditas.** Salvador, BA: Janaína, 1970. 2v. ('Os baianos')

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As vítimas-algozes: quadros da escravidão.** São Paulo: Editora Difusão Cultural do Livro, 2006. 200 p

POMPEIA, Raul. **O Ateneu.** Crônica de saudades. 2ª Edição. Cotia: Ateliê Editorial, 2005. 321 p.

PETRONIO. **Satiricon.** São Paulo, SP: Abril Cultural, 1981. 207p.

QORPO SANTO (José Joaquim de Campos Leão). **A separação de dois esposos.** Comédia em três atos. In: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003007.pdf>>. Acesso dia 15 de jun de 2015.

### **Periódicos:**

ALMANACH DAS FAMILIAS. Aprovado por S. Ex<sup>a</sup> Revm<sup>a</sup> o Arcebispo... Bahia: Lithotypografia de J. G. Tourinho. 1877.

ALMANACK DO DIARIO DE NOTICIAS. Bahia: Typografia do Diario de Noticias. 1881-1885. Anual.

A EVOLUÇÃO. Revista Acadêmica. Bahia: Typografia Constitucional. 1879. Mensal.

A MARMOTA. Salvador: 1849-1850. Tipografia de E. Pedroza. Semanal.

A UNIÃO. Jornal politico, literario e commercial. Bahia: Typografia da União. 1852-4. Semanal.

BAHIA ILLUSTRADA. Bahia: Typografia do Pharol. 1867. Semanal.

CORREIO MERCANTIL. Jornal politico, literario e commercial. Bahia: Typografia do Correio Mercantil. 1836-1849. Diário.

DIARIO DE NOTICIAS. Bahia: Typografia a rua das princesas. 1873-1897. Diario.

ÉTUDES SUR L'HELLÉNIE. Depois les Temps Préhirotiques jusqu'a a la LX<sup>a</sup> Olympiade. In: BULLETIN DE L'ACADÉMIE D'HIPPONE. Société de Recherches Scientifiques et d'acclimatation. Bone-Paris, 1869. 64 p.

\_\_\_\_\_. BULLETIN DE L'ACADÉMIE D'HIPPONE. Société de Recherches Scientifiques et d'acclimatation. Bone-Paris, 1870. 84 p.

JORNAL DA BAHIA. Salvador: Tipografia a rua da Gameleira na cidade alta. 1855-1877. Semanal.

GAZETA MÉDICA DA BAHIA. Salvador: Tipografia de Tourinho & comp. 1866-1900. Quinzenal.

O ACADEMICO. Periodico Scientifico e Litterario. Bahia: Typografia de Epiphanio Pedroza. 1853. Mensal.

O ALABAMA. Salvador: Typografia de Marques, Aristides e Igrapiúna. 1866-1887. Semanal.

O ATHENÊO. Periodico Scientifico e Litterario dos Estudantes da Eschola de Medicina da Bahia. Bahia: Typografia Liberal do Seculo. 1849-1850. Mensal.

O ATHENEU BAHIANO. Bahia: Imprensa Economica. 1878-9. Mensal.

O BRAZIL-MEDICO. Revista semanal de medicina e cirurgia. Anno 12, nº 6, Fevereiro de 1899. Typografia

O CONSTITUCIONAL. Folha politica, litteraria e commercial. Bahia: Typografia da Temperança. 1851-1864. Semanal.

O DIABO. Periodico Critico, chistoso e moralizador. Bahia: (?). 1889. Semanal.

O GUAYCURU. Bahia: Typografia de J. T. Gama & 1844-1860.C. Semanal.

O MENTOR DA INFANCIA. Salvador: Typografia Guayacuru, 1846. Semanal.

O MONITOR. Bahia: Typografia à Rua do Corpo Santo. 1876-1881. Diário.

O NOTICIADOR CATHOLICO. Periodico consagrado aos interesses da religião. Bahia: Typografia de J. C. Aguiar Daltro. 1849-1855. Semanal

OS DEFUNCTOS. Salvador: Typografia constitucional & Typografia de França Guerra. 1868-1869. Semanal.

### **Bibliografia:**

A LUTA dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica> . Acesso dia 21 out de 2015.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O civismo festivo na Bahia:** comemorações públicas do dois de julho (1889/1923). Salvador, BA, 1997. 142 p Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1997

\_\_\_\_\_. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009. 319 p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 376 p.

\_\_\_\_\_. *Um leque que respira: Michel Foucault e a questão do objeto em história.* In: PORTOCARRERO, Vera; BRANCO, Guilherme Castelo (orgs) **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 117-137.

ALDRICH, Robert. **Who's Who in gay and lesbian history: from antiquity to World War II.** London: Routledge, 2001.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Vida privada e ordem privada no Império.** In: \_\_\_\_\_ (org.) *História da Vida privada no Brasil. Império: A corte e a modernidade nacional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol. 2

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. 392 p.

ARIÈS, Philippe; BEJIN, Andre. **Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1985. 254p.

ARNEY, Lance; FERNANDES, Marisa; GREEN, James N. **Homossexualidade no Brasil: Uma biografia anotada.** Disponível em: <[http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes\\_ael/index.php/cadernos\\_ael/article/view/80/72](http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/80/72)> Acesso dia 21 de jan de 2013.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 266 p.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo; MISKOLCI, Richard. **O drama público de Raul Pompeia: sexualidade e política no Brasil finissecular.** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092011000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092011000100004&script=sci_arttext)>. Acesso dia 10 de jul de 2015.

BELUCHE, Renato. **O corte da sexualidade: o ponto de viragem da psiquiatria brasileira no século XIX.** São Paulo: Annablume, 2008. 115p.

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor: queixar e perplexidades masculinas.** Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/18985/1/Homem%20n%C3%A3o>>

[%20tece%20a%20dor%20-%20Berenice%20Bento.pdf](#)>. Acesso dia 07 de jul de 2015.

BOSWELL, John. **Christianity, social tolerance and homosexuality**. Gay people in Western Europe from the beginning of the Cristian era to the fourteen century. Chicago : University of Chicago press, 2013. 424 p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. A condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014. 172 p.

BRAZ, Camilo Albuquerque. **Vestido de Antropólogo**: nudez e corpo em clubes de sexo par homens. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n03art04\\_braz.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n03art04_braz.pdf)>. Acesso dia 04 de jun de 2015.

BRITO, Jailton Lima. **A abolição na Bahia**: uma história política: 1870-1888. 1996. 247 f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

BRUSCHINI, Cristina. COSTA, Albertina (orgs). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro Rosa dos Ventos, 1992. 336p.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, RJ; Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CAPONI, Sandra. **Loucos e degenerados**: uma genealogia da psiquiatria ampliada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. 210 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011. 387 p.

CASTRO, Renato Berbert de. **Em torno da vida de Junqueira Freire**. Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1980. 153 p. (Cabrália ; 9)

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong. **Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919**. 2001. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2001

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 2 v.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 250 p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa, PT: Difel, 1990. 239p

\_\_\_\_\_. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed.. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1999. 111 p.

CHARTIER; MORETTO, Fulvia M. L. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002. 144 p

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. 2012. 322f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista definindo a cidade**. in: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/1226>. Acesso dia 16 de abril de 2015.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Dir). **História da Virilidade: A invenção da virilidade da antiguidade às luzes**. Petrópolis: Vozes, 2013. 614 p. vol. 1

\_\_\_\_\_. **História da Virilidade: O triunfo da virilidade. O Século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2013. p.p. 7-12. Col. História da Virilidade. 535 p. vol. 2.

CORBIN, Alain. **Introdução**. In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; Vigarello, Georges (Dir.). O triunfo da virilidade. O Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013. p.p. 13-34. Col. História da Virilidade. Vol. 2.

\_\_\_\_\_. **A Virilidade sob o prisma do naturalismo**. COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; Vigarello, Georges (Dir.). O triunfo da virilidade. O Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013. p.p. 13-34. Col. História da Virilidade. Vol. 2.

CORREA, Carlos Pinto. **Perversão**: trajetória de um conceito. Disponível em: <<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372006000100012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372006000100012)>>. Acesso dia 08 de mar de 2015.

CROMPTON, Louis. **Homosexuality and Civilization**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University. 623 p.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 2. ed., rev. Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco 2001. 404 p.

COSTA, Iraneidson Santos. **A Bahia já deu régua e compasso**: o saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940. 1997. 331 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1997.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar**: colégios-internatos no Brasil (1840-1950). 2012. 322f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

CONNEL, Raewyn; Messerschmidt, James W. **Masculinidade Hegemônica**: Repensando o conceito. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf>>. Acesso dia 11 de jul. de 2015.

DALL'ORTO, Giovanni. **Poliziano (Polizian), Angelo Ambroini known as**. In: DYNES,

Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

DALL'ORTO, Giovanni. **Leo X.** Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=tLkYkutHlyAC&pg=PA264&lpg=PA264&dq=who%27s+who+in+gay+and+lesbian+history+leo+x&source=bl&ots=VjFjuKdll&sig=yTzOTQvo8wtdJwrsLet6GiOZ\\_9I&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CDgQ6AEwBGoVChMI2LXMiendyAIVgpOQCh3YCQ00#v=onepage&q=who's%20who%20in%20gay%20and%20lesbian%20history%20leo%20x&f=false](https://books.google.com.br/books?id=tLkYkutHlyAC&pg=PA264&lpg=PA264&dq=who%27s+who+in+gay+and+lesbian+history+leo+x&source=bl&ots=VjFjuKdll&sig=yTzOTQvo8wtdJwrsLet6GiOZ_9I&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CDgQ6AEwBGoVChMI2LXMiendyAIVgpOQCh3YCQ00#v=onepage&q=who's%20who%20in%20gay%20and%20lesbian%20history%20leo%20x&f=false). Acesso dia 25 de out. de 2015

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006. 330 p.

D'INCAIO, Maria Ângela. **Mulher e Família burguesa.** In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

DYNES, Wayne R. **Androphily.** In: \_\_\_\_\_. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2012.

\_\_\_\_\_. **Inversion.** In: \_\_\_\_\_. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2102

\_\_\_\_\_. **Ganymede.** In: \_\_\_\_\_. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

\_\_\_\_\_. **Nascissus.** In: \_\_\_\_\_. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

\_\_\_\_\_. **Papacy.** Disponível em: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 25 de out. de 2015

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores:** saber médico e prostituição no Rio de Janeiro

(1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989. 149 p.

EDLER, Flávio: **A Escola Tropicalista Baiana**: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(2):357-85, maio-ago. 2002.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Inversão sexual entre os Azande**. Disponível em: <[https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4847/InversA\\_o\\_sexual\\_entre\\_os\\_Azande.pdf](https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4847/InversA_o_sexual_entre_os_Azande.pdf)>. Acesso dia 30 de mai de 2015.

FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Coord). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vol.1

FIGARI, Carlos. **@s Outr@s cariocas**: Interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro - séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 588p.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A medicalização do sexo ou o amor perfeito** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24034>>. Acesso dia 12 de jun de 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 50ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14. ed. São Paulo, SP: Global, 1968. 968 p.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FRY, Peter. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 135p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999. vol. 1.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** Nascimento da prisao. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 262 p.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da clinica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23ª Edição. São Paulo: Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do saber.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2009. 295 p.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 497 p.

GONÇALVES, Maria Clara. **Vozes discordantes do âmago:** O embate entre o desejo e a razão nos personagens da peça A separação de dois esposos, de Qorpo Santos. Disponível em: <[http://www.cefetsp.br/edu/sertaozinho/revista/volumes\\_antteriores/volume1numero4/ARTIGOS/4.pdf](http://www.cefetsp.br/edu/sertaozinho/revista/volumes_antteriores/volume1numero4/ARTIGOS/4.pdf)> Acesso dia 05 de jul de 2015.

GONDRAa, José Gonçalves. **Artes de Civilizar.** Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. 561 p.

GONDRAb, José Gonçalves. **Higiene e Cultura Escolar.** Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0350.pdf>>. Acesso dia 10 de mai de 2015.

GONDRAc, José Gonçalves. **A sementeira do porvir:** higiene e infância no Século XIX. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v26n1/a08v26n1.pdf>>. Acesso dia 12 de ago de 2014.

GONDRA d, José Gonçalves. **A emergência da infância.** Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000100010&script=sci_arttext)>.

Acesso dia 1 de mai de 2015.

GONDRAe, José Gonçalves. **Homo Hygienicus**: Educação, higiene e reinvenção do homem. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n59/a03v23n59.pdf>>. Acesso dia 12 de mar de 2015.

GONDRA, José Gonçalves; ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A escola e a produção de sujeitos higienizados**. Disponível em: <file:///C:/Users/Daniel/Downloads/10449-31673-1-PB.PDF>. Acesso dia 10 de mai de 2015.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 541 p.

GREEN, James N.; POLITO, Ronald. **Frescos Trópicos**: Fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 3 v.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: Uma Revisão Teórica**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1265/masculinidades.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso dia 01 de Jun de 2015.

HAMILTON, S. **Edward II**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. In: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2102

HERZER, Mandred. **Kertbeny, Károly Maria (Karl Maria Benkert)** In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. In: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2102

JABLONKA, Ivan. **A infância ou a viagem rumo a virilidade**. In: COURTINE, Jean-

Jacques; CORBIN, Alain; Vigarello, Georges (Dir.). O triunfo da virilidade. O Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013. p.p. 13-34. Col. História da Virilidade. Vol. 2.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. **Memória histórica do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia (2008)**. Salvador, BA: UFBA, Faculdade de Medicina, 2013. vol. 2.

JOHANSSON, Warren. **Homosexuality (origins of the modern concept)**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. In: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2102

\_\_\_\_\_. **Heliogabalus (also known as Elagabalus)**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <<http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

\_\_\_\_\_. **Hirschfeld, Magnus**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <<http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>>. Acesso dia 12 de mai de 2102

\_\_\_\_\_. **Homosexuality**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <<http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

\_\_\_\_\_. **Medical Theories of Homosexuality**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <<http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

\_\_\_\_\_. **Krafft-Ebing, Richard von**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <<http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

\_\_\_\_\_. **Lombroso, Cesare**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <<http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

\_\_\_\_\_. **Pederasty**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <<http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

JONES, James W. **MOLL, Albert.** In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <<http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

KENNEDY, Hubert. **Ulrichs, Karl Heinrich.** In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

KIMMEL, Michael S. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas** In. Horizontes Antropológicos/UFRGS. IFCH. Programa de PósGraduação em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS, 1998. p. 103-118.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de janeiro: Relume Dumará, 2001. 313 p.

LAURITSEN, John; THORSTAD, David. **The early homosexual rights movemente (1864-1935).** New York: Tume change press, 1970. 91 p.

LEMONS JUNIOR, Laudenor O. MEIRELLES, Nevolanda Sampaio; OLIVEIRA, Vilma Lima Nonato de; TAVARES NETO, José; **Teses doutorais de titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia.** Disponível em: <[http://www.gmbahia.ufba.br/adm/arquivos/art\\_rev\\_20041.pdf](http://www.gmbahia.ufba.br/adm/arquivos/art_rev_20041.pdf)>. Acesso dia 21 de set de 2012.

LIMA, Marcelo Pereira. Duelo de Masculinidades: Gênero, casamento e adultério clerical no reino de Leão e Castela, século XIII. **Revista Crítica Histórica.** Maceió, nº7, Julho de 2013. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/164/DUELO%20DE%20MASCULINIDADES%20G%20C3%8ANERO,%20CASAMENTO%20E%20ADULT%20C3%89RIO%20CLERICAL%20NO%20REINO%20DE%20LE%20C3%83O%20E%20CASTELA,%20S%20C3%89CULO%20XIII.pdf>>. Acesso dia 02 de jan. de 2014

LICEU SALESIANO DO SALVADOR. **100 anos de história**. São Paulo: Dezembro Editorial, 2000. 115 p.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. 5. ed., rev. e ampl. Salvador, BA: EDUFBA, 2013. 145 p.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 559p.

MAGALHÃES, Couto de. **Diário íntimo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 242 p.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado**. 1996. 228f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996

MASCULINIDADE, verbete no Dicionário da Crítica Feminista. Disponível em: <<http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/07/verbete-masculinidade.pdf>> Acesso dia 12 de jul de 2015.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial. Raça, travestismo e o culto da domesticidade**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n20/n20a02>>. Acesso dia 18 de jun de 2015.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **A opulência na província da Bahia**. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). História da Vida privada no Brasil. *Império: A corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol. 2

\_\_\_\_\_. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo, SP: Corrupio, 1988. 212 p.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Fim das Casas Grandes**. In: In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). História da Vida privada no Brasil. *Império: A corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol. 2

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império**. Subsídios para a História da Educação no Brasil 1823-1853. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 614 p.

\_\_\_\_\_. **A Instrução e o Império**. Subsídios a História da Educação no Brasil 1854-1888. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. 614 p.

\_\_\_\_\_. **A Instrução e o Império**. Subsídios a História da Educação no Brasil 1854-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 688 p.

MOREIRA, Adaílson. **A homossexualidade no Brasil do século XIX**. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v06n07art12\\_moreira.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v06n07art12_moreira.pdf)>. Acesso dia 11 de dez de 2013.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Bahia: inquisição & sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010. 294 p.

\_\_\_\_\_. **Homossexuais da Bahia: dicionário biográfico (Séculos XVI-XIX)**. Salvador. BA.: Ed. Grupo Gay da Bahia, 1999. 149 p.

\_\_\_\_\_. **Pedofilia e pederastia no Brasil antigo**. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/872.pdf>>. Acesso dia 10 de jul. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Sodomia na Bahia: o amor que não ousava dizer o nome**. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Bianca/Desktop/INQUICE.htm>>. Acesso dia 21 de ago. De 2012.

\_\_\_\_\_. **Teses acadêmicas sobre a homossexualidade no Brasil**. XXXIX Seminar on the Acquisition of the Latin American Library Materials (SALALM) Salt Lake City, Utah, USA 29 May – 2 June, 1994. XXXIX Seminar on the Acquisition of the Latin American Library Materials.

OLIVEIRA, Cristiane. **Higiene Matrimonial, Sexualidade e Modos de Subjetivação no Brasil do Século XIX** (1847-1890). Revista EPOS; Rio de Janeiro – RJ, Vol.4, nº 2, jul-dez

de 2013.

PERCY, William A. **Petronius Arbitrator**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

\_\_\_\_\_. **Thebes**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

\_\_\_\_\_. **Vergil**. In: DYNES, Wayne R. Encyclopedia of Homosexuality. Disponível em: <http://www.sexarchive.info/BIB/EOH/>. Acesso dia 12 de mai de 2102.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. **Morel e a questão da degenerescência**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142008000300012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142008000300012&script=sci_arttext). Acesso dia 21 de jul de 2015.

PÉROTIN-DUMON, A. **Masculinidad**. In: \_\_\_\_\_. El género en historia, Institute of Latin American Studies, University of London, 2001. Disponível em: [http://americas.sas.ac.uk/publications/genero/genero\\_portada.htm](http://americas.sas.ac.uk/publications/genero/genero_portada.htm). Acesso dia 10 de abr de 2013.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos** (Paris, Rio e Salvador). 2. ed. Salvador, BA: EDUFBA, 2011. 342 p.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria**. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/p26q6/pdf/portocarrero-9788575413883.pdf>. Acesso dia 10 de mai de 2015.

QORPO-SANTO. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8151/qorpo-san>. Acesso dia 10 de mai de 2015.

REIS, João José. **O Cotidiano da morte no Brasil Oitocentista**. In: Luiz Felipe de Alencastro (org.) História da Vida privada no Brasil. *Império: A corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol. 2.

\_\_\_\_\_. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 357 p.

REVENIN, Regis. **Homossexualismo e virilidade**. In: In: COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; Vigarello, Georges (Dir.). O triunfo da virilidade. O Século XIX. Petrópolis : Vozes, 2013. p.p. 7-12. Col. História da Virilidade. Vol. 2.

RIOS, Venézia Durando Braga. **Entre a vida e a morte: medicina, médicos e medicalização na Cidade de Salvador, 1860-1880**. 2001. 171f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2001

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo: Notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade**. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin\\_pensando\\_o\\_sexo.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1)> Acesso dia 05 de jun de 2015.

RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. **A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas (1854-1924)**. Salvador, BA: EDUFBA, 1997. 166 p.

SANTOS, Jocélio Telles dos. **"Incorrigíveis, afeminados, desenfreados"**. Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v40n2/3234.pdf>>. Acesso dia 25 de out. de 2012.

SACERDOTE, Iuri. **A criação do pederasta através do saber médico apresentado nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia 1855-1899**. 2010. 51 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduado em História com concentração em patrimônio cultural). - UCSA, Salvador/BA, 2010.

SALLES, David. **Primeiras manifestações da ficção na Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Centro Editorial e Didático. Núcleo de Publicações, 1973. 129 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 287 p.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 373 p.

\_\_\_\_\_. **Quando a desigualdade é diferença: Antropologia Criminal e mestiçagem na obra de Nina Rodrigues**. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/306/295>. Acesso dia 10 de Abr de 2015.

SCOTT, Joan Walach. . **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis, SC: Mulheres, 2002. 309p.

\_\_\_\_\_. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Disponível em: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso dia 12 de mar de 2013.

SILVA, Daniel Vital dos Santos. **Efeminação em escritos do século XIX: anotações prévias de um problema**. *Veredas da História*, edição 1/2012, ano 5. Disponível em: [http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao7/ARTIGO\\_08.pdf](http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao7/ARTIGO_08.pdf). Acesso em 10 de jan. de 2014

\_\_\_\_\_. **A homossexualidade no século XIX: Historiografia, fontes, possibilidades problemas**. Disponível em: <http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/864/3/Revista%20CSH3%20texto1.pdf> >. Acesso dia 21 de mar de 2015.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre

os sexos. **Psicologia: Ciência e profissão**. 2000, vol.20, n.3, pp. 8-15 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932000000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932000000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso dia 04 de fev. de 2014.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras**. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **Representações Textuais da Masculinidade: O celibato clerical em "Ex-homem" de José de Alencar**. In <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15007/11201>>. Acesso dia 03 de Ago de 2015.

STOLKE, Verena. **O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000100003>>. Acesso dia 10 de jun de 2015.

SUETONIUS. **A vida dos doze Césares**. São Paulo: Martin Claret, 2005. 437 p.

TEIXEIRA, Rodolfo. **Memória histórica da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943-1995)**. 2. ed. Salvador, BA: EDUFBA, 1999. 426 p.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **Tríbadés Galantes, Fanchonos Militantes: Homossexuais que fizeram história**. São Paulo: Edições GLS, 2000.

TREVISAN, João Silverio. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1997. 363 p.

VERONA, Elisa Maria. **Da feminilidade oitocentista.** Disponível em: <[http://www.editoraunesp.com.br/\\_img/arquivos/Da\\_feminilidade\\_oitocentista\\_WEB.pdf](http://www.editoraunesp.com.br/_img/arquivos/Da_feminilidade_oitocentista_WEB.pdf)>. Acesso dia 21 de jul de 2015.

VIANA FILHO, Luís. **A vida de Rui Barbosa.** Salvador, BA: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2008. 665 p.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino:** dominação das mulheres e homofobia. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n03art04\\_braz.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n03art04_braz.pdf). Acesso dia 13 de jun de 2015.

WILLIAMS, Craig. **Roman homosexuality.** 2ª edição London: Oxford University press, 2010. 471 p.

SILVEIRA, Armando Zenon. **O “pudor” perante as contravenções penais.** In: <<http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/838>>. Acesso dia 24 de out. de 2015.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira. **Neurastenia.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/10.pdf>. Acesso dia 01 de Agosto de 2015.

#### **Documento musical:**

AZEVEDO, Geraldo; RAMALHO, Elba; RAMALHO, Zé. **O Grande encontro:** volume 2. 1997. [BARUERI] São Paulo: BMG. CD (54min).

---